UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

CAROLINA GABRIEL DE PAULA

Do Território ao lugar: bancos comunitários, moedas locais e o circuito inferior da economia urbana em São Paulo-SP

Versão Corrigida

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**Do Território ao lugar: bancos comunitários , moedas locais e o
circuito inferior da economia urbana em São Paulo-SP**

Carolina Gabriel de Paula

Versão Corrigida da Dissertação apresentada
para obtenção do título de mestre em
Geografia (Área de concentração: Geografia
Humana)

Orientador: Prof. Dr. Fábio Betioli Contel
O exemplar original se encontra disponível no
CAPH da FFLCH.

(Centro de Apoio à Pesquisa Histórica)

De acordo,

Prof. Dr. Fábio Betioli Contel

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P324t PAULA, Carolina Gabriel de
Do Território ao lugar: bancos comunitários, moedas locais e o circuito inferior da economia urbana em São Paulo- SP/ Carolina Gabriel de Paula ; orientador Fábio Betioli Contel. - São Paulo, 2015.

279 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. lugar. 2. bancos comunitários. 3. moedas locais. 4. circuito inferior da economia urbana. 5. horizontalidades. I. Contel, Fábio Betioli, orient. II. Título.

À minha mãe Rosana,
mulher guerreira, mãe amável e partilhadora
dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Embora a pesquisa acadêmica seja quase que inteiramente solitária e formal, acredito que haja, também, a coparticipação de pessoas — um cotidiano compartilhado — para que ela seja produzida. Esta parte do trabalho é dedicada a elas, que participam da minha caminhada geográfica.

Sem sombra de dúvidas devo a meu orientador, professor e amigo, Fábio Contel, boa parte dos agradecimentos pelo que sou, hoje, como profissional. O professor me acompanha desde o final 2008, quando pela primeira vez na “rampa” da Geografia tivemos nossa primeira conversa informal, e desde então ele vem sendo minha referência acadêmica, seja por meio das aulas da graduação, da pós-graduação, dos grupos de estudos e das nossas reuniões. Deixo registrada minha admiração e respeito pelo seu compromisso em produzir uma Geografia Crítica, instrumento de mudança da realidade de nosso país.

À minha família, principalmente aos meus pais Jurandir e Rosana, minhas “pedras fundamentais” que dedicaram do pouco que têm para minha formação e que apoiaram minhas escolhas desde sempre sem pestanejar, sou mais do que grata. No mais, peço licença para pedir perdão pela minha ausência nesses últimos anos, principalmente na fase final desta dissertação. Também ao meu avô, Adimir, o homem mais íntegro que conheço e a minha avó Marina, pelo infinito amor que existe em seu olhar.

Agradeço, também, aos meus professores-educadores, ou “jequitibás”, como diria Rubem Alves: Maria Laura Silveira, Mónica Arroyo e Ricardo Mendes. Não poderia deixar de agradecer ao meu professor-amigo Pablo Ibañez, que mostrou a paixão pela Geografia ainda nos tempos de escola. Agradeço ainda ao Pablo pelas sugestões neste trabalho e por ter me auxiliado a contatar Ana Fonseca, responsável pela intermediação com a Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES-MTE), onde obtivemos uma valiosa entrevista para realização desta pesquisa. À Marina Montenegro, que nos interstícios das aulas de francês não deixava de me ensinar sobre Geografia e circuito inferior da economia urbana.

Aos professores da banca de qualificação – Ricardo Mendes e Leila Dias – que fizeram leituras cuidadosas e críticas, fundamentais para os avanços desta dissertação.

Um agradecimento especial ao meu “amigo-herdado” da graduação desta Universidade, Martin Hoffman, responsável pela elaboração cartográfica deste trabalho e que auxiliou na sistematização dos dados do trabalho de campo. Dizer “obrigada” é pouco por toda ajuda, e também por ser um amigo presente. Aos amigos que o Laboplan me presenteou: Caio Alves, Rafael Almeida, Luciana Feitosa, Raphael Curioso, Flávia da Silva, Carol Polezi, André Pasti, Matheus Tavares, Rodolfo Finatti, Bruno Mastrocola, Paul Clívinan, Vitinho e Igor Venceslau. As discussões e os eventos não teriam a mesma preciosidade sem eles. Também a querida Aninha, do nosso Laboplan, sempre muito solícita e com um enorme sorriso no rosto nos aguardando todos os dias.

Devo destacar a ajuda que obtive na realização dos trabalhos de campo de Rafael Almeida, que além de ser ótima companhia, pontuou pertinentes comentários durante nossas visitas aos bancos comunitários. Além disso, contribuiu significativamente na revisão do texto e em discussões teóricas que clareavam minha mente. Ainda ao Caio Alves, pelos fortes laços de amizade estabelecidos durante a pós-graduação, como também pelas profícuas conversas sobre a necessidade de construção de um mundo menos desigual.

Agradeço ao Tomás Marques, colaborador da Rede Paulista de Bancos Comunitários, que foi muito solícito em auxiliar em várias dúvidas e que me colocou em contato com os gestores dos bancos comunitários. À Juliana Braz, do Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP), que me forneceu relatórios produzidos pelos bancos comunitários e que foram imprescindíveis para a elaboração deste trabalho. Aos gestores dos bancos comunitários – Seu Nestor, Cléberson, Elaine e Dora – que me acolheram e que, com toda a certeza, foram fundamentais para a realização desta pesquisa, e que também são exemplos para mantermos a fé na humanidade. Igualmente, agradeço ao Daniel e Juliana, da Obras Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais (ORPAS), pessoas que colocam boas ideias em prática, possibilitando às crianças, adolescentes e suas mães o acesso ao conhecimento. Eles realizam sonhos, que parecem pequenos, mas que são gigantes para quem os recebe. Agradeço a todos os comerciantes do circuito inferior da economia urbana que despenderam seu tempo para responder aos questionários.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitou a realização desta pesquisa com seu financiamento, e à Universidade de São Paulo, lugar que encontrei minha casa acadêmica, onde é possível viver um ambiente criativo e livre para a reflexão crítica.

Às minhas amigas, obrigada e perdão pela ausência nos últimos anos: Sara, Catharina, Fernanda, Cibeli e Bia. Aos amigos do Colégio Rio Branco: Laís, Marina, as Fernandas, Alexandre, Adriano e Vanessa. Ainda a Vanessa Sobrino, um agradecimento especial por me apresentar um novo universo que me enchia de curiosidade e dúvidas: as moedas locais. Aos amigos que herdei, também, de lá: Norival, Bertini e Júlio César. Aos meus alunos Pepe, Bel, Carol, Júlia, Samuca, Luísa, Marina, Gabi, Luras, Amandinha e Rafas. Agradeço, meus amores, por me ensinarem a cada aula a ser professora, e por me trazerem esperança.

Aos meus bebês, principalmente ao Lelinho, por ser meu companheirinho, faça chuva ou faça sol.

Ao meu companheiro e amigo Rodrigo Pupo, por me motivar constantemente na realização desta pesquisa, por estar ao meu lado até o fim e principalmente por compartilhar dos mesmos sonhos que eu.

A Deus pela força e inspiração, sempre.

Finalmente quero dizer, que todos os erros presentes nesse trabalho, são de minha total responsabilidade.

O Lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar. [...] É esse o grande papel do lugar na produção da história, e apontá-lo é a grande tarefa dos geógrafos neste fim de século.

Milton Santos in *O Lugar: Encontrando o Futuro* (1994)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como surgiram e funcionam atualmente os bancos comunitários no território brasileiro. A primeira parte procura apresentar o quadro teórico de referência utilizado na explicação deste fenômeno, visando identificar as principais abordagens existentes sobre os bancos comunitários e as moedas locais, no Brasil e no mundo. A segunda parte visa definir a topologia desses bancos comunitários no território nacional, apresentando como recorte empírico a Região Sudeste do país. Com o intuito de aprofundarmos o entendimento das dinâmicas que se impõem aos lugares (principalmente por intermédio da ação do Estado), a terceira parte da dissertação procura apresentar de forma sistematizada dados dos bancos comunitários paulistanos e dos estabelecimentos do circuito inferior da economia urbana que fazem uso da moeda local como meio de pagamento. Ainda nesta última parte do trabalho, foram objeto de nossa análise mais detalhada os Bancos Comunitários União Sampaio, Paulo Freire, Apuanã, Autogestão e a "instituição inovadora" Obras Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais (ORPAS).

Palavras-chave: lugar; bancos comunitários; moedas locais; circuito inferior da economia urbana; horizontalidades

ABSTRACT

This research has the objective of analyzing how communitarian banks in Brazilian territory emerged and how they work. The first part seeks to present the theoretical framework used in the explanation of this phenomenon, aiming to identify the main approaches of communitarian banks and their local currency in Brazil and abroad. The second part seeks to explain the topology of these banks on national territory, defining as our empirical universe the Southwest Region. With the intention of deepening the understanding of dynamics that impose themselves in places (mainly by the action of the State), the third part of the dissertation seeks to introduce in a systematized way, some data of the communitarian banks of São Paulo and also from the actors of lower circuit of the urban economy that use local currency as payment. In the last part of this research, we analyze the way of action of Communitarian Banks of União Sampaio, Paulo Freire, Apuanã, Autogestão and the “innovative institution” Recreational, Professional, Artistic and Social Works (in Portuguese, Obras Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais) (ORPAS).

Keywords: place; communitarian banks; local currency; lower circuit of urban economy; horizontalities

ÍNDICE

Agradecimentos.....	v
Resumo.....	ix
Abstract.....	x
Índice.....	xi
Índice de figuras, gráficos, mapas, quadros tabelas.....	xiii
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	xvii
INTRODUÇÃO.....	1

CAPÍTULO 1- A FINANCEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: DA GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL ÀS FINANÇAS SOLIDÁRIAS.....7

1.1 As formas financeiras globais no período atual.....	11
1.2 Economia Solidária, Microcrédito e Finanças de Proximidade.....	20
1.3 Os novos nexos financeiros nos circuitos da economia urbana e as moedas locais.....	36

CAPÍTULO 2- GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....51

2.1 O papel do Estado: políticas públicas e normas relacionadas aos bancos comunitários e às moedas locais.....	54
2.2 O Banco Palmas e a origem dos bancos comunitários no Brasil.....	70
2.3 A topologia dos Bancos Comunitários no Brasil e sua singularidade no Sudeste do Brasil.....	85

CAPÍTULO 3- A AÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E A CIRCULAÇÃO DAS MOEDAS LOCAIS.....109

3.1 Caracterização dos Bancos Comunitários Paulistas: novos usos das finanças nas zonas opacas de São Paulo.....115

3.2 Para além dos serviços financeiros: a ação diversificada do Banco União Sampaio no lugar.....138

3.3 Dos movimentos sociais por habitação às moedas locais: a Rede Paulista de Bancos Comunitários.....151

3.4 A ORPAS: de "instituição inovadora" à promoção de *horizontalidades* no lugar.....163

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....176

BIBLIOGRAFIA.....183

ANEXOS.....196

ÍNDICE DE FIGURAS, FLUXOGRAMAS, GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

Figura 01. "Palm-Card".....	p.73
Figura 02. Uso do circulante local através do método do bônus fomento.....	p.75
Figura 03. No Banco Apuanã o cofre recebido pela entidade executora regional NESOL-USP localiza-se embaixo da mesa do computador do Banco.....	p.121
Figura 04. Armário onde são arquivados os documentos dos clientes do Banco União Sampaio.....	p.122
Figura 05. Nota de um Apuanã (A\$1,00) retrata a marca d'água com o símbolo Palmas existente nos quatro moedas locais de São Paulo.....	p.127
Figura 06. Notas de Apuanãs (A\$) nos valores A\$0,50, A\$1,00, A\$2,00, A\$5,00 e A\$10,00.....	p.128
Figura 07. Notas de Freires (F\$) nos valores: F\$0,50, F\$1,00, F\$2,00, F\$5,00 e F\$10,00.....	p.128
Figura 08. Notas de Sampaio (S\$) nos valores: S\$0,50, S\$1,00, S\$2,00, S\$5,00 e S\$10,00.....	p.128
Figura 09. Notas Moradia em Ação (MA\$) no valor de MA\$0,50.....	p.128
Figura 10. Padaria Filhos da Terra, localizada na Zona Norte da capital.....	p.130
Figura 11. Objetos técnicos de segundo e/ou terceiro uso em estabelecimento que aceita a moeda Apuanã no Jardim Filhos da Terra-SP.....	p.131
Figura 12. Comércio do circuito inferior cadastrado no Banco Autogestão localizado na Zona Sul da capital.....	p.133
Figura 13. Fachada do Banco União Sampaio.....	p.140
Figura 14. "Ateliê de Costura" localizado no quintal da casa da UPM.....	p.140
Figura 15. Sala do Banco União Sampaio que além de ser um espaço de vivência para a comunidade também abriga a loja "É de Marca".....	p.140
Figura 16. Bazar que se localiza na garagem do banco comunitário.....	p.140
Figura 17. Local de 6m ² onde são realizadas as atividades do Banco União Sampaio.....	p.141
Figura 18. Moeda Solano utilizada somente para o Crédito Cultural.....	p.144
Figura 19. Açougue que recebe moedas sampaio.....	p.148

Figura 20. Propaganda de formas de pagamento oferecidas aos clientes como cartão de crédito, débito, ticket alimentação e a moeda sampaio.....	p.148
Figura 21. Loja de material de construção que aceita sampaio.....	p.148
Figura 22. Propaganda da loja de material de construção sobre a aceitação da moeda sampaio.....	p.148
Figura 23. Perfumaria local cadastrada no Banco União Sampaio.....	p.148
Figura 24. Propaganda da moeda sampaio juntamente com outras formas de pagamento oferecida aos clientes.....	p.148
Figura 25. Moeda de dez sampaio (\$\$10,00).....	p.149
Figura 26. A imagem mostra o espaço onde era operado o correspondente bancário do Banco Apuanã sendo utilizado como depósito de papéis.....	p.153
Figura 27. Estabelecimento do circuito inferior que tem como forma de pagamento aos clientes a moeda Moradias em Ação.....	p.157
Figura 28. Açougue localizado na Cidade Tiradentes onde há movimentação de moedas Paulo Freire.....	p.157
Figura 29. No fundo podemos observar as formas de pagamento oferecidas aos clientes do mercado que também aceita moeda apuanã.....	p. 159
Figura 30. Terminais de cartão de crédito e débito ligados a linha telefônica em estabelecimento de roupas do circuito inferior no bairro Jardim Filhos da Terra.....	p.159
Figura 31. Conjunto Paulo Freire no distrito de Cidade Tiradentes aonde se localiza o Banco Paulo Freire.....	p.160
Figura 32. Entrada do Banco Paulo Frente que se localiza dentro do Conjunto Paulo Freire.....	p.160
Figura 33. Entrada do Banco Apuanã que se localiza dentro do Conjunto Habitacional Apuanã.....	p.160
Figura 34. Banco Comunitário Autogestão que se localiza na Casa de Cultura e Educação do Jardim São Luiz no distrito do M'Boi Mirim.....	p.160
Figura 35. Fachada da "Casa Dona Edite", que leva na placa "Oficina de Empreendedorismo para Mulheres".....	p.165
Figura 36. Entrada da Sede da ORPAS.....	p.166
Figura 37. Alguns exemplares da moeda Orpas.....	p.170
Figura 38. A figura retrata um estabelecimento que aceita Orpas.....	p.173

FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1. Funcionamento do Plano Brasil Sem Miséria.....	p.56
--	------

Fluxograma 2. Instituições financeiras e parceiras do Instituto Palmas (1998-2010). Do Global ao Local.....	p.84
---	------

GRÁFICOS

Gráfico 1. Região Sudeste: Mecanismos utilizados pelos Bancos Comunitários para avaliação de crédito (2011-2014).....	p.102
Gráfico 2. Região Sudeste: Utilização do Valor Bruto da Carteira de Crédito de acordo com as Linhas de Crédito oferecidas pelos bancos comunitários. (2011-2014).....	p.105
Gráfico 3. Região Sudeste: Grau de Confiança dos moradores em relação a Moeda Local dos bancos comunitários (2014).....	p.107
Gráfico 4. Bancos Comunitários Paulistas: Mecanismos utilizados para avaliação de crédito (2014).....	p.125
Gráfico 5. Bancos Comunitários Paulistas : Formas de Pagamento oferecidas aos consumidores dos estabelecimentos cadastrados nos bancos. (2014).....	p.135
Gráfico 6. Bancos Comunitários de Desenvolvimento de São Paulo: Grau de aceitação da moeda local entre os empreendimentos nos bairros (2014).....	p.135
Gráfico 7. Bancos Comunitários Paulistas: Valores Brutos de Moeda Local (ML\$) transacionadas por mês em estabelecimentos cadastrados nos bancos (2014).....	p.136
Gráfico 8. Rede Paulista de Bancos Comunitários: Porcentagem de empréstimos concedidos de acordo com o serviço oferecido (2011-2014).....	p.154
Gráfico 09. Estabelecimentos do Circuito Inferior que aceitam Orpas: Equipamentos de trabalho utilizado (2014).....	p.172

MAPAS

Mapa 01. Ceará- Ano de Fundação dos Bancos Comunitários no Ceará, 1998-2014.....	p.82
Mapa 02. Mapa 2. Brasil: topologia dos bancos comunitários e ano de fundação (1998-2014).....	p.94
Mapa 03. Brasil- Bancos Comunitários: oferecedores e não oferecedores do serviço Correspondente Bancário da Caixa Econômica Federal, 2014.....	p.98
Mapa 04. Município de São Paulo: Bancos Comunitários e Agências Bancárias (2014).....	p.119

ORGANOGRAMA

Organograma 1. Círculos de Cooperação que compõem os bancos comunitários (dez. 2013- nov.2015).....	p.62
---	------

TABELAS

Tabela 1. Brasil: Evolução do nº de Bancos e de Agências Bancárias (1964-1980).....	p.14
Tabela 1. Brasil: Evolução Recente da Taxa de Inadimplência (2002-2012).....	p.17
Tabela 2. Brasil: Evolução Recente da População Bancarizada (2002-2011).....	p.18
Tabela 4. Região Nordeste: Número e Localização dos Bancos Comunitários (Julho/2014).....	p.87
Tabela 5. Região Sudeste: Número e Localização dos Bancos Comunitários (Julho/2014).....	p.89
Tabela 6. Região Norte: Número e Localização dos Bancos Comunitários (Julho/2014).....	p.91
Tabela 7. Região Centro-Oeste: Número e Localização dos Bancos Comunitários (Julho/2014).....	p.92
Tabela 8. Região Sudeste: Número de Estabelecimentos que aceitam a Moeda Local por Banco Comunitário (2014).....	p. 106
Tabela 9. Bancos Comunitários: Variação dos Valores Brutos da Carteira de Crédito (2014).....	p.123

QUADROS

Quadro 1 - Rede Solidária de Produção e Consumo Local da ASMOCONP/Banco Palmas.....	p.79
Quadro 2. Serviços Financeiros do Banco União Sampaio-SP (2014).....	p.143

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AC - Análise de Crédito

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

AS - Aval Solidário

ASMOCONP - Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras

AST - Agência Solano Trindade

BACEN- Banco Central do Brasil

BCD - Bancos Comunitários de Desenvolvimento

BCDP - Bancos Comunitários de Desenvolvimento Paulistas

CAC - Comitê de Análise de Crédito

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

CESE -Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária

CORDAID - Organização Católica para a Assistência e Apoio ao Desenvolvimento

CT - Clubes de Trocas

EML - Empresa Maximização dos Lucros

FAPEX- Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FBB - Fundação Banco do Brasil

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FBFF - Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza

FEBRABAN - Federação Brasileira dos Bancos

FECOP - Fundo Estadual de Combate a Pobreza

FIES - Fundo de Investimento Social

FUNCI - Fundação da Criança e da Família Cidadã

GTZ - Cooperação Técnica Alemã

GRET- Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCO - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO)

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IMS - Instituto Marista de Solidariedade

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

LABEX - Laboratório de Extensão da Escola de Artes e Ciências Humanas

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MOVA - Movimento de Alfabetização de Adultos

MPO - Microcrédito Produtivo Orientado

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NESOL - Núcleo de Economia Solidária

ONU - Organização das Nações Unidas

ONG Organização Não Governamental

ORPAS - Obras Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PBSM - Plano Brasil Sem Miséria

PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PT - Partido dos Trabalhadores

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança com Cidadania

RBC - Rede de Bancos Comunitários

RPBC - Rede Paulista de Bancos Comunitários

SECULTFOR - Secretaria de Cultura de Fortaleza

SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SENAES - Secretaria de Economia Solidária

SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social

SML - Sistemas de Moeda Local

SPC - Serviço de Proteção ao Crédito

STDS - Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade da
Prefeitura de São Paulo

TD - Time Dollars

UPM - União Popular das Mulheres

USP - Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, nosso objetivo central é compreender a atuação dos bancos comunitários nos lugares em que se localizam, identificando quais as mudanças que implementam em seu entorno. Para empreender esta análise recorreremos à noção de "situação geográfica"¹, já que o estudo dos lugares só ganha concretude quando feito junto do contexto mais amplo do qual necessariamente fazem parte. Assim, nosso universo de análise empírico é a cidade de São Paulo, com enfoque nos quatro bancos comunitários existentes no município, a saber: Banco União Sampaio, Banco Apuanã, Banco Paulo Freire e Banco Autogestão.

É importante lembrar que neste novo período, denominado por Milton Santos de "período técnico-científico-informacional"², as finanças firmam-se enquanto uma variável dominante, que atua por todo território vivente (SILVEIRA, 2004, p.7). Ao pensar que a Geografia pode ser entendida como a ciência que se propõe a estudar o espaço geográfico constituído por um conjunto contraditório e solidário de sistemas de ações indissociáveis de sistemas de objetos (SANTOS, [1994] 2008), vemos a pertinência do estudo das finanças na Geografia.

¹ A ideia de situação geográfica (que ajuda a fundar a geografia humana moderna) foi também trabalhada por Milton Santos ([1996] 2008) e retomada recentemente por M. L. Silveira (1999), e é um recurso metodológico para compreendermos a geografia contemporânea, que segundo a autora “se desponha como uma totalidade” (SILVEIRA, 1999, p. 21). Assim, a situação geográfica passa a ser um partido de método, que, vinculado à noção de evento, permite a análise de “uma localização material e relacional (sítio e situação), mas vai além porque nos conduz a pergunta pela coisa que inclui o momento de sua construção e seu movimento histórico. (...) A situação decorreria de um conjunto de forças, isto é, de um conjunto de eventos geografizados, porque tornados materialidades e normas. Muda, paralelamente, o valor dos lugares porque muda a situação, criando uma nova geografia” (SILVEIRA, 1999, p.22). Entendemos que este conceito contribui para definirmos nosso universo de análise, que vai além da escala formal – as normas do município, por exemplo - abarcando também aspectos substantivos de um cotidiano compartilhado pelas pessoas que vivem nos bairros onde se localizam os bancos comunitários. O conceito de situação geográfica nos possibilita compreender nosso universo social de análise, visto que a partir da compreensão da existência - estar fora, estar no mundo, e estar no mundo significa situação (SILVEIRA, 2006, p. 86) - é possível determinar um conjunto de situações concretas no seu respectivo período histórico.

² A primeira vez que Milton Santos indica que estamos diante de um novo período histórico é em seu livro *O Espaço Divido* (1975), e em sua obra *A Natureza do Espaço* (1996) este raciocínio é mais sistematicamente elaborado. Nestas obras, o autor desenvolve uma história geral do meio geográfico, que seria balizada por três diferentes qualidades do meio geográfico: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Deste último, Santos propõe que, no atual período histórico, “os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes de novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que chamamos de *meio técnico científico informacional*.” (SANTOS, [1996] 2008, p. 238).

Neste sentido, despontam no atual período – sobretudo a partir da década de 1970 – novas formas de financeirização que se materializam no espaço geográfico, entrelaçando-se nos lugares através de vários tipos de fixos geográficos (CONTEL, 2006). Dentro deste contexto, nosso objetivo é também entender o desenvolvimento das "finanças solidárias" que abrange um leque de novas formas financeiras contemporâneas. Dentre as existentes, selecionamos os bancos comunitários e as moedas locais³ (e/ou moedas sociais) que atuam respectivamente como "fixos" e "fluxos" dentro desta nova realidade financeira.

É certo que os bancos comunitários e as moedas locais são fenômenos recentes no Brasil, visto que o primeiro banco comunitário foi implementado há menos de uma década. Contudo, estes fixos geográficos se multiplicam e ganham capilaridade por boa parte do território, pois atualmente há 103 bancos comunitários instalados no país. Este crescimento, assim como seu funcionamento, que nos pareceu em um primeiro momento ser uma *contra-racionalidade* (SANTOS [1996] 2008), nos chamou a atenção.

Aos poucos esta temática passa a ser objeto de pesquisas acadêmicas, e mesmo que tangencialmente, está sendo investigada por diversas áreas das ciências sociais, incluindo a economia e até mesmo a psicologia social. Todavia, até o presente momento, a revisão bibliográfica mostrou que não havia trabalhos e formação de grupos que se debruçassem sobre este tema na geografia. Diante destas dúvidas e da lacuna existente na ciência geográfica adveio nossa intenção de produzir este trabalho, que procura ampliar o entendimento da questão dos bancos comunitários no Brasil.

De acordo com as principais pesquisas que vêm sendo produzidas sobre os bancos comunitários (SILVA JÚNIOR, 2006; SEGUNDO, 2009; SILVA JÚNIOR *et. al.*, 2007; CROCCO E MENEZES, 2009; BRAZ, 2014) tem-se como consenso que esses bancos diferem das demais experiências de microcrédito e caracterizam-se, segundo o coordenador do Banco Palmas – primeiro banco comunitário do Brasil,

³ Há diversos conceitos que definem o que são as moedas locais ou sociais. Autores como Silva Junior (2007), Segundo (2008 e 2009) e Braz (2014) utilizam o conceito de "moedas sociais", assim como a Secretaria de Economia Solidária (SENAES). Crocco e Menezes (2009) também utilizam-se desta definição, contudo também usam como referência a este conceito o "circulante local", proposto da mesma forma pelo Banco Central (BACEN) e por Segundo (2009). Já Caminha (2012) se vale do termo moeda local, que será utilizado neste trabalho por permitir um enfoque mais geográfico deste fenômeno.

localizado no Ceará – por serem um instrumento de geração de trabalho e renda para a população mais pobre, e também por se definir como

um serviço financeiro, de natureza comunitária, voltado para o apoio às economias populares de bairros e municípios com baixo IDH, que tem por base os princípios da Economia Solidária e oferece a população de baixa renda quatro serviços: o fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária. (SEGUNDO, 2008, p.1)

No que diz respeito às moedas locais, estas se caracterizam por serem um instrumento financeiro utilizado pelos bancos comunitários, e são disponibilizadas à população sem juros (ou como mostram os documentos dos bancos, a juros de 0% ao mês), o que as difere das moedas de curso forçado “convencionais”. Vale ressaltar que a paridade destas moedas baseia-se na moeda nacional (Real) e que elas possuem uma área restrita de uso, uma vez que servem para estimular o consumo em empreendimentos locais (SEGUNDO, 2012, p.1) os quais necessariamente devem estar cadastrados nos bancos comunitários. É importante frisar que cada banco possui a sua moeda local.

Tendo em vista estas definições sobre nosso objeto de estudo – os bancos comunitários e suas moedas locais em São Paulo – quais conceitos e categorias da Geografia que nos auxiliariam para o desenvolvimento de nossa investigação? Partiremos primeiramente da categoria espaço geográfico, tendo nos bancos comunitários um "sistema de objetos" permeado de um "sistema de ações" para sua atuação nos lugares em que são implementados.

Segundo o argumento proposto na dissertação, no Capítulo 1 procuraremos definir e aprofundar teorias, conceitos e abordagens que consideramos pertinentes para compreendermos a financeirização no território brasileiro. Entendemos que esta análise deve incluir as finanças em um contexto mundial, pois os processos que ocorrem no Brasil são sensivelmente influenciados por atores que agem em escalas maiores, externas ao território nacional. Em se tratando de um país semi-periférico (WALLERSTEIN, 1976), sua economia e as relações que esta produz nas cidades são distintas daquelas que ocorrem nos países do centro do sistema-mundo; posto isso, nos parece que a teoria dos circuitos da economia urbana proposta por Milton Santos ([1975] 1979), permite entender de forma abrangente as dinâmicas que

verificamos no Brasil, e portanto, fornece as principais mediações teóricas para a compreensão das moedas locais e dos bancos comunitários.

No Capítulo 2 será feita uma análise de como estes bancos são implementados no território brasileiro, já que desde 2006 eles vêm sendo utilizados como uma forma de política pública de combate à pobreza, tendo sido criada neste contexto a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que desenvolveu uma metodologia própria para o funcionamento dos bancos, sendo chamados a partir de então de “bancos comunitários de desenvolvimento” (BCD) pelos documentos oficiais (RBC, 2006). Políticas públicas deste tipo vêm sendo desenvolvidas em vários lugares do território brasileiro, que por sua vez vêm alcançando capilaridade no país desde a década de 2000. De acordo com o já mencionado conceito que define os bancos comunitários, estes se localizam em áreas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que podem ser consideradas como "zonas opacas" do território. Desde 2007, parte desses bancos comunitários passou a oferecer os serviços de um “correspondente bancário”, o que permitiu o acesso aos serviços financeiros por parte de uma população que antes se encontrava excluída deles. Este será um dos objetivos específicos deste capítulo e tem como pressuposto apontar se há – ou não – eficiência na execução de políticas públicas de caráter social por meio dos bancos comunitários.

Também faz parte de nossa intenção compreender como o Estado atua no fomento da difusão dos bancos e posteriormente em seu acompanhamento. Para isso, realizamos uma entrevista com Diogo Jamra Tsukumo, atualmente Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão responsável pela implementação dos bancos comunitários no Brasil. Ainda neste capítulo, faremos uma análise ampla dos bancos comunitários por todo Brasil, e nos aprofundaremos no estudo de seu funcionamento na Região Sudeste. A escolha deste recorte geográfico se deu pela disponibilidade de dados significativos sobre a Região, presentes nos relatórios que os bancos comunitários produziram para o Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP). De acordo com a pesquisa documental que realizamos, há na Região Sudeste 23 bancos comunitários atualmente, sendo que deste universo empírico, obtivemos acesso a 12 questionários, que comporão a base de nossa verificação empírica desta parte do capítulo.

Para realizarmos uma análise mais detalhada de como estas políticas públicas vêm sendo implementadas nos lugares, foram realizados também trabalhos de campo nos bancos comunitários da cidade de São Paulo, com o intuito de produzir informações primárias, e compreender melhor suas dinâmicas, realizações e as dificuldades enfrentadas por cada um deles. O Capítulo 3 será dedicado a esta verificação, assim como analisará o caso da organização não-governamental (ONG) Obras Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais (ORPAS), organização que foi identificada em um de nossos trabalhos de campo. Apesar de possuir uma moeda local própria, a ORPAS não se caracteriza como um banco comunitário, nos moldes dos quatro outros que se localizam no município de São Paulo. É importante notar também que a ORPAS realiza operações de microcrédito produtivo orientado (MPO)⁴ a partir de repasses de um banco privado, fator que por momentos a aproxima da classificação de “banco comunitário”, e por momentos a afasta desta denominação.

A produção de informações primárias a partir dos trabalhos de campo foi possível principalmente pela utilização de dois instrumentos: a aplicação de questionários e a realização de entrevistas. Aplicamos vinte questionários nos estabelecimentos que utilizam a moeda local como mecanismo de pagamento em cada área de atuação dos bancos comunitários em São Paulo. Ainda que a intenção inicial tenha sido a de realizar uma pesquisa “censitária” sobre os atores que aceitam/fazem circular as moedas locais, a impossibilidade de contatar a todos tornou o uso do instrumento mais “qualitativo” do que “quantitativo”. Os questionários encontram-se em anexo. A aplicação dos questionários foi essencial também para identificarmos que todos os estabelecimentos que se utilizam das moedas locais podem ser entendidos como atores do circuito inferior da economia urbana em São Paulo.

Foram também realizadas entrevistas com os gestores dos quatro bancos comunitários existentes em São Paulo, além da presidente da ORPAS, com a

⁴ A utilização do termo microcrédito e microfinanças é ainda hoje amplamente discutido por diversos autores. Textos de língua inglesa, principalmente, tratam os termos (*microcredit* e *microfinance*) como sinônimos. Segundo Sobrinho e Soares (2008, p. 24), **microfinanças** refere-se a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados e **microcrédito** se dedica a prestar serviços exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte. Lei nº11.110 de 25 de abril de 2005 consolida este conceito ao apresentar o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO).

finalidade de investigarmos o funcionamento interno dessas “organizações de solidariedade” (ANTAS Jr., 2005), e as realizações e relações que elas possuem com o lugar. O roteiro de perguntas encontra-se, da mesma forma, nos anexos da dissertação.

Tendo em vista a relativa escassez de fontes secundárias sobre este universo urbano composto pelas relações entre o *circuito inferior da economia urbana*, os *bancos comunitários* e as *moedas locais*, é certo que os trabalhos de campo e a pesquisa documental realizada foram fundamentais em nossa investigação, quando combinados com nossa revisão bibliográfica. Como nos aponta Durkheim ([1893] 1995, p.378) "ao lado dos resultados adquiridos há as esperanças, os hábitos, os instintos, as necessidades, os pressentimentos (...) Tudo isso ainda é ciência". Ainda que tenhamos consciência de nossas limitações pessoais, e das limitações dos próprios instrumentos de análise científicos, procuramos estabelecer uma interpretação ao mesmo tempo "próxima" e "distante" de nosso objeto de estudo. Visamos empreender a análise da sistematização dos dados obtidos com o objetivo de sugerir algumas respostas para nossos questionamentos, com a finalidade de entendermos como as variáveis do mundo contemporâneo se dão nos lugares. Decerto, o lugar não pode ser explicado por ele próprio, e seu desvendamento deve levar em conta também a dimensão da formação socioespacial e do mundo no novo período.

Concluindo, nas considerações finais da dissertação procuramos resgatar as principais evidências empíricas encontradas ao longo da pesquisa, e propor algumas interpretações e sínteses finais que elas permitiram sugerir.

CAPÍTULO 1- A FINANCEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: DA GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL ÀS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Uma das buscas de nossa pesquisa é encontrar caminhos que nos levem a identificar a relação da escala global dos eventos econômicos com as escalas locais de sua repercussão. Como definir os processos ligados à escala global? Existem relações que se estabelecem apenas no lugar? Como diferenciá-las? Em quais categorias geográficas devemos basear nossa análise?

Primeiramente é fundamental definir bem as categorias analíticas do estudo, assim como elencar conceitos que sejam operacionais à investigação. O ponto de partida desta pesquisa baseia-se na teoria proposta por Milton Santos, que estabelece o espaço geográfico enquanto objeto de estudo da Geografia, definindo-o como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos (instrumentos do trabalho) e de sistemas de ações (práticas sociais)” (SANTOS, 1999, p.6).

Milton Santos reforça que o conceito de “sistema de objetos” abarca os “objetos” que nascem de uma divisão territorial do trabalho, diferentemente de “coisas” que provêm da natureza (SANTOS, [1996] 2008, p. 40). Dentro do período histórico atual, os objetos técnicos tendem a nascer predestinados a um certo tipo de ação (*op.cit.*, p. 55), ou seja, possuem uma intencionalidade. Partindo desta premissa, a compreensão da dinâmica do espaço geográfico se dá em grande parte pela difusão expressiva de um “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, [1996] 2008) e de suas variáveis-chave: tecnociência, informação e finanças. Destacam-se entre as variáveis deste novo período as “técnicas da informação” responsáveis pela “formação de um verdadeiro sistema técnico com tendência à unicidade” (SILVEIRA, 2006, p. 66), possibilitando a integração de todas as outras variáveis e autorizando a unicidade técnica⁵ de pontos escolhidos do território. Para Santos (1994, p. 23),

Trata-se de nova fase da história humana. Cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei. Esse conjunto é sistêmico: podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea.

⁵ O que Milton Santos nomeia de unicidade técnica está relacionado à “família de técnicas” do período atual, que permitiu a unificação das técnicas produtivas e de comércio através das técnicas da informação, e de suas correlatas, como a cibernética, a informática e a eletrônica. Esta “família” permite duas coisas: que as diversas técnicas existentes passem a se comunicar entre elas, assim como a “convergência dos momentos”, que se traduz na simultaneidade das ações, acelerando assim o processo histórico. Cabe pontuar que é a primeira vez na história da humanidade que uma “família de técnicas” tem a capacidade de envolver o planeta todo permitindo que cada lugar tenha acesso ao acontecer do outro. Todavia há uma seletividade dos lugares que receberão essas técnicas de informação (SANTOS, 2001, p.24-27).

É, portanto, a partir da unicidade técnica que surge a possibilidade de existir uma finança universal que impõe ao globo uma mais-valia mundial (SANTOS, 2001, p. 27) e neste viés as *finanças* também se tornam uma variável dominante neste novo período.

Maria Laura Silveira já nos mostrava a influência inaudita das finanças em nossa sociedade, visto que elas atuam de forma direta e indireta por todo o território vivente, deixando de serem somente uma “variável determinante” para também se tornarem uma “variável dominante”, responsável por uma influência na sociedade que praticamente não reconhece limites (SILVEIRA, 2004, p.7). Nesta linha de raciocínio, parece-nos então que todas as relações econômicas atuais passam por um instrumento financeiro, desde as mais complexas (fusões de grandes empresas, empréstimos internacionais entre Estados e corporações) até as mais simples (compra de serviços e bens de consumo não-duráveis, cotidianamente). Neste contexto, é possível identificarmos processos de escala global que atuam na vida cotidiana da população.

As finanças tornam-se, por consequência, um fator essencial para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. Posto isso, este capítulo analisará em um primeiro momento como as “finanças globais” atuam e interferem na organização do território brasileiro e em seguida pontuaremos alguns sinais de seu esgotamento. Para compreendermos esta segunda parte, acreditamos ser de fundamental importância o entendimento das formas alternativas de organização das finanças no atual período, como é o caso das chamadas “finanças solidárias”, que despontam neste novo período, assim como outras formas correlatas: a *economia solidária*, o *microcrédito* e as *finanças de proximidade*. Estas novas modalidades financeiras só se tornaram analisáveis quando utilizamos concomitantemente a categoria *lugar*, que nos permitiu compreender as finanças solidárias de forma mais concreta, por meio da análise da ação efetiva dos bancos comunitários e das moedas locais.

Milton Santos ([1985] 2008, p.13) também nos auxilia a entender a importância analítica da categoria *lugar*, que para ele pode ser definido como um “conjunto de objetos” ou o “próprio objeto”. Aponta ainda o lugar enquanto uma “dimensão espacial do cotidiano” das populações urbanas (SANTOS, [1996] 2008), pois é nele que se realizam as condições e suportes para as relações globais

(SANTOS, 2005, p.156). Os lugares são, portanto, objetos que têm influências de duas ordens principais de fenômenos: uma ordem global e outra local. As razões de ordem global “convidam” os lugares a obedecerem a uma lei única e fazerem parte de um sistema organizacional aonde a solidariedade é produto da organização, e não o inverso. Este lugar de razão global é comandado por escalas superiores (que é também a escala das finanças globais) que provocam localmente o “estranhamento” e a “desculturização” (ou “desterritorialização”⁶). Mas convivendo ao mesmo tempo com estas lógicas de uma razão global, temos vetores que obedecem a relações que derivam de uma razão local, que é muitas vezes inversa à lógica global. Nestes termos, a lei é da interação entre os indivíduos, a organização é produto da solidariedade, e seus elementos possuem relações orgânicas, de vizinhança, cooperação e socialização. A ordem é local, e é ela que funda efetivamente o cotidiano⁷, as horizontalidades e a co-presença⁸ (SANTOS, [1996] 2008, 339), portanto:

No lugar, nosso Próximo, se superpõe, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo.(...) O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, [1996] 2008, p.322)

Portanto, é no lugar que existe um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições, onde também há cooperação e conflito, que

⁶ Para Milton Santos ([1987]2012, p. 82) assim como a cidadania e cultura formam um par integrado de significações, cultura e territorialidade são sinônimos. Rogério Haesbaert é um dos autores que vem desenvolvendo o conceito de "desterritorialização" que, para ele, se divide de três formas: desterritorialização econômica, desterritorialização política e desterritorialização cultural (HAESBAERT, 2009, p. 171). O autor entende por desterritorialização econômica o mesmo que "globalização econômica" e/ou "deslocalização" pois infere que a partir do capitalismo pós-fordista as empresas estão mais autônomas em relação às condições locais. Portanto, esta desterritorialização econômica faz parte de um setor específico desta economia globalizada, isto é, o setor financeiro que fornece a base para a imaterialidade e instantaneidade (HAESBAERT, *op.cit.*, p.173).

⁷ “A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade” (SANTOS, [1996] 2008, p.339).

⁸ “A noção de co-presença, de que a sociologia vem se servindo desde seus fundadores, noção realçada por Goffmann (1961) e retomada por Giddens (1987), ganha uma nova dimensão quando associada à noção e à realidade geográfica de vizinhança” (SANTOS, [1996] 2008, p.319)

são a base da vida em comum. Cabe dizer que cada ator exerce uma ação própria e por isso a vida social se individualiza. Entendemos que o circuito inferior da economia urbana tem sinonímia com esta categoria, pois é também a partir do meio construído e das relações de vizinhança que os agentes do circuito inferior encontram possibilidades de sobrevivência nas metrópoles dos países subdesenvolvidos. Isto posto, entendemos que a partir das categorias de análise *lugar, espaço geográfico* e do conceito *circuito inferior da economia urbana*⁹, possamos chegar a respostas concretas para os problemas levantados em nossa dissertação.

1.1 As formas financeiras globais no período atual

Nem sempre o mundo das finanças esteve "desregulado financeiramente". Foi um longo caminho para que esta "desregulamentação" (GUTTMANN, 2008; DICKEN, 2007), "nova regulação" (ARROYO, 2006) ou "neorregulação" (SILVEIRA, 2012) – com um "nível altíssimo de concentração geográfica" da economia (DICKEN, 2007, p.438) – chegasse a forma como conhecemos hoje, ou seja, um "capitalismo dirigido pelas finanças" (GUTTMANN, 2008)¹⁰. Até meados da década de 1960 não existia propriamente um mercado financeiro mundial (DICKEN, 2007, p.416) e as finanças foram metamorfoseadas por uma combinação entre desregulamentação, globalização e informatização. Esses três fenômenos levaram a uma transformação do sistema financeiro, que era controlado em nível nacional e centrado em bancos comerciais. Já em âmbito internacional, a condução destes processos é realizada principalmente por bancos de investimento (GUTTMANN, 2008, p.15).

Esta "desregulamentação" permitiu que os bancos se expandissem para "novas áreas geográficas" (GUTTMANN, 2008, p.17) e, segundo parte dos principais estudiosos do tema, isto só foi possível devido ao desenvolvimento das tecnologias de informação (as chamadas "TIs") (ARROYO, 2006; GUTTMANN, 2008; DICKEN, 2007; SANTOS e SILVEIRA, 2008) que foram difundidas com

⁹ De acordo com Santos ([1975] 2008) o circuito inferior da economia urbana, anteriormente chamado de "circuito tradicional", é aquele ligado as atividades intensivas em mão-de-obra que possui pouca ou nenhuma organização, como fundamentaremos posteriormente em nosso trabalho.

¹⁰ Robert Guttman (2008) propõe que o capitalismo dirigido pelas finanças se caracteriza por uma ausência de regulamentação e pela maximização do valor aos acionistas, os quais priorizam resultados a curto prazo, já que estão sujeitos as pressões do mercado.

mais força na década de 1980. É somente através das tecnologias de informação que se abrem novas possibilidades de execução de transações em frações de segundos, em qualquer ponto do planeta, durante as 24 horas do dia (ARROYO, 2006, p.181) como também "a mobilidade inerente do dinheiro, o impulso entre fronteiras das finanças tem dirigido o processo de globalização mais amplo" (GUTTMANN, 2008, p.18).

O ponto inicial para esta "desregulamentação" foi o desenvolvimento do mercado de eurodólares que surge na década de 1960, estes caracterizavam-se por serem dólares que estavam mantidos fora do sistema bancário dos Estados Unidos e que, portanto, tinham pouco (ou nenhum) controle por parte daquele Estado. O crescimento deste mercado se deu de forma tão rápida que os bancos – e outras empresas de serviços financeiros – pressionaram para que houvesse um processo de desregulamentação e juntamente a isso, de internacionalização. Grande parte desta desregulamentação ocorreu em todas as grandes economias, como mostra Peter Dicken (2007, p. 419):

A aceleração da desregulamentação dos serviços financeiros é o mais importante desenvolvimento em curso na globalização do sistema financeiro. Mesmo assim, ainda restam diferenças significativas no âmbito e na natureza da regulamentação desses serviços em diferentes países. O cenário regulatório internacional é altamente assimétrico. É evidente que essas diferenças têm uma influência poderosa sobre as estratégias locais das empresas de serviços financeiros internacionais.

É claro que com esta desregulamentação financeira as grandes corporações passaram a se beneficiar de vantagens proporcionadas por este sistema normativo e começaram a funcionar fora de suas fronteiras regulatórias nacionais (DICKEN, 2007, p.417), utilizando a "fronteira" nacional não como um problema, mas sim como um instrumento para obtenção de maior lucro, pois essas transnacionais ganham com as diferentes taxas de conversão dos sistemas monetários nacionais e impõem normas mundiais aos territórios nacionais (SANTOS & SILVEIRA, 2008). Este aumento do poder das instituições financeiras internacionais permitiu ainda a difusão de uma ideologia em que os Estados nacionais tornam-se mais ausentes na condução deste processo; contudo, o que se estabelece é o oposto, visto que esses Estados criam condições necessárias para a expansão dessas grandes corporações em seu território, optando por aumentar a “porosidade” de suas fronteiras territoriais (ARROYO, 2006, p.183).

Sendo assim, foi nesse contexto de desenvolvimento da desregulamentação¹¹ e de abertura econômica¹² que o Brasil passou por um processo de concentração bancária que se intensificou a partir do ano de 1985¹³. Esta concentração levou a extinção progressiva de bancos médios (e regionais), principalmente através do processo de privatização de bancos públicos, quando muitos deles foram adquiridos por bancos privados (nacionais e estrangeiros). Muitas dessas instituições privadas tiveram papel de destaque nesse processo, “seja através da elaboração da chamada ‘engenharia financeira’ da privatização, seja através da participação acionária, muitas vezes fazendo parte do grupo controlador” (MINELLA, 2001, p. 52). Este processo de concentração bancária pode ser observado na tabela abaixo, que identifica a diminuição do número de bancos neste período e também o crescimento das agências bancárias, que segundo Contel (2006) são "fixos geográficos tradicionais" que fazem parte da topologia bancária brasileira.

¹¹ Compreendemos que o conceito "desregulamentação" utilizado por diversos autores possa exprimir a falta de regulamentação nas atividades econômicas. Portanto corroboramos com Maria Laura Silveira (2012, p. 211) que o que está em jogo é uma "neorregulação" como mostra o excerto: "Na década de 1990, falava-se muito em desregulação. O conhecido Consenso de Washington tinha como um dos seus princípios fundamentais a desregulação, que permitiu a privatização das empresas, dos bancos e outras organizações. Desregulação que era um eufemismo, pois na verdade era uma neorregulação que possibilitou ampliar a circulação fluída e veloz dos grandes capitais. Aumentava, assim, a produção de excedente e sua apropriação."

¹² O Brasil, principalmente a partir do chamado Plano Real (1994) e de um conjunto de políticas econômicas que visa a inserção do país no mercado internacional – políticas de cunho neoliberal –, entra em um novo ciclo financeiro, quando boa parte de instituições financeiras internacionais vão passar a atuar vigorosamente em nosso território (MINELLA, 2001, p.50). Juntamente a este processo é necessário vincularmos a ideia de que o sistema bancário brasileiro, a partir de 1985, passa a ser um sistema efetivamente integrado nacionalmente, constituídos por poucos bancos que atuam no território através de suas agências bancárias (CORRÊA, 1989, p. 26). Contel (2006) em sua tese de doutorado demonstra como as *finanças* enquanto variável dominante deste novo período são um elemento constitutivo do espaço geográfico, materializando-a através da dinâmica que os bancos colocam ao território brasileiro.

¹³ "Em 1985, o sistema bancário brasileiro caracteriza-se por ser efetivamente um sistema nacionalmente integrado, constituído por bancos que atuam, através de suas agências, em todo território brasileiro." (CORRÊA, 1989, p.26)

Tabela 1 - Brasil: Evolução do nº de Bancos e de Agências Bancárias (1964-1980)

	1964	1971	1980
Número de Bancos			
1. Banco Central	1	1	1
2. Banco do Brasil	1	1	1
3. Bancos comerciais oficiais	-	-	4
4. Bancos comerciais privados	327	160	84
5. Totais	329	162	90
Número de Agências			
1. Banco Central	-	-	10
2. Banco do Brasil	579	746	1.138
3. Bancos comerciais oficiais	-	1.478	2.795
4. Bancos comerciais privados	6.138	5.615	7.405
5. Totais	6.717	7.839	11.348

Fonte: Banco Central do Brasil, adaptado de Goldsmith (1986, p.382)

Além disso, há ainda uma concentração de recursos em algumas poucas instituições estatais (como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal), em alguns bancos privados nacionais (sobretudo no Bradesco, Itaú-Unibanco e Safra) e em alguns estrangeiros (como o Santander e o HSBC) (MINELLA, 2001, p.54).

Concomitantemente a isso, os bancos privados internacionais que se instalavam no território brasileiro possuíam uma lógica para sua difusão, impondo suas agências em pontos do território onde havia áreas de maiores densidades demográficas, técnicas e econômicas (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 186). Este processo nos permite compreender a difusão das finanças globais na formação socioespacial brasileira. Isso leva um expressivo aumento das agências bancárias no território e recentemente há também uma difusão de "novos fixos geográficos" que se adensam por todo país, denominados de Correspondentes Bancários. Neste caso, esses últimos requerem uma simplicidade maior no que diz respeito a sua instalação, do ponto de vista das infraestruturas necessárias podendo-se utilizar de uma gama de técnicas já existente nos lugares (CONTEL, 2006).

Outro fator que modificou expressivamente os usos do território brasileiro pelos agentes financeiros foi a automação que boa parte das agências bancárias realizou. Esta imposição de um sistema técnico único (SANTOS e SILVEIRA, 2008,

p. 187) levou a um aumento da eficiência destas empresas, e a uma expressiva diminuição do número de empregos desta parcela do circuito superior da economia urbana¹⁴.

Milton Santos ([1996] 2008, p.287) mostra que "créditos internacionais são postos à disposição dos países e das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital" e que estes "vetores de modernização (...) trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício". Ou seja, essas instituições bancárias e não-bancárias (SILVEIRA, 2009) passam a estabelecer "normas rígidas" para que a dita "modernização" que eles trazem ao território possa se estabelecer. Estas *verticalidades*¹⁵ só se realizam em *espaços da racionalidade*, ou seja, locais em que a racionalidade do capital possa se exercer plenamente, e isto só é possível se a materialidade (sistemas de objetos técnicos) oferece as condições técnicas para isso (SANTOS, *op.cit.*, p.294).

Concomitantemente à difusão dos bancos comerciais e de suas redes, são também desenvolvidas formas não-bancárias de prestação de serviços financeiros, com novos tipos de arranjos organizacionais que também são responsáveis pela creditização do território brasileiro. Essas formas não-bancárias são compreendidas enquanto "financeiras" instituídas pelo Banco Central do Brasil como "Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento" através da Portaria do Ministério da Fazenda 309, de 30 de novembro de 1959, e diferem das agências bancárias por operarem com serviços especializados, comumente realizando empréstimos à pessoa física.

É mister salientar que tanto as formas bancárias como as formas não-bancárias escolhem de forma "cirúrgica" pontos do território nacional para sua instalação, deixando parte da população sem determinados serviços financeiros, levando a uma *exclusão financeira*. Ainda é importante pontuar que as formas não-bancárias apresentam também racionalidades em sua instalação, já que procuram se

¹⁴ "A dispersão das atividades de automação e as mudanças organizacionais na gestão do trabalho, que instituíram o controle de qualidade e a flexibilização do trabalho, não geraram um incremento proporcional nas taxas de emprego, mas desencadearam um processo de *destruição criativa*, representado pela desqualificação e a obsolescência gradual de antigas funções bancárias (as operações de lançamento, balancetes, digitação, conferência e consulta, destruição de sistemas de apoio à decisão e de compensação de cheque)" (PIRES, 1997, p.11) (*grifo do autor*).

¹⁵ "As verticalidades agrupam áreas ou pontos a serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada a distância." (SANTOS [1994] 2008, p. 51)

instalar em regiões onde há grande fluxo de pessoas, principalmente as de baixa renda que são público alvo dessas financeiras, pois não possuem comprovantes como também conta corrente em um banco tradicional.

Com esta capilarização do sistema financeiro, as populações pobres têm mais acesso a produtos e serviços financeiros (principalmente em grandes metrópoles), e acabam se endividando cada vez mais. Mas podemos nos perguntar: por que a população de baixa renda se endivida tanto, pagando altos juros pelos produtos e serviços financeiros que consome? Dentre algumas das respostas para esta questão, a tese de Montenegro (2011) destaca:

1. o salário médio dessa parcela da população muitas vezes não é suficiente sequer para a aquisição de bens de consumo que estão ligados diretamente à sua sobrevivência;
2. esta população também deseja consumir os objetos técnicos de consumo do período atual, que são objetos com alto valor agregado, conteúdos informacionais intensivos e de preços elevados, geralmente; e por último,
3. é condição *sine qua non* para que os agentes do circuito inferior sobrevivam que eles tenham disponível dinheiro líquido em quantidade suficiente para a realização de suas atividades de comércio, serviços e produção¹⁶.

A geógrafa conclui que mesmo que esses agentes do circuito inferior estejam permeados por tantas possibilidades financeiras, típicas da globalização, parece se fazer ainda presente a importância do dinheiro líquido e por isso a procura de empréstimos a juros altos, levando a um aumento do número de agentes econômicos endividados e/ou inadimplentes no Brasil, como nos revela a tabela 2:

¹⁶ Destacaremos com mais ênfase este processo à posteriori.

Tabela 2 -Brasil: Evolução Recente da Taxa de Inadimplência (2002-2012)

Ano	Porcentagem das pessoas que saldam suas dívidas em mais de 90 dias
2002	4,57%
2003	4,44%
2004	3,87%
2005	3,86%
2006	4,82%
2007	4,71%
2008	4,66%
2009	4,46%
2010	4,60%
2011	5,50%
2012	5,18%

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa FEBRABAN de Projeções e Expectativas de Mercado (período de fev. de 2008 a dez. de 2012).

Outro fator que deve ser analisado para a compreensão do fenômeno em questão é o número da população bancarizada no Brasil. Observa-se que mesmo que tenha havido um crescimento do número da população bancarizada, como aponta a tabela 3, o mesmo ainda encontra-se muito aquém de uma universalização do acesso ao sistema financeiro. Segundo estudo realizado em 2011 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (o *Sistema de Indicadores de Percepção Social* [SIPS]) concluiu-se que 39,5% dos brasileiros¹⁷ não têm conta em banco. Estes dados nos oferecem uma ideia da realidade em que vive quase metade da população brasileira e, portanto, podem nos apontar caminhos para compreender o vigor da creditização do território e ao mesmo tempo, o aumento constante de inadimplentes.

¹⁷ De acordo com o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) a amostragem do número de entrevistas para esta pesquisa foi de 5% para cada região do território nacional mantendo-se a proporcionalidade existente. Ainda de acordo com a pesquisa, se isolarmos por região brasileira o número de pessoas não bancarizadas é possível uma análise mais profunda da formação socioespacial brasileira, a saber: Sul 30%, Centro-Oeste 31,2%, Sudeste há 34,1%, Norte 50% e Nordeste 52,6%. Assim, as regiões Norte e Nordeste do país são aonde metade da população não é bancarizada (SIPS, 2011).

Tabela 3- Brasil: Evolução Recente da População Bancarizada (2002-2011)

Ano	Número de pessoas com conta bancária
2002	28.000.000
2003	31.000.000
2004	32.000.000
2005	34.000.000
2006	37.000.000
2007	40.000.000
2008	45.000.000
2009	48.000.000
2010	50.000.000
2011	54.000.000

Fonte:Elaboração própria a partir da Pesquisa FEBRABAN de Projeções e Expectativas de Mercado (período de fev. de 2008 a dez. de 2012).

Neste sentido, podemos dizer que o quadro geral do sistema financeiro brasileiro caracteriza-se por um aumento da situação de endividamento ou inadimplência dos consumidores deste tipo de serviço/produto. É possível ainda afirmar, portanto, que o Brasil vive atualmente um processo em andamento: por um lado, aumenta o número de pessoas que possuem contas bancárias (processo denominado também de “inclusão financeira”); por outro lado, é sabido também que parte significativa desta população não está bancarizada, e parte grande dela sofre também com o desdobramento do endividamento “excessivo” e a consequente inadimplência destes agentes. Sendo assim, perguntamos: quais as alternativas para a resolução da chamada "exclusão financeira"¹⁸?

Se as finanças globais impõem aos territórios nacionais normas rígidas, formando nestes territórios verdadeiros “*espaços da racionalidade*” (SANTOS, 1994) e que levam a exclusão financeira, o estudo do desenvolvimento local dos agentes financeiros indicam que outras formas de organização no lugar se desenvolvem, num certo sentido em contraposição à estas lógicas de caráter mais global.

¹⁸ Entende-se por “exclusão financeira” a precariedade ou mesmo a ausência de acesso a serviços financeiros em geral, por uma parcela específica da população (CROCCO & MENEZES, 2009, p.374). Leyshon e Thrift (1997) advogam que a exclusão financeira pode e precisa ser evitada pelo aparato estatal, através de leis reguladoras, e/ou por meio de uma infraestrutura financeira alternativa. A regulação deve ser feita para diminuir o poder do setor financeiro e não pode ser baseada apenas na eficiência econômica, pois isso só favorece o aumento da concentração de riqueza e o crescimento de instituições alternativas de acumulação resistente a exclusão.

Portanto, também poderíamos identificar a formação de *espaços das contra-racionalidades*, sobretudo nas periferias das grandes cidades brasileiras? Ou será que até mesmo essas formas alternativas, ou mais “solidárias” de organização financeira estariam diretamente ligadas a estas racionalidades globais? Para Milton Santos as “contra-racionalidades”¹⁹ caracterizam-se por terem “outras formas de racionalidade” apontando para “a possibilidade da construção de um novo sentido, a partir justamente da elaboração das contra-racionalidades que a análise geográfica revela” (SANTOS, [1996] 2008, p. 310). No caso do nosso objeto de estudos, será que os bancos comunitários e as moedas locais seriam formas de *contra-racionalidades*? Ou seriam capazes de produzi-las?

Para iniciarmos nossa compreensão sobre esta questão, parece fundamental nos debruçarmos primeiramente nos estudos acadêmicos produzidos sobre a ótica das “finanças solidárias”. Os primeiros estudos que podem ser classificados sob este nome surgem na década de 1970, quando emergem movimentos que em um primeiro momento buscam desenvolver “novas formas financeiras” para atores que não são beneficiados pela lógica do grande capital, segundo os preceitos da economia solidária.

Quais são essas “novas formas financeiras”? Elas estariam ligadas a órgãos internacionais, como Banco Mundial ou a Organização das Nações Unidas (ONU)? Que instrumentos elas se utilizam? Para quem são formuladas? Com que propósito?

Dentre as várias alternativas financeiras existentes nas diversas cidades brasileiras selecionamos o fenômeno dos Bancos Comunitários, que se utilizam de Sistemas de Moedas Locais (SML) para seu funcionamento. Um dos objetivos de nossa dissertação é também o de compreender até que ponto esta proposta concreta (a criação de Bancos Comunitários) promove *horizontalidades* no lugar e/ou se estes bancos atuam a favor da criação de *verticalidades* aonde se instalam.

É importante explicitarmos que em no nosso entendimento, tanto as *horizontalidades* quanto as *verticalidades* se criam paralelamente (SANTOS, [1993]

¹⁹ “Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base uma adaptação criadora à realidade existente” (SANTOS, [1996] 2008, p.309)

2008, p. 50). Reconhecemos enquanto *horizontalidades* o alicerce de todos os cotidianos (SANTOS, *op.cit.*), isto é, de um cotidiano territorialmente partilhado com tendências a criar suas próprias normas com aumento da produtividade política (*idem.*, p.51). Já as verticalidades agrupam áreas a serviço de atores hegemônicos (*ibidem.*, p.50) e criam um cotidiano obediente (SANTOS, [1991] 2008, p. 89).

Acreditamos que essas perguntas, levantadas até o presente momento, são o pano de fundo que buscaremos responder ao longo de nossa pesquisa. Para isso é fundamental compreender os conceitos e propostas que vêm sendo trabalhados nas ciências sociais e econômicas a respeito da temática das "finanças solidárias". As páginas que seguem são uma tentativa circunstanciada da compreensão dos conceitos que consideramos relevantes para esta parte de nossa pesquisa, sendo eles: "economia solidária", "microcrédito" e "finanças de proximidade".

1.2 Economia Solidária, Microcrédito e Finanças de Proximidade

A revisão bibliográfica sobre os temas da "economia solidária" e do "microcrédito" que realizamos permite inferirmos que tais conceitos tenham se derivado de debates com enfoque em "acabar com a pobreza", produzidos tanto pelo Banco Mundial, como também pela Organização das Nações Unidas (ONU). Vale destacar, neste sentido, que estas instituições mundiais compreendem a pobreza baseadas principalmente em doutrinas com matriz liberal (KRAYCHETE, 2005 e 2006). Dentro deste prisma, esses atores redefiniram o conceito de "desenvolvimento" e de "pobreza" propondo enquanto solução para o extermínio desta última, o que a economista Elsa Kraychete chama de "instituições financeiras inovadoras", que estariam pautadas nas microfinanças e voltadas para atender os excluídos do mercado oficial de créditos, como veremos mais detalhadamente nas próximas linhas.

De acordo com a autora, três eventos específicos promovem esta nova formulação feita por essas organizações de cooperação internacional, sendo eles: 1. a fundamentação teórica da "Escola de Ohio" em 1980, que permeia as diretrizes do Banco Mundial; 2. a definição de "pobreza" pela ONU e demais instituições ligadas a ela na década de 1990, com a formulação de um documento oficial em 1996 que contém uma metodologia com a finalidade de se construir indicadores de estatísticas

sociais mínimas e; 3. Conferência Global sobre Microcrédito em 1997, promovida pelo Banco Mundial que teve como fruto o Plano de Ação o qual firmava o crédito como um instrumento central de combate à pobreza.

Entendemos que a linha de pesquisa de Kraychete clareia o entendimento das microfinanças em uma escala maior de análise, pois entendemos que são as políticas formuladas por essas organizações de cooperação internacional que influenciam de forma direta e/ou indireta as políticas públicas brasileiras, voltadas também para as microfinanças e o microcrédito. A economista faz uma análise crítica do papel dessas organizações de cooperação internacional – como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) – que atuam diretamente no combate a pobreza em âmbito internacional.

Entre as décadas de 1970 e 1980 as políticas do Banco Mundial para combate a pobreza pautavam-se prioritariamente em matrizes liberais, como já elencado acima, as quais acabaram por redundar em ações que aumentaram o contingente de pobres no mundo. O Banco Mundial entende que, mesmo que isso tenha ocorrido, tal ação foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo naquele momento, pois permitiu por meio das privatizações e da abertura dos mercados, a promoção de empregos nos países à margem do sistema (periféricos). Todavia, com a necessidade de uma nova fundamentação teórica para formulação de políticas pautadas na diminuição da pobreza (KRAYCHETE, 2005 e 2006) surge a Escola de Ohio na década de 1980, com um arcabouço teórico “novo” para tratar da inclusão financeira. As ideias da Escola vão influenciar as redefinições estratégicas do Banco Mundial referentes à inclusão dos pobres (KRAYCHETE, 2005, p. 258). Segundo Hulme e Mosley (*apud* KRAYCHETE, 2005, p. 259) seis princípios norteiam a Escola de Ohio, dentre eles destacamos enquanto fundamentais: considerar o *crédito* como facilitador no processo de desenvolvimento econômico e a *confiança* na eficácia das instituições informais (“agiotas”, associações de crédito e poupança) como ofertantes de créditos com menores custos e práticas mais flexíveis que as executadas pelos bancos.

É importante frisar que o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) entendem que a pobreza não é o mesmo que desigualdade social²⁰, e é

²⁰ De acordo com o *Relatório sobre o desenvolvimento mundial* (1990) do Banco Mundial *pobreza* diz respeito ao padrão de vida absoluto de uma parte da sociedade— os pobres —, e *desigualdade* se refere a

compreensível que o Banco Mundial mantenha esta separação, visto que sua lógica aposta no crescimento econômico como meio de combater a pobreza e que pode ser eliminada sem o conflito de classes sociais (KRAYCHETE, 2005, p. 253).

Já a Organização das Nações Unidas em 1996, lançou um relatório que serviu como parâmetro aos países no que se refere ao combate a pobreza, e nele ressaltam-se três pontos: 1) definir áreas prioritárias de políticas sociais e de indicadores sociais mínimos, os quais seriam elaborados por cada país e que serviriam de base para a elaboração de relatórios nacionais e internacionais; 2) realizar encontros com especialistas em pobreza; 3) elaboração de um relatório internacional sobre o desenvolvimento social. Embora cada país ficasse responsável por produzir seus dados, era para se levar em consideração indivíduos que fizessem parte da linha da pobreza absoluta, definidos por serem aqueles que não possuem renda para atender a estrita reprodução do indivíduo e de seu grupo familiar (KRAYCHETE, 2005, p. 251). De acordo com o Banco Mundial a pobreza absoluta significa a "incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo" (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 27).

Durante a década de 1980 essas organizações internacionais entendiam que era necessário formular novas formas de incluir os pobres dentro do sistema capitalista, obtendo como resposta as "instituições inovadoras" (KRAYCHETE, 2005, p.259) que serviriam de ferramenta na promoção das microfinanças e do microcrédito produtivo. Estas instituições utilizariam aquilo que os pobres mais dispõem, o trabalho (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 3), surgindo assim o debate pautado no crédito enquanto instrumento para inserção dos pobres dentro do sistema econômico vigente, encontrando uma forma de atender os "excluídos" do mercado oficial de créditos.

É neste âmbito que se retoma o conceito de "capital social", conceito este que permeia e que baseia a economia solidária de autores como Paul Singer e José Luis Coraggio. Segundo Elsa Kraychete, a principal característica da classificação do capital social é que este se assume a forma de "rede", estabelecendo pontes e articulações entre os grupos locais e instâncias "extracomunidades", permitindo que o pobre ultrapasse a fronteira de "união" dentro da comunidade e estabeleça pontes

padrões de vida relativos a toda a sociedade. Na desigualdade máxima, uma pessoa tem tudo, e, nesse caso obviamente, é grande a pobreza. Mas desigualdade mínima (situação em que todos são iguais) é possível tanto com a pobreza zero (ninguém é pobre) quanto com a máxima (todos são pobres) (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 26-27).

com outros grupos, possibilitando que essas pessoas alcancem resultados que rompam com a pobreza. Para que isso ocorra, formam-se os "grupos solidários" que têm por finalidade agrupar indivíduos que não têm garantias reais para oferecer aos emprestadores, e por isso não podem participar do sistema bancário tradicional. Este sujeito seria o principal "alvo" do mercado de microfinanças (KRAYCHETE, 2005, p.262 e 263).

Mas como isso poderia gerar lucro? Kraychete mostra que esses "grupos solidários" são um elemento para redução dos custos de transação pois "cabe aos membros do grupo identificar os pares que eles desejam ter entre seus companheiros e, em primeiro lugar, controlar a utilização efetiva dos recursos e da inadimplência" (KRAYCHETE, 2005, p. 263). Ainda para a autora, as Organizações Não Governamentais (ONG) cumprem um papel pedagógico para a promoção das microfinanças, desenvolvendo técnicas assimiláveis a este contingente populacional, que passa a realizar operações desde uma previsão inicial até a verificação do lucro das atividades que exercem (*op. cit.*, p.264). As ONGs, neste sentido, teriam também como função "domar" resistências de potenciais demandantes, ofertar créditos às camadas mais pobres da população (créditos bem mais flexíveis que aqueles que as instituições convencionais oferecem), experimentar novos procedimentos administrativos e financeiros e oferecer serviços de capacitação empresarial, assessorias especializadas, entre outros (KRAYCHETE, *op. cit.*, p.267).

Neste sentido surge uma verdadeira "indústria microfinanceira" (KRAYCHETE, 2005, p. 266) onde as ONGs possuem um elevado grau de importância. Contudo, essas instituições ofertadoras de crédito têm deixado de atender aos mais pobres, pois os custos de transação são elevados, tornando a atividade pouco atrativa aos investidores. A consequência é um afastamento do crédito das camadas mais pobres (*op.cit.*, p. 267).

Todavia, nos questionamos: seria possível a partir destas "novas formas financeiras" – economia solidária, finanças solidárias e finanças de proximidade – produzir "formas alternativas de racionalidade"? Teremos esta questão como pano de fundo durante o decorrer de nossa dissertação. Contudo, para que nosso estudo tenha mais solidez, entendemos ser necessário ampliarmos os debates que vêm sendo produzidos sobre estas "novas formas financeiras".

Para o economista Paul Singer (2004, p.35) – sem dúvida a grande referência política e acadêmica sobre a economia solidária no Brasil –, a origem histórica da economia solidária teve como base a luta sindical dos trabalhadores para sua implementação, caracterizada por Singer de "cooperativismo revolucionário".

O início deste processo remonta ao surgimento do capitalismo industrial, como resposta ao espantoso empobrecimento dos artesãos, provocado pela inserção das máquinas e da produção fabril nos sistemas produtivos europeus. Assim, alguns industriais passaram a propor leis de proteção aos seus trabalhadores, com destaque a Robert Owen, que era proprietário de um complexo têxtil em New Lanark (SINGER, 2004, p.24). De acordo com Singer, aquilo que Keynes propôs na conjuntura da Depressão de 1930 – e que foi posto em prática pelo governo norte-americano –, Owen²¹ já havia aventado 114 anos antes, porém não havia sido considerado efetivamente (*op.cit.*, p. 26).

Quem propagaria as ideias de Owen não foi ele próprio, mas sim alguns de seus “continuadores”, que iniciaram as sociedades cooperativas ou as "Aldeias Cooperativas", que tinham como objetivo organizar a produção e o consumo em novas formas. Os membros dessas "Aldeias Cooperativas" consumiam ou trocavam seus produtos com outras sociedades que tinham o mesmo propósito, surgindo assim, os bazares que polarizavam a produção das cooperativas operárias (SINGER, 2004, p.30). Singer aponta que "uma contrapartida hodierna seria o ‘clube de troca’, que cria mercado entre seus membros mediante uma moeda própria." (*op.cit.*, p.30). Neste momento, podemos apontar que nascem as primeiras "moedas próprias" pois

as trocas nessas bolsas não eram estritamente escambo, pois eram intermediadas por uma moeda própria: as notas de trabalho, cuja unidade eram horas de trabalho. Os bens oferecidos à venda eram avaliados pelo tempo de trabalho médio que um operário padrão levaria para produzi-los. (SINGER, 2004,p. 31)

E foi por meio dessas "cooperativas operárias" que os proletários passaram a competir no mercado com os capitalistas. A resposta frente a esta competição foi violenta por parte dos empregadores, que demitiram todos os operários sindicalizados, redundando ainda em repressão por parte do Estado. Encontram-se

²¹ "O raciocínio econômico de Owen era impecável, pois o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devida à queda da demanda total), é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho. (...) Isso foi demonstrado de outra forma por John M. Keynes, também britânico, durante a terrível crise da década de 1930" (SINGER, 2004, p.26).

neste contexto eventos como o nascimento do sindicalismo e o desenvolvimento de vários dos preceitos da economia solidária (SINGER, 2004, p.35).

Outro conjunto de eventos que tem relação direta com o surgimento de formas financeiras “alternativas” recentes foi a criação do *Grammen Bank* (ou Banco da Aldeia), fundado por Muhammad Yunus em Bangladesh. Yunus pode ser apontado como o mais conhecido dos articuladores de novas formas de uso das finanças, e tem influência direta (e indireta) sobre várias tentativas recentes de difusão de microcrédito no mundo, inclusive tendo sido chamado pelo Banco Mundial para compartilhar os acertos do *Grammen Bank* e que nos parece que acaba por influenciar a formulação das "instituições inovadoras" proposta pelo Banco Mundial. Muhammad Yunus, ao lecionar na Universidade de Chittagong, em Bangladesh²², relata o caso de Sufia, uma trabalhadora que vendia tamboretes e necessitava de empréstimos de agiotas para sua produção. O professor então passa a estudar sistematicamente a pobreza em seu país²³, e entende que a causa dela é estrutural e não um problema individual (YUNUS, 2011, p. 24) e coloca que "os pobres são pessoas muito criativas; eles sabem como ganhar a vida e até mesmo o que fazer para mudá-la; tudo o que precisam é oportunidade" (*op. cit.*, p.249).

O *Grameen Bank* nasce nesta lógica, como uma instituição financeira em novos moldes em Bangladesh e um modelo de "reforma" das instituições existentes que poderia ser replicado em outros países, como seria o caso de Chicago, nos Estados Unidos²⁴. O *Grameen* surgiu logo após as tentativas do economista em tentar persuadir os bancos tradicionais²⁵ a realizarem empréstimos aos pobres; "No entanto, o banco respondeu que os pobres não eram merecedores de crédito. Eles não tinham

²² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Bangladesh é de 0,558, o que coloca o país na posição 142º de 187 países, apresentando um IDH médio segundo o Programa das Nações Unidas (PNUD), 2014.

²³ Ao se deparar com este caso específico, Yunus pediu para seus alunos quantificarem a pobreza do bairro do entorno da universidade através da análise de quantas pessoas emprestavam dinheiro de agiotas e de quanto eram estes empréstimos. Ao final, ele percebeu que a quantia que a população do bairro precisava era de apenas 27 dólares (em média). " -Meu Deus, tanta miséria nessas 42 famílias, e tudo isso porque lhes falta o equivalente a 27 dólares!- exclamei. Maimuna permanecia de pé em silêncio. Estávamos ambos estupefatos, para não dizer indignados, em face de uma tal aberração" (*op.cit.*, p. 23).

²⁴ Ainda que seja uma afirmação discutível, Yunus coloca que não vê grandes diferenças entre os pobres de Bangladesh e os de Chicago pois os problemas e os resultados da pobreza são os mesmos em qualquer parte do mundo (*op.cit.*,p.249).

²⁵ De acordo com Yunus, era mais fácil e lucrativo os "banqueiros convencionais" concederem menos empréstimos com maiores quantidades envolvidas para pessoas que davam garantias (mesmo que essas pessoas não liquidassem os empréstimos), do que para os pobres, onde eram inúmeros os empréstimos, todavia em quantias pequenas e sem garantias de pagamento.

histórico de crédito nem podiam oferecer garantia de pagamento." (YUNUS, 2010, p.60). Este é um dos diversos casos que atestam a “exclusão financeira” em diversas partes do mundo, visto que os bancos tradicionais visam fundamentalmente o lucro e necessitam de garantias, e os pobres não possuem garantias formais para oferecer e assim permanecem excluídos do sistema financeiro.

É neste contexto que Yunus funda um "banco exclusivo para pobres", em 1983, que teria como objetivo principal conceder empréstimos sem exigir garantias prévias de pagamento e nenhum outro instrumento legal (YUNUS, 2010, p.62).

Desde sua fundação, até hoje, o *Grameen Bank* possui outra característica bastante peculiar: os empréstimos são realizados sobretudo para mulheres. O economista aponta que além das mulheres assumirem alguns papéis específicos na divisão social do trabalho em Bangladesh, elas possuem maior capacidade de lutar contra a pobreza do que os homens, principalmente pelo fato de que compete a elas garantir o sustento dos filhos; segundo o autor, as "mulheres são mais intensamente tocadas que os homens pela fome e pela pobreza." (YUNUS, 2011, p. 116). Ter a mulher enquanto protagonista na luta contra a pobreza é uma característica adotada por instituições internacionais como o Banco Mundial, que infere que as mulheres gastam de 80 a 100% do seu salário para a manutenção da família (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1990 p. 38). No caso das políticas públicas brasileiras de transferência de renda – como o Bolsa Família –, também são elas (as mulheres) as prioritárias no recebimento do auxílio²⁶.

Conforme Yunus coloca, o *Grameen* concedia empréstimos para mais de sete milhões de pobres, dos quais 97% são mulheres, em 78 mil aldeias de Bangladesh; isso ilustra o papel ativo da mulher em seu banco. Ainda sobre a liquidação dos empréstimos – visto que não é necessário o cliente comprovar renda – é de 98,6% a taxa de adimplência, totalizando seis bilhões de dólares em empréstimos. Em função disto é que se pode dizer que este tipo de arranjo para a concessão de empréstimos trabalha com outro conceito de “confiança”, como mostra também Yunus:

²⁶ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) 93% das famílias que recebem o Bolsa Família são chefiadas por mulheres. Para a diretora da secretaria extraordinária para Superação da Extrema Pobreza, Patrícia Vieira da Costa, "Essa estratégia se mostrou acertada porque parte do pressuposto que as mulheres sabem o que é o melhor para a família. Os estudos confirmam que elas usam o dinheiro para comprar, principalmente, alimentos e roupas, seguidos de outros itens". (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME)

Os bancos tradicionais constroem sua instituição de créditos baseados na desconfiança. Mas para nós "crédito" significa "confiança". Recuamos até os fundamentos da relação credor-financiado e construímos uma instituição baseada na confiança mútua, sem a intervenção de nenhum instrumento jurídico. (YUNUS, [2000] 2011, p. 154).

De acordo com uma pesquisa interna, 64% dos tomadores de empréstimo (...) cruzaram a linha da pobreza. (YUNUS, 2010, p.65). Logo, compreendemos que o papel do *Grameen Bank* em Bangladesh, além de diminuir a pobreza, também visa diminuir as diferenças sociais de gênero nesta sociedade de predomínio religioso islâmico.

Uma estratégia de Yunus para que os pagamentos sejam feitos em dia é angariar bons colaboradores que têm o papel de ensinar os seus clientes a cuidar de seu dinheiro, possibilitando que esses tomadores de empréstimos sejam "educados financeiramente" (YUNUS, 2011, p.136).

Para que os empréstimos fossem saldados pelos pobres, procurando causar a eles menos dificuldades possíveis na hora de liquidar a dívida, o "banqueiro dos pobres" estabeleceu que as prestações deveriam ser pequenas e diárias e esta idealização deu tão certo que "vinte anos depois, nossos empréstimos são sempre pagos do mesmo modo, por depósitos semanais." (YUNUS, 2010, p. 144).

Outro elemento das regras do *Grameen Bank* é que cada candidato ao empréstimo é encarregado de constituir um grupo com pessoas que possua o mesmo *status* socioeconômico e também a mesma mentalidade; então, os empréstimos individuais que cada componente do grupo precisar devem ser aprovados pela maioria, pois em caso de dificuldade no pagamento, os membros podem/devem se ajudar. Todavia, cada pessoa que recebe recursos é responsável pelo seu próprio empréstimo (*op.cit.*, p. 135). A formação do grupo é primordial, pois para cada pessoa fazer parte de um grupo ela precisa mostrar que aprendeu o que significa o "fundo do grupo"; caso ela não alcance resultados satisfatórios, pede-se que o grupo se aplique um pouco mais e "Esse processo de seleção nos dá a garantia de que só os mais desesperados e mais firmes conseguirão integrar o Grameen" (*op.cit.*, p. 137). Isso nos remete a ideia dos "grupos solidários" que Kraychete (2005, p. 259) coloca como forma de diminuir a inadimplência nas instituições financeiras de caráter mais "solidário".

Ainda, cada agência possui seus centros e todos eles passavam por seminários, uma atividade promovida para que seus gestores levassem os problemas e avanços, aprendendo assim uns com os outros. Estes elementos que o *Grameen* apresenta influenciam políticas de microcrédito por todo mundo, como veremos no capítulo 3, com a Organização Não Governamental (ONG) Obras Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais (ORPAS).

Yunus também aponta que há um processo de “libertação” dos indivíduos envolvidos na ação do Banco: “[...] o microcrédito é uma ferramenta eficaz de mudança contrária às forças do paternalismo e do extremismo que mantém oprimida a população”(YUNUS, 2011,p.190). E juntamente a esta "liberdade individual" também corrobora "um intervencionismo estatal reduzido a um mínimo" (*op.cit.*, p. 264), ou seja, o poder do Estado deve ser reduzido, pois o economista vê que:

Quando o governo quer ajudar os pobres geralmente isso se traduz numa política de distribuição gratuita de dinheiro, terras e outros ativos. Mas, quando isso acontece, raras vezes o que é dado chega até o povo. O Estado está longe dele (...) e há um número enorme de intermediários que sabem muito bem aproveitar esse sistema de distribuição para se beneficiar. Se por acaso algum desses recursos chegar até umas poucas pessoas de sorte, elas não os conservarão por muito tempo – quer se trate de um açude, quer de um simples cobertor (YUNUS, 2011, p.302)

Portanto, Yunus sugere algumas "pistas" sobre a ideia de um "setor privado orientado para a consciência social" (YUNUS, 2011, p. 265) que ele classifica de "empresas sociais", pois para ele a "esmola" dada pelo Estado em forma de "seguro social" não ajuda a acabar com a pobreza, afirmando ainda que o Estado deveria "se limitar a um conjunto de medidas que incentivasse as empresas a se empenharem na direção socialmente desejada." (*op.cit.*, p. 265). E para o autor, este ponto leva o *Grameen Bank* a "reivindicar um lugar à esquerda" no campo do pensamento político.

Mas por que empresas capitalistas que visam o lucro se interessariam pela diminuição da pobreza? Para o professor, sua experiência no *Grameen Bank* mostrou que "a ganância não é a única mola propulsora da livre empresa" e ressalta que os "Objetivos sociais podem substituir a ganância como uma poderosa força motivadora" (YUNUS, 2011, p.264), pois segundo Yunus a consciência social pode ser mais motivadora que o lucro. Todavia, segue a pergunta: as "empresas sociais"

são instrumentos de mudança efetivas para um mundo mais igualitário, ou também são aparelhos para o desenvolvimento e/ou aprimoramento do capitalismo?

O que diferencia uma empresa social de uma empresa que visa à maximização dos lucros (EML) são os objetivos delas, pois suas respectivas estruturas organizacionais são muito parecidas²⁷. O objetivo de uma empresa que visa maximização dos lucros (doravante, EML) é justamente o lucro, enquanto que o de uma empresa social é a resolução de problemas sociais e ambientais (YUNUS, 2010, p.35).

Destarte, para Yunus essas empresas sociais devem concorrer com as empresas tradicionais, já que podem oferecer o mesmo produto que esta, e de acordo com o economista "Para alguns consumidores, talvez os benefícios criados pelas empresas sociais sejam mais uma razão para comprarem delas" (YUNUS, 2010, p. 40) e portanto as "questões sociais entram no mercado em situação de igualdade" (*op.cit.*, 39). E da mesma forma que há concorrência entre essas empresas, também há concorrência entre as empresas sociais²⁸ no sentido de impulsionar umas às outras "à aprimorar sua eficiência e servir melhor as pessoas do planeta. Esse é um dos grandes poderes do conceito de empresa social: ele traz as vantagens da concorrência de mercado livre para o universo da melhoria social" (YUNUS, 2011, p.40).

Entendemos que esses "novos mercados" que surgem e que não se baseiam apenas na concepção hegemônica de mercado como única versão possível das trocas econômicas, é o que a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2005, p. 12468) chama de "mercado socialmente necessário". O ator deste "mercado" para a autora é pensado literalmente "de baixo para cima", corporificado e territorializado, e que segundo ela, caracteriza-se por serem os agentes do circuito inferior da economia urbana.

Outra importante discussão a respeito das formas alternativas (ou "solidárias") de uso das finanças no atual período histórico é realizada por Ricardo Abramovay e Rodrigo Junqueira (2005, p. 7), que mostram como o *Grameen Bank* seria um modelo de construção de um sistema de "microfinanças de proximidade".

²⁷ A empresa social, "tal como as outras empresas, emprega funcionários, cria bens ou serviços e fornece-os aos clientes a um preço compatível com seu propósito" (YUNUS, 2010,p.35).

²⁸ "Por outro lado, quando duas empresas sociais competem por um investidor, a concorrência não é baseada na maximização do lucro futuro, mas sim nos benefícios sociais a serem alcançados. Toda empresa social divulgará que é mais bem posicionada para servir às pessoas e ao planeta do que sua concorrente e desenvolverá um plano empresarial para sustentar tal posição." (YUNUS, 2010, p.40)

Os autores destacam quatro aspectos singulares deste modelo, tais como: a distinção entre microfinanças e microcrédito; o potencial de mobilização da poupança e investimento locais; o financiamento conjunto das unidades de consumo e de produção; e as redes de relações sociais entre indivíduos como modalidade não-patrimonial de garantia das transações financeiras.

Parece-nos adequado realçar que para que todas estas modalidades de uso do crédito (a "economia solidária", o microcrédito, as finanças de proximidade etc.) tenham resultados satisfatórios, é necessário que haja entre os agentes destas "finanças solidárias" a *confiança* entre eles, porque ao contrário de um sistema financeiro tradicional, os pobres não possuem formas tradicionais de garantias (excedentes em espécie, imóveis próprios, bens duráveis de valor, etc.).

França Filho *et. al.* (2012, p. 503) distinguem as "finanças solidárias" do microcrédito convencional, visto que este último representa um nicho de mercado dentro do sistema financeiro formal que está baseado no retorno sobre o investimento, prevendo uma certa escala para as suas atividades. Já as finanças solidárias ocupariam um espaço não-mercantil por se pautar na auto-organização coletiva, gerindo assim seus próprios recursos econômicos com base na *solidariedade, confiança e ajuda mútua*. Um autor contemporâneo que elucida a compreensão de *confiança* na sociedade moderna é o sociólogo Antony Giddens (1991). Para ele a confiança se dá de duas formas: a *confiança em pessoas* e a *confiança em sistemas*. Enquanto que no primeiro caso é necessário os seres se conhecerem relativamente bem, no segundo modelo não há encontros efetivos entre indivíduos e sim um processo assentado em um caráter contratual.

Para Abramovay e Junqueira (2005) a confiança é fundamental para a obtenção deste crédito que se destina principalmente para a população de baixa renda – forma de destinar liquidez para os pobres – sendo um dos principais fatores envolvidos naquilo que os economistas vêm chamando de "finanças de proximidade" (ABRAMOVAY e JUNQUEIRA, 2005).

Neste sentido, diferentemente do sistema bancário tradicional, que baseia a concessão de crédito na obtenção de garantias patrimoniais e técnicas estatísticas – em uma espécie de “escala de credibilidade” na qual o gerente irá se apoiar para saber se concede ou não o crédito (ABRAMOVAY e JUNQUEIRA, 2005, p.2)–, nas "finanças de proximidade" a concessão (ou não) de crédito se pauta em uma

“percepção subjetiva do potencial tomador de empréstimo pelo credor e a aquisição compartilhada de informações gerais e específicas conseguidas através de redes sociais” (*op.cit.*, 2005, p.7). Neste sentido, “a rentabilidade das organizações creditícias dependerá, portanto, da qualidade da avaliação de riscos, ou seja, da antecipação da confiabilidade dos devedores.” (*op.cit.*, p.5).

Um exemplo concreto da importância desta *confiança em pessoas* é tratado na dissertação de mestrado de Silva (2012, p. 126) que conclui o nível de importância desta confiança para que a venda “a fiado” seja realizada pelos agentes do circuito inferior de Campinas-SP. Para a autora, este tipo de relação de confiança entre os agentes deste circuito deve existir, assim como a frequência constante do cliente no estabelecimento. Silva (2012, p. 128) ainda pontua que as vendas “a fiado” são realizadas de forma “localizadas” em Campinas, ocorrendo uma diferenciação entre o que ocorre nas áreas centrais e nas periferias do município. Esta diferenciação permite inferir que nas áreas centrais – onde é grande e “massificada” a circulação – não são propiciadas as relações “localizadas”, enquanto que nas áreas periféricas, onde as interfaces são maiores e mais “personalizadas”, a geração de uma relação de confiança é comum, ocorrendo maior número de vendas “a fiado”.

Portanto, os laços de confiança entre os membros das redes sociais de “finanças de proximidade” são imprescindíveis, sendo que eles se dão basicamente por três fatores (FERRARY, 1999 *apud* ABRAMOVAY e JUNQUEIRA, 2005, p.12):

1. O primeiro fator é a *proximidade geográfica*, pois é ela que favorece a qualidade da relação interpessoal entre os agentes. Nesse contexto é a proximidade física entre o dirigente e o associado que vai condicionar a qualidade da relação interpessoal.

2. O segundo fator se dá pela *relação de troca na temporalidade* na qual se reduz o “custo do acesso a informação”, pois isso permite uma aprendizagem mútua entre os agentes. Neste sentido, todo associado que tem uma relação durável com a “instituição credora”, terá vantagens sobre os demais e poderá se beneficiar de maior confiança por parte de seus dirigentes.

3. O terceiro fator deriva da *criação de um vínculo* mais perene, além da questão estritamente “profissional”, pois assim o vínculo deixa de ser estritamente

econômico e passa a integrar uma dimensão social e psicológica. Como mostram ainda os autores:

Por trás de um suposto altruísmo, existe de fato, uma racionalidade econômica em que os horizontes temporais e sociais são diferentes tanto do ideal típico do funcionamento de mercados, quanto do voluntarismo encantado da “economia solidária”, ou seja, a relação de confiança, na maioria das vezes, é construída com o objetivo de obter as informações que otimizem as decisões (ABRAMOVAY e JUNQUEIRA, 2005, p.11).

Esta "solidariedade" vem sendo chamada pelas ciências sociais de *capital social*, conceito que une um conjunto de características como *confiança*, *normas* e *sistemas*, e tem por objetivo aumentar a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas da mesma. Para Coraggio (2011, p. 136) a economia social utiliza-se do *capital social*, também definida por ele de *capital humano*, porque para esta "economia dos trabalhadores" o sujeito-trabalhador não é um objeto mas sim um "recurso humano", pontuando ainda que este é o "capital dos pobres". Outra definição do conceito de *capital social*, que corrobora com Coraggio (2011) seria

a um conjunto de normas de reciprocidade, informação e confiança presente nas redes sociais formais e informais desenvolvidas pelos indivíduos e grupos em sua vida cotidiana, resultando em numerosos benefícios diretos e indiretos. Com esta visão, busca-se dar ênfase à ideia de que a dimensão político-social se sobrepõe a dimensão econômica, relativizando a força desta. A noção de capital social, é portanto, estabelecida pela sua função, incorporando uma variedade de relações presentes na estrutura social que facilitam ações dos indivíduos e grupos participantes desta estrutura (*grifo do autor*) (LIMA NETO, 2007, p. 45)

É interessante pontuar que este pensamento social vem influenciando as organizações internacionais de desenvolvimento, assim como a noção de economia solidária encontra-se hoje em qualquer programa de geração de renda por meio da criação e do fortalecimento de iniciativas empresariais inovadoras, como já elencado anteriormente. Porém, para que esses programas se consolidem e se difundam, é necessário o "enraizamento no meio local, no fato de os indivíduos poderem fazer do inter-conhecimento e da confiança por ela produzida um ativo nos processos de geração de riqueza" (ABRAMOVAY, 2000, p.2).

Feita esta análise, é possível dizer que o funcionamento dos bancos comunitários parece possuir características semelhantes às experiências originais do *Grammen Bank*, mas também englobam aspectos que se parecem com os

mecanismos das "microfinanças de proximidade". Como entender a evolução destes debates no Brasil? É possível encontrarmos elementos comuns entre estas propostas e a noção de “economia solidária”?

Segundo Vieira (2005, p. 2) o termo “economia solidária” passa a ser difundido no Brasil na década de 1990, ao mesmo tempo em que ocorre uma multiplicação de instituições, associações, organizações, incubadoras, cooperativas, sindicatos, todas dedicadas a promover o que se entende por economia solidária. Para o autor, assume-se que a economia solidária desenvolve-se sob duas vertentes: uma economia solidária de ‘baixo-para-cima’ e uma economia solidária de ‘cima-para-baixo’.

Para o precursor dos estudos sobre a economia solidária no Brasil, Paul Singer (2002), a economia solidária seria uma vertente alternativa ao modo de produção vigente, e de acordo com o autor, mesmo não havendo um conceito “definitivo” sobre o termo existem amplos debates sobre o tema e alguns pontos convergentes sobre eles, tais como a *necessidade da autogestão* condição fundamental para que os empreendimentos possam ser caracterizados como “economia solidária”, diferentemente da “heterogestão” (gestão de diferentes) que é o modelo que rege o sistema capitalista.

Dentre os autores contemporâneos que trabalham com este conceito (no Brasil e na América Latina), além de Paul Singer, podemos lembrar também de José Luis Coraggio, já citado anteriormente. Conforme alguns estudiosos do tema, Paul Singer não apresenta uma proposta para uma economia solidária, mas um “plano piloto” a ser testado (VIEIRA, 2005, p. 99), colocando a autogestão dos trabalhadores como um processo em curso e/ou como uma transição do sistema capitalista. Neste sentido, Paul Singer mostra que a economia solidária não resolveria, por exemplo, o problema do desemprego, mas através dela seria possível obter avanços para além dos movimentos estruturais, como a autogestão, por meio da capacitação desses trabalhadores.

Para França Filho (2006) a economia solidária no Brasil possui um importante vínculo com a economia popular. Já para Coraggio (2000) e Gaiser (2000) a economia solidária seria uma alternativa aos setores populares para sobreviver ao neoliberalismo, e Coraggio aponta que a economia do trabalho deve ser inserida no marco contra a luta do sistema capitalista. "A mudança do contexto

estrutural é condição para a viabilidade e sustentação das iniciativas particulares. Sem a construção de um contexto "mesosocioeconômico" consistente é pouco provável sustentar empreendimentos deste novo setor" (CORAGGIO, 2011, p.149).

Segundo o Relatório Anual de Avaliação (2009), o Programa de Economia Solidária no Brasil avançou na constituição de uma política pública federal para a difusão de formas de “economia solidária” no território brasileiro. Entre os principais avanços conseguidos, podemos citar:

1. Formação de uma rede de agentes de desenvolvimento local e economia solidária espalhada por todas as unidades da federação;
2. Construção de uma estratégia de desenvolvimento local tendo a economia solidária e os empreendimentos econômicos solidários como eixo, a partir da capacitação de agentes de desenvolvimento solidário;
3. Apoio direto a mais de um milhar de empreendimentos econômicos solidários, auxiliando na sua consolidação;
4. Ampliação do apoio à constituição de políticas públicas de economia solidária, passando de 54 políticas no ano de 2004 para mais de 80 em 2006;
5. Articulação de empreendimentos econômicos solidários em cadeias produtivas e arranjos produtivos;
6. Abertura de canais de comercialização aos empreendimentos econômicos solidários;
7. Implantação do Sistema Nacional de Informação da Economia Solidária;
8. Apoio a agências de fomento em economia solidária;
9. Desenvolvimento de atividades de formação em economia solidária.

No âmbito desta discussão, surgem também instituições especializadas na concessão de crédito, mas que se pautam por lógicas diferentes daquelas das racionalidades econômicas hegemônicas, e que levam em consideração as características da economia solidária. Como exemplos destas novas instituições temos os “bancos comunitários”, que têm como prerrogativa fornecer créditos para indivíduos que têm exatamente o perfil dos agentes daquilo que em geografia pode-se dar o nome de “circuito inferior da economia urbana”: pequenos empreendimentos, com reduzido uso de capital, e que fazem uso da organização “pessoal” e/ou familiar da atividade. Dentre os autores que se debruçam sobre a

temática dos Bancos Comunitários, parte deles pontua que esses bancos definem-se por serem uma modalidade de “organização socioeconômica inovadora” na gestão do microcrédito junto a populações mais empobrecidas (FRANÇA FILHO *et. al.*, 2012).

É importante frisar que existem autores que se contrapõe a esta visão da "economia solidária" de Paul Singer e José Luis Coraggio. Um deles é Henrique Wellen (2012) que em seu livro "Para a crítica da Economia Solidária" apoiou-se no método marxista para analisar a função social da economia solidária no capitalismo brasileiro atual. O autor expõe seus principais pressupostos teóricos e metodológicos e faz uma pesquisa empírica sobre os diversos tipos de empreendimentos em economia solidária a partir de suas conexões com o "terceiro setor" no Brasil hoje.

Wellen (2012, p. 19) inicia seu argumento problematizando o próprio termo "economia solidária", visto que este busca unificar dois elementos que se oporiam: a "economia", que para ele é capitalista, com uma valoração supostamente solidária. Para o autor não há nada de transformador nestas novas propostas, e sim tentativas de legitimação da ordem vigente (WELLEN, *op. cit.*, p.84), já que as organizações de economia solidária em sua maioria não são independentes e autogestionárias e sim dependem de empresas estatais e comerciais que auxiliam no desenvolvimento dessas experiências (*op.cit.*, p. 87). Para os teóricos da economia solidária, os empreendimentos solidários seriam organizados para uma produção distinta daquela de mercado, pois incorporariam a solidariedade no centro de suas atividades (WELLEN, 2012., p.120). Neste sentido, Wellen questiona se então estes teóricos teriam conseguido de fato introduzir a ética e a solidariedade na produção dentro do modo capitalista de produção.

Wellen (1986, p.45) cita Marx e Engels para afirmar que os empreendimentos de economia solidária baseados na ótica dos socialistas utópicos estariam sujeitos aos burgueses que "veem-se obrigados a apelar para os bons sentimentos e os cofres dos filantropos burgueses" (WELLEN, 2012, p.124). Outro ponto que o administrador de empresas ressalta seria que a união dos trabalhadores deveria ser um elo de luta contra o capital; todavia com a criação da economia solidária eles estariam "construindo laços materiais e ideológicos de uma consciência e uma prática pequeno-burguesa" (*op.cit.*, p.128) e ao mesmo tempo, advoga que essas organizações de economia solidária para sobreviver "precisariam seguir as regras do

mercado capitalista e, muitas vezes, seguiriam essas regras para além dos limites do ideal solidário" (*op.cit.*, p.131).

Ainda aponta que mesmo que existam sentimentos de solidariedade das pessoas que integram essas organizações, isso não invalidaria a sua funcionalidade para com o projeto neoliberal (WELLEN, 2012, p.174), que retira a responsabilidade do Estado para culpabilizar o indivíduo de sua "falta de direitos", argumentando que o "terceiro setor" e a "economia solidária" seriam utilizadas para a superação dos problemas sociais (*op.cit.*, p.175).

Além disso, tal funcionalidade perante o capital é potencializada a partir da adoção e divulgação de uma perspectiva alienante sobre a realidade social que escamoteia as determinações sociais do capitalismo para fantasiar relações sociais de solidariedade pautadas numa suposta autonomia (*op.cit.*, p.178).

Posto isto, vemos que a discussão sobre a economia solidária é um campo complexo, dentro de seu universo tanto teórico quando empírico, e que ainda não há definições completamente consensuais sobre os conceitos e debates que a mobiliza. Como nesta pesquisa estamos nos propondo compreender parte de um grande rol de propostas ligadas às formas “alternativas” de se gerir as finanças no Brasil, entendemos que a teoria dos dois circuitos da economia urbana, proposta pelo geógrafo Milton Santos em 1975, pode ser bastante interessante não só para o entendimento destas novas formas financeiras, mas também para a identificação de seu surgimento com as características singulares da urbanização brasileira. Por meio da teoria dos circuitos, Milton Santos vem desvelando como a financeirização, também dos agentes do circuito inferior, vem se dando nos países periféricos e no território brasileiro.

1.3 Os novos nexos financeiros nos circuitos da economia urbana e as moedas locais

O interesse pelo estudo das cidades repercutiu em diversos âmbitos das ciências humanas, e neste contexto, a geografia vem desempenhando desde o século XIX um papel significativo no estudo da urbanização. Como mostra em importante texto o geógrafo Maurício Abreu (1994) – após uma longa análise sobre o fenômeno urbano –, na década de 1960 o estudo das cidades assume um novo papel, que ia além da descrição e tabulação dos materiais empíricos, passando a ter importância

nos estudos de planejamento e de políticas públicas em geral²⁹. Dentre as inúmeras matrizes metodológicas que surgem nesse momento, é possível destacar nomes como os de Brian Berry, Edward Ullmann, Pierre George, Jacqueline Beaujeu-Garnier, nos países centrais. No Brasil, estudos de Pedro Geiger, Milton Santos, Jürgen Langenbüch, apontam para uma transição nos estudos urbanos. De conhecida influência no Brasil foi a obra de Michel Rochefort ([1957] 1961), que propõe os estudos das redes urbanas³⁰ como base para a análise da geografia das cidades. Passado o período de preocupações maiores com o “planejamento”, nas décadas de 1970 e 1980 são introduzidas na geografia urbana várias das discussões de cunho marxista, que aumentam ainda mais a capacidade explicativa do conhecimento produzido sobre as cidades (ABREU, 1994).

Na metade do século XX alguns autores trabalharam a questão das cidades dos países subdesenvolvidos, tendo em vista a escassez de conhecimento sobre estes países. Dentre os principais estudos, Santos ([1975] 2008) destaca Redfield & Singer (1954), Davis & Hertz Golden (1954) e Hoselitz (1960). Segundo Santos, estes autores não exploraram de maneira significativa a realidade deste conjunto de países, fato que, por vezes, gerou comparações arriscadas.

De acordo com o geógrafo ([1975] 2008, p. 16), os “anos 1950 marcaram igualmente o início da planificação em países subdesenvolvidos, enquanto nos anos 1960 apareceram os primeiros estudos concernentes à planificação espacial”. Nesse sentido, as comparações entre os países industrializados e os países subdesenvolvidos resultaram em análises desconectadas com as realidades locais, quando não apresentando resultados totalmente opostos. Santos (*op.cit.*, p. 20) argumenta que “países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem

²⁹ Este é um momento da geografia brasileira volta-se para o planejamento territorial, cria-se o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) e são reforçados os estudos territoriais prospectivos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Introduzida no país a partir de uma preocupação com o planejamento, e não a partir de uma inquietação teórica interna, não é de se estranhar que a produção geográfica que decorreu dessa guinada neopositivista tenha se orientado, na década de 1970 (época áurea desse movimento no país), essencialmente nessa direção.” (ABREU, 2002, p. 48)

³⁰ Rochefort (1961) em seu artigo “Métodos de Estudos das Redes Urbanas” propõe, como método de superação das monografias urbanas o estudo das redes urbanas que, segundo o geógrafo, “Daí não se pode estudar uma cidade isoladamente, como forma de atividade: a unidade deverá ser a “rede urbana”, definida dentro dos limites da influência de uma grande cidade, capital da região pela existência e a localização de um certo número de tipos de cidades intermediárias (*centres-relais*), - elas próprias hierarquizadas, que constituem as malhas da rede. (...) É preciso, pois, conhecer a natureza e o âmbito do papel regional de cada centro, as relações entre os centros, coisas que escapam às fontes habituais da geografia humana.” (ROCHEFORT, 1961, p. 3)

e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial”.

Não podemos comparar o desenvolvimento e a forma de urbanização dos países subdesenvolvidos com os desenvolvidos, pois mesmo que os componentes do espaço sejam semelhantes em vários territórios, estes mesmos componentes variam segundo suas diferentes combinações nos lugares. Além das especificidades do lugar, devemos entender os processos de modernização como forças impostas e seletivas, visto que são acolhidas em grande parte, mas ao mesmo tempo provocam resultados distintos em cada arranjo urbano e regional. De acordo com Santos ([1975] 2008, p. 21):

A cada modernização, novos pontos ou novas zonas são conquistadas ao espaço neutro e tornam-se uma nova porção de espaço operacional. Mas o impacto dessas forças não é o mesmo para as diversas variáveis, cuja combinação dá a característica do lugar.

O que marca o espaço dos países subdesenvolvidos é principalmente a disparidade de renda, as quais influenciam muito a falta de acesso – por parte da população mais pobre – a um enorme número de bens e serviços. Para Santos ([1975] 2008, p. 23), a “seletividade do espaço, no nível econômico assim como no social” é a chave para a elaboração de uma teoria espacial, pois a produção se concentra em certos pontos do território e o consumo tende a ser guiado por “forças de dispersão”. Dentro desta lógica geral, será a seletividade social a principal característica desta dispersão, já que a capacidade de consumir não é a mesma em todos os pontos do território.

É neste contexto de introdução de novos paradigmas no conhecimento geográfico que surge a “teoria dos circuitos da economia urbana”, sistematizada em seu livro *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana*.

Estes dois circuitos³¹ seriam formados tanto pelo “circuito superior” – composto pelos bancos, comércio, indústrias e serviços modernos, resultado direto

³¹ Em uma obra anterior (*“Croissance démographique et consommation alimentaire dans les pays sous-développés”* de 1966), Santos denominou os circuitos em “moderno” e “tradicional”, mas na obra de 1975 renunciou estes termos, dizendo que estes estão carregados de significados que levaria o leitor a encontrar ambiguidades. Para resolver os problemas, propõe chamá-los de “circuito superior” para aquele que outrora era “moderno”, já que este não deve ganhar o nome pela sua idade, mas sim pela sua forma de organização; e “circuito inferior”, para o antes postulado como “circuito tradicional” pois o “circuito inferior” é um produto “indireto” da modernização e está se transformando e se adaptando continuamente.

das modernizações que atingem o território e está fundado em atividades intensivas em capital – quanto pelo “circuito inferior” – no qual participam comércios não-modernos e de pequena dimensão, e que é composto principalmente pela população pobre da cidade, que encontra através destas atividades formas criativas e genuínas para sobreviver. Encontramos ainda a presença de um “circuito superior marginal”³², que embora seja uma porção do circuito superior (e que portanto agrega fatores atrelados à modernização), também possui elementos do circuito inferior. Sinteticamente podemos dizer que, de um lado, o circuito superior se alimenta a todo o tempo dos vetores e processos ligados à “aceleração contemporânea” global (SANTOS, 1994a) e suas atividades integram-se em outras cidades de nível superior na rede urbana, no país ou no exterior. De outro lado, em oposição dialética, o circuito inferior encontra maior integração local, sendo tributário dos dados do ambiente construído urbano, das disponibilidades produtivas regionais, dos costumes e história da cidade na qual está situado. Vale ressaltar que mesmo que o circuito superior realize atividades “locais”, ele possui uma ligação menos orgânica com o lugar no qual está inserido.

Milton Santos aponta que o elemento fundamental para o entendimento do circuito superior são os *bancos*, pois eles representariam materialmente, à nosso ver, um traço de união entre a economia urbana local e o escalão econômico superior. “O banco cobre o conjunto de atividades do circuito superior, que controla direta ou indiretamente em seu próprio nome ou como representante de instituições de crédito mais poderosas, sediadas no país ou no exterior” (SANTOS, [1975] 2008, p. 106). Segundo ainda o autor (*op.cit.*, p. 109), os bancos não possuem em geral papel dinamizador da economia local onde se instalam, pois são responsáveis por mandar o capital para fora destes locais. Por consequência, as pequenas e médias cidades não conseguem estabelecer atividades modernas dirigidas ao consumo local, já que estas instituições financeiras favorecem as atividades cujas sedes se localizam em cidades de escalão superior. Sendo assim, “a regra é a existência de uma verdadeira rede de dependências, cujo vértice está fora do país, no sistema bancário internacional” (*op.cit.*, p. 109). Esses bancos, que o geógrafo faz alusão, são bancos comerciais como os

³² Estudos relativos ao funcionamento deste circuito, já proposto por Milton Santos ([1975] 2008), vem sendo desenvolvidos recentemente por Maria Laura Silveira (2004; 2009).

conhecemos até hoje, que são verdadeiros instrumentos de reprodução da lógica capitalista de produção.

De acordo com Santos ([1975] 2008, p. 162) o Estado é um grande aliado das empresas do circuito superior dos países do Terceiro Mundo, pois ele dá suporte para diferentes modalidades de modernização tecnológica deste circuito.

Posto isto, pode-se inferir que o circuito superior não possui interesses compatíveis com a realidade local “total” em que estão instalados, já que suas atividades se dão cada vez mais em âmbitos locais específicos, favorecendo cada vez mais os interesses das grandes corporações que, em simbiose com o Estado, controlam a dinâmica do espaço geográfico. Os lugares concretos, assim como as atividades do circuito inferior, seriam uma forma de organização “alternativa” à pressão da modernização, uma resposta inversa à força do circuito superior. Buscaremos neste momento compreender como se dá o nível de organização, técnica e capital do circuito inferior da economia urbana nos países subdesenvolvidos.

Sabendo que o modelo de distribuição de renda em países do terceiro mundo³³ é cada vez mais gerador de desigualdades, compreendemos que isto leva à dificuldade de expansão de empregos formais e o desenvolvimento de um mercado interno para os produtos tidos como “modernos”. Esta lógica é que acaba por formar um *circuito inferior da economia urbana* nos países subdesenvolvidos, sendo ele capaz de suprir, em parte, a falta de empregos para a população menos favorecida; ele permite ainda o acesso desta mesma população a certos tipos de bens e serviços.

³³ Segundo o geógrafo Yves Lacoste (1966) em seu livro *Geografia do Subdesenvolvimento* o termo “Terceiro Mundo” foi utilizado pela primeira vez por Alfred Sauvy, sob inspiração da noção de “terceiro estado” francês de 1789, que por sua vez seria formado por classes sociais que apesar de aliadas naquele momento não eram menos antagônicas. Outra significação ao termo, que segundo Lacoste (1966, p. 15) “dispensa referências à história da França”, seria derivado do fato de que “o Terceiro Mundo é um terceiro conjunto de países; o primeiro a se constituir historicamente foi o dos países desenvolvidos capitalistas; o segundo, o grupo dos países desenvolvidos socialistas. A partir deste sentido plenamente justificado, esta excelente expressão foi, logo em seguida, objeto de uma utilização menos feliz que falseou seu significado. Alguns, com efeito, serviram-se dela para designar, durante uma época, um agrupamento de um certo número de países subdesenvolvidos, cujos governos praticavam políticas externas semelhantes. O Terceiro Mundo foi confundido com uma espécie de terceira força “neutralista”, formada por países subdesenvolvidos que não participavam das duas grandes alianças militares conduzidas, então, uma pelos Estados Unidos, outra pela União Soviética. Daí decorria que os países subdesenvolvidos de regime socialista não eram então considerados como parte do Terceiro Mundo. Esta acepção política evoluiu num sentido ainda mais restritivo, para incluir somente os novos Estados nascidos da recente vaga descolonização. (...) Mesmo tomado num sentido político, a expressão Terceiro Mundo recobre atualmente a África, a América Latina e a Ásia, inclusive a China, que tende a se tornar a líder de um socialismo adaptada às realidades do subdesenvolvimento.” Neste sentido, utilizaremos neste trabalho o termo “Terceiro Mundo” para países subdesenvolvidos.

O circuito inferior está ligado principalmente às atividades “intensivas em mão-de-obra” e agrega serviços não-modernos, como por exemplo: o comércio de varejo menos sofisticado, de pequena dimensão (voltado ao consumo das camadas mais pobres da população), sejam eles “fixos” ou “móveis” (como os ambulantes, camelôs, etc.); atividades artesanais; transportes tradicionais; prestação de serviços de construção civil; serviços de reparo e manutenção; multiplicidade de serviços de toda espécie (sobretudo serviços pessoais e domésticos).

Conforme infere Santos ([1975] 2008, p. 189), seus pequenos estabelecimentos possuem graus mínimos de organização e apresentam determinadas características, tais como: transporte precário; máquinas e bens reutilizáveis; venda de número limitado de produtos e em pequenas quantidades. A venda é direta ao consumidor, excluindo o uso da “grande publicidade”, visto que não se dispõe de capital suficiente para tal e por possuir contato direto com sua “clientela”. O crédito possui outra natureza, sendo um crédito principalmente “não-bancário”, isto é, uma modalidade pessoal comumente conhecida como a “venda à fiado”. Os trabalhadores deste circuito não possuem a possibilidade – e muito menos metas objetivas – de uma acumulação de capital, ou busca do lucro; quando existe a preocupação de se produzir excedentes, eles não estão em primeiro plano, visto que os agentes estão interessados, primeiramente, em assegurar a vida da família e na medida do possível, participar de certa forma da vida moderna.

O emprego é raramente permanente e sua remuneração está sempre próxima ao limite da sobrevivência (ou abaixo dela), sendo o circuito inferior o verdadeiro fornecedor de ocupação para a grande maioria da população pobre da cidade. Assim, pode-se observar que “cada unidade de produção, de comércio ou de serviços, entretanto, só pode oferecer um número pequeno de empregos” (SANTOS, [1975] 2008, p. 223), sendo o controle dos custos e dos lucros raramente feito no circuito inferior. A divisão do trabalho é também singular, acompanhada pela multiplicação de tarefas; os sistemas de negócios são “arcaicos”, o transporte de mercadorias pode ser feito, por exemplo, pelos próprios comerciantes a pé, levando pouca quantidade de bens para a venda. Quando o trabalhador utiliza algum tipo de equipamento técnico, este se encontra muitas vezes em condições de uso ruins, porque

normalmente são equipamentos reutilizados³⁴. “Muitos utensílios comerciais e domésticos são produtos de recuperações e a vida de uma peça, aparelho ou motor pode ser prolongada pela engenhosidade dos artesãos” (*op. cit.*, p.199).

Conforme frisado, a forma de emprego mais comum no circuito inferior é temporária ou instável, e muitas vezes mal remunerada, podendo-se afirmar que “só haveria empregados ou desempregados, jamais os não-empregados” (*op.cit.*, p. 204). Isso abre um leque de opções, pois as pessoas que preenchem esses requisitos não necessariamente precisam ter uma “formação escolar completa”, pois o trabalho que realizam muitas vezes não demanda a alfabetização do indivíduo.

Compreender os mecanismos financeiros que o circuito inferior utiliza para sua sobrevivência também é um fator de suma importância para seu entendimento geral, sendo os principais deles "o crédito, os intermediários financeiros e o dinheiro líquido" (SANTOS, *op.cit.*, p. 228). Destacamos o crédito enquanto essencial para a realização do mecanismo financeiro do circuito inferior, pois ele é tão importante para os agentes quanto para os consumidores. Para os primeiros, o crédito torna-se a única forma de ingressar ou se manter dentro do sistema, e para os consumidores é praticamente a única forma de terem acesso ao consumo, mesmo que esse se realize “a fiado”; outra característica determinante e que só ocorre no circuito inferior, é a importância do contato “face-à-face” entre o agente e o consumidor, que frequentemente é decisivo no funcionamento do circuito (ao contrário da rigidez da comunicação nas organizações do circuito superior)³⁵. Estas considerações nos ajudam a compreender as novas formas de crédito que os agentes do circuito inferior utilizam para sua sobrevivência, para além do chamado "fiado", já que este mobiliza principalmente dinheiro líquido para sua ocorrência. Entendemos que os bancos comunitários surgem no Brasil como uma nova forma de uso das finanças e do território, e que são estimulados recentemente através de uma política pública do Estado brasileiro (como veremos com maiores detalhes no capítulo 2).

³⁴ Uma metáfora poderia ser pensada sobre essa economia dinâmica do circuito inferior, lembrando-nos da lei do químico Lavoisier “Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”.

³⁵ Neste sentido, na ideia original trazida pela teoria, o papel dos intermediários é de fazer a ligação entre os comerciantes da cidade com os produtores rurais ou urbanos, e “quanto mais pobre é o indivíduo, mais ele depende dos intermediários para se abastecer.” (SANTOS[1975] 2008, p. 225), ou seja, a existência do intermediário é a própria condição estrutural de funcionamento da economia dos países subdesenvolvidos. Já o dinheiro líquido “Representa os pagamentos em numerário, indispensáveis ao consumidor final, bem como os agentes, para pagarem parcialmente suas dívidas e obterem novos créditos.” (*op. cit.*, p.229); todavia, como o dinheiro líquido é escasso no “circuito inferior”, ele sobrevive também através do crédito.

Estabelecido este quadro geral, podemos dizer que o período atual da globalização traz novos elementos-chave para o entendimento dos circuitos da economia urbana. A geógrafa María Laura Silveira vem atualizando e incorporando criticamente novas bases para se pensar o funcionamento dos circuitos da economia urbana, e ao menos duas publicações dela (SILVEIRA, 2004; 2009) discutem como estas novas abordagens levam em consideração e procuram revelar os dados do novo período³⁶. Um dos dados desse novo período é a difusão expressiva de um “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, [1996] 2008), que permite novas formas de ação nas cidades, as quais estão intrinsecamente ligadas ao ambiente construído, principalmente na cidade de São Paulo, onde encontramos “áreas de maior densidade do circuito inferior” (SILVEIRA, 2009, p.65).

Ainda que os elementos deste novo meio geográfico “intensivo em informação” sejam utilizados principalmente por atores do circuito superior, é possível vislumbrar atualmente o uso destas mesmas técnicas por parte de atores “hegemonizados”. Destarte, ao mesmo tempo em que as regiões metropolitanas abrangem essa gama de agentes do circuito superior, desenvolve-se concomitantemente um imenso circuito inferior nas mesmas³⁷.

Silveira (2004; 2009) demonstrou que o circuito superior está no novo período intimamente ligado aos poderosos agentes financeiros, que atuam de forma a controlar os grandes bancos e instituições financeiras:

³⁶ Segundo Milton Santos, para compreendermos este novo período é necessário entendermos que “A difusão da informação e a difusão das novas formas de consumo constituem dois dados maiores da explicação geográfica. Por intermédio das suas diferentes repercussões, elas são ao mesmo tempo geradoras de forças de concentração e de forças de dispersão, cuja atuação define as formas de organização do espaço”. (SANTOS, [1979], 2008, p.36)

³⁷ Corroboramos com Milton Santos com a ideia de que “São Paulo é a metrópole econômica de um país subdesenvolvido, onde não há melhor lugar para os pobres que as cidades grandes, uma metrópole internacional e uma metrópole involuída. (...) Dela pode-se dizer que é uma metrópole onipresente em todo território nacional, sendo também o lugar em que são mais fortes e significativas as relações internacionais.” (SANTOS, 1994, p. 15-17)

É o caso de várias das instituições com presença importante na cidade de São Paulo: BV Financeira do Banco Votorantim, CitiFinancial do Citigroup, Finasa do Bradesco, Fininvest do Unibanco, Ibi da COFRA Holding AG e Redevco, Losango do HSBC, Panamericano do Grupo Silvio Santos e Taíí do Itaú (SANTOS, 2007). O retrato se perfaz com as parcerias entre grandes redes comerciais e grandes grupos bancários e financeiros: Lojas Pernambucanas e ABN AMRO-Real, que foi recentemente comprado pelo grupo Santander, Leroy Merlin e o grupo Fininvest-Unibanco. Além disso, a *holding* Globex Utilidades S.A., que controla a rede de eletrodomésticos Ponto Frio, é proprietária de 50% das ações do Banco Investcred Unibanco S.A.”(SILVEIRA, 2009, p.2).

Estas ligações são permitidas pela capilarização das finanças, informação, técnica e também pelo papel que o poder público tem sobre o território. Parece ser uma “regra” do período atual que o Estado tome decisões que favoreçam essa nova gama de agentes hegemônicos, os quais necessitam de modernizações tecnológicas sobre o espaço urbano para se alocarem; assim, o governo público prioriza “certos graus de capital, tecnologia e organização da economia urbana e certas porções do meio construído” (SILVEIRA, 2009, p. 68).

Os trabalhos de Marina Montenegro (2006;2011) permitem também identificar novas nuances do funcionamento do circuito inferior da economia urbana, e que valem ser destacadas. Para a autora (MONTENEGRO, 2011) o aumento do número de pobres e a expansão das formas de trabalho no circuito inferior nas grandes cidades brasileiras constituem parte do mesmo processo de reprodução estrutural da pobreza no país. Circuito inferior e pobreza são, de certo modo, sinônimos.

É sabido que os meios construídos desvalorizados são os lugares das grandes cidades onde os pobres encontraram novas formas para sua sobrevivência, pontos também não escolhidos pela modernização. Ou seja, ao mesmo tempo, a metrópole consegue unir meios construídos valorizados e outros desvalorizados.

Como a divisão do trabalho no circuito inferior possui um enorme dinamismo, Montenegro (2006) procurará definir as micro e pequenas empresas de maior relevância para sua investigação, feita - também - através de trabalho de campo. Segundo a autora, no período atual há novas modalidades de ação, tanto dos atores hegemônicos como dos não-hegemônicos. Montenegro (2006) compreende e analisa os elementos do novo período e como estes atuam na esfera do circuito inferior. Dentre estes novos elementos destacamos as *finanças*, que têm por

finalidade principal abrir um leque de novas formas de pagamento, também utilizadas pelo circuito inferior.

O que a geógrafa nos traz é que há uma banalização do acesso aos cheques e aos cartões de crédito e débito entre os agentes do circuito inferior, que passam a se utilizar dessas novas formas de pagamento, especialmente das duas últimas (MONTENEGRO, 2006, p. 90). Destarte, não apenas o “circuito inferior” se transforma – em determinadas situações – através da difusão exacerbada dos créditos, como também o circuito superior usufrui desta ramificação do crédito em meio às classes populares. De acordo com a autora, “a sofisticação e a diversificação das formas de consumo atingem também os agentes do circuito inferior, uma vez que se amplia seu interesse em participar de formas de consumo próprias ao modo de vida moderno das classes mais abastadas” (MONTENEGRO, 2006, p.84).

Portanto essa “globalização das práticas de consumo” (ARMSTRONG & MCGEE, 1985) – outro dado central da vida nas grandes cidades – altera a forma de funcionamento do “circuito inferior”. Basta ir a uma loja das grandes cadeias de varejo nacionais (como as Casas Bahia, Magazine Luiza, Lojas Cem etc) e observar a variedade de produtos e, concomitantemente, o leque das formas de pagamento disponíveis para a população de baixa renda, que ambiciona consumir como as classes mais abastadas. Todos, e principalmente os pobres, são bombardeados diariamente com propagandas e se fascinam diante do “paraíso do crédito”; “com isso o sistema financeiro ganha duas vezes, pois dispõe de um dinheiro social nos bancos e lucra emprestando, como próprio, esse dinheiro social para o consumo.” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 195).

Outra dinâmica importante do novo período é a transformação de algumas das “variáveis-força” em “variáveis-suporte”, como é o caso da informática e das telecomunicações³⁸. No início do período “técnico-científico-informacional” podiam ser consideradas mais como “variáveis-força”, pertencentes ao circuito superior; a partir do momento em que passam a ser um pouco mais acessíveis aos agentes não-hegemônicos do circuito inferior, se tornam “variáveis-suporte”. Mas não podemos

³⁸“Amparados sobre a convergência da informática, telecomunicações e as necessidades contemporâneas da produção de comunicação de ideias, imagens, dados em geral, os telefones celulares, computadores, equipamento de fotografia e vídeo se tornam mais acessíveis as diversas classes sociais.” (SILVEIRA, 2004, p.4)

deixar de lembrar que o circuito inferior continua a se caracterizar por fazer uso de tecnologias obsoletas³⁹.

Neste sentido, o que podemos destacar é que o circuito inferior acaba tendo mais facilidade de se expandir em “áreas opacas” da cidade (SANTOS, 1994). No caso dos estudos de Silveira (2009) e Montenegro (2006; 2011) o principal recorte empírico é a grande metrópole paulistana, onde os mais pobres acabam tendo mais possibilidades de sobrevivência, dada sua relação orgânica com as parcelas “obsoletas” do meio construído (áreas centrais mais antigas, “deterioradas”, nós de circulação de população de baixa renda etc.). Essa atenção ao espaço como uma “totalidade” se aproxima da ideia de Milton Santos de “espaço de todos”, ou de “espaço banal”⁴⁰. Partindo das contribuições feitas à teoria dos circuitos que tem como recorte empírico a metrópole de São Paulo, entendemos também que as novas variáveis-chave do período nos dão uma compreensão da dinâmica do espaço geográfico nesta fase da história da humanidade.

Dentre estas variáveis-chave contemporâneas, nossa dissertação procura dar destaque às finanças, conforme já mencionado. Concordamos também que o sistema financeiro não deve ser analisado de forma isolada, posto que está intrinsecamente relacionado com outra variável-chave contemporânea, a “informação”. Essa última deve ser compreendida em diversos âmbitos, como as tecnologias de informação e até mesmo a informação no sentido “midiático”, que essas novas tecnologias disseminam de forma instantânea, por qualquer parte do mundo⁴¹.

Dentro deste contexto, o processo que se expande com força no território brasileiro a partir da década de 1990 é a “financeirização do território” que com um “conjunto sistêmico de situações” através do Plano Real e a difusão da ideologia do neoliberalismo no Brasil, leva a um aumento da oferta de “produtos financeiros”

³⁹ De acordo com Montenegro (2006, p. 85) “no período atual amplia-se a possibilidade do uso de técnicas relativamente modernas, ainda que os objetos que chegam a este circuito já se encontram relativamente “superados” pela produção acelerada de novos objetos e pela obsolescência planejada do circuito superior”

⁴⁰ Contudo, essas diferentes formas de uso do território não se realizam em espaços diferenciados, pelo contrário, se dão de forma conjunta e dialética, sobrepondo-se e relacionando-se. Os mesmos lugares que formam as redes formam o espaço banal, o espaço de todos (SANTOS, 1995, p. 16)

⁴¹ Segundo Arroyo (2006, p.181) “A ampla diversidade de operações financeiras é facilitada pelo desenvolvimento das tecnologias de informação que permitem a execução de transações em frações de segundo a quase qualquer ponto do planeta, durante 24 horas do dia”. Esta instantaneidade – juntamente com o papel ativo do Estado frente a esta contemporânea dinâmica capitalista –, faz com que haja “uma nova regulação e não uma desregulamentação” de “um território fluido e poroso (...) condição necessária para fazer parte do circuito das finanças mundiais” (ARROYO, *op. cit.*).

tipicamente voltados para a população brasileira de baixa renda. Esta “financeirização” é ainda mais forte na cidade de São Paulo (com a difusão de novas formas de empréstimo, como o crédito consignado, empréstimos pessoais etc.), levando também ao endividamento e a inadimplência recente destas populações, como já foi pontuado.

Para entendermos este endividamento, é preciso também notar que houve recentemente um conjunto de políticas públicas que efetivamente produziram uma distribuição de renda na economia. Porém, esta distribuição de renda veio sucedida de um discurso marcadamente ideológico, que não leva em conta as especificidades locais e/ou regionais das “linhas de pobreza” no país. Como mostra Montenegro (2011), quando se afirma a saída de 20 milhões de brasileiros da linha da “extrema pobreza”, geralmente não se leva em conta que parte deste contingente populacional sai da extrema pobreza para dar entrada à inadimplência. Para compreendermos este discurso, é necessário levar em consideração o efeito estatístico do aumento do salário mínimo (que nominalmente subiu de R\$ 151,00 para R\$ 545,00 no período de 2000-2011) e compreender que o salário mínimo em 2011 era $\frac{1}{4}$ do valor para assegurar a sobrevivência do trabalhador brasileiro. Além disso, 40% dos ocupados ganhavam em 2010 cerca de 1 salário mínimo e 56% dos domicílios brasileiros tinham a renda per capita de até 1 salário mínimo. O estudo de Montenegro (2011) ainda revela que a o marco da “linha de pobreza” em São Paulo apresentou um aumento de 32% (de R\$ 238,00 em 2003 para R\$ 316,00 em 2009) (MONTENEGRO, 2011).

Com a "capilarização" do sistema bancário, que se deu sobretudo pela difusão de agências de crédito pessoal e de correspondentes bancários instalados em pontos estratégicos das cidades brasileiras, aumentam as conexões entre o circuito inferior e o superior, incrementando a subordinação do circuito inferior ao circuito superior, pois os agentes do circuito inferior passam a consumir em estabelecimentos do circuito superior, ocorrendo a perda de mercado do circuito inferior (e levando a uma redução de trabalho para estes agentes). Outro "nexo financeiro" que Montenegro (2011) aponta é a incorporação de terminais de cartões de crédito e débito (os chamados “POS”, ou *Points of Sales*) em atividades do circuito inferior, que traz como aspectos negativos:

1. Os altos custos operacionais, que muitas vezes os agentes do circuito inferior não têm condições de arcar;
2. A drenagem da poupança popular para o circuito superior;
3. A subordinação financeira (os agentes do circuito inferior pagam aluguel sobre as máquinas, e acabam por se sujeitar às formas instrumentalizadas do tempo da “grande finança”);
4. A dependência técnica, já que estes terminais eletrônicos são gerenciados por sofisticadas empresas financeiras e de informação, de amplitude global.

Em função destes novos nexos financeiros e informacionais, para María Laura Silveira (2000, p. 216), pode-se dizer que "a rigidez técnica do sistema em questão chega assim não apenas como um sistema de objetos, mas também como um sistema de organização e de imposição de normas", também aos agentes do circuito inferior.

Através deste panorama, os agentes do circuito inferior estão premidos pelas lógicas do circuito superior, devido a uma rigidez técnica e normativa imposta. Com a finalidade de sobreviver, estes agentes em grande parte acabam endividando-se cada vez mais e submetendo-se aos altos juros dos produtos financeiros que consomem. Nesta perspectiva, a difusão dos bancos comunitários poderia ser uma alternativa financeira para esta população pobre, visto que há uma facilidade na tomada de empréstimo e elasticidade das formas pagamentos, permitindo que os agentes do circuito inferior disponham do dinheiro líquido sem as condicionalidades mais instrumentalizadas (técnicas ou burocráticas), e sem os altos juros que o sistema financeiro tradicional oferece.

Conclui-se que por mais que esses agentes do circuito inferior vivam permeados por tantas possibilidades financeiras, típicas da globalização, os trabalhos de Montenegro (2006 e 2011) – além do trabalho de Silva (2012) – apontam igualmente que ainda parece se fazer presente a importância do dinheiro líquido entre os agentes do circuito inferior.

Uma das características dos bancos comunitários é a realização de empréstimos em dinheiro líquido – seja ele em moeda local ou em reais – a juros extremamente baixos em relação aos obtidos no mercado financeiro. Como

mostraram nossos trabalhos de campo, a totalidade dos emprestadores pode ser considerada como agentes do circuito inferior, que habitam a periferia da capital do estado de São Paulo, onde estão localizados esses bancos (como retrataremos no capítulo 3 da dissertação).

Cabe notar, portanto, que as moedas locais podem ser também consideradas como um novo nexo financeiro da economia urbana brasileira, –, e que elas surgem no Brasil na década de 1990 por diversos motivos, dentre eles:

grupos sociais optam pela criação de uma moeda local, buscando a sua adaptação às circunstâncias e necessidades do lugar. Com efeito, as políticas neoliberais, a sociedade de mercado e o aumento do desemprego são alguns dos motivos que impulsionam os movimentos para criação de moedas sociais. Em última instância, os grupos decidem criar uma “mola de escape” ao modelo capitalista, instituindo uma economia diversa para aumentar o volume e a circulação da moeda, elevando, assim, o poder de compra em lugares, que, via de regra, estão à margem da economia, e nos quais o dinheiro é uma instituição escassa e com pouca circulação (CAMINHA & FIGUEIREDO, 2011, p. 116)

Ainda segundo Caminha & Figueiredo (*op.cit*) essas moedas locais caracterizar-se-iam por serem 'paramoedas', visto que ao invés de concorrerem com a moeda nacional, são um complemento à elas.

Outro ponto já mencionado, e que merece destaque, é que as moedas locais têm como principal característica a não acumulação de juros, levando seus usuários a mantê-la em circulação. De acordo com uma das Procuradoras do Banco Central do Brasil, as moedas locais caracterizam-se por serem sistemas criados e administrados por grupos sociais, para viabilizar a realização de pagamentos, trocas ou transmissão de obrigações entre os membros de uma determinada comunidade (FREIRE, 2007).

Partindo do universo de análise exposto sobre os novos nexos financeiros dos circuitos da economia urbana, podemos nos perguntar: os agentes do circuito inferior estão mais próximos dos fixos geográfico-financeiros, por estarem inseridos na metrópole informacional de São Paulo? Utilizar-se-iam desta nova modalidade financeira, a moeda local? Conforme Milton Santos argumenta, os indivíduos que vivem nas periferias das grandes cidades brasileiras estão sendo condenados duas vezes à pobreza: a primeira pelo modelo econômico vigente, a segunda pelo modelo territorial presente nas grandes cidades. Para ele, este último determina quem deve

ser mais ou menos pobre, somente por morar neste ou naquele lugar (SANTOS, [1987] 2012, p.143).

Conforme a bibliografia analisada, podemos estabelecer já algumas questões pertinentes que permearão nosso universo de análise nos próximos capítulos:

1. O Estado e as “organizações de solidariedade” tiveram um papel ativo na criação dos bancos comunitários? Seriam eles “fixos geográficos públicos” (SANTOS, [1987] 2012, p.142) arquitetados em princípios sociais de acordo com as necessidades da população?

2. Se a pobreza se desenvolve mais na periferia, os agentes do circuito inferior necessitam primordialmente do dinheiro líquido para sobreviver. Como será visto, a metodologia sobre a qual estão assentados os bancos comunitários prevê que eles sejam implementados em lugares com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e alta exclusão a bens e serviços. Neste sentido, caberiam também as seguintes perguntas: seriam os estabelecimentos que aceitam a moeda local pertencentes ao circuito inferior? E os bancos comunitários? São eles, da mesma forma, agentes do circuito inferior da economia urbana?

3. Essa nova modalidade financeira – as moedas locais — influenciaria de alguma maneira o Sistema Financeiro Nacional (SFN)? Quais as normas existentes para sua regulamentação financeira?

Fundamentados numa ampla revisão bibliográfica, assim como em uma rigorosa pesquisa documental, o próximo capítulo terá como objetivo principal entender por que surgiram, como funcionam, e onde estão distribuídos os bancos comunitários no território brasileiro.

CAPÍTULO 2- GÊNESE E EVOLUÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Conforme a revisão bibliográfica realizada, pode-se dizer que os bancos comunitários caracterizam-se por serem instituições que prestam serviços solidários voltados para a geração de trabalho e renda, visando principalmente a reorganização das economias locais, tendo como base os princípios da economia solidária. O objetivo principal destes bancos é promover o desenvolvimento de áreas onde predominam usos por população de baixa renda, através da criação de redes locais de produção e consumo (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009, p.21).

A definição acima só foi proposta no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários do Brasil em 2007, na cidade de Iparana no Ceará. É também nesse estado que tem início a história dos bancos comunitários no Brasil, com a criação do Banco Palmas no ano de 1998. Desde então, os bancos comunitários, aos poucos, passaram a ser objeto de investigação de trabalhos acadêmicos, sendo a maior parte dos grupos de pesquisa ligados à economia e à sociologia⁴². É possível afirmar que existe uma lacuna em pesquisas e formação de grupos que se debrucem nessa temática, principalmente em departamentos de geografia, e neste sentido podemos perguntar: como estabelecer uma abordagem geográfica deste fenômeno?

Tendo em vista essa preocupação, empreendemos nossa pesquisa bibliográfica, documental, e assim como um exaustivo levantamento de dados sistematizados em trabalhos de campo que permitiram dividir este capítulo em três pontos centrais, e analisar do ponto de vista da Geografia os bancos comunitários e as moedas locais no Brasil.

Assim, o primeiro ponto se refere à dimensão nacional do fenômeno, e procura identificar as determinações que derivam da ação do Estado para a difusão destes bancos no território. De início, buscar-se-á compreender como são feitos os projetos ligados aos bancos comunitários pelo Estado, que atua por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Daí provém algumas perguntas: a SENAES estaria

⁴² Como exemplo, elencamos alguns dos principais pesquisadores que possuem preocupação com esta temática, como o economista Márcio Crocco do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar); o doutor em Sociologia e professor da Universidade Federal da Bahia Genauto Carvalho de França Filho; o grupo de pesquisa do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social da Universidade Federal do Ceará, coordenado pelo Professor Jeová Torres Silva Júnior; Joaquim de Melo Neto Segundo, diretor do Instituto Palmas e que descreve suas experiências sobre o Instituto e sobre o Banco Palmas.

ligada a outras políticas e programas governamentais? Como se dá a *ação* do Estado na promoção de políticas públicas ligadas aos bancos comunitários?

Outra questão central é compreender como se dá participação do Estado na promoção de *normas* em relação às moedas locais, visto que são "moedas paralelas" utilizadas pelos bancos comunitários com o objetivo de fortalecer o crescimento endógeno das comunidades. Questiona-se o seguinte ponto: o Estado é um "auxiliador" ou um "entrave" ao uso das moedas locais?

Sabe-se que por muitos anos, no âmbito da economia regional, o estudo das moedas não despertou o devido interesse dos pesquisadores, dado que o fenômeno monetário foi considerado "neutro" em sua influência em longo prazo e, portanto, foi sub-representado nos estudos de desenvolvimento regional. Para Ron Martin (1999), foi a partir da década de 1980 que se desenvolveu uma "geografia da moeda", ganhando destaque no Brasil autores como Crocco & Menezes (2005 e 2009), com ênfase no entendimento da "moeda" em relação ao desenvolvimento regional sobre a ótica da Teoria Keynesiana, a partir da proposta de que a liquidez da moeda levaria a um desenvolvimento econômico tanto em curto como em longo prazo. No caso das moedas locais, estas estariam restritas ao bairro e lastreadas em Reais (R\$) e com único objetivo de desenvolvimento socioeconômico da comunidade, uma vez que serviria para estimular o consumo nos empreendimentos locais (SEGUNDO, 2012, p.1).

Com base nesse raciocínio, as moedas locais promovem "desenvolvimento regional" como propõe os autores? Como se realiza a dinâmica das moedas locais nas áreas em que estão instalados os bancos comunitários? Entendemos que este é um conjunto de questões que podem nortear esta parte do trabalho.

Uma segunda preocupação importante deste capítulo é nos aproximarmos de algumas características do Banco Palmas, visto que ele foi utilizado como um modelo para a formulação da metodologia dos bancos comunitários no Brasil, metodologia que vem sendo replicada pelo Estado para a difusão de novos bancos comunitários. O que levou este banco comunitário a ser implementado? Quais foram os agentes criadores do banco? Nesse ponto, uma de nossas intenções é também entender como o Instituto Palmas (que seria implementado após o Banco Palmas) criará uma rede capilarizada nos estados do Nordeste do Brasil, assim como

compreender a teia de relações que o Instituto traceja com outras organizações, que estão além de suas fronteiras.

No último ponto, através do tripé que fundamenta nossa investigação – pesquisa bibliográfica, documental e trabalhos de campo – temos como objetivo primordial fazer uma topologia dos bancos comunitários no território brasileiro, por meio das Regiões brasileiras definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aprofundaremos ainda nosso entendimento sobre a dinâmica dos bancos comunitários e das moedas locais nos lugares, com o estudo de caso da Região Sudeste, por intermédio da análise dos dados disponibilizados pelo Núcleo de Economia Solidária (NESOL) da Universidade de São Paulo. O intuito é entender como a "ação" do Estado se territorializa nos lugares onde estes bancos comunitários atuam.

2.1 O papel do Estado: políticas públicas e normas relacionadas aos bancos comunitários e às moedas locais

Como explicitado na introdução deste trabalho, os bancos comunitários são caracterizados por ser um serviço financeiro com base nos princípios da economia solidária, e que atua em lugares do território que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Ao iniciarmos uma análise sobre esta temática, entendemos que em sua maioria, a criação dos bancos comunitários está diretamente relacionada às políticas públicas implementadas pelo Estado Federal a partir do ano de 2003, quando foi criada a Secretaria de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A SENAES, portanto, foi instalada ainda no início do primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Mesmo a SENAES sendo autônoma em relação aos demais ministérios, no presente momento, as políticas relacionadas à economia solidária foram também incorporadas ao Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), com a finalidade de superar a extrema pobreza em todo território brasileiro. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o responsável administrativo pela gestão do Plano Brasil Sem Miséria (doravante, PBSM) através da Secretaria Extraordinária

para a Superação da Extrema Pobreza, contando também com outras instâncias como o Ministério da Casa Civil, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão⁴³.

Os eixos de atuação do PBSM são três: Eixo Garantia de Renda, Eixo Inclusão Produtiva e Eixo Acesso a Serviços Públicos. O objetivo fundamental é alcançar a elevação da renda *per capita* e o aumento das condições de bem-estar da população que se encontra no nível de extrema pobreza. Dentre estes Eixos, o que está diretamente ligado à implementação dos bancos comunitários é o Eixo de Inclusão Produtiva, que tem como finalidade gerar ocupação e renda para as populações pobres que vivem nas cidades. Como pode ser observado no Fluxograma 1, a economia solidária insere-se neste Eixo, e os bancos comunitários seriam uma das três vertentes que a SENAES trabalha, além dos Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário⁴⁴.

O PBSM prevê a formação e divulgação de redes de empreendimentos solidários, de atividades empreendedoras coletivas, micro e pequenas empresas e constituição de incubadoras para geração de ocupação e renda. Fica claro que há ligação entre o PBSM/MDS e SENAES/MTE de acordo com o último Edital do SENAES/MTE nº001/2013, intitulado "*Apoio e Fomento as Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário*". Está explícito já no objetivo deste Edital três vertentes que enfatizam o caráter "solidário" da política; o Edital mostra ainda as finanças solidárias "como instrumentos na promoção do desenvolvimento territorial sustentável com superação da extrema pobreza, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, do Governo Federal" (Edital nº001/2013).

⁴³ Decreto nº 7.492, 2 de junho de 2011.

⁴⁴ Informações obtidas através de entrevista realizada com Diogo Jamra Tsukumo, atualmente Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 05/05/2014, Brasília-DF. A entrevista completa segue anexada ao final da dissertação.

Fluxograma 1. Funcionamento do Plano Brasil Sem Miséria, 2014

Fonte: Adaptado do Plano Brasil Sem Miséria, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MSD), 2011.

Cronologicamente, a SENAES surge antes do PBSM, já que o objetivo do Plano foi o de buscar unir diversos programas sociais e de geração de renda, que já existiam no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e em outros governos anteriores, como por exemplo: o Água para Todos, Brasil Sorridente, Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos, dentre outros. Assim sendo, o Plano tem como finalidade não só alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (estipulado pela Organização das Nações Unidas para ser alcançado em 2015) como também garantir a todos os cidadãos brasileiros direitos constitucionais, como saúde, educação, moradia, saneamento básico, entre outros bens de dignidade.

É necessário frisar que os beneficiados do PBSM correspondem à população cuja renda familiar mensal *per capita* é de até R\$70,00⁴⁵, sendo que este número corresponde ao mesmo valor de referência do Bolsa Família, hoje o maior programa de distribuição de renda no país, que também compõe o PBSM (no Eixo Garantia de Renda). Segundo o Censo de 2010, existiriam no Brasil 16, 2 milhões de pessoas que estão abaixo da linha de extrema pobreza, sendo que deste total, 59% localizam-se na Região Nordeste (CENSO IBGE, 2010), Região onde encontra-se também a maior parte dos bancos comunitários, como será analisado no segundo subitem deste capítulo.

Como a SENAES é a responsável principal pelo monitoramento das informações, pelo apoio institucional e financiamento para a implementação dos bancos comunitários no território brasileiro, pareceu-nos profícuo fazermos uma análise mais circunstanciada de sua dinâmica e funcionamento em relação a estes Bancos. Segundo Diogo Jamra Tsukumo – Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – a Secretaria funciona como gestora das informações e das finanças, delegando a função de implementação e "montagem" dos bancos comunitários às "entidades executoras". Juridicamente, estas entidades executoras são Organizações Não Governamentais (ONGs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)⁴⁶ ou até mesmo os próprios bancos comunitários. De acordo com a seleção feita pelos editais oficiais supracitados, a divisão do trabalho para a organização dos bancos comunitários no Brasil estaria assim definida: cada entidade executora se responsabiliza por uma Região do território brasileiro (perfazendo assim cinco “*entidades executoras regionais*”), sob a coordenação geral de uma “*entidade executora nacional*”.

⁴⁵ Importante elencar que o valor estabelecido pelo PBSM está acima do estipulado pela Organização das Nações Unidas (ONU) pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2000, que aponta que a população que está na linha de extrema pobreza é aquela com renda *per capita* de até US\$1,25 por dia.

⁴⁶ Vale destacarmos aqui a diferença entre organizações sociais e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Segundo Marcelo Alexandrino, permite-se apontar algumas dessemelhanças entre estas organizações, a saber: 1) participação de agentes do Poder Público na estrutura da entidade: a participação de agentes do Poder Público no Conselho de Administração é obrigatória nas organizações sociais; não há essa exigência na OSCIP; 2) instrumento da formalização da parceria: nas organizações sociais o vínculo entre a entidade privada e o Poder Público é formalizado mediante a celebração de *contrato de gestão*; nas OSCIPs, mediante *termo de parceria*; 3) exigências de ordem contábil/fiscal: para a entidade privada qualificar-se como OSCIP são exigidos, entre outros documentos, o balanço patrimonial e o demonstrativo de resultados do exercício, bem assim a declaração de isenção do imposto de renda; para qualificação como organização social não há tais exigências. (ALEXANDRINO, 2007, p.71)

Desde o ano de 2010, durante a implementação do primeiro Edital sobre o tema específico dos Bancos Comunitários (o SENAES/MTE nº03/2010, *Ação de Fomento às Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários*) as entidades executoras regionais eram:

1. *Instituto Capital Social da Amazônia* como entidade de referência para a Região Norte do país;
2. *Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão* (Fapex), responsável pela difusão dos Bancos Comunitários na Região Nordeste;
3. *Núcleo de Economia Solidária* (NESOL) da Universidade de São Paulo, entidade da Região Sudeste;
4. *Banco Bem*, responsável pela instalação/funcionamento dos Bancos no Centro-Oeste brasileiro.

Neste Edital, ficou definido que a entidade executora de dimensão nacional seria o *Instituto Palmas*. Após este primeiro Edital de 2010, cabe destacar que no último Edital publicado em 2013 (Edital nº001/2013), foram selecionadas outras entidades executoras, sendo elas: *Instituto Palmas* (para a Região Nordeste), manteve-se o *Instituto Capital Social da Amazônia* para a Região Norte, e definiu-se o *Ateliê de Ideias* como entidade executora regional para o Sudeste e Centro-Oeste brasileiros. A entidade executora de suporte nacional para esse Edital passa a ser o *Núcleo de Economia Solidária* (NESOL) da Universidade de São Paulo⁴⁷. Segundo relato de Diogo Tsukumo, a divisão do trabalho entre as entidades executoras se daria da seguinte forma: enquanto estas entidades regionais possuem o ofício de elaborar um projeto com o custo de implementação de um banco comunitário, selecionar os lugares onde serão implementados novos bancos, dar suporte aos que já estão instalados (assim como de apresentar as finanças e o que está sendo feito)⁴⁸, a

⁴⁷ A Região Sul do país é a única que não possui nenhum banco comunitário, e, portanto não há entidade executora regional.

⁴⁸ Segundo o Edital nº001/2013, as entidades executoras regionais tem como missão implementar as atividades voltadas a processos participativos e sistemáticos de assessoramento técnico na qualificação da gestão e da sustentabilidade socioeconômica de cada tipo de iniciativas de finanças solidárias com a aplicabilidade de metodologias direcionadas as etapas de planejamento, monitoramento, acompanhamento, avaliação e sistematização por cada uma das iniciativas de finanças solidárias nos territórios e municípios selecionados, com destaque específico para as seguintes atividades: I) Diagnóstico das oportunidades através de instrumentais (como, por exemplo, o mapeamento da produção e consumo nos territórios e comunidades); II) Elaboração e execução de *planos de desenvolvimento institucional* (gestão e organização), por tipo de iniciativas de finanças solidárias; III) Suporte ao

entidade executora nacional tem a atribuição de promover encontros entre todas entidades executoras regionais, fazer a capacitação e sistematizar a metodologia que está sendo utilizada. A SENAES participa desses encontros, assim como tem o dever de unir todas as informações, e também fazer uma análise financeira das entidades executoras regionais⁴⁹.

No intuito de captarmos o papel do Estado frente à promoção dos bancos comunitários na dinâmica da formação sócio-espacial brasileira, pareceu-nos interessante buscar uma análise dentro dos conceitos que vêm sendo desenvolvidos pela Geografia. Sendo assim, elencamos para a compreensão da ação destas entidades os conceitos de círculos de cooperação e circuito espacial produtivo. Respectivamente, esses conceitos nos auxiliam a entender a dinâmica dos fluxos imateriais e dos fluxos materiais no território (SANTOS & SILVEIRA, 2002, p. 143, 144).

Para Santos ([1988] 2008, p. 56), os circuitos espaciais produtivos caracterizam-se por serem as diversas etapas pelas quais passam um produto, isto é, do início ao fim da produção. Já os círculos de cooperação são o "comando das instâncias organizacionais" (SANTOS & SILVEIRA, 2002, p. 147) e

fortalecimento e expansão dos empreendimentos por tipo de iniciativas de finanças solidárias, visando o desenvolvimento de tecnologias e inovações de serviços financeiros, creditícios e bancários, como as linhas de financiamento para consumo, o uso de moeda social, linha de financiamento para produção sócio-comunitária, correspondência bancária, etc.; IV) Visitas monitoradas programadas pelas Equipes de Coordenação (ECs), mobilizando os Agentes de Finanças Solidárias ou de Inclusão Produtiva (AFSs), além do suporte de Consultores Especializados (CEs); e V) Apoio aos fluxos e mecanismos de diálogo e participação social na gestão e desenvolvimento dos tipos de iniciativas de finanças solidárias, garantido desse modo, a protagonismo de segmentos sociais das comunidades e/ou territórios, na forma de organização de fóruns locais econômicos que garantam com destaque o envolvimento dos empreendimentos individuais e coletivos.

⁴⁹ O Edital nº001/2013 pormenoriza as responsabilidades da entidade executora de porte nacional, sendo elas: I) Fornecer o apoio operacional e logístico às atividades do Comitê Temático de Crédito e Finanças Solidárias do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), com o objetivo de apoiar o desenvolvimento das atribuições e responsabilidades estabelecidas no regimento interno, garantindo, no mínimo, a realização de 12 reuniões ordinárias; II) Promover o apoio operacional e logístico às atividades de intercâmbio, integração e articulação das instituições parceiras executoras regionais no âmbito do Comitê Temático de Crédito e Finanças Solidárias do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), garantindo, no mínimo, a realização de 12 reuniões ordinárias; III) Fornecer subsídios para aprimoramento das ações de apoio às iniciativas de finanças solidárias; IV) Desenvolver atividades com foco na organização de informações, levantamentos e pesquisas para elaboração de referências conceituais e metodológicas, além de sistematização como forma de estruturar a estratégia denominada de sistemas territoriais de finanças solidárias, por meio dos três tipos de finanças solidárias; V) Organizar e apoiar a participação das iniciativas de finanças solidárias na II Conferência Nacional das Finanças Solidárias, como forma de contribuir para na realização da III Conferência Nacional de Economia Solidária (CNES).

tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informações (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção. (CASTILLO, 2004, p. 95).

Neste sentido, entendemos que os novos usos do território em relação ao papel do Estado brasileiro – e das entidades executoras frente aos bancos comunitários – podem ser analisados a partir dos círculos de cooperação formados por estas políticas. Enquanto a SENAES possui o papel de comando das ações, ao mesmo tempo institucionaliza novos atores, para que estas ações sejam promovidas em parcelas determinadas do território, já que compete a cada uma das "entidades executoras regionais" a responsabilidade de operacionalizar e fazer o acompanhamento dessas políticas públicas nas regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste).

As evidências que descrevemos acima nos aproximam do entendimento de que a SENAES, juntamente com as entidades executoras, têm o papel de definir e disseminar a metodologia de funcionamento dos bancos comunitários no território brasileiro. Antas Jr. (2005) nos coloca que no período atual há uma regulação híbrida do território, definida pela participação conjunta do Estado, das corporações privadas e das “organizações de solidariedade”. Trataremos, portanto, os círculos de cooperação sob esta perspectiva, isto é, através da hibridez que caracteriza a regulação do território brasileiro. Recentemente, Antas Jr. (2013) mostra que os círculos de cooperação são cada vez mais caracterizados pela

presença de agentes variados e que não necessariamente mantém relações entre si, porém todos eles têm em comum o fato de que estimulam e favorecem a ampliação das redes (...) Frequentemente tais agentes pertencem às estruturas de Estado, mas há também de variadas organizações sociais (especialmente sindicatos de abrangência nacional ou de ONGs de ação internacional) (ANTAS Jr. 2013, p. 4)

De acordo com nossa análise, feita sobretudo a partir do último Edital do SENAES/MTE (2013), os principais agentes ligados ao funcionamento dos Bancos Comunitários seriam a própria SENAES (desempenhando seu papel de órgão do Estado central) e as entidades executoras (NESOL-USP; Instituto Palmas, Instituto Capital Social e Ateliê de Ideias). Sabemos também que, dentro deste contexto, os

bancos comunitários em si não possuem a lógica dos atores hegemônicos, todavia, criam materialidade na formação socioespacial brasileira e também alteram a configuração dos lugares, como será discutido posteriormente durante a análise dos dados dos trabalhos de campo. Podemos dizer, portanto, que as entidades executoras podem ser consideradas como "organizações de solidariedade", que segundo Antas Jr. (2005) compreendem as Organizações Não-Governamentais (ONG), as Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) assim como todas as organizações sociais, que também são capazes de promover neste novo período *normas* no território usado. O Organograma 1 (abaixo), procura mostrar os círculos de cooperação dos quais fazem parte os bancos comunitários.

Organograma 1. Círculos de Cooperação que compõem os bancos comunitários (dez. 2013- nov.2015)

No que se refere particularmente ao papel das OSCIP, Moreira Neto (1997) entende que elas desempenham atividades que, *a priori*, o Estado teria a obrigação de cumprir. Para o autor,

Destarte, o Estado, nessa nova ótica, reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços para assumir o caráter de regulador, indutor e mobilizador dos agentes econômicos e sociais, cuja principal função seria simplesmente promover a coordenação estratégica do desenvolvimento, da integração regional e da inserção no mercado internacional, evitando, assim, a precarização dos serviços públicos e uma maior exclusão social (MOREIRA NETO, 1997, p. 186-188).

As OSCIP são vistas hoje como “braços operacionais” do Estado, já que este não consegue atender às demandas que lhe são atribuídas. Por isso, essas organizações têm grande poder de articulação, o que as colocam em um patamar importante quando se trata de pensar, mas principalmente de executar políticas públicas⁵⁰. A capacidade que possuem de mobilizar a opinião pública, aliada ao fato de representarem áreas de interesse determinadas, permitem que elas negociem melhorias, ações, financiamentos e até mesmo aprovação – ou não – de Projetos de Lei no Congresso Nacional. No caso das entidades executoras do Edital em vigência do SENAES, nem todas são OSCIP, mas também ONGs, como é o caso do Instituto Capital Social e do Ateliê de Ideias.

Dentro deste contexto, o que nos chama atenção é a capilaridade que o Instituto Palmas alcançou no território brasileiro desde o Edital do SENAES de 2010, período em que ele era a entidade executora nacional. Como veremos com maior nível de detalhamento no próximo subitem deste capítulo, o Instituto Palmas surgiu da necessidade que o Banco Palmas apresentava em dinamizar alguns processos burocráticos. Durante o período de vigência de 24 meses (entre 2011 e 2012) deste Edital do ano de 2010, foram implementados 44 bancos comunitários no território brasileiro. O Instituto Palmas, assim como os bancos comunitários de grande porte, como é o caso do Banco Bem (também entidade executora regional neste Edital de 2010), são caracterizados enquanto “OSCIPs de microcrédito”. A respeito desta designação, nota-se que as OSCIPs foram regulamentadas pela Lei nº 9.790, que as

⁵⁰ Durante a entrevista realizada com Diogo Jamra Tsukumo, no que diz respeito às entidades executoras, o gestor nos mostra que elas são contratadas visto que determinadas atividades o poder público não sabe fazer, em suas palavras: “*O poder público sabe fazer um monte de coisa, mas tem coisas que não sabe fazer, prefiro que a sociedade civil faça em parceria com o poder público a partir dos objetivos e do programa que eu tenho*”.

considera pessoas jurídicas, de direito privado e sem fins lucrativos, sendo que têm como prerrogativa básica atender aos objetivos sociais e normas estatutárias instituídos por esta Lei. Todavia, o Artigo 2º desta Lei - inciso XIII - coloca que organizações creditícias que possuam qualquer vinculação com o sistema financeiro nacional (que se refere ao artigo 192 da Constituição Federal⁵¹) não são consideradas uma OSCIP.

Desta forma, como é possível classificar alguns bancos comunitários sob o prisma da legislação federal vigente? Do ponto de vista legal, segundo o coordenador do Banco Palmas – João Joaquim de Melo Neto Segundo (2008, p.1) –, os bancos comunitários foram instituídos como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); porém, de acordo com o inciso XIII da Lei que promulga as OSCIP, isso não poderia ocorrer, já que os bancos comunitários seriam organizações creditícias.

Embora a Lei n 9.790 tenha sido instituída em 1998 – mesmo ano de início das atividades do Banco Palmas – ainda não houve nenhuma Emenda Constitucional que alterasse o inciso XIII do Artigo 2º. Isso parece demonstrar como as normas jurídicas não conseguem seguir a velocidade que as mudanças deste novo período nos impõem⁵². Mostra-se então um caso de superveniência jurídica, visto que os fatos antecedem a ação normativa do Estado.

Partimos neste momento para o segundo objetivo deste subitem, isto é, o entendimento das *normas* relacionadas às moedas locais no território brasileiro. Torna-se imprescindível destacar a importância que as *normas* adquirem no período da globalização. Milton Santos já nos sinalizava que neste novo período é necessário compreendermos a "organização das coisas" e “daí a necessidade de adoção, de um lado, de objetos susceptíveis de participar dessa ordem e, de outro lado, de regras de ação e de comportamento a que se subordinem todos os domínios da ação

⁵¹ Art. 192 - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (Alterado pela EC-000.040-2003)

⁵² Segundo Antas Jr. (2003, p.2-3) é necessário compreendermos três tipos de normas que atuam no espaço geográfico, são elas: as *normas morais*, que se cumprem em função de uma convicção interna de cada indivíduo; as *normas do trato social* que correspondem à regulação dos comportamentos naquilo que tange o convívio social no quadro de uma ordem social determinada; e as *normas jurídicas*, que segundo o autor são externas e, portanto são impostas aos indivíduos através de uma gama de regulamentações que cresce conforme aumenta a densidade técnica da sociedade.

instrumental” (SANTOS, [1996] 2008, p.152). Neste caso, quais "regras de ação e de comportamento" estão ligadas a dinâmica das moedas locais? Aparentemente, compreender as normas que se ligam as moedas locais elucidaria também nosso entendimento da coordenação da ação dos agentes, assim como o detalhamento da organização do espaço geográfico onde atuam os bancos comunitários.

Sobre o prisma das *normas*, como é feita a regulamentação das moedas locais em território brasileiro? Teoricamente, o uso de uma "moeda paralela" incitaria a diminuição da soberania nacional, como prevê a Constituição Federal de 1988, onde há leis que determinam o monopólio estatal da emissão da moeda nacional. É neste sentido que o Banco Central do Brasil (BACEN) atua como "guardião" da moeda nacional, impedindo que outras surjam e compitam com esta (CAMINHA e FIQUEIREDO, 2011, p. 118).

O primeiro conflito enfrentado pelos bancos comunitários em relação à moeda local se deu quando o Banco Palmas passou a ser investigado pelo Banco Central do Brasil, pela suspeita de que o *Palmas* (moeda local do Banco Palmas) atentaria contra a soberania brasileira. Este foi, no mínimo, um fator de obstrução por parte do Estado na implementação dessas moedas paralelas.

Como mostra o coordenador do Banco Palmas, é digno de nota o fato de

em 2003 o Banco Central ter processado criminalmente o (pequeno) Banco Palmas por ter criado a Moeda Palmas, segundo eles, uma moeda paralela. Ainda em 2011 o Ministério Público, através de um processo administrativo, pediu explicações ao Banco Palmas sobre o funcionamento e a legalidade dessa moeda (SEGUNDO, 2012, p.1)

Segundo entrevista concedida pelo promotor que julgou o caso em 2003 – Emmanuel Roberto Girão Pinto⁵³ – o Banco Central apenas atuou porque o assunto sobre as “moedas sociais” estava sendo vinculado na mídia, e frisa ainda que a principal causa para o Banco Central ter agido foi a reportagem feita pela revista semanal *Isto É*⁵⁴, visto que a matéria denotava uma certa omissão do caso pelo Banco Central. O promotor ainda lembra que foi pessoalmente até o Banco Palmas e viu que por mais que as moedas em questão não fossem regularizadas pela União, traziam benefícios sociais para a comunidade, e, portanto, arquivou o caso.

⁵³ Caso produzido em 2011 para a Casoteca DIREITO GV, por Nicole Julie Fobe e Renato Vilela.

⁵⁴ Revista *Isto É*, matéria: “Aceita Palmas?” Caderno Economia e Negócios. Edição 1737 de 15 de janeiro de 2003.

Afinal, o que constitui uma moeda? Se para a Constituição Brasileira (1988) apenas o Estado pode fornecê-la, seriam as moedas locais, portanto, uma “afronta” à soberania do Estado nacional? Independentemente do consenso (ou dissenso) em relação a esta questão, é importante por em relevo os benefícios de coesão interna nos bairros que estas moedas locais promovem, assim como o desenvolvimento do lugar que elas ensejam. Como mostra parte da bibliografia analisada que trata das moedas locais no Brasil, “diante da inércia do Estado em promover determinados serviços essenciais, a comunidade tomou as rédeas da situação e implantou um mecanismo não oficial que permite o seu desenvolvimento” (Fobe *et al*, 2011, p. 12).

Embora as moedas locais chamem “a atenção pela potencialidade e, ao mesmo tempo, pela desregulamentação absoluta, não há, no Brasil, marco regulatório algum em se tratando de moedas complementares” (Fobe *et al*, 2011, p. 2). A Constituição Federal de 1988 diz que é competência exclusiva da União a emissão de moeda (art. 164), todavia, as moedas locais possuem natureza diversa da moeda nacional de curso forçado, além de não terem por objetivo a substituição ou restrição ao uso do Real.

É justo elencar que nos últimos anos (mais precisamente, desde 2009) o Banco Central (BACEN) vem promovendo a discussão sobre um marco regulatório das moedas locais no território brasileiro. Essa discussão foi feita durante o I e II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira (em 2009 e 2010, respectivamente) pelo próprio Banco, mas também com os principais representantes dos bancos comunitários e a SENAES-MTE (ambos nomeados pelo BACEN de *stakeholders*). Os principais resultados obtidos nesses Fóruns indicam que:

I- ficou instituído que as Moedas Locais/Sociais estariam incorporadas ao Projeto de Inclusão Financeira do Banco Central (I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira 2009);

II- ainda no I Fórum (2009) foi assinado um acordo de cooperação técnica de acompanhamento e evolução de moedas locais no Brasil entre Banco Central do Brasil e Secretaria de Economia Solidária;

III- no II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira (2010) concluiu-se que os bancos comunitários não são considerados instituições financeiras, e as moedas sociais circulantes locais não se submetem a autorização do Banco Central,

pois entendem que a moeda local está vinculada às políticas públicas de combate a pobreza e de promoção do desenvolvimento local e;

IV- no mesmo Fórum foi concluído que em volume e natureza, a emissão de moedas sociais circulantes locais em programas de finanças solidárias não tem o condão de afetar a normalidade da circulação fiduciária do real ou de gerar impacto de magnitude que ofereça risco ou afete o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (FÓRUM BANCO CENTRAL INCLUSÃO FINANCEIRA, 2010, p.150)⁵⁵.

Todavia, devemos elucidar que a SENAES, quando questionada sobre o marco regulatório e o acordo de cooperação técnica assinado em 2009, alega que este projeto encontra-se parado⁵⁶. É necessário aqui nos perguntar: a quarta conclusão proposta pelo Banco Central (de que os bancos comunitários não são considerados instituições financeiras), finalizaria a questão da superveniência jurídica sobre as OSCIPs de microcrédito?

Sabemos que concomitantemente a essas ações, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 93/2007, apresentado pela deputada Luiza Erundina⁵⁷, que estabelece a regulamentação dos bancos comunitários e das moedas locais:

Art. 10º Os Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário estão autorizados a prestar os seguintes serviços financeiros, nas condições e limites fixados pelo Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias, e mediante expressa autorização do mesmo. Segundo o inciso X - Operar moedas sociais de circulação adstrita à sua área de atuação (Projeto de Lei Complementar nº 93/2007)

Enquanto não há regulação das moedas locais, vale notar que o próprio Estado brasileiro adota posturas e normas contraditórias em relação ao seu uso pela

⁵⁵ Os próximos fóruns anuais que ocorreram sobre a égide Inclusão Financeira (III, IV e V Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira) não tiveram como temas de discussão os bancos comunitários nem as moedas sociais, segundo anais e sítio do Banco Central. Os principais assuntos nos últimos Fóruns foram: Diagnóstico do Mercado, Marco Regulatório para Inclusão Financeira, Educação Financeira e proteção ao consumidor de serviços financeiros, *Mobile Payment* e Outros Arranjos de Pagamento, Panorama da Inclusão Financeira no Brasil, Perspectivas sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, Sistema de Proteção e Fortalecimento do Cooperativismo de Crédito e Desafio de Educar na Oferta de Crédito.

⁵⁶ Para mais informações ver nos anexos deste trabalho entrevista realizada com *Diogo Jamra Tsukumo*, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); realizada em 06/05/2014, Brasília-DF.

⁵⁷ O Projeto de Lei foi apresentado pela Deputada Luiza Erundina em 02/08/2007 e foi retirado da pauta de votação pelo Deputado Eudes Xavier em 03/08/2011. (<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=361065>)

população brasileira. Cabe discorrermos aqui que as "moedas paralelas" não são uma questão exclusivamente brasileira, assim como os estudos acadêmicos que vêm sendo desenvolvidos a seu respeito.

A literatura internacional nos mostra que a chamada “moeda local/social” é denominada em inglês pela sigla *LETS*, que significa *Local Exchange and Trading Systems*. Este tipo de mecanismo monetário teria origem no Canadá em 1983, e dentre os trabalhos acadêmicos sobre o tema, esta é a abordagem que concentra a maior parte dos estudos identificados em nossa revisão bibliográfica. Nossas leituras mostram ainda que existem outras moedas alternativas, como o chamado *Time Dollars* (TD) nos Estados Unidos e os “Clubes de Trocas” (CT) criados na recessão Argentina da década de 1990. No caso brasileiro, estas moedas paralelas são mais comumente chamadas de Sistemas de Moeda Local (SML), que estão intrinsecamente vinculadas aos bancos comunitários (CROCCO & MENEZES, 2009).

A bibliografia nos mostra ainda que os Sistemas de Moeda Local (doravante, SML) são um instrumento para o desenvolvimento dos lugares, pois o "circulante local" atua em um determinado limite territorial e não tem validade fora de sua restrita área de abrangência, o que o difere da moeda nacional. Caracteriza-se, portanto, por conservar em seus próprios limites a riqueza real do local, e não simplesmente para realizar trocas dentro do sistema capitalista (CROCCO & MENEZES, 2009).

Outros fatores que qualificam a moeda local é que seu valor corresponde ao valor da moeda nacional, e ela não é criada com o intuito de transacionar ativos que rendam juros, como já citado anteriormente. Este segundo fator é que possibilita que a moeda local só “funcione” quando está em circulação, já que seu “entesouramento” não é remunerado. O fato de não incidirem juros sobre estas moedas faz com que os agentes receptores e consumidores dela não tenham a intenção de acumulá-la, o que é fundamental para que a metodologia dos bancos comunitários surta os efeitos de desenvolvimento local esperados.

O fato do circulante local não ter a incidência de juros possui grande sinonímia com a dinâmica das "moedas primitivas". Essas surgiram com o objetivo

de realizar apenas trocas de mercadorias, como era o caso do o sal⁵⁸, as manilhas, os *zimbos*, os *cauris* em momentos pretéritos da história em que a sociedade ainda era pouco sedentarizada e não necessitava – e nem produzia – grandes quantidades de excedentes (BRAUDEL, [1967] 1970, p. 367). Posteriormente surgem as "moedas metálicas"⁵⁹ que eram aquelas que já havia incidência de juros. Para John Maynard Keynes (1964 [1936]) a moeda se comporta em duas esferas: a primeira delas caracteriza a "moeda de troca" que tem por objetivo permitir a circulação de bens e serviços, a qual ele denominou de *produtiva*; a segunda moeda se define por gerar ganhos, ou seja, a moeda possui um “fim em si mesmo”, a qual Keynes elencou de *financeira*.

Obviamente, as moedas locais possuem características mais complexas que as "moedas primitivas"; todavia, segundo a teoria keynesiana, observamos uma característica em comum, a "forma produtiva" que ambas possuem.

Neste sentido, as moedas locais e/ou circulantes locais não se submetem a autorização do Banco Central – e até o presente momento não há marco regulatório para que elas possam circular em território brasileiro – sendo que o órgão entende que essas moedas não abalam o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Assim, pode-se inferir que as moedas locais possuem um "limite territorial" de atuação e que, portanto, não entrariam "em choque" com o Real, mesmo porque essas moedas são "produtivas" e servem única e exclusivamente para troca, ponto central para que seja possível o funcionamento dos bancos comunitários.

Conforme exposto neste subitem, pode-se dizer que os bancos comunitários estão ligados a uma política de Estado, sendo mais um instrumento que visa à supressão da extrema pobreza no país. Foi possível detalhar que o Estado não é o

⁵⁸ "Assim, o sal foi uma moeda nos <reinos> do Alto-Senegal e do Alto-Níger, e na Abissínia, onde os cubos de sal, <talhados, segundo um autor francês de 1620, à maneira de cristal de rocha, do comprimento de um dedo>, servem indiferentemente como moeda e como alimentação." (BRAUDEL, [1967]1970, p. 366).

⁵⁹No início, "cada metal representa o seu papel pessoal: o ouro é reservado aos príncipes, aos grandes mercadores (e até à Igreja); a prata, às transações vulgares; o cobre, no grau inferior, como é natural: é a moeda <<negra>> das pessoas modestas e dos pobres" (BRAUDEL, [1967]1970, p.379). O autor coloca que entre os séculos XIII ao XVI houve inflação do ouro, e que a moeda de prata ainda era mais utilizada, até que "o metal branco vai superabundar; é por sua vez o motor de uma inflação poderosa (*op.cit.*,p. 381), e no mesmo período o ouro torna-se raro e se valoriza. O ouro, dentre os demais materiais metálicos, além de ser estável, fracionável e esteticamente atraente (por representar o luxo e a riqueza), e também por ser um recurso mineral escasso e facilmente transportável, torna-se a moeda corrente na Europa e também em seu comércio com os demais países, permitindo portando, uma aceleração das trocas comerciais. Essas características das moedas metálicas é que tornariam possível o entesouramento das riquezas.

único agente de promoção desta política pública, pois existe um elo entre Estado e entidades executoras que compõem um círculo de cooperação, responsável por emanar ordens, capitais e informações (fluxos imateriais) permitindo o funcionamento e a articulação entre os bancos comunitários dispersos geograficamente.

Neste sentido, entendemos que se torna necessário um detalhamento maior de como se dá a difusão das moedas locais no território, de sua história, e de suas formas atuais. Para isso, o próximo subitem será dedicado ao surgimento do Instituto Palmas, cuja análise nos permitirá compreender também seu funcionamento, para que assim tenhamos elementos para definir com mais rigor nosso universo de análise específico, os bancos comunitários paulistas.

2.2 O Banco Palmas e a origem dos bancos comunitários no Brasil

Conforme frisado, o objetivo central dos Bancos Comunitários seria promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda através do fomento de redes locais de produção e consumo, apoiados nas premissas da economia solidária (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009, p. 23).

Como mostra João Joaquim M. Neto Segundo (2009, p. 2) são também características específicas dos bancos comunitários:

1. A própria comunidade deve decidir criar o banco, sendo esta gestora e proprietária do mesmo;
2. Atuar com duas linhas de crédito, uma em reais e outra em moeda local/social;
3. As linhas de crédito devem estimular a criação de uma rede local de produção e consumo, ou seja, devem promover o “desenvolvimento endógeno” do lugar;
4. Apoiar empreendimentos como feiras, lojas solidárias, etc.;
5. Atuar em territórios com alto grau de exclusão e desigualdade social;
6. Voltar-se para um público com alto grau de vulnerabilidade social (principalmente aqueles que são beneficiados pelos programas governamentais de caráter social);
7. Fundar sua própria sustentabilidade financeira em curto prazo.

Definido o papel dos bancos comunitários pela bibliografia consultada, parece-nos fundamental iniciarmos pela história do Banco Palmas, pois além de ser o primeiro banco comunitário criado no Brasil, foram as experiências ali desenvolvidas que vêm servindo como modelo para a instalação de outros bancos deste tipo no território. É importante frisarmos que com o surgimento do Banco Palmas houve a necessidade de se criar o Instituto Palmas, que se tornaria o órgão responsável por disseminar a metodologia do Banco Palmas, juntamente com as demais entidades executoras, como já retratado no subitem anterior.

Para compreendermos o Banco Palmas partiremos da análise de seu lugar de origem. Também temos em mente que é no *lugar* que se dão as condições e suportes para as relações globais em qualquer território (SANTOS, 2005, p.156), daí a importância de sua consideração.

O Banco Palmas surge no Conjunto Palmeiras, uma favela que se localiza na periferia de Fortaleza, no estado do Ceará. A história desta favela assemelha-se a muitas histórias conhecidas no âmbito da Geografia Urbana, que assim como outras favelas brasileiras, surgem da especulação imobiliária de determinadas áreas da cidade, que antes eram habitadas por população de baixa renda, e em determinado momento passam a ser de interesse do capital imobiliário.

No final da década de 1970, em função da execução do Plano Metropolitano de Fortaleza, algumas áreas litorâneas centrais passaram a ser locais de forte atuação de agentes imobiliários, já que o projeto tinha como intuito abrir novas ruas e avenidas e, conseqüentemente, valorizar áreas habitadas pela população pobre. Com o processo, "esta população indigente foi 'atirada' numa área pantanosa coberta por lama e vegetação densa. Enfim, em condições extremamente inadequadas para a convivência humana" (SILVA JÚNIOR, 2004, p.26), e é esta área que se refere o autor que deu origem ao então Conjunto Palmeiras, um lugar distante e "invisível" às políticas públicas da metrópole de Fortaleza.

Em meio a esta situação em que se encontravam, os moradores do Conjunto viviam em condições sub-humanas e passam a lutar por seus direitos enquanto cidadãos⁶⁰. "Segundo documentos produzidos pelos próprios moradores,

⁶⁰ Segundo a Diretora da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (Sra. Marinete Brito), em entrevista realizada a Silva Júnior em maio de 2002: "nós fundamos esta associação, fomos trabalhar em

a população despejada deveria assumir a construção de suas novas moradias em um prazo de 30 dias, para que a prefeitura não retirasse o material cedido para os despejados" (BRAZ, 2014, p. 92). É neste momento que outro agente passa a interferir na dinâmica local – a Igreja –, e que posteriormente, com outros atores, será protagonista na história do Banco Palmas. A pobreza e as condições de sobrevivência estavam muito aquém do suportável, surgindo então as "Comunidades Eclesiais de Base" (CEBs) que foram um elemento importante para a "construção do discurso e da ação política das organizações comunitárias" (*op.cit.*, p. 93), sendo a primeira forma de produzir articulação política entre os moradores. A CEB era naquele momento, além de local religioso, também lugar de encontro e de socialização dos habitantes locais. Posteriormente (em 1981), surge a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), que incorpora atualmente o Banco Palmas como um de seus projetos (SILVA JUNIOR, 2004, p. 25).

Através de entrevista realizada com a diretora da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), a Sra. Marinete Brito, Silva Júnior (2004, p. 28) nos mostra que a Associação desde sua criação na década de 1980 atua em três planos: político, econômico e social. O primeiro seria a participação das pessoas em torno da questão pública, o segundo dar-se-ia nas várias atividades econômicas empreendidas e o terceiro viria do reforço da base das relações e convivência dos moradores. Desta cronologia inferimos que a Igreja – através da Comunidade Eclesial de Base – e em seguida a formação de uma associação de moradores (ASMOCONP), foram favoráveis para que houvesse o início da cooperação e de incremento das relações de vizinhança no bairro.

Anos mais tarde, em 1998, é então implantado pela ASMOCONP o Banco Palmas, dando início a uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores locais através do uso de um cartão de crédito próprio, o *PalmCard*. O primeiro montante de dinheiro doado para o Banco Palmas foi obtido através de uma Organização Não Governamental – *Cearah Periferia* – que naquela ocasião doava crédito com o intuito de melhorar as condições de moradias em favelas na cidade

cima da necessidade do próprio local que era a questão da água, da energia, a questão do saneamento, que nós não tinha (*sic*) nada. E nós conseguimos."

de Fortaleza. Um dos principais articuladores desta empreitada com a *Cearah* Periferia foi Joaquim de Melo, naquela época padre da paróquia local. Como o mesmo já mantinha relações anteriores com a *Cearah* Periferia, isso facilitou a doação de R\$2.000,00 (Dois mil reais) para que o Banco Palmas pudesse dar início as suas atividades (SILVA JUNIOR, 2004, p. 35) colocando em uso o *PalmCard*.

Conforme demonstra Silva Jr. (2004, p. 35),

a semente que gerou todo Sistema de Microcrédito e Gestão da Economia Solidária, ancorado pelo Banco Palmas e comandado pela ASMOCONP/Banco Palmas, foi a criação de crédito com circulação local cujo objetivo era estimular as pessoas a consumirem no Conjunto Palmeiras. Assim, nascia o *PalmCard* – Cartão de Crédito do Banco Palmas.

Ainda de acordo com o autor, a implantação do *PalmCard* no Conjunto Palmeiras foi bastante difícil, já que os comerciantes ainda não possuíam um elo de confiança em relação ao cartão e ao Banco, que acabavam de surgir. Muitas reuniões foram realizadas e poucos comerciantes compareciam. Outro agravante é que estes comerciantes teriam que ceder 3% do valor da compra ao Banco Palmas, como taxa de administração do *PalmCard*. Apenas mais tarde a situação se inverteu, e os próprios comerciantes vinham procurar o Banco para poder se habilitar a usar o cartão.

Figura 1. Palm-Card. Fonte: Silva Júnior (2004, p. 35).

Nota-se que um dos objetivos iniciais do Banco Palmas – constituir uma rede solidária tendo como instrumento financeiro principal o *PalmCard* – baseia-se em uma das premissas da economia solidária e do microcrédito. Todavia, para Silva Júnior (2004, p.35), os agentes da Associação e do Banco Palmas só se aproximariam efetivamente dos princípios e dos preceitos da economia solidária em

2000, após a realização do I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária, em Mendes/RJ.

Logo depois dos primeiros contatos com a perspectiva da “economia solidária”, os gestores do Banco Palmas introduziram sua moeda própria para a circulação local (o *Palmas*), implementada no Conjunto Palmeira em 2002 através da "Metodologia de Fomento" (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 55). O *Palmas* (P\$) se constituiu como um projeto piloto desenvolvido pela Fundação holandesa Strohalm, e implementado pelo Instituto InStroDI⁶¹. Fundada na experiência destas duas instituições globais, o *Palmas* foi instalado a partir do chamado “Método Bônus de Fomento”, que é uma ferramenta de desenvolvimento local, concebida especialmente para “ativar a economia em comunidades com falta de liquidez” (RAMADA, 2003, p.5).

O método funciona da seguinte maneira: 1- utilizar o dinheiro como respaldo para a criação de um *circulante local*, que será utilizado para realizar um projeto social; 2- emprestar o dinheiro economizado desta forma para os tomadores de microcrédito; 3- aceitar o *circulante local* como meio de pagamento para estes créditos (RAMADA, 2003, p. 17).

De acordo com o uso convencional de microcrédito, o dinheiro cumpre sua função direta, como por exemplo, a de permitir a construção de uma obra no local. Neste uso convencional, o microcrédito não possui o que se pode chamar de “efeitos secundários” na economia local, e principalmente não atua de modo a mudar a estrutura do local. Já como propõe o método “bônus de fomento”, haveria uma mudança na estrutura do funcionamento da economia local, pois o dinheiro do microcrédito seria revertido em moeda social, e assim, o consumidor poderia usar o circulante nas suas transações diárias em estabelecimentos da comunidade; e por fim o dinheiro escoaria menos para outros lugares que não o da comunidade, como pode ser observado na figura 2.

⁶¹ O InStroDI está vinculado ao ASN Bank & SNS REEAL. O ASN Bank é um banco holandês que se autointitula "sustentável".

Figura 2. Uso do circulante local através do método do bônus de fomento. Fonte: Ramada (2003, p. 22).

Neste sentido, a partir do método do bônus de fomento, a segunda grande soma de recursos doada para o Banco Palmas foi no valor de R\$51.302,00, doação realizada pela Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) para a construção de um prédio que abriga hoje a Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária (*Palmatech*). A partir deste montante doado, parte dele foi "clonado" em moeda local (o Palmas). Além disso, o pagamento feito aos funcionários que se dedicaram a construção do prédio foi realizado 80% em moeda Palmas (P\$) e 20% em Reais (R\$), como visa o Método do Fomento (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 55,56 e 57). Estes mecanismos acima descritos podem ser entendidos como a primeira parceria que o Banco Palmas fez, e que permitiu as posteriores condições de suporte para o desenvolvimento do Banco Palmas.

Claramente, o Banco enfrentou dificuldades para a difusão local destes novos instrumentos financeiros. Entretanto, para que houvesse a aceitação da moeda local, foram utilizadas algumas estratégias, tais como: a propaganda em rádios comunitárias do bairro, pintura externa dos estabelecimentos que aceitavam a moeda e também cartazes ilustrativos dentro de estabelecimentos comerciais, informando que este recebia Palmas (P\$) como forma de pagamento (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 57).

Estas mudanças na iconografia dos estabelecimentos são necessárias, principalmente para que se estabeleça entre os agentes locais (consumidores e receptores da moeda social circulante) uma relação de confiança. Estudos realizados por Silva Júnior (2004) – especificamente sobre o Banco Palmas (CE) – e Crocco & Menezes (2009) – sobre o Banco Bem em Vitória (ES) – analisam a importância crucial da confiança entre os agentes para que o banco comunitário dê certo.

Segundo o depoimento de Joaquim de Melo, um dos gestores de um Banco Comunitário, "eu não tenho nem a carteira de identidade ou cópia de identidade do cara que toma empréstimo do Banco Palmas. Aliás, o cara que pega empréstimo, aqui, não deixa cópia de nenhum documento porque não me interessa o documento dele" (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 53)⁶². A transcrição desta afirmação permite mostrar que, diferentemente dos bancos tradicionais que exigem uma grande quantidade de documentos e garantias para que se realizem empréstimos, os bancos comunitários fundam-se numa relação menos burocratizada com seus clientes.

Contudo, ao que consta dos trabalhos de campo realizados por Silva Júnior (2004), verificou-se que o Banco Palmas não atua totalmente sem registros, como relata Joaquim de Melo. Ainda segundo o pesquisador, vêm sendo ampliados os registros de ocorrências, ações, atividades e tarefas que ocorrem no cotidiano do Banco. Silva Júnior aponta que isto está ligado ao fato do Banco Palmas ter que prestar contas para seus financiadores/parceiros⁶³, para eles terem ciência se os recursos aplicados alcançaram os resultados esperados inicialmente. Isso leva a um entrave, pois de um lado é necessária uma "formalização" das atividades (visando mostrar resultados para os parceiros) e de outro, os bancos comunitários devem ter como objetivo facilitar aos moradores o acesso ao crédito por meio de instrumentos e/ou valores de forma não-burocratizada, permitido justamente pela relação de vizinhança, de confiança e solidariedade que dela deriva (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 54).

Esses "valores informais" que o banco comunitário necessita para alcançar seus objetivos se dão apenas pelo contato "face-a-face" entre o tomador e o credor do empréstimo. A partir das relações de vizinhança, que se dão no lugar, há uma intensificação da proximidade entre esses agentes e assim "aumenta a confiança no

⁶² Segundo entrevista concedida para Silva Júnior, de Joaquim de Melo.

⁶³ Observar Fluxograma 2.

sistema e diminui a ocorrência de inadimplência" (CROCCO & MENEZES, 2009, p. 387). Este sistema é bastante semelhante ao apontado por Muhammad Yunus na sua caracterização do *Grameen Bank* e também nos aproxima muito do conceito de "finanças de proximidade", onde a relação de confiança é construída com o objetivo de obter informações que otimizem as decisões, como já apontavam Abramovay e Junqueira (2005).

Através das leituras realizadas sobre a imagem e o impacto do Banco Palmas no Conjunto Palmeiras⁶⁴, podemos destacar alguns dados interessantes sobre esta instituição: 1. 98% das entrevistas realizadas pelo estudo indicam que o Banco Palmas contribuiu para o desenvolvimento do bairro; 2. 90% dos moradores locais declaram que o Banco Palmas auxiliou para a melhoria de sua qualidade de vida; 3. 26% dos agentes disseram ter aumentado a renda familiar devido às ações do banco comunitário; 4. 22% dos entrevistados conseguiram trabalho por meio do Banco Palmas; e 5. 61% atribuíram notas 9 ou 10 (numa escala de 1 a 10) ao Banco Palmas (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009, p. 22).

Logo após se estabelecer uma teia de confiança entre o Banco Palmas e os moradores do Conjunto Palmeiras – iniciativas estas que chamaremos de uma economia solidária que se estabelece de 'baixo-para-cima' –, segue a segunda forma que é possível se realizar a economia solidária, isto é, 'de cima-para baixo' (VIEIRA, 2005). Vejamos a seguir como se deu este processo e quais os frutos materiais dele.

A partir da institucionalização das políticas de apoio aos Bancos Comunitários no começo desta década, cada vez mais a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP) e o Banco Palmas enfrentavam uma série de dificuldades para a captação de recursos junto a órgãos públicos federais (SILVA JÚNIOR, 2004, p.66), e com maior frequência os gestores públicos e outras comunidades passaram a solicitar a assessoria da Associação para a criação de novos bancos comunitários (assim como a realização de palestras e cursos) (BRAZ, 2014, p.108). Eram dessas atividades que a ASMOCONP/Banco Palmas conseguiam a captação de recursos financeiros, já que o marco legal no Brasil dificultava a captação de recursos pelos órgãos públicos (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 65).

⁶⁴ É válido destacar que esses dados se referem a uma pesquisa da Universidade Estadual do Ceará, contratada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2008, para avaliar os impactos e a imagem do Banco Palmas no Conjunto Palmeiras (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009, p. 22).

Em 2003, além da demanda de gestores públicos e outras comunidades aumentar (BRAZ, 2014, p.108), a ASMOCONP/Banco Palmas precisaria encontrar uma forma de também captar recursos provenientes de políticas públicas do governo brasileiro. A forma encontrada foi a fundação de uma nova instituição - em 2003 nascendo o Instituto Palmas - com a prerrogativa de replicar a iniciativa dos bancos comunitários em outros lugares (BRAZ, 2014, p.108).

O Instituto Palmas passa a servir de apoio ao próprio Banco Palmas, e neste mesmo ano (2003) em muitos municípios a “metodologia” dos bancos comunitários passou a ser discutida como instrumento de geração de trabalho e renda para os mais pobres (SEGUNDO, 2008, p.1). Neste sentido, o Instituto Palmas faria a captação de recursos de fontes públicas governamentais e teria como obrigação difundir ações para o fortalecimento da economia solidária através de consultorias, projetos e palestras (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 65 e 66). Cabe ressaltar que é também no ano de 2003 que ocorre a fundação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), atualmente a o órgão do Estado Federal responsável pela disseminação da metodologia dos bancos comunitários no território brasileiro, como já discutimos anteriormente.

Os Bancos Comunitários têm por base os princípios da economia solidária, oferecendo à população de baixa renda quatro serviços principais: o fundo de crédito solidário, a moeda social circulante local, as feiras de produtores locais e a capacitação em economia solidária (SEGUNDO, 2009, p.1).

Conforme pode ser observado no Quadro 1, o Banco Palmas se "constitui numa instituição financeira solidária e atua de forma integrada em quatro pontos da cadeia produtiva local: capital solidário, produção sustentável, consumo solidário e comércio justo." (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 50).

Quadro 1 - Rede Solidária de Produção e Consumo Local da ASMOCONP/Banco Palmas

Linha de Atuação	Produto	Funcionamento
Produção Sustentável	Microcrédito para produção	Microcréditos destinados à produção e comercialização local, sem exigências quanto ao fiador, nível de renda, patrimônio e outras formas bancárias
Consumo Solidário	Cartão de Crédito	PalmCard é o cartão de crédito do <i>Banco Palmas</i> , válido para comprar somente no bairro. Não há exigência de taxa para obtenção do cartão, sendo seu limite variável em função do comportamento do seu titular
Capital Solidário	Moeda Social	Uma moeda/bônus local circula no bairro desde novembro de 2002. A moeda chamada Palma\$ (P\$) surgiu com a aplicação do método fomento, durante a construção da Palmatech. Os trabalhadores da obra receberam em Palma\$ e fizeram esta moeda local circular no comércio do bairro
Comércio Justo	Loja Solidária	Numa loja instalada na sede da ASMOCONP, onde os produtores do bairro que tomaram um crédito junto ao banco podem colocar seus produtos para exposição e venda. Em geral estes produtos são artesanais ou produzidos nos grupos setoriais da ASMOCONP

Fonte: Silva Júnior (2004, p. 51).

De acordo com Joaquim Melo e Sandra Magalhães (2009, p. 22), os serviços financeiros prestados pelo Banco Palmas – e por boa parte dos bancos comunitários – se expandiram, aumentando as atividades em que o Banco atua, além dos elencados na tabela. Dentre estas atividades “novas” estariam:

1. Concessão de crédito solidário mediante concessão delegada junto a agentes financeiros, como o Banco Popular do Brasil;
2. Concessão de crédito para consumo pessoal e familiar, sem juros;
3. Abertura e extrato de conta corrente;
4. Depósito em conta corrente;
5. Saque avulso ou com cartão magnético;
6. Recebimento de títulos;
7. Recebimento de contas (água, luz, telefone etc.);
8. Pagamento de subvenções e aposentadorias.

Estes serviços só foram possíveis de serem ofertados porque houve uma parceria entre o Instituto Palmas e o Banco Popular do Brasil em 2006, promovendo uma modificação no arranjo local do banco, como também na relação com o sistema financeiro e bancário oficial. Esse convênio, e posteriormente a aprovação do Instituto Palmas no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), foram resultados da inserção do tema da “inclusão financeira” na pauta das políticas públicas do setor, e com isso o Banco Palmas pode acessar uma carteira de crédito de R\$700.000,00 junto ao referido Programa (PNMPO). O Banco Palmas seria o “gestor de rede”, isto é, o intermediário entre o Banco Popular do Brasil e os pontos de atendimento. Isso permitiu que os outros bancos comunitários abertos pudessem acessar uma carteira de crédito junto ao Banco Popular do Brasil (BRAZ, 2014, p. 109). Um ano antes do convênio (2005) o Instituto Palmas já tinha firmado parceria com a SENAES. Acreditamos que estes são fatores que aconteceram no âmbito institucional que permitiram esta enorme capilarização do Instituto Palmas em suas proximidades (sobretudo no estado do Ceará). Atualmente, quase metade (49,5%) dos bancos comunitários localiza-se na Região Nordeste do país, sendo que 70,5% deste total regional estão no estado do Ceará.

Indagamos: por que existe esta expressiva concentração no Ceará? Além do fato de que o primeiro banco comunitário do Brasil tenha surgido lá, dos convênios feitos entre SENAES e Instituto Palmas – e desse com o Banco Popular –, houve decerto alguma política regional e/ou estadual para a explicação deste fato? Durante nossa investigação foi visto que no ano de 2007, se estabeleceu "parceria com o governo do estado do Ceará para ampliar os bancos comunitários em sua circunscrição" (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009, p.22). Este projeto, que esteve em vigor entre o período de 2007 e 2008, tinha como objetivo a implementação de dez bancos comunitários no estado do Ceará. Neste sentido, houve uma política no âmbito estadual, ligada ao Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP) em um valor de R\$800.000,00⁶⁵.

O fenômeno descrito pode ser observado no mapa abaixo, com destaque para a quantidade de bancos criadas em 2008, que se deve principalmente ao estabelecimento de um conjunto de políticas públicas realizadas pelo governo

⁶⁵ Encontram-se nos anexos da dissertação mais informações sobre o Projeto entre o Instituto Palmas e a FECOP.

brasileiro – no âmbito federal e estadual –, no intuito de fomentar este tipo de instituição neste estado da federação. Esta capilaridade dos bancos comunitários seria o resultado material de políticas públicas vinculadas à economia solidária, que se deram “de cima-para-baixo”.

Mapa 1. Ceará - Ano de Fundação dos Bancos Comunitários no Ceará, 1998- 2014

Fonte: IBGE, SENAES/MTE e NESOL/USP, 2014.
 Sistemas de Coordenadas Geográficas
 Datum: SAD-69
 Elaboração: De PAULA, C. G e HOFFMANN, M.
 Data: Julho, 2014

Importante destacar que o Instituto Palmas possui duas ações distintas em relação às suas parcerias. A primeira delas está ligada ao âmbito público, exemplificada pelo apoio financeiro que o Instituto recebeu (e recebe) por meio dos Editais da SENAES de 2010, (quando era executor nacional) e de 2013 (quando passa a atuar enquanto executor regional do Nordeste) assim como com o que recebe com os convênios com o Estado do Ceará. Contudo, durante os primeiros passos da implementação do Banco Palmas, constatamos que já haviam laços criados com a ONG *Cearah Periferia* e a Fundação holandesa *Strohalm*. Esses vínculos com parceiros que não provêm apenas do Estado perduram, visto que atualmente o Instituto Palmas possui uma rede de parceiros e financiadores, sejam eles atores que participam de círculos de cooperação globais (Banco Santander, Petrobrás, ASHOKA, etc.) sejam atores que possuem relações mais locais (Associações Comunitárias, Instituições Públicas Locais, etc.), como pode ser observado no Fluxograma 2.

Fluxograma 2. Instituições Financiadoras e Parceiras do Instituto Palmas (1998-2010). Do Global ao Local.

Fonte: Elaboração própria com base em Instituto Palmas (2014).

O Instituto Palmas hoje, além de ser considerado como o responsável por ser a base de desenvolvimento de uma metodologia de fomento dos bancos comunitários, teve também influência no fato destes bancos passarem a ser chamados de bancos comunitários de desenvolvimento (BCD) em 2006, com o surgimento da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (BRAZ, 2014, p. 109). Para além de sua atuação no território brasileiro, passa a “exportar” também sua metodologia para o exterior, quando em 2008, assinou um Memorando de Entendimento para a Cooperação Econômica e Social com o Ministério do Poder Popular para a Economia Comunal, do governo da Venezuela. Baseado neste acordo, o Instituto Palmas treinou uma equipe de 30 técnicos do governo venezuelano na metodologia dos bancos comunitários e estabeleceu um calendário de visitas de monitoramento e capacitação naquele país. Ao mesmo tempo, o governo venezuelano aprovou a Lei dos Bancos Comunais, que estabelece que a cada 200 famílias organizadas, um conselho comunal pode ser criado para instalar um estabelecimento comunitário que preste também serviços financeiros. Este processo já teria resultado na organização de 3.600 bancos comunitários em diferentes estados da Venezuela (SEGUNDO & MAGALHÃES, 2009, p. 25).

Para Silva Júnior (2004, p. 49), esta relação que o Instituto Palmas vem tomando a nível nacional – e até internacional –, pode ser um empecilho para seu maior objetivo, pois a "sociedade enfrenta a dificuldade de se articular/se comunicar com o seu principal público (os moradores do Conjunto Palmeiras), por encontrar-se envolvida na promoção externa de suas ações".

2.3 A topologia dos Bancos Comunitários no Brasil e a singularidade do Sudeste brasileiro

Já vimos durante nossa dissertação como a "pobreza" tornou-se uma das principais “pautas” da agenda do Banco Mundial e, ao final da década de 1980, como "instituições inovadoras" foram utilizadas como instrumentos de "combate" a ela. Em seguida, procuramos demonstrar como se deu a implementação dos bancos comunitários no território brasileiro, elencando como sua promoção está ligada ao Plano Brasil Sem Miséria, desde 2011. Mostramos também como nasceu o primeiro banco comunitário brasileiro, o Banco Palmas. Vimos como ele foi a referência para

o desenvolvimento de uma metodologia para a criação de novos bancos comunitários no território brasileiro, tornando-se parte de um conjunto de políticas públicas para o combate à pobreza por todo território vivente. Contudo, como esta política pública vem se "geografizando" pelo Brasil? Onde se localizam os bancos comunitários no território?

Nossa intenção neste item é, a partir de alguns resultados já obtidos pela execução de programas governamentais, entender a territorialização dos bancos comunitários, isto é, sua topologia. Neste sentido, procuraremos a partir dos dados obtidos, fazer uma radiografia circunstanciada dos bancos comunitários em sua distribuição por Grandes Regiões (IBGE) e posteriormente aprofundarmos nossa pesquisa na Região Sudeste do país. Esta última análise está baseada em pesquisa documental, mais precisamente na interpretação que fizemos dos questionários formulados pelos gestores dos bancos comunitários da Região Sudeste do país, cedidos pelo Núcleo de Economia Solidária (NESOL) da Universidade de São Paulo (USP); cabe lembrar que o NESOL é, atualmente, a entidade executora de porte nacional na promoção desta política pública. É de nosso interesse, portanto, realizar um entendimento mais aproximado da dinâmica dos bancos comunitários e das moedas locais que eles manejam, assim como das "realizações" já alcançadas e "entraves" que estes bancos encontram para a sua promoção nos lugares.

A pergunta que ainda colocamos em nossa dissertação e por hora não respondida é: Houve expressiva diferença na promoção dos bancos comunitários quando sua difusão se tornou efetivamente uma política de governo? Esta questão será o eixo argumentativo principal deste subitem.

É possível na tabela 4 vermos a expressiva quantidade de bancos comunitários na Região Nordeste do país. Dos 103 bancos existentes atualmente no território brasileiro, 49% deles estão concentrados nesta Região, que dentre todas as Regiões brasileiras é a com maior número de pessoas não bancarizadas (52,6%), conforme o *Sistema de Indicadores de Percepção Social* (SIPS). Como já pontuado no subitem anterior, de todos os bancos existentes no Nordeste, 70,58% localizam-se no Estado do Ceará.

Tabela 4. Região Nordeste: Número e Localização dos Bancos Comunitários (Julho/2014)

REGIÃO		UF	MUNICÍPIO	BANCO	FUNDAÇÃO
NORDESTE	1	BA	Cachoeira	CIDADANIA QUILOMBOLA	2011
	2		Cairu	CASA DO SOL	2009
	3		Canavieiras	RESEX	2013
	4		Ouriçangas	FONTE DE ÁGUA FRESCA	2011
	5		Salvador	GUINE	2009
	6		Simões Filho	ECOLUZIA	2007
	7		Vera Cruz	ILHAMAR	2008
	8		Camaçari	LITORAL	2014
	9	SE	Barra do Coqueiros	DUNAS	2012
	10	PB	João Pessoa (Bairro São Rafael)	JARDIM BOTÂNICO	2013
	11		João Pessoa (Bairro São José)	BEIRA RIO	2008
	12	RN	São Miguel do Gostoso	SOLIDÁRIO DE GOSTOSO	2012
	13	PI	São João do Arraial	COCAIS	2007
	14		Pedro II	REDE OPALA	2012
	15	MA	Alcântara	QUILOMBOLA	2007
	16	CE	Acarape	ACARAPE	2004
	17		Acarape	VALE ACARAPE	2011
	18		Aracau	DUNAS	2011
	19		Beberibe	BANDESB	2007
	20		Caridade	PADRE QUILIANO	2008
	21		Cascavel	BANDESC	2011
	22		Caucaia	POTIRA	2011
	23		Choró	SERTANEJO	2008
	24		Chorozinho	RIO CHORÓ	2011
	25		Fortaleza	PALMAS	1998
	26		Fortaleza	PIRAMBU	2008
	27		Fortaleza	DENDESOL	2010
	28		Fortaleza	RIOSOL	2008
	29		Fortaleza	PALMAS	2008
	30		Ibaretama	SERRA AZUL	2008
	31		Irauçuba	BANCART	2006
	32		Irauçuba	JUAZEIRO	2008
	33		Itaitinga	ITA SOCIAL	2011
	34		Itarema (Almofala)	TREMEMBÉ	2008
	35		Juazeiro do Norte	TIMBAUBAS	2011
	36		Madalena	BANSOL	2008
	37		Maracanaú	PAJU	2006
	38		Maracanú (Jereissati)	JAÇANA	2008
	39		Maranguape	EMPREENDEDORES	2006
	40		Maranguape (Itapebussu)	ITAPEBUSSU	2008
	41		Mauriti	BURITI	2011
	42		Monsenhor Tabosa	SERRA DAS MATAS	2008
	43		Ocara	OCARDS	2008
	44		Pacatuba	PACATUBANCO	2011
	45		Palhano	ARTPALHA	2008
	46		Palmácia	SERRANO	2005
	47		Paracuru	PAR	2004
	48		Paramoti	FREI DIOGO	2007
	49		Quixada	QUIXADÁ	2011
	50		Tamboril	FEITICEIRO	2008
	51		Taua	QUINAMUIU	2007

Fonte: Núcleo de Economia Solidária (NESOL-USP) e pesquisa documental em jornais, revistas e sítios da internet. Elaboração própria. Julho, 2014

Conseguimos realizar um trabalho de campo exploratório no Banco Dunas-SE, primeiro e único banco comunitário do Estado de Sergipe⁶⁶. Mesmo de forma não sistematizada (a visita ocorreu no início desta pesquisa), foi possível andar pelo bairro Barra dos Coqueiros e conversar com moradores e comerciantes sobre o banco comunitário e a moeda local Dunas. A maior parte da população desconhecia a existência de ambos, e até mesmo pequenos estabelecimentos comerciais que localizavam-se a uma quadra do banco não sabiam de sua existência. É preciso deixar claro, que no momento desta visita, o banco tinha apenas seis meses de inauguração e ainda, de acordo com a gestora Carla Ribeiro, não havia nenhuma relação com o Instituto Palmas. A gestora ainda nos relatou que enfrentava dificuldades em relação à difusão da moeda Dunas (D\$), pois os moradores não conheciam o Banco, e consequentemente tampouco possuíam confiança no uso efetivo da moeda local. A segunda porção do território com maior número de bancos comunitários é a Região Sudeste, conforme pode ser observado na tabela 5, ela apresenta em números absolutos, contudo, metade do número de bancos que a Região Nordeste possui.

⁶⁶ O trabalho de campo exploratório foi realizado em 19 de novembro de 2012.

**Tabela 5. Região Sudeste: Número e Localização dos Bancos Comunitários
(Julho/2014)**

REGIÃO		UF	MUNICÍPIO	BANCO	FUNDAÇÃO
Sudeste	1	SP	São Paulo	APUANÃ	2009
	2		São Paulo	AUTOGESTÃO	2009
	3		São Paulo	PAULO FREIRE	2009
	4		São Carlos	NASCENTE	2011
	5		São Paulo	UNIÃO SAMPAIO	2009
	6		Várzea Paulista	ORQUÍDEA	2011
	7		Carapicuíba	TONATO	2011
	8		São Bernardo do Campo	PADRE LEO COMISSARI	2011
	9	RJ	Rio de Janeiro	CDD	2011
	10		Rio de Janeiro	COMPLEXO DO ALEMÃO	em implementação
	11		Niterói	PREVENTÓRIO	2011
	12		Duque de Caxias	SARACURUNA	2011
	13		Maricá	MUMBUCA	2013
	14		Silva Jardim	CAPIVARI	2010
	15	ES	Vitória	BEM	2006
	16		Vitória	PUÃ	2011
	17		Cariacica	ESPERANÇA	2011
	18		Cariacica	SOL	2008
	19		Vila Velha	TERRA	2007
	20		Vila Velha	VERDE VIDA	2008
	21		Serra	ABRAÇO	2011
	22		Serra	VIVER	2013
	23	MG	Chapada Gaúcha	CHAPADENSE	2009
	24		Esmeraldas	ESMERALDA	2011
	25		Teófilo Otoni	BANCLISA	2011

Fonte: Núcleo de Economia Solidária (NESOL-USP) e pesquisa documental em jornais, revistas e sítios da internet. Elaboração própria. Julho, 2014.

Entre os bancos comunitários de maior “sucesso” na Região, conforme mostram os documentos da SENAES, está o Banco Bem localizado em Vitória-ES. Este banco, inaugurado em 2005 por meio de uma doação de R\$9.000,00 (nove mil Reais), passou a utilizar-se de sua moeda local em fevereiro de 2006. Foram impressas notas de Bem (B\$) que somavam B\$5.000,00 (cinco mil Bens) e que custaram para sua impressão R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos Reais), patrocinados por uma grande empresa privada (MENEZES, 2007, p. 59).

O banco se constitui juridicamente como uma OSCIP e é gerido pela Associação de Artesãos Ateliê de Ideias, conhecida como "Ateliê de Ideias", apenas.

Esta Associação atualmente é a entidade executora da SENAES na Região Sudeste e Centro-Oeste, como mencionado.

Por meio da análise do Relatório do Banco Bem apresentado ao NESOL, foi possível levantar alguns dados relevantes para nossa investigação. Em oito anos de funcionamento, a carteira de crédito do banco aumentou exponencialmente, chegando ao valor de R\$ 193.924,36. De acordo com o documento, o Banco obteve este dinheiro através de parcerias que estabeleceu ao longo destes anos⁶⁷. Deste total de recursos, aproximadamente 10% de sua carteira de crédito é destinada a moeda local e a maior parte (em torno de 65%) é para o crédito habitacional. O crédito produtivo possui $\frac{1}{4}$ (um quarto) do valor absoluto.

Ainda com o relatório, a gestora do Banco vê que há grau suficiente de confiança entre os moradores em relação à moeda local e ao banco comunitário, como também a participação dos moradores nas atividades do Banco através do *Fórum Bem Maior – Fórum de Desenvolvimento Comunitário do Território do Bem*, onde os moradores reúnem-se a cada dois meses para discutir as atividades do Banco.

De acordo com Diogo Jamra Tsukumo⁶⁸, a "seleção meritocrática" de projetos que a SENAES propõe acaba privilegiando o Sudeste do país, pois avalia que os gestores dos bancos comunitários desta Região têm maior facilidade de acesso às informações necessárias e estão mais familiarizados com a linguagem formal que é requerida nos Editais. Aprofundaremos nossa análise sobre a Região Sudeste posteriormente, através das análises de 12, dos 23 bancos que esta Região possui.

As demais Regiões, Norte e Centro-Oeste, abrigam poucos bancos comunitários (tabelas 6 e 7) .

⁶⁷ As parcerias do Banco Bem vão desde doações de pessoas físicas a outras ligadas a órgãos como: Prefeitura Municipal de Vitória, Unimed Vitória, Brasil Foundation, Petrobrás, Arcelor Mital Tubarão, Instituto Renner, Fundação InterAmericana (IFA), Citi Foundation, Prêmio Rede Gazeta, Prêmio VALE, Instituto EDP e a própria SENAES.

⁶⁸ Informações obtidas através de entrevista realizada com Diogo Jamra Tsukumo.

**Tabela 6. Região Norte: Número e Localização dos Bancos Comunitários
(Julho/2014)**

REGIÃO		UF	MUNICÍPIO	BANCO	FUNDAÇÃO
Norte	1	PA	Ananindeua	PAAR	2012
	2		Santa Izabel	RIO CARAPARÚ	2014
	3		Mosqueiro	TUPINAMBÁ	2009
	4		Caratateua	CARATATEUA	2013
	5		Marituba	MARI	2013
	6		Belém	CASTANHEIRA	2014
	7		Jacundá	PARAÍSO	2011
	8		Igarapé-Miri	Miri	2012
	9		Gurupá	ALDEINHA	2012
	10		Manaus	LIBERDADE	2011
	11	AM	Parintins	PARINTINS	2011
	12		Manaus	CONQUISTA	2011
	13	RO	Guajará -Mirim	PÉROLA DO MAMORÉ	2012
	14	AP	Macapá	FORTE	2012
	15		Laranjal do Jari	FAROL	2011
	16	AC	Rio Branco	VITÓRIA	2011
	17		Rio Branco	TRIANGULO NOVO	2013

Fonte: Núcleo de Economia Solidária (NESOL-USP) e pesquisa documental em jornais, revistas e sítios da internet. Elaboração própria. Julho, 2014.

Ainda que 50% da população da Região Norte não seja bancarizada⁶⁹, há apenas 16,5% dos bancos comunitários nesta porção do território. Cabe ressaltar que atualmente a SENAES, procurando estabelecer novos critérios visando uma maior pontuação nos Editais para as propostas que vêm do Norte e Nordeste do país, (procurando fomentar ali a difusão de bancos comunitários)⁷⁰, não tem conseguido difundir expressivamente os Bancos Comunitários na Região Norte. Como é possível observar na tabela 6, o primeiro banco a ser implementado foi o Banco Tupinambá, de acordo com a SENAES, um dos maiores bancos comunitários do Brasil e o principal da Região Norte do país⁷¹.

Já a Região Centro-Oeste do país ainda é a que mais apresenta lacunas em relação a esta política pública, como podemos observar na Tabela 7, abaixo. Mesmo com o primeiro banco sendo implementado ainda no ano de 2006 (no

⁶⁹ Conforme o *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)*, Ipea, 2011.

⁷⁰ Informações obtidas através de entrevista realizada com Diogo Jamra Tsukumo.

⁷¹ Informações obtidas através de entrevista realizada com Diogo Jamra Tsukumo.

município de Dourados-MS), apenas 9,7% dos bancos comunitários localizam-se nesta Região.

Tabela 7. Região Centro-Oeste: Número e Localização dos Bancos Comunitários (Julho/2014)

REGIÃO		UF	MUNICÍPIO	BANCO	FUNDAÇÃO
Centro-Oeste	1	MS	Dourados	PIRE	2006
	2		Ponta Porã	ITA	2012
	3		Anastácio	PANTANAL	2013
	4	MT	Rondonópolis	CERRADO	2012
	5		Cuiabá	AROEIRA	2012
	6		Alta Floresta	RAIZ	2013
	7	GO	Iporá	PEQUI	2012
	8	DF	Cidade Estrutural	ESTRUTURAL	2012
	9		Itapoã	ITAPOÃ	2012
	10		Arapoanga	AROPOANGA	2013

Fonte: Núcleo de Economia Solidária (NESOL-USP) e pesquisa documental em jornais, revistas e sítios da internet. Elaboração própria. Julho, 2014.

Por fim, é importante lembrarmos que na Região Sul do país não há, até o presente momento, nenhum banco comunitário. Ainda que soe paradoxal, esta Região é também a que apresenta a menor porcentagem da população não bancarizada do território brasileiro (30%)⁷².

Nossa pesquisa documental mostrou também que há interessantes correlações entre a difusão dos Bancos e seus respectivos anos de instalação; isto é, é possível identificar uma relação direta entre os anos de fundação desses bancos comunitários e as políticas implementadas no governo federal.

Quando analisamos os anos de execução dos programas da SENAES⁷³ – entre 2011 até o presente momento (2014) – e os anos de fundação dos “bancos comunitários de desenvolvimento” (BCD)⁷⁴, vemos que estes não só duplicaram em

⁷² Conforme o *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)*, Ipea, 2011.

⁷³ Edital SENAES/MTE nº03/2010 "Ação de Fomento às Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários" e Edital do SENAES/MTE nº001/2013 "Apoio e Fomento às Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário"

⁷⁴ No período a partir de 2006, como já colocado, os bancos comunitários passam a ser uma política pública no território, sendo chamados de bancos comunitários de desenvolvimento (doravante, BCD). Contudo neste trabalho, manteremos o conceito "bancos comunitários".

números absolutos por todo Brasil como também ganharam capilaridade no território. No atual momento, dos 103 bancos comunitários presentes no território brasileiro, 56,31% foram fundados entre os anos de 2011 e 2014, como pode ser observado no mapa a seguir. É possível apontar através da análise do Mapa 2, que a ação do Estado é um dos principais fatores que causaram esta *capilarização* dos bancos comunitários pelo Brasil, pois eles deixaram de se concentrar apenas na Região Nordeste.

Entendemos que esta difusão dos bancos comunitários por todo território vivente só foi possível porque o Estado institucionalizou as normas e as políticas de promoção deste tipo de banco no país. O Estado foi, neste sentido, o principal "sujeito do evento" (SANTOS, 1996, p.146), e ele é o primeiro ator (senão o único) a ter a capacidade de produzir forças que geram eventos que incidem num mesmo momento em áreas extensas (*op.cit.*, p. 151), como parece ser o caso que tratamos aqui. Certamente o "lugar é o depositário final, obrigatório, do evento" (*op.cit.*, p.144), e a difusão dos bancos parece demonstrar como cada lugar recebe de forma diferente o conjunto de forças que provêm do evento.

Mapa 2. Brasil: Topologia dos bancos comunitários e ano de fundação (1998-2014)

Fonte: IBGE, SENAES/MTE e NESOL/USP, 2014.
Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum: SAD-69
Elaboração: De PAULA, C. G e HOFFMANN, M.
Data: Julho, 2014

Observamos, portanto, a importância do Estado como agente planejador e executor de políticas públicas, visto que ele interfere diretamente no aumento do número de Bancos Comunitários no território (basta lembrar que antes dos Editais da SENAES existiam no Brasil apenas 45 bancos comunitários, e eles localizavam-se prioritariamente na Região Nordeste do país (84,4%)).

Todavia, mesmo havendo um crescimento expressivo dos bancos comunitários no território, esta difusão ficou aquém do que era estipulado pelo Estado brasileiro. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as estimativas oficiais para o crescimento dos bancos comunitários entre 2011 e 2012 eram de um aumento de 130%, ou seja: o número de bancos no território brasileiro passaria de 65 para 150⁷⁵. Contudo, atualmente a SENAES vê a quantidade de bancos criados como "positiva", e entende que não houve o crescimento esperado porque o conjunto de fatores colocados *a priori* nos projetos da Secretaria muitas vezes não são “encontráveis” nos atributos que os lugares apresentam⁷⁶.

A SENAES hoje compreende que, a partir deste projeto de 2010, a "difusão conceitual" dos bancos comunitários ocorreu, todavia aponta que além dos números terem sido abaixo do esperado, ainda não há um conjunto de atores que reivindiquem um sistema financeiro com estas qualidades, e que sejam capazes de gerir suas próprias economias locais.

Partindo deste conjunto de fatos, uma das principais intenções da SENAES hoje é consolidar os bancos comunitários já existentes, ao invés de priorizar a criação de mais bancos comunitários, consolidação que se daria através do já citado Programa "*Apoio e Fomento as Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento*"⁷⁷.

Outro ponto específico que nos chama atenção sobre os bancos comunitários é que boa parte deles também oferece serviços enquanto correspondentes bancários. Isso se deveu, inicialmente, à parceria estabelecida em 2007 entre o Banco Popular do Brasil e o Instituto Palmas, que teve o intuito de ampliar a oferta de serviços dos bancos comunitários (BRAZ, 2014, p. 54). Afinal, o que são os correspondentes

⁷⁵ Fonte: <http://cadoz.wordpress.com/2011/02/24/o-numero-de-bancos-comunitarios-no-pais-deve-dobrar-ate-o-fim-do-ano/> acessado em: 15/02/2012.

⁷⁶ Informações obtidas através de entrevista realizada com *Diogo Jamra Tsukumo*, (a entrevista transcrita segue anexada ao final da dissertação).

⁷⁷ Entrevista realizada com *Diogo Jamra Tsukumo*.

bancários? Segundo Contel (2006) os correspondentes são um novo fixo geográfico utilizado pelas instituições financeiras no período histórico atual. O autor ainda ressaltar fatores que explicam a expressiva difusão desse fixo geográfico recentemente, que são:

I) uma enorme flexibilidade para a instalação dos correspondentes, do ponto de vista técnico (sobretudo em sua comparação com os fixos geográficos “tradicionais”, as agências), visto que os correspondentes necessitam apenas estar ligados por computador a uma agência bancária mais próxima, através de tecnologia de transmissão de dados “sem fio” [*wireless*];

II) a mão-de-obra utilizada executa operações mais simples, do ponto de vista técnico, e não são contratados os chamados “bancários” para executar o trabalho (são, portanto, funcionários não-sindicalizados);

III) há uma relação direta com o meio construído já existente onde esses correspondentes bancários são inseridos, pois normalmente são instalados em padarias, supermercados, etc. que já possuem a “base técnica” para seu funcionamento (como também existe já um fluxo cotidiano de usuários/clientes);

IV) Os correspondentes normalmente atendem uma população não-bancarizada, e como esta já possui “familiaridade” com o estabelecimento tradicional que abriga o correspondente, esta população se sente menos “constrangida” na utilização dos serviços (como ocorre com as agências tradicionais).

Sendo assim, os bancos comunitários seriam mais um instrumento de promoção de “familiaridade” da população local com o sistema bancário, promovendo ações através de relações de *confiança* e *vizinhança*, ideais para a instalação de correspondentes bancários, como aprofundaremos adiante ao analisarmos as teias de relações entre bancos comunitários e a população atendida da Região Sudeste do país.

Alguns bancos comunitários, como é o caso do Banco Padre Quintiliano no distrito de Campo Belo⁷⁸, localizam-se em lugares onde não há agências bancárias. No caso do banco comunitário citado, a agência mais próxima localiza-se a 25 Km de distância de seus moradores (no município de Caridade, também no Ceará). Neste caso e em outros, principalmente na Região Norte e Nordeste do país (onde metade

⁷⁸ Informações retiradas no sítio do Banco Palmas. [http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/112123]. Acesso em: 16/07/2014.

da população está excluída do sistema financeiro), o banco comunitário que atua como um correspondente bancário possibilita o acesso a serviços financeiros para aqueles usuários que se encontram excluídos do sistema financeiro tradicional.

Dos 103 bancos comunitários existentes no país, através da disponibilidade de dados de 83 desses bancos, identificamos que 35 deles estão se transformando – ou já se transformaram – em correspondentes bancários da Caixa Econômica Federal. Destes 83 bancos comunitários, 26,50% já disponibilizam os serviços típicos de um correspondente, e 15,66% estão em fase de implementação. Após a fase de implementação, aproximadamente 42% dos bancos comunitários oferecerão o serviço de correspondente bancário de acordo com a amostra analisada (como mostra o Mapa 3). Como os bancos comunitários são instalados em locais que necessariamente apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é possível que estes se tornem também prestadores de serviços financeiros a uma boa parte da população não-bancarizada do território brasileiro⁷⁹.

⁷⁹ Vale lembrar que os bancos comunitários surgem neste sentido com o objetivo de fornecer quatro serviços principais: I) oferecer a população de baixa renda fundo de crédito solidário; II) a moeda social circulante local; III) as feiras de produtores locais e; IV) a capacitação em economia solidária (SEGUNDO, 2009, p.1)

Mapa 3. Brasil - Bancos Comunitários: oferecedores e não oferecedores do serviço
Correspondente Bancário da Caixa Econômica Federal, 2014

Fonte: IBGE, SENAES/MTE e NESOL/USP, 2014.
Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum: SAD-69
Elaboração: De PAULA, C. G e HOFFMANN, M.
Data: Julho, 2014

Chamamos atenção também para o fato da Caixa Econômica Federal ser um instrumento para levar serviços bancários para áreas do território que não são necessariamente interessantes aos bancos privados, permitindo assim o acesso a serviços financeiros para aqueles que não o possuem. Contel (2006, p. 247) infere que a Caixa Econômica Federal é sem sombra de dúvida a instituição pública que mais se utilizou dos correspondentes bancários para expandir sua rede de prestação de serviços no país. O geógrafo ainda demonstra que os repasses realizados pelo Programa Bolsa Família são feitos principalmente pela Caixa, e neste sentido a topologia desta instituição financeira revela-se estratégica para a concretização de tais políticas públicas e "permite que políticas públicas do Governo Federal (principalmente) atinjam cirurgicamente as populações mais carentes do território, nos exatos lugares onde elas vivem" (CONTEL, 2006, p. 249).

Do ponto de vista dos bancos comunitários, qual análise seus gestores fazem dos correspondentes bancários? Na Região Sudeste há, até o presente momento, 23 bancos comunitários instalados, e um em instalação no Rio de Janeiro (na comunidade do Complexo do Alemão)⁸⁰. Desta totalidade, tivemos acesso aos relatórios de 12 deles, relatórios que fazem parte do último projeto da SENAES que está em vigor⁸¹. Desses bancos comunitários que compõe este universo de análise, 41,6% oferecem a seus clientes o serviço de correspondente bancário.

Quando questionados sobre a importância dos correspondentes bancários para os bancos comunitários, os relatórios mostram a frequência em 40% de três principais respostas: I) que o correspondente os auxilia a angariar recursos para custeio de algumas despesas; II) eles promovem facilidades na oferta de serviços bancários para a comunidade; III) aumentam o fluxo de pessoas no banco comunitário. Apenas 20% dos bancos comunitários elencam que o correspondente bancário promove a utilização da moeda local e auxilia na divulgação do banco comunitário. Parece-nos que pelos fatores que os bancos comunitários elencam, entendemos que eles têm uma visão positiva sobre serem correspondentes bancários. Ressaltamos que o "grau de confiança" que os gestores dos bancos apontam no que diz respeito à relação moradores/banco é de 50%, portanto há "familiaridade" destes

⁸⁰ Dados fornecidos pelo Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo em julho de 2014.

⁸¹ Convênio MTE/SANES nº748854/2010 Projeto "Apoio e Fomento as Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário"

moradores com os estabelecimentos, sendo este fato um “facilitador” para a promoção dos correspondentes bancários nos bancos comunitários.

Dentre os bancos comunitários que não são correspondentes bancários, chamou-nos a atenção a resposta de um deles, que já havia sido correspondente (durante um ano) e deixou de ser. Segundo relato do gestor, para ele não era interessante ser um correspondente porque no "território" em que o banco se situa já existe bastante acesso a este serviço. O gestor ainda aponta que:

"há uma precarização do trabalho, do trabalhador e nas relações com os bancos convencionais, diante disto sabemos da dificuldade do Correspondente se auto sustentar tendo que ter uma pessoa só para operar ele, sendo assim é bem difícil manter este serviço; porém sabemos que é um serviço muito importante para comunidades mais afastadas dos centros urbanos. Porém acreditamos que o BCD deve ser política pública"⁸².

Através do relato é possível inferir três pontos: I) o gestor entende que há um processo de precarização do trabalho nos "bancos convencionais"⁸³; II) o caso do banco comunitário ser também um correspondente bancário requer uma pessoa para operar nele, retirando esta pessoa de outras funções que poderiam ser realizadas no banco comunitário e; III) a importância dos bancos comunitários serem correspondentes bancários em áreas que não existe nenhum acesso ao sistema financeiro.

Posto isso, concluímos que existem pontos positivos em relação aos bancos comunitários oferecerem o serviço de correspondente bancário, principalmente em locais do território brasileiro em que não haja – ou seja, muito trabalhoso para os moradores – o acesso ao sistema financeiro, sendo o "grau de confiança" um facilitador para a promoção dos correspondentes bancários. Por outro lado, os bancos comunitários podem enxergar no correspondente um "entreve" para aquilo que

⁸² Trecho retirado do Relatório do Banco União Sampaio-SP do Convênio MTE/SANES nº748854/2010 Projeto "Apoio e Fomento as Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário", janeiro de 2014.

⁸³ Lígia Segnini (1999) já havia pontuado esta precarização do trabalho em bancos convencionais. De acordo com a autora, a "nova qualificação" dos bancários está ligada a um conjunto de processos para que este bancário esteja apto para o mercado. Como exemplo Segnini cita a questão da formação universitária, para ela "a importância do diploma, em termos de conteúdo (qualidade), é relativizada, adquirindo um caráter muito mais legitimador do posto de trabalho ocupado do que mobilizador de conhecimentos" (SEGNINI, 1999, p. 198). Este processo faz com que este trabalhador não detenha a mesma gama de conhecimentos e técnicas que tinham anteriormente, levando a uma precarização deste tipo de mão-de-obra.

originalmente se propõem a fazer, pois acabam dedicando-se cotidianamente muito mais às atividades típicas do correspondente (que se assemelham às ações de um banco comercial convencional), do que do próprio banco comunitário.

Pareceu-nos característica importante destas novas dinâmicas dos bancos comunitários o que vários autores notam em relação às suas responsabilidades frente esta denotação. Dentre os autores que se debruçam sobre esta temática (SILVA JÚNIOR, 2006; SEGUNDO, 2009; SILVA JÚNIOR *et. al.*, 2007; CROCCO E MENEZES, 2009; BRAZ, 2014) todos corroboram que os bancos comunitários diferem das demais experiências de microcrédito pelos seguintes fatores: I) A coordenação do Banco e gestão dos recursos são efetuados por uma organização comunitária que baseia-se na "autogestão"; II) A utilização de linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros baixos – ou ausência de juros – em relação ao estipulado pelo mercado possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; III) A concessão e cobrança dos empréstimos são baseados nas relações de vizinhança e familiaridade e; IV) A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – moeda local e/ou circulante local – que é reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local.

Feitas estas considerações, de acordo com os dados que obtivemos dos já citados Relatórios da SENAES sobre os bancos comunitários da Região Sudeste, será possível analisar alguns aspectos relacionados aos pontos III e IV da lista acima, no que diz respeito ao funcionamento desses bancos comunitários.

Segundo as definições mencionadas, os bancos comunitários se baseariam impreterivelmente nas relações de vizinhança para a realização de empréstimos. Partindo deste fato, encontramos alguns dados interessantes dos bancos comunitários da Região Sudeste, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1. Região Sudeste: Mecanismos utilizados pelos Bancos Comunitários para avaliação de crédito (2011-2014)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios do Convênio MTE/SENAES n°748854/2010

De acordo com dados levantados nos relatórios sobre a Região Sudeste, vemos que estes bancos utilizam-se de outros mecanismos para a solicitação de crédito, que vão além das relações de confiança e vizinhança (como propuseram os autores que estudam o tema). Sem dúvida o mecanismo que mais se destaca para a avaliação do empréstimo é o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC/SERASA), sendo que metade dos bancos comunitários fazem uso dele. Cabe ressaltar que este mecanismo é o mesmo utilizado por bancos convencionais, e seu uso pelos Bancos Comunitários – num certo sentido – caminha na lógica oposta daquilo que é preconizado pela bibliografia que estuda este tema, que reafirma o fato dos bancos comunitários pautarem-se em relações muito menos formalizadas, ou menos “organizacionais”.

Outro ponto de destaque é a utilização de mecanismos como o comprovante de renda e de residência, ambos utilizados por 83,3% dos bancos da Região Sudeste. Tanto um quanto outro sugerem um caráter formal para a solicitação do empréstimo, bastante semelhante aos mecanismos utilizados pelos bancos comerciais convencionais. É possível que estes bancos comunitários solicitem o comprovante de

residência porque uma das características desses bancos seria de realizar empréstimos apenas para a comunidade; contudo, o uso deste procedimento também aponta para a reflexão do quanto esses agentes (gestores e tomadores de empréstimo) se conhecem e se relacionam, para ser necessária esta comprovação.

Os demais mecanismos utilizados (Pesquisa de Vizinhaça (91,6%), Aval Solidário (91,6%), Carta ao Vizinho (66,6%) e Comitê de Análise de Crédito (83,3%)) estão mais baseados em relações de confiança, ajuda mútua e vizinhaça, genuinamente estabelecidas no cotidiano compartilhado, como veremos a seguir. Estes sim, corroboram com os autores que se debruçam sobre esta temática, como Silva Júnior (2004) e Braz (2014) ao estudar o Banco Palmas-CE e Crocco e Menezes (2009) com o caso do Banco Bem-ES⁸⁴.

Silva Júnior explica que o "aval solidário" é um mecanismo de controle financeiro de caráter extremamente "social", que envolve os vizinhos, onde os próprios moradores passam a ter a função de estabelecer mecanismos de pressão moral junto aos demais vizinhos (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 36). Ao mesmo tempo entendemos que o "aval solidário" denota o que Abramovay e Junqueira (2005, p.11) creem ser as "finanças de proximidade", que de acordo com os autores, está muito além de um suposto altruísmo, havendo uma racionalidade econômica bem longe do "voluntarismo encantado da economia solidária", como já mencionado no Capítulo 1.

Já o Comitê de Análise de Crédito (CAC) baseia-se em uma reunião entre os gestores do banco, que se unem e decidem conceder – ou não – o crédito para o morador. Silva Júnior (2006, p.52) relata que no caso do Banco Palmas, o banco "se importa com o morador do bairro, inclusive, se ele não teve condições de contrair o empréstimo".

Ao relacionar as informações das formas de avaliação de crédito com as "carteiras de crédito castigadas"⁸⁵ obtivemos também dados interessantes, a saber: dentre os bancos comunitários que possuem taxas de inadimplência acima de 10% em relação aos empréstimos concedidos (50% dos bancos comunitários da Região

⁸⁴ Importante apontar que o Banco Bem-ES dispõe de um *software* especializado e utiliza-se do SPC/SERASA. Contudo em seu relatório o gestor faz uma observação elencando que o tomador, mesmo com o nome positivado no órgão formal, não necessariamente obterá o crédito se não atender os demais critérios.

⁸⁵ O termo "carteira de crédito castigada" refere-se a empréstimos com mais de 180 dias em atraso no período de 2011 a 2014, de acordo com os relatórios do NESOL-USP.

Sudeste do país) apenas 16,6% realiza consulta ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC/SERASA); e dentre os bancos que possuem taxa de inadimplência menores que 6% em relação a quantidade de créditos concedidos, 66,6% fez consulta ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC/SERASA). Estas relações sugerem que mesmo que o "grau de confiança" entre os moradores e os gestores do banco seja "bom" (50%), não significa que os moradores sejam bons pagadores.

Posto isso, o que França Filho (2008) infere – e que Silva Júnior (2007) corrobora – é que as "formas" de economia dos bancos comunitários se dão em três níveis, segundo os autores: a primeira se estabelece em uma *economia mercantil*, fundada no princípio de um mercado autorregulado com trocas marcadas pela impessoalidade e pela equivalência monetária. Neste caso França Filho (2008) exemplifica esta forma de economia através do empréstimo para a "produção" e também o uso da moeda local para compra de bilhetes para transporte coletivo; a segunda forma baseia-se em uma *economia não mercantil*, visto que esta economia funda-se na redistribuição, já que aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los; e, por fim, uma *economia não monetária* – fundada principalmente na reciprocidade. Trata-se sobretudo de perenizar os laços sociais, através de uma relação que privilegia a domesticidade, a vizinhança e o “valor do laço” em detrimento do “valor do bem”. Encontra-se esta economia baseada da “reciprocidade”, identificada nos Bancos Comunitários, através do seu modelo de garantia e controle social nos empréstimos, ou no uso da moeda local fundamentada nas relações de confiança.

Partindo-se destas considerações, podemos nos perguntar: qual é a efetiva difusão do uso das moedas locais na visão dos gestores dos bancos comunitários da Região Sudeste? Para encaminharmos uma possível resposta a esta questão, devemos nos ater a alguns dados que consideramos relevantes sobre os referidos bancos: primeiro, o fato de 66,7% deles apresentarem uma carteira de crédito que varia entre R\$1.000,00 e R\$ 20.000,00⁸⁶; em segundo lugar, lembrar que uma porcentagem significativa destas carteiras de crédito é destinada para servir de lastro à moeda local/social, como pode ser observado no gráfico a seguir:

⁸⁶ Para maiores informações sobre os valores brutos da carteira de crédito, observar gráfico "Variação da Carteira de Crédito dos BCD- Região Sudeste (2014)" nos anexos do trabalho.

Gráfico 2. Região Sudeste: Utilização do Valor Bruto da Carteira de Crédito de acordo com as Linhas de Crédito oferecidas pelos bancos comunitários. (2011-2014)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios do Convênio MTE/SENAES n°748854/2010

Os dados permitem inferir que a porcentagem de uso das carteiras de crédito dos bancos comunitários para servirem de lastro às moedas sociais é relativamente baixa. Este pode ser um fator que prejudica a efetiva difusão das moedas locais nas comunidades em que estão estes bancos. Interessante notar que os trabalhos de cunho teórico que tivemos acesso mostram que as moedas locais seriam um "catalisador" para que houvesse maior acesso a população ao crédito, como também seria ela a responsável por contribuir para que houvesse um menor escoamento do "dinheiro líquido" das comunidades para outros lugares, já que elas são aceitas apenas nos estabelecimentos da comunidade, cadastradas no banco comunitário, e promoveriam um "desenvolvimento endógeno" do lugar (SILVA JUNIOR, 2007; SEGUNDO, 2009; CROCCO & MENEZES, 2009).

Do ponto de vista teórico, entendemos que esta "nova forma de organização financeira" poderia tornar-se um meio para que o dinheiro líquido dos agentes do circuito inferior da economia urbana não se destinassem aos agentes do circuito superior, já que eles teriam maiores possibilidades de consumir nos próprios estabelecimentos do circuito inferior (como também haveria uma menor drenagem do "dinheiro líquido" para agentes do circuito superior). Isso é relevante já que o

"dinheiro líquido" ainda é condição *sine qua non* para que os agentes do circuito inferior sobrevivam (SANTOS, [1975] 2008; MONTENEGRO, 2011).

Todavia, na Região Sudeste do país, esses processos parecem não terem sido concretizados. Mesmo porque a quantidade de estabelecimentos que aceitam a moeda local nos bairros onde se localizam os bancos comunitários da Região Sudeste é relativamente baixa, sendo que o maior número de estabelecimentos que aceitam esta moeda se dá no caso do Banco Bem (Vitória- ES), onde 49 estabelecimentos aceitam o *Bem* (B\$). Os demais bairros onde estão os bancos comunitários que possuem suas moedas próprias alcançam em média entre 11 e 20 estabelecimentos (41,6%) que as aceitam.

Tabela 8. Região Sudeste: Número de Estabelecimentos que aceitam a Moeda Local por Banco Comunitário (2014)

Banco Comunitário	Número de Comerciantes que aceitam a Moeda Local
Banco Bem-ES	49
Banco Chapadense –MG	22
Banco Padre Léo- SP	21
Banco CDD- RJ	21
Banco Apuanã- SP	15
Banco Paulo Freire- SP	15
Banco União Sampaio- SP	12
Banco Sol- ES	11
Banco Nascente- SP	10
Banco Verde Vida ES	7
Banco Autogestão –SP	4
Banco Abraço-ES	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios do Convênio MTE/SENAES nº748854/2010

Quais as razões que levam a baixa quantidade de estabelecimentos que aceitam a moeda local? Primeiramente a *confiança* não só no banco comunitário como também na moeda local/social são fundamentais para que aconteça sua capilaridade nos lugares. Crocco & Menezes (2009) ressaltam que é o caráter local que aumenta a confiança no sistema e por isso ele funciona. Segundo os gestores dos

bancos comunitários da Região Sudeste, a aceitação dos Empreendimentos Locais em relação à Moeda Local/Social ainda é um "entrave", já que apenas 33,3% consideram "bom" a aceitação dos empreendimentos locais⁸⁷.

Com relação a *confiança* dos moradores em relação à moeda local os números se colocam ainda mais expressivos, visto que 41,6% dos gestores dos bancos consideram "péssima" a *confiança* dos moradores em relação a moeda, e apenas 8,3% pontuam como "excelente", como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 3. Região Sudeste: Grau de Confiança dos moradores em relação a Moeda Local dos bancos comunitários (2014)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios do Convênio MTE/SENAES nº748854/2010

Feita esta análise dos dados, entendemos que não há uma capilarização mais significativa das moedas locais nos Bancos Comunitários da Região Sudeste do país, pois não estão difundidos os elementos ligados a esta confiança que o uso da moeda deve possuir. Estas dificuldades são explicitadas tanto pelos comerciantes como também pelos moradores que se utilizam da moeda local.

Estas considerações sobre os usos efetivos das moedas locais por parte dos atores envolvidos nos permitiram chegar a duas principais afirmações sobre o fenômeno. Em primeiro lugar, deve-se sublinhar a importância central que possui o

⁸⁷ Para mais informações observar o gráfico sobre " Aceitação dos Empreendimentos Locais relação a Moeda Local/Social- Região Sudeste (2014)" nos anexos desta dissertação.

Estado (mais precisamente, a União) como planejador e "sujeito" que promove a institucionalização e a capilarização dos bancos comunitários em território brasileiro. Ainda sobre esta influência da União, deve-se ressaltar que existem benefícios dos bancos comunitários serem correspondentes bancários, principalmente em lugares de menor dinamismo econômico, onde não há fixos tradicionais (agências bancárias) do sistema financeiro. Contudo, evidenciou-se durante este capítulo que concomitantemente a isso, oferecer este serviço aos seus clientes pode ser nocivo aos propósitos originais dos bancos comunitários, visto que as atividades do correspondente dependem de mão-de-obra para serem realizadas, obrigando os bancos comunitários a manterem um funcionário, muitas vezes, de forma exclusiva para a realização destes serviços, tirando-o da realização de outras atividades que o banco comunitário necessita.

Uma segunda afirmação importante diz respeito àquilo que particulariza os bancos comunitários, e por meio dos dados que obtivemos acesso, pudemos analisar dois desses pontos: o primeiro liga-se às relações "diferenciadas" que os bancos comunitários estabelecem com seus credores, pautadas nas relações de confiança e vizinhança. Ao mesmo tempo, pudemos constatar que além dessas relações pouco formalizadas, baseadas em um "cotidiano compartilhado", há também mecanismos utilizados por parte expressiva dos bancos comunitários ligados a organizações complexas, como o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC/SERASA). Outros, como o Comprovante de Renda e de Residência – que também são mecanismos utilizados por bancos tradicionais – são utilizados por boa parte dos bancos comunitários. Vimos também que as dificuldades que os bancos comunitários enfrentam na capilarização das moedas locais, exemplificam em números o quanto elas não tem a devida importância que se coloca *a priori* para os bancos comunitários. Realizamos uma primeira aproximação também sobre as relações de *confiança* entre o banco e os moradores, assim como a *confiança* dos moradores em relação a moeda local e concluímos que a difusão dos fatores ligados à esta *confiança* ainda está muito aquém do que espera o Governo Federal, os gestores e os pesquisadores que se ligam a esta temática.

**CAPÍTULO 3- A AÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E A CIRCULAÇÃO DAS MOEDAS
LOCAIS**

A intenção neste último capítulo de nossa dissertação é compreender a dinâmica que os bancos comunitários e as moedas locais promovem nos lugares. A situação geográfica que definimos como universo social de análise (a cidade de São Paulo) inclui os bancos comunitários que se localizam no município de São Paulo, assim como os estabelecimentos que aceitam a moeda local como forma de pagamento (e que estão cadastrados nesses bancos). Para fundamentar esta parte de nossa análise, foram realizadas entrevistas com os atuais gestores dos quatro bancos comunitários paulistas em funcionamento: União Sampaio e Autogestão localizados na Zona Sul, o Banco Apuanã na Zona Norte e o Paulo Freire na Zona Leste da capital paulista. Em consonância com este contexto, também realizamos entrevistas com os gestores da Organização Não Governamental (ONG) Obras Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais (ORPAS), localizada na Zona Sul de São Paulo que também faz uso de moeda local, todavia é uma organização que se mostrou na pesquisa como um “contraponto” em relação aos objetos técnicos normatizados, que são os demais bancos comunitários supracitados.

Em um primeiro momento, contextualizaremos historicamente a formação dos bancos comunitários paulistas e depois partiremos para os objetivos de nosso trabalho. O primeiro deles é fazer uma caracterização geral dos bancos comunitários na cidade de São Paulo, visto que esta descrição nos auxiliará na compreensão da dinâmica desses bancos da capital paulista. Em segundo, faremos uma investigação particular do Banco União Sampaio, que como será apresentado adiante, possui uma particularidade em relação aos demais bancos paulistas. O terceiro objetivo é compreender a dinâmica da Rede Paulista de Bancos Comunitários formada pelos bancos Apuanã, Paulo Freire e Autogestão, este três bancos que compõe a Rede estão ligados inteiramente ao "Projeto Moradia Solidária", como veremos adiante. Por fim analisaremos a Organização Não Governamental (ONG) Obras Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais (ORPAS), localizada na Zona Sul de São Paulo, que foi identificada no decorrer da realização de nossos trabalhos de campo. A ORPAS não possui as características formais de um banco comunitário, e não faz parte da Rede de Bancos Comunitários. Todavia, utiliza a moeda local em sua comunidade e sua ação se assemelha à dinâmica de um banco comunitário, e, neste sentido, entendemos que seja relevante trazermos também esse universo para análise.

Assim, o processo histórico de implementação dos bancos comunitários em São Paulo foi realizada, segundo os gestores dos bancos, a partir de uma Emenda Constitucional do ex-

deputado Roberto Gouveia (do Partido dos Trabalhadores) nomeada como "Projeto Moradia Solidária". Entre os anos de 2006 e 2009 foi estabelecido o diálogo entre vários líderes de movimentos sociais vinculados à questão da moradia, sendo que o ex-deputado supracitado teve auxílio de organizações como o Laboratório de Extensão da Escola de Artes e Ciências Humanas (LABEX-EACH-USP Leste) e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), para realizar a intermediação dos interesses dos movimentos sociais. É necessário pontuarmos que o LABEX-USP já vinha desenvolvendo trabalhos em quatro dessas comunidades, onde hoje estão os Bancos Autogestão, Paulo Freire, Apuanã e o Vista Linda. Este último banco não realiza mais as atividades, como veremos posteriormente⁸⁸.

Já a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-USP) mantinha, desde 2001, parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo (STDS) e, concomitantemente, já realizava trabalhos no Distrito do Campo Limpo. Os membros do ITCP-USP entenderam que como existia naquele lugar uma associação de bairro consolidada – União Popular das Mulheres (UPM) – era possível a implementação de um banco comunitário pautado na lógica da economia solidária. Contudo, diferentemente do que o Projeto propunha, a União Popular das Mulheres não estava pautada por reivindicações ligadas à moradia, como era o caso dos demais bancos. Assim, o critério inicial foi repensado, surgindo um quinto banco a ser implementado em São Paulo: o Banco União Sampaio⁸⁹.

A partir da referida emenda parlamentar "no valor de R\$ 1.000.000,00, a ser utilizado durante um ano para a remuneração da equipe técnica, auxílio financeiro aos participantes dos grupos incubados, lastro para a moeda social, pagamento de despesas dos bancos (luz, telefone e água) e fundo para a constituição da carteira de microcrédito produtivo" (GARCIA, 2010, p. 60) e dos intermediários nesse processo - LABEX-USP e ITCP-USP, responsáveis pela formação dos grupos –, fundaram-se os bancos comunitários em São Paulo, no ano de 2009. Interessante notar que, de acordo com a metodologia da Rede de Bancos Comunitários

⁸⁸ Dados obtidos através de entrevista com o colaborador da Rede Paulista de Bancos Comunitários Tomás Marques em abril de 2013.

⁸⁹ "Houve controvérsias ao longo do processo de implementação dos bancos, já que a proposição da criação do Banco União Sampaio não nascera da mesma orientação seguida pelos grupos de mutirão – a atenção ao pós-morar – o que trazia implicações na disputa pelos recursos do projeto e pela assistência dos órgãos da universidade. Houve controvérsias, também, quanto às agendas temáticas propostas pelas instituições universitárias." (GARCIA, 2010, p. 62)

(2006), o Instituto Palmas é o responsável pela formação dos grupos, com os métodos e objetivos dos bancos comunitários pelo país; entretanto no caso dos bancos paulistas a formação se deu mais pela ação de grupos de pesquisadores/funcionários ligados à universidade. Sobre esta nota Garcia (*op.cit*) coloca que:

A formação em economia solidária e em desenvolvimento local seria fornecida pela ITCP-USP e pelo LABEX e não pelo Instituto Palmas. Embora Silva Jr. (2007) atribua a formação por meio do curso ABC da Economia Solidária, promovido pelo Instituto Palmas, seja uma condição para a disseminação dos bancos comunitários, aquelas instituições universitárias tinham experiência sobre o tema e competência para se incumbir dessa etapa do processo. O fato de ambas as instituições universitárias estarem mais próximas dos grupos alvo do que o Instituto Palmas também foi um fator importante para que ITCP-USP e LABEX assumissem os cursos de formação.

Neste sentido, a ação do Instituto Palmas restringiu-se a capacitação dos trabalhadores dos bancos sobre o uso do ponto de venda (POS) para o correspondente do Banco Popular do Brasil e sobre todas as atividades inerentes à prestação desse serviço. Segundo o relato de uma das gestoras de um banco comunitário, na época foram destinados ao Instituto Palmas R\$200.000,00 para que os bancos fossem capacitados a se tornarem correspondentes bancários.

Após a implementação os bancos comunitários paulistas passaram a enfrentar dificuldades, das quais duas delas merecem destaque: 1. as divergências de visão do processo, durante a implementação, entre os dois grupos universitários envolvidos; e 2. o fim do recurso da emenda parlamentar (de R\$1.000.000,00). Quando o recurso chegou ao fim, o ITCP-USP e o LABEX-USP se restringiram a poucos contatos formais, e o Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP) assumiu a função de interlocução entre o Instituto Palmas e a SENAES (GARCIA, 2010, p.64).

Em 2010, no momento em que é lançado o Projeto da SENAES nº03/2010, o ITCP-USP e o LABEX-USP apresentaram propostas separadas à Secretaria, contudo não era possível o encaminhamento formal de duas propostas de uma mesma instituição (no caso, a USP). Assim a Reitoria da Universidade de São Paulo favoreceu ITCP-USP, que apresentou o projeto final como Fundação da Universidade de São Paulo (FUSP). Os recursos dessa chamada pública totalizavam um valor de R\$ 14.000.000,00, e, desse montante, R\$ 10.000.000,00 eram oriundos do Programa Nacional de Segurança com Cidadania

(PRONASCI) para implementação de bancos comunitários em "territórios de paz"⁹⁰ e R\$ 4.000.000,00 oriundos do orçamento da SENAES. Dos R\$ 10.000.000,00 destinados apenas aos bancos comunitários, 25% desse recurso (R\$2.500.000,00) foi destinado à Região Sudeste, que abrigava no momento a entidade executora regional dessas políticas (o NESOL-USP, como já exposto no Capítulo 2).

No mesmo ano do Edital (2010), forma-se a Rede Paulista de Bancos Comunitários (RPBC) composta pelos bancos Apuanã, Vista Linda, Autogestão e Paulo Freire, inteiramente vinculados a movimentos sociais de reivindicação de moradia em São Paulo. É importante salientar que por meio dos trabalhos de campo realizados para esta pesquisa, constatamos que o Banco Vista Linda – localizado na periferia da Zona Oeste da capital – abriu falência no início deste ano (2014). De acordo com entrevista realizada com Diogo Jamra Tsukumo, (da SENAES), quando questionado se haveria registro de algum processo de falência de bancos comunitários no Brasil, ele nos responde que:

Pode até ser que o banco comunitário feche, até hoje a gente não tem registro, nunca recebemos...é uma coisa que o Joaquim fala "banco comunitário ele pode não estar funcionando que nem um Banco Palmas, que nem tá todo dia com a portinha aberta. Mas em todas as comunidades existe um embrião de uma iniciativa. Se você for lá procurar a comunidade você vai encontrar alguém que sabe o que é o banco comunitário. Isso está lá. A semente, a ideia do banco foi plantada. Se aquilo está funcionando cotidianamente ou não é uma questão que depende de recurso, de implementação, então agora a gente imagina que com este novo programa a gente imagina que essas iniciativas que estão mais murchas vão voltar a existir. (05/05/2014, Brasília-DF).

Neste caso, a SENAES entende que se a ideia do banco comunitário foi implementada naquela comunidade e portanto não há que se falar em “falência” de nenhum banco comunitário. Entrevistamos também Tomás Marques, colaborador da Rede Paulista de Bancos Comunitários, que nos relatou que o Banco Vista Linda não conseguiu dar continuidade as suas atividades devido a falta de verba, que por sua vez decorreria do lapso de

⁹⁰ Os "territórios de paz" foram uma proposta ao final do segundo mandato do governo Lula, vinculado ao Ministério da Justiça que atuaria através do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), com o intuito de atuar em "territórios" marcados pela violência urbana, levando atividades culturais, esportivas e educacionais com apoio de psicólogos, educadores e assistentes sociais. Os bancos comunitários seriam mais um elemento da execução das políticas do PRONASCI para desenvolver esses territórios. Fonte: [<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/noticias/283782/governo-federal-inicia-lancamento-dos-territorios-de-paz-do-pronasci>]; acessado em 17/08/2014. Contudo o PRONASCI não foi levado adiante pelo governo sucessor, de Dilma Rousseff.

tempo que ocorreu entre os projetos da SENAES; sem alternativa de financiamento, o banco fechou suas portas. Ao questionarmos o Chefe de Gabinete da Secretaria sobre o lapso de tempo que há entre os Editais da SENAES, levando ao fechamento por hora das atividades do Banco Vista Linda, ele apontou que isso é um problema que existe em diversos Ministérios e o "fechamento" se deu por outros fatores que ele classificou como "problemas com implementação de projeto".

Compreendemos que mesmo que os bancos comunitários em São Paulo tenham sido criados no mesmo ano, e que os cinco bancos implementados tenham ficado até o ano de 2013 (fim da vigência do primeiro Projeto da SENAES) sob a coordenação do NESOL-USP, foram distintos os fatores que levaram a escolha desses lugares durante sua implementação. Se por um lado os bancos comunitários que fazem parte da Rede Paulista de Bancos Comunitários - Autogestão, Apuanã e Paulo Freire - estavam pautados em movimentos de moradia populares, a implementação do Banco União Sampaio no Distrito do Campo Limpo se deu porque já havia dinâmicas no lugar - como a União Popular das Mulheres (doravante, UPM) - que firmariam a criação de um banco comunitário pautado na economia solidária. Dado este contexto, é necessário fazermos uma análise separada desses bancos comunitários, já que as dinâmicas locais que estão em sua origem possuem também características distintas .

Através do histórico estabelecido, será que o trabalho desenvolvido pela UPM há vinte e sete anos no bairro do Campo Limpo seria um “catalisador” para a criação de um banco comunitário? Ou a lógica dos movimentos por reivindicação de moradias, pautada por temas nacionais de luta popular, em lugares periféricos, com alta exclusão social, seriam interessantes para a criação de bancos comunitários? Partiremos agora para a análise geral dos bancos comunitários em São Paulo e, posteriormente, evidenciaremos as particularidades de cada um deles de acordo com nossa apresentação inicial.

3.1 Caracterização dos Bancos Comunitários Paulistas: novos usos das finanças nas zonas opacas de São Paulo

Este item tem como finalidade estabelecer as características gerais dos quatro bancos comunitários de São Paulo vinculados a Rede de Bancos Comunitários (RBC), a saber: Apuanã, Paulo Freire, União Sampaio e Autogestão, respectivamente, localizados nos distritos de Tremembé (Zona Norte), Cidade Tiradentes (Zona Leste), Campo Limpo e Jardim São Luís (ambos na Zona Sul da capital), todos em zonas periféricas da capital paulista. Visamos também compreender a dinamização da moeda local nos estabelecimentos bancários e não-bancários que as utilizam, sobretudo enquanto forma de pagamento em transações comerciais “cotidianas”.

Segundo as definições da própria Rede Paulista de Bancos Comunitários, para que um estabelecimento se caracterize como um banco comunitário de desenvolvimento (BCD), ele deve estar baseado em sete princípios:

- I) Ser uma iniciativa da própria comunidade, que decide criar o banco, tornando-se gestora e proprietária do mesmo;
- II) Atuar sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante;
- III) Suas linhas de crédito devem estimular a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
- IV) Apoiar os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias e outros);
- V) Atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;
- VI) Estar voltado sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias e;
- VII) Sua sustentabilidade, em curto prazo, deve fundar-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas (RBC, 2006, p.7).

Manteremos esses princípios como "pano de fundo" para caracterizar os bancos comunitários paulistas, frisando que não é nossa intenção descrever cada um deles em nossa caracterização; contudo, essa definição nos auxiliará na compreensão da dinâmica que esses bancos comunitários promovem – ou não – nos lugares em que foram implementados em São Paulo.

Como já exposto no início deste capítulo, sabemos que esses bancos comunitários não surgiram apenas de uma iniciativa da comunidade, visto que para sua implementação foram necessárias medidas legais oficiais, subsídios de outras instâncias públicas (e às vezes privadas-internacionais), entre outros elementos ligados à ação estatal (sobretudo no nível federal).

Com o objetivo de caracterizar os bancos comunitários de desenvolvimento paulistas, utilizaremos como fonte de análise os relatórios produzidos pelos quatro gestores dos bancos ligados ao Convênio MTE/SENAES nº748854/2010⁹¹, cedidos pelo NESOL-USP, e dados de nossos trabalhos de campo que foram sistematizados da seguinte forma: entrevista com os gestores dos bancos e a aplicação de dezesseis questionários nos estabelecimentos que aceitam as moedas locais nas comunidades onde estão localizados os bancos comunitários de desenvolvimento⁹².

De início, a análise destaca algumas das características dos lugares em que efetivamente surgem os bancos comunitários em São Paulo. Certas características são comuns a todas as Regiões Metropolitanas brasileiras, como a má distribuição dos equipamentos e infraestruturas públicas, as desigualdades de renda pronunciadas, as condições de habitação precárias, etc. Assim, Milton Santos nos traz a ideia da "plasticidade" que as metrópoles ganham. Segundo ele, quanto mais "plástica" tende a ser uma cidade, maior a possibilidade de

⁹¹ Projeto "Apoio e Fomento as Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário", janeiro de 2014.

⁹² Os trabalhos de campo foram sistematizados da seguinte maneira: por meio de entrevista feita com os gestores dos bancos comunitários e aplicação de questionário nos estabelecimentos que utilizam a moeda local como forma de pagamento, ambos os documentos utilizados estão no anexo deste trabalho. Nossas visitas foram realizadas ao longo do período do mestrado, sobretudo a aplicação dos questionários foram feitas entre os meses de janeiro, fevereiro e março de 2014. A seleção dos estabelecimentos foi realizada após as informações obtidas pelos gestores dos bancos comunitários, que disponibilizaram o cadastro dos estabelecimentos que fazem uso da moeda local. Os estabelecimentos que se dispuseram a responder nosso questionário do Banco União Sampaio foram: Center Vai lá, Kel Cosméticos, Camila Lingerie, Casa de Carnes Silvestre, Maikell Temperos e Bazar Hiro. Do Banco Autogestão: Mercadinho Bom Sucesso e Frutaria do Tião. Do Banco Paulo Freire: Demas Carnes, New Millenium Padaria e Bar do Ceará. Do Banco Apuanã: Sheik e Max, Mercado Apuanã, Padaria Filhos da Terra, May Mar Brasil e Bar da Bel.

acolher novas mudanças em funcionalidade de uma nova ordem. Estes novos arranjos que são baseados em objetos geográficos constituem a base de práticas sociais hegemônicas que provêm de uma racionalidade calcada apenas no lucro (SANTOS, [1994] 2008, p. 72 e 73) feita pelos agentes do circuito superior da economia urbana (SANTOS, [1975] 2008). Concomitantemente a isso, a cidade como um todo resiste à difusão dessa racionalidade através de seu *meio ambiente construído* que se colocam como "zonas de resistência" a esta economia hegemônica (SANTOS, [1994] 2008, p. 74). Em várias partes, essas aglomerações não possuem a fluidez da informação e das finanças e estão marcadas pela pobreza; é nesses lugares que os agentes do circuito inferior têm a possibilidade de sobrevivência dentro das metrópoles brasileiras (SANTOS, [1975] 2008; SILVEIRA, 2009). Como mostra também Milton Santos,

São Paulo é a metrópole econômica de um país subdesenvolvido, onde não há melhor lugar para os pobres que as cidades grandes (...) Dela pode-se dizer que é uma metrópole onipresente em todo território nacional, sendo também o lugar em que são mais fortes e significativas as relações internacionais (SANTOS, [1975] 2008, p. 15-17).

Em função das regras de definição dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCD) feitas pela Rede Paulista de Bancos Comunitários, era de se esperar que todos eles estejam em locais com alta exclusão social e que, portanto, são os lugares onde também é possível a sobrevivência dos agentes do circuito inferior da economia urbana. Conforme mostrou nossa pesquisa documental e de campo, os bancos comunitários de fato estão localizados em zonas periféricas da cidade. É fundamental explicitarmos que ao utilizamos o termo "periferia" não estamos somente colocando a distância física desses pontos ao centro da cidade como também dificuldade em acessibilidade aos equipamentos de cidadania das pessoas que lá vivem (SANTOS, [1975] 2008, p. 290).

Para se ter uma ideia palpável da dificuldade desta acessibilidade, vejamos a questão financeira, que é um dos principais temas de nossa investigação. O município de São Paulo possui hoje um total de 2.548 agências bancárias⁹³ – tanto de bancos públicos como de bancos privados – e dessa totalidade, apenas 37 agências bancárias localizam-se nos distritos onde estão os bancos comunitários, como pode ser visualizado no mapa 4. Um dos casos que nos chama bastante atenção é do banco comunitário Paulo Freire no distrito

⁹³ Dados obtidos através do Banco Central do Brasil (2014).

de Cidade Tiradentes (ZL), onde existe apenas uma agência bancária para atender 211.501 habitantes⁹⁴. Ou seja, uma parcela significativa da população que vive em partes mais centrais da metrópole está dentro dos interesses dos bancos convencionais onde se concentram as agências bancárias (observar o mapa) e as mais periféricas – ou "áreas opacas" – ficam à margem dos circuitos do sistema financeiro. Esse processo é caracterizado como “exclusão financeira”, como já expusemos anteriormente, durante o Capítulo 1 desta dissertação.

⁹⁴ Dados da Prefeitura de São Paulo, Censo de 2010.

Mapa 4. Município de São Paulo:
Bancos Comunitários e Agências Bancárias (2014)

Atualmente, há novos fixos geográficos financeiros que atendem essa população não-bancarizada que são os Correspondentes Bancários, como já mencionado durante o Capítulo 2. Como Contel (2006, p. 247-248) pontuou, há no novo período uma capilaridade desses fixos financeiros em áreas opacas do território, chamando atenção para os Correspondentes Bancários da Caixa Econômica Federal que permitem as populações mais carentes acesso aos serviços bancários mais simples, assim como são canais para a execução de programas sociais por parte do Governo Federal. O geógrafo denominou os Correspondentes Bancários da Caixa Econômica Federal enquanto "nervos do governo", visto que a partir desses fixos geográficos é possível levar parte das decisões do âmbito federal para pontos distantes do território (CONTEL, *op.cit.*, p. 249). Sabemos que dentre os serviços e formas institucionais que os bancos comunitários estão aptos a oferecer, a de correspondente bancário é uma das principais, permitindo assim que parte desta população, que encontra dificuldade em ser atendida pela rede bancária tradicional, possa ter acesso a serviços bancários, por meio desse novo fixo geográfico financeiro.

No caso dos quatro bancos existentes em São Paulo, apenas o Banco União Sampaio deixou de ser prestador desse serviço em 2010, alegando principalmente que estão em um local onde há bastante acesso a esse tipo de serviço. Ao mesmo tempo, entendem que os correspondentes levam a precarização do trabalho bancário e encontram dificuldade em disponibilizar um trabalhador para operar o serviço. No entanto, ressaltam que no período que foram correspondentes (2009-2010), os serviços prestados pelo Banco União Sampaio corroboraram para aumentar a proximidade do banco com a comunidade. Essa proximidade é fundamental para os bancos comunitários, já que ela permite uma relação de confiança entre banco e a população local, facilitando outras ações, principalmente, a inserção da moeda local. Dentre os demais bancos que fazem parte da Rede Paulista de Bancos Comunitários, todos são atualmente Correspondentes Bancários da Caixa Econômica Federal, e de um modo geral, entendem que o serviço auxilia na movimentação do banco comunitário. Contudo também alegam problemas com a segurança, pois o "máximo" de segurança que eles possuem é um cofre, concedido durante a implementação do primeiro Projeto da SENAES. Durante os trabalhos de campo, notamos que os gestores da Rede Paulista de Bancos Comunitários "escondem" o cofre dentro do estabelecimento, como pode ser observado na figura 3. Vale destacar que o Banco União Sampaio é o único que não possui um cofre e guarda o dinheiro (tanto em Real quanto em "Sampaio") em uma "caixa de sapato".

Figura 3. No Banco Apuanã o cofre recebido pela entidade executora regional NESOL-USP localiza-se embaixo da mesa do computador do Banco. Foto: Carolina G. de Paula, 07/01/2014.

Vemos nesse caso uma “via de mão dupla”, pois se de um lado os bancos podem beneficiar-se com esse serviço – aumentando o movimento do banco e elevando o grau de confiança entre os moradores em relação a ele para a propagação da moeda local –, do outro, podem também ser um “entrave” para as atividades do banco, pois é necessário disponibilizar uma pessoa apenas para operar o Correspondente, como já havíamos pontuado durante o Capítulo 2. Outra “desvantagem” viria do fato de que a figura do Correspondente também pode levar a comunidade a entender que o banco comunitário possui e/ou é apenas este serviço. Pareceu-nos importante destacar esta questão (se os Bancos Comunitários exercem ou não a função de Correspondentes) pois, em conversas informais com alguns moradores dos bairros – e também com os donos dos estabelecimentos –, boa parte entende que o banco comunitário é apenas um Correspondente Bancário. Isso mostra o quanto é fundamental um trabalho de conscientização da população sobre os serviços que o banco oferece e qual seu objetivo naquela comunidade, dentre eles “promover o desenvolvimento endógeno do território” (RBC, 2006). Quando isso não ocorre o banco comunitário perde seu objetivo original.

No que tange o *meio construído* onde estão instalados os bancos comunitários paulistas, algumas características merecem destaque. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que os Bancos realizam suas atividades em locais com tamanho em média de 8 m² não havendo divisão em “cômodos” nesses estabelecimentos, visto que as atividades são realizadas todas em um mesmo ambiente. Cabe também destacar que os locais são ou concedidos (75% deles) ou alugados⁹⁵. Os cadastros dos clientes são em sua maioria feitos “à mão” e guardados em uma pasta comum, sendo que apenas o Banco Apuanã digitaliza todos os seus documentos. Sobre os instrumentos de trabalho utilizados pelos bancos, todos possuem computador e internet, fundamentais para que aqueles que são também Correspondentes Bancários consigam desempenhar essas função. Cabe lembrar que 3 deles possuem impressora multifuncional utilizada para tirar fotocópias para realização do cadastro dos clientes.

Figura 4. Armário onde são arquivados os documentos dos clientes do Banco União Sampaio. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 09/01/2014.

⁹⁵ Os Bancos Apuanã e Paulo Freire inteiramente ligados ao movimento de moradia utilizam-se de espaços concedidos pela associação de moradores, respectivamente: Associação dos Sem Terra da Zona Norte e Associação Comunitária de Construção Paulo Freire, derivada do Movimento Sem Terra Leste I. O Banco Autogestão também atua em espaço concedido, contudo a concessão é feita pela Casa de Cultura e Educação Jardim São Luiz que é gerida pela subprefeitura de M'Boi Mirim.

Os aspectos acima apontam que a organização dos bancos comunitários é bastante simples em comparação aos bancos convencionais, os quais são cada vez mais informatizados, processo este denominado de "automação bancária". Um exemplo desta automatização dos bancos no período atual seriam os caixas eletrônicos que, como Contel nos mostra "são, portanto, sistemas técnicos informacionais típicos da atual fase da globalização, onde as variáveis *informação, tecnologia bancária e finanças* se unem para tornar ainda mais eficaz a circulação de capitais no território" (CONTEL, 2006, p. 256) (grifo do autor).

Tabela 9. Bancos Comunitários: Variação dos Valores Brutos da Carteira de Crédito (2014).

Banco Comunitário	Valor Bruto da Carteira de Crédito
Banco Apuanã (ZN)	R\$ 15.000,00
Banco Autogestão (ZS)	R\$ 2.600,00
Banco Paulo Freire (ZL)	R\$ 11.000,00
Banco União Sampaio (ZS)	R\$ 50.000,00

Fonte: Sistematização dos dados dos trabalhos de campo realizados em Jan. 2014. Elaboração própria.

Do ponto de vista de sua ação como intermediadores financeiros, os bancos paulistas já realizaram um total 486 empréstimos ao longo de sua existência recente. Deste número, 7,61%, que equivale a R\$17.525,00, correspondem a carteira castigada, com mais de cento e oitenta dias de atraso no pagamento. Ainda que não sejam diretamente comparáveis, os dados da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) revelam que em 2012 (observados no Capítulo 1), a taxa de inadimplência no Brasil era de 5,18%, isto é, abaixo do valor apresentado pelos bancos comunitários paulistas. De acordo com a bibliografia (CROCCO e MENEZES, 2009; SEGUNDO 2009) a confiança que se estabelece entre os tomadores de empréstimo e os bancos comunitários seria um fator para que as taxas de inadimplência fossem menores, no entanto não é isso que os dados nos revelam. Será então que não há

confiança entre os bancos comunitários e seus tomadores de empréstimo? Pela visão dos gestores dos bancos eles consideram entre "boa" e "regular" a "confiança" que existe entre os moradores da comunidade e o banco, neste sentido até o momento parece-nos que em São Paulo a "confiança" não é um fator que leve as taxas de inadimplência locais a serem menores do que as nacionais, mencionadas acima.

No caso dos mecanismos utilizados para a avaliação de crédito, diferentemente dos bancos convencionais, a exigência dos Bancos Comunitários é que o tomador seja morador do local e a avaliação do pedido é feita de forma alternativa, principalmente através de consultas a redes de vizinhos e comerciantes locais. Feito isso, haverá uma análise entre os gestores do banco para definir se o empréstimo será ou não concedido (Comitê de Análise de Crédito [CAC]). No gráfico abaixo, observa-se que todos os bancos realizam o CAC assim como o "Aval Solidário"; este último procedimento consiste em uma entrevista ao requerente do empréstimo – com referências comerciais e pessoais (carta do vizinho, por exemplo) – assim como é levado em consideração se o tomador participa das atividades promovidas pelo banco comunitário. A "Pesquisa com a Vizinhaça" também é um mecanismo bastante utilizado entre os bancos comunitários de São Paulo (75%) e a "Carta ao Vizinho" em menor proporção (com 25%) é uma possibilidade material de composição do "Aval Solidário". Entendemos que mesmo que o "Comprovante de Residência" seja um mecanismo utilizado pelos bancos convencionais, é utilizado com alta frequência pelos bancos comunitários paulistas, devido a exigência de que o tomador seja da própria comunidade.

Gráfico 4. Bancos Comunitários Paulistas: Mecanismos utilizados para avaliação de crédito (2014).

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios do Convênio MTE/SENAES nº748854/2010

Os mecanismos acima caracterizam-se por basearem-se na "confiança" entre o tomador do empréstimo e o banco comunitário, este processo é bastante característico daquilo que parte dos estudiosos do tema denominam de "finanças de proximidade" (ABRAMOVAY e JUNQUEIRA, 2005). Os gestores dos bancos comunitários paulistas quando questionados sobre a "confiança" entre os moradores da comunidade e o banco, apontam como "boa" e "regular" (50% cada)⁹⁶, como já mencionado anteriormente. Estes mecanismos diferem daqueles comumente utilizados pelos bancos convencionais, já que necessitam com mais ênfase de elementos ligados à co-presença dos atores, como a vizinhança e confiança entre os agentes para sua realização.

⁹⁶ Dados obtidos a partir dos Relatórios do Convênio MTE/SENAES nº748854/2010 Projeto "Apoio e Fomento as Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário", janeiro de 2014.

Todavia, os demais mecanismos – exigência de comprovante de renda, uso de softwares especializados e consulta ao SPC/SERASA – fazem parte do processo de obtenção de crédito de bancos convencionais. Destacamos aqui que mesmo que eles apareçam com baixa frequência, podem ser considerados "novos elementos" para a obtenção de crédito nos bancos comunitários. Crocco e Menezes (2009, p. 387), ao estudarem o caso do Banco Bem (localizado em Vitória, no estado do Espírito Santo) inferem que os bancos comunitários não se utilizam destes mecanismos, e destacam que não há averiguações nos sistemas convencionais SPC e SERASA.

Apesar deste aparente aumento no uso de mecanismos “convencionais” de controle de carteiras de crédito, os exemplos descritos acima parecem ser um ponto de convergência com os bancos convencionais, isto é, faz-se necessário avaliarmos o banco comunitário como um todo, pensando em todas as suas ações e instrumentos financeiros disponibilizados nos lugares em que funcionam. As taxas de juros estabelecidas para o empréstimo produtivo, feito em moeda Real (R\$), varia entre 1% e 2,5%⁹⁷ e é cobrada apenas para custear as operações feitas no banco comunitário, abaixo das estabelecidas no mercado⁹⁸.

Outra forma de conceder crédito, com taxas de juros de 0% ao mês, é através da moeda local. Conforme já mencionado, as moedas locais tem por objetivo manter a riqueza na comunidade, já que são aceitas apenas em estabelecimentos do bairro onde está localizado o banco comunitário. Isso permite que o "dinheiro líquido" não só circule no bairro, como também acentua a possibilidade de diminuir a subordinação do circuito inferior em relação ao circuito superior, como analisaremos mais adiante (através da interpretação dos questionários aplicados aos donos dos estabelecimentos).

Além de taxas de juros de 0% ao mês, as moedas locais dos quatro bancos comunitários paulistas são encontradas nos valores de: M\$0,50 (cinquenta centavos em moeda local), M\$1,00 (uma moeda local), M\$2,00 (duas moedas locais), M\$5,00 (cinco moedas locais) e M\$10,00 (dez moedas locais), como pode ser observado nas figuras 6, 7, 8 e 9, que trazem as notas de cada banco. Outro ponto relevante é que todas elas são impressas na mesma gráfica pertencente ao Instituto Palmas e levam uma marca d'água com o símbolo do

⁹⁷ Este dado é fruto da sistematização dos trabalhos de campo realizados nos respectivos bancos nos meses de janeiro e fevereiro de 2014.

⁹⁸ Segundo dados da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (julho de 2014), as taxas de juros para empréstimo pessoal ao mês nos bancos privados variam de 5,5% a 6,99%; já nos bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, as taxas são respectivamente de 4,72% e 3,75% ao mês.

Palmas (observar figura 5), dificultando assim a falsificação da moeda e ao mesmo tempo mostrando um nível de organização mais “sofisticado” (ao menos no que tange a disponibilização deste instrumento monetário pelos bancos).

Figura 5. Nota de um Apuanã (A\$1,00) retrata a marca d'água com o símbolo Palmas existente nos quatro moedas locais de São Paulo. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 15/01/2014.

Figura 06. Notas de Apuanãs (A\$) nos valores: A\$0,50, A\$1,00, A\$2,00, A\$5,00 e A\$10,00. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 15/01/2014.

Figura 07. Notas de Freires (F\$) nos valores: F\$0,50, F\$1,00, F\$2,00, F\$5,00 e F\$10,00. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 27/02/2014.

Figura 08. Notas de Sampaio (S\$) nos valores: S\$0,50, S\$1,00, S\$2,00, S\$5,00 e S\$10,00. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 08/01/2014.

Figura 09. Notas Moradia em Ação (MA\$) no valor de MA\$0,50. Observa-se também a outra face da moeda onde há uma descrição e um número que corresponde ao seu registro. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 16/01/2014.

A caracterização acima representada – referente às variáveis *nível de organização, técnica e capital* utilizados pelos Bancos – denota que os bancos comunitários são agentes que pertencem ao circuito inferior da economia urbana, já que este circuito utiliza capital reduzido e pode dispensar uma organização mais burocrática (SANTOS, [1975] 2008, p. 45). Além disso, apresentam pequena dimensão e utilizam formas criativas e adaptativas para sobreviver (*op.cit.*, p.259). Inclusive esses arranjos criativos é que em grande parte dão a possibilidade desses bancos comunitários formularem formas de ganharem dinheiro líquido e possibilita o desenvolvimento de várias atividades, quando não há programas de governo que disponibilizem verbas para que sua ação se mantenha (como veremos no item 3.2 deste capítulo).

Como exposto, os bancos comunitários localizam-se em áreas periféricas da cidade de São Paulo, e um dos princípios norteadores que se estabelece para sua implementação é que eles devem se instalar em locais de alta vulnerabilidade social. No caso do nosso estudo proposto, esses bancos também estão em locais de alta exclusão financeira. Como lembra Milton Santos, "morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres" (SANTOS, [1987] 2012, p. 63) e as condições de desenvolvimento dos Bancos Comunitários podem ser analisadas por sua participação no circuito inferior da economia da cidade. Se é possível afirmar que os próprios bancos comunitários são agentes do circuito inferior da economia urbana, o que pode ser dito em relação aos comerciantes e/ou estabelecimentos que aceitam as moedas locais? Participam eles também deste circuito inferior?

Para empreendermos esta classificação dos estabelecimentos que usam as moedas locais, identificamos neles especialmente os seguintes elementos: 1. os dados do meio ambiente construído em que esses estabelecimentos comerciais se encontram; 2. a abrangência do mercado consumidor; 3. os instrumentos de trabalhos adotados (sistemas técnicos) 4. a financeirização das atividades e do consumo, destacando o uso da moeda local por esses estabelecimentos. Conforme mencionado, realizamos entrevistas em diferentes estabelecimentos que aceitam as moedas locais no município de São Paulo, o que nos permitiu estabelecer o quadro abaixo.

Sobre o *meio construído*, do total dos estabelecimentos que foram alvo de nossa pesquisa, 56,25% deles realizam suas atividades em imóveis alugados, sendo que 71,4% daqueles que responderam aos questionários alegaram pagar mais de R\$1.500,00 de aluguel

por mês. Entre os estabelecimentos, 2,25% utilizam imóveis “emprestados” para a realização da atividade. Destacamos que 80,7% dos entrevistados consideram “boa” a localização de seus estabelecimentos por estarem próximo aos seus respectivos “mercados consumidores”. Outras respostas que surgiram mostram que estes estabelecimentos acabam por se constituir também em “ponto de encontro” (observe a figura 10) dos moradores das comunidades (assim como foi frequente perceber que os proprietários também sentem-se pertencentes àquele lugar).

Figura 10. Padaria Filhos da Terra, localizada na Zona Norte da capital paulista aonde está o Banco Apuanã, é um lugar de encontro dos moradores do bairro de acordo com seu proprietário. Foto: Carolina G. de Paula, 10/01/2014.

No que se refere ao “alcance” – ou abrangência do mercado de consumidores dos estabelecimentos –, 56,25% dos entrevistados alegam que este alcance se limita “apenas” ao próprio bairro, apontando a relação orgânica que os agentes deste circuito mantêm com o lugar. Os agentes consideram que 81,25% de seus consumidores pertencem a classe baixa, nos mostrando novamente que essas comunidades caracterizam-se pela pobreza.

A grande maioria dos agentes do circuito inferior entrevistados reutilizam boa parte de objetos técnicos que, aos olhos de muitos, já não tem serventia. Esta é, aliás, uma das características da ação dos agentes do circuito inferior, em todas as grandes cidades brasileiras. Isso se deve não só a criatividade dos agentes desse circuito, como também muitas

vezes a sua única possibilidade de sobrevivência. Sobre este aspecto do circuito inferior Milton Santos ([1975] 2008, p. 199) frisa que:

O jornal usado torna-se embalagem, o pedaço de madeira se transforma em cadeira, as latas em reservatórios de água ou em vasos de flores etc. Isso ocorre também com roupas que passam do pai para o filho, do irmão mais velho para o irmão mais novo, se já não foi comprada de segunda mão; na construção das casas aproveitam-se todos os tipos de materiais abandonados vendidos a preço baixo. Muitos utensílios comerciais e domésticos são produtos de recuperações e a vida de uma peça, aparelho ou motor pode ser prolongada pela engenhosidade dos artesãos.

No caso dos estabelecimentos que aceitam a moeda local, 43,75% alegam utilizarem instrumentos de trabalho de “segundo” ou “terceiro” uso, característica marcante, como pode ser observado na figura 11 abaixo. Outra peculiaridade que merece ser destacada é a forma de utilização do lucro pelo agentes deste circuito, onde 93,75% dos agentes alegam utilizar o lucro para a sobrevivência de sua família. Isso mostra que a preocupação desses agentes trata-se antes de tudo de sobreviver, como já havia demonstrado Milton Santos ([1975] 2008, p. 46).

Figura 11. Objetos técnicos de segundo e/ou terceiro uso em estabelecimento que aceita a moeda Apuanã no Jardim Filhos da Terra-SP. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 10/01/2014.

Dos três elementos que analisamos acima, todos indicam que esses estabelecimentos pertencem ao circuito inferior da economia urbana. Sendo assim, o último elemento analisado – ligado às formas de financeirização desses estabelecimentos –, terá como nossa preocupação central entender o "uso da moeda local" dentro desses estabelecimentos.

Dentre os mecanismos oferecidos aos clientes como forma de pagamento, os trabalhos de campo mostraram que os principais são o uso do dinheiro líquido, a moeda local e a aceitação do "fiado". Este último é praticado nos estabelecimentos com a mesma proporção do uso do cartão de crédito (CC) e cartão de débito (CD).

Sobre os números gerados pela pesquisa, é possível elencarmos algumas afirmações sobre o uso das moedas locais no cotidiano dos comerciantes. Primeiramente, o dinheiro líquido é fundamental para os agentes do circuito da economia urbana pois dependem dele para repor suas mercadorias, pagar seus intermediários e também para a própria sobrevivência de sua família (SANTOS, [1975] 2008, MONTENEGRO, 2006 e 2011, SILVA, 2012)⁹⁹. Entendemos que a moeda local também possa ser uma forma alternativa para que os agentes do circuito inferior tenham acesso ao dinheiro líquido para, pelo menos, comprar bens de primeira necessidade, nos estabelecimentos que aceitam as moedas locais como forma de pagamento.

Manifestação financeira da confiança, o fiado apresenta 68,75% de aceitação entre os estabelecimentos do circuito inferior analisados. Esta forma financeira é permitida principalmente por fatores como a proximidade, vizinhança e a sociabilidade que existe entre os donos dos estabelecimentos e seus clientes, e influenciam as compras diárias “miúdas”, de artigos de primeira necessidade no pequeno comércio vizinho à residência, (mesmo que estes apresentem preços mais altos do que nos supermercados e estabelecimentos comerciais da área "central" dos bairros). Marina Montenegro (2011, p. 183) já havia apontado como essas relações eram fundamentais para que o "fiado" permanecesse como uma forma financeira ativa nos estabelecimentos do circuito inferior que se localizam nos bairros de Fortaleza. Ainda sobre esta manifestação financeira, Silveira (2009, p. 67) coloca que: "Daí a utilização de circuitos menos modernos de distribuição e seu apelo a formas mais simples, como o

⁹⁹ Sobre a importância do dinheiro líquido para os agentes do circuito inferior Milton Santos coloca que ele “Representa os pagamentos em numerário, indispensáveis ao consumidor final, bem como os agentes, para pagarem parcialmente suas dívidas e obterem novos créditos.” (SANTOS, [1975] 2008, p.229); todavia como o dinheiro líquido é escasso no “circuito inferior”, ele sobrevive também através do crédito.

crédito informal e o fiado, que não desaparecem completamente porque os pobres não param de crescer."

Figura 12. Comércio do circuito inferior cadastrado no Banco Autogestão localizado na Zona Sul da capital. A proprietária exibe sua "caderneta de fiado". É possível observar também as "maquininhas de cartão", objetos técnicos do novo período. Foto: Carolina G. de Paula, 21/03/2014.

Como pode ser observado no gráfico 5 (abaixo), de modo geral há aceitação do uso dos cartões de débito e crédito nesses estabelecimentos (68,75% dos estabelecimentos aceitam este meio de pagamento informacional). Todavia, os que não fazem uso desta forma financeira alegam que as taxas são "abusivas" e os clientes que consomem com pouca frequência fazem uso dessas formas financeiras do novo período. Se lembrarmos que mais de 80% dos clientes desses estabelecimentos pertencem a camada de mais baixa renda, o argumento usado pelos donos dos estabelecimentos é verossímil. Como já colocado no Capítulo 1, o uso dessas formas financeiras pelos agentes do circuito inferior deu-se pelo processo de "financeirização do território" como também um "conjunto sistêmico de situações" na década de 1990. Para Montenegro (2011) esses novos "nexos financeiros" – terminais eletrônicos de cartões de crédito e débito – trazem aspectos negativos aos agentes

do circuito inferior, sendo que um deles é a drenagem do dinheiro do circuito inferior para o circuito superior.

Gráfico 5. Bancos Comunitários Paulistas : Formas de Pagamento oferecidas aos consumidores dos estabelecimentos cadastrados nos bancos. (2014).

Fonte: Elaboração própria a partir da aplicação dos questionários nos estabelecimentos que utilizam a moeda local como forma de pagamento, janeiro, fevereiro e março de 2014.

Como observamos no gráfico, o uso do cheque – seja à vista ou pré-datado – aparece com pouca intensidade. Entendemos que o fato dos próprios consumidores não se utilizarem desta forma financeira pode ser lido de duas maneiras: pelo fato dos bancos convencionais restringirem cada vez mais o uso de cheque para seus clientes (pois em caso de "calote" este "leva" o nome do banco, diferentemente dos cartões de crédito e débito); e/ou pelo fato desta população não ser bancarizada, como já explicitado anteriormente. Assim, a aceitação do uso de cheques nesses estabelecimentos do circuito inferior não faz diferença para os donos dos estabelecimentos, pois eles não deixarão de realizar a venda por não disponibilizarem este mecanismo de pagamento.

Por fim, trataremos neste momento do uso da moeda local nestes estabelecimentos, tendo como plano de fundo o objetivo de compreendermos qual é a efetiva difusão de seu uso

nos lugares, isto é, se há ou não a capilaridade da moeda local nos bairros em que ela está disponível.

A bibliografia consultada frisa que para que a moeda local seja efetivamente utilizada no cotidiano das cidades, tanto entre os moradores dos bairros, como também pelos estabelecimentos comerciais e/ou de serviços, é primordial que haja uma relação de confiança entre esses atores e a moeda local. De acordo com os Relatórios da SENAES analisados de forma mais minuciosa, os gestores dos bancos comunitários entendem que o grau de aceitação da moeda entre os empreendimentos locais varia, todavia apontam que há uma aceitação por parte de 50% desses empreendimentos, como pode ser observado no gráfico 6:

Gráfico 6. Bancos Comunitários de Desenvolvimento de São Paulo: Grau de aceitação da moeda local entre os empreendimentos nos bairros (2014)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios do Convênio MTE/SENAES nº748854/2010.

Já em relação ao grau de confiança da moeda local entre os moradores, os dados são diferentes. Nenhum dos gestores consideram "excelente" a confiança desses em relação ao circulante local; 25% deles acredita ser "boa" ou "regular", e 50% dos gestores entendem que este é um fator preocupante, entendendo como "ruim" a confiança existente entre os moradores e a moeda.

Posto isso, compreendemos que a "confiança" entre esses atores ainda está muito aquém do ideal para que haja uma efetiva capilarização da moeda nos lugares, conforme a bibliografia nos coloca. Um dado que possibilita visualizarmos esta dificuldade é a quantidade (em valores brutos) de recebimento da moeda local nos estabelecimentos cadastrados¹⁰⁰. Como podemos observar no gráfico 7 abaixo, 43,75% dos estabelecimentos recebem entre zero e cinquenta moedas locais (M\$0 e M\$50,00) por mês em seus estabelecimentos; apenas 25% desses estabelecimentos recebem entre cinquenta e um e quatrocentas moedas locais (M\$51,00 e M\$400,00) mensalmente. Isso mostra que a quantidade de moeda local que circula nesses lugares é extremamente baixa. Cabe ressaltar que 56,25% dos estabelecimentos alegam que a participação de entrada de moeda local nos estabelecimentos é quase nula (entre 0% e 2%) em relação a sua renda média bruta por mês.

Gráfico 7. Bancos Comunitários Paulistas: Valores Brutos de Moeda Local (ML\$) transacionadas por mês em estabelecimentos cadastrados nos bancos (2014).

Fonte: Elaboração própria a partir da aplicação dos questionários nos estabelecimentos que utilizam a moeda local como forma de pagamento, janeiro, fevereiro e março de 2014.

¹⁰⁰ Os dados analisados de circulação da moeda local nos estabelecimentos cadastrados nos três bancos comunitários pertencentes a Rede Paulista de Bancos Comunitários são dados aproximados de oito meses atrás, pois segundo os donos do estabelecimento não há entrada de moeda local atualmente. Veremos mais a respeito no item 3.3.

Se somarmos a isso o fato de que em média apenas 19,08% da carteira de crédito dos bancos comunitários paulistas é destinada ao lastro das moedas locais¹⁰¹, temos mais elementos para entender esta dinâmica restrita dessas moedas. A pesquisa, porém, não foi conclusiva em relação a este ponto, já que é possível identificar que circulam no máximo M\$16.000,00 (dezesesseis mil moedas locais) nos bairros dos quatro bancos comunitários por mês. Durante o trabalho de campo, ao conversar nos estabelecimentos que não aceitavam a moeda local, que se localizavam próximo dos que aceitavam, alegam que nunca tinham ouvido falar em "Apuanãs", "Sampaio", "Freires", etc.

Entendemos que esta difusão restrita da moeda local nas comunidades se deve, de um modo geral, a alguns fatores:

1. O grau de confiança dos moradores em relação a moeda local é baixo, como já pontuado pelos gestores dos bancos comunitários;
2. Os valores transacionados a partir dessas moedas não é suficientemente significativo, visto que uma pequena porcentagem da carteira de crédito dos bancos é destinada à moeda local
3. Encontramos pouca – ou nenhuma – publicidade nos estabelecimentos que aceitam a moeda local (como explicitaremos a seguir, ao analisarmos esta particularidade em cada banco comunitário instalado na cidade de São Paulo)
4. Os gestores dos bancos comunitários têm dificuldades de levar às comunidades o conceito da moeda local e o papel dos bancos comunitários

Neste sentido, procuraremos tratar desses fatores supracitados nos próximos itens deste Capítulo, analisando as especificidades de cada banco comunitário e como cada um promove – ou não – relações orgânicas com o lugar onde se situa.

Definimos por ora que os bancos comunitários caracterizam-se por basearem-se na autogestão, contudo há ao mesmo tempo uma teia de relações materiais e imateriais que os permeiam para que possam funcionar. Além disso, atuam em locais de alta exclusão

¹⁰¹ A carteira de crédito dos bancos comunitários possuem valores extremamente baixos, somando-se chega a um total de R\$78.600,00. Todos os bancos dividem sua carteira de crédito em "crédito produtivo" que são os empréstimos feitos em Reais (R\$) e "Crédito em moeda local" (M\$), onde os juros são de 0%. O Banco União Sampaio possui uma especificidade no que condiz a sua carteira de crédito que trataremos no subitem 3.2.

financeira e caracterizam-se por serem estabelecimentos do circuito inferior da economia urbana (assim como o são os estabelecimentos que aceitam as moedas locais em seu entorno). Por fim, trouxemos alguns dados sistematizados da pesquisa documental e dos trabalhos de campo realizados, que sugeriram que os Bancos não conseguem efetivamente difundir o uso das moedas locais nas comunidades em que estão. Contudo, vemos que a moeda local possa se tornar um novo nexo financeiro do circuito inferior, em todos os momentos em que há confiança entre a moeda local e os atores que dela fazem uso. É possível afirmar também que ela acaba sendo uma forma financeira que atua possibilidade de diminuição da drenagem do dinheiro líquido para o circuito superior como também uma forma dos agentes do circuito inferior disporem de dinheiro líquido - em forma de moeda local - para sua própria sobrevivência.

3.2 Para além dos serviços financeiros: a ação diversificada do Banco União Sampaio no lugar

Como afirmamos no início do capítulo, o Banco União Sampaio, localizado no distrito do Campo Limpo, foi o último banco a se integrar no projeto inicial de implementação dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCD) em São Paulo, e foi o único banco que não estava ligado a nenhum projeto de moradia, diferente dos demais. Como informou Diogo Jamra Tsukumo em entrevista, a história dos bancos comunitários em São Paulo está baseada na fórmula "4+1", ou seja, quatro bancos ligados às reivindicações por melhores moradias e um, o Banco União Sampaio, que não teve sua gênese ligada a este fator.

Outro ponto que o torna específico, é que o Banco União Sampaio (BUS) é mais uma das várias outras atividades realizadas pela ONG União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências (UPM), que atua no bairro Jardim Maria Sampaio desde 1987. Durante a entrevista com o atual gestor do banco, Cléberson da Silva Pereira, houve a implementação do banco comunitário na UPM porque o Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP) já sabia do trabalho que ali estava sendo realizado e optou por capacitar os agentes já envolvidos na UPM para dar início as atividades do banco comunitário. Para a coordenadora do ITCP-USP Rebeca Regatieri (em entrevista concedida para o Jornal do Campus da USP), o que diferencia o Banco União Sampaio dos demais

bancos paulistas seria o trabalho desenvolvido pelo ITCP-USP desde 2001 na comunidade (SEGAWA, F., 2013). Assim, é preciso lembrar que antes mesmo da implementação do banco em 2009, o ITCP-USP já estava presente na UPM, existindo assim uma relação de proximidade entre ambos, que facilitou o processo de capacitação dos agentes para a criação/consolidação do Banco. Tanto as ações do "banco comunitário", como as ações da "União Popular das Mulheres" acabam por se confundir em vários aspectos, dada esta gênese comum de ambas.

Esta simbiose se materializa também no lugar, já que as atividades do banco se realizam em 6m² de um imóvel alugado de aproximadamente 250 m², aonde se dão também as mais diversas atividades da UPM (observe figura 13). Todos os espaços da casa são utilizados atividades de capacitação da população local, e até mesmo para abrigar ações ligadas à geração de renda na comunidade. A cozinha é também uma "panificadora", que através do crédito produtivo do Banco, gera hoje emprego para duas senhoras; no quintal há um ateliê de formação de costureiras (ver figura 14) e é o espaço aonde desenvolvem-se atividades lúdicas com idosos; um dos cômodos do imóvel (originalmente um "quarto de dormir") se transformou numa sala de aula, aonde as atividades do "Projeto MOVA" (Movimento de Alfabetização de Adultos) se realizam. A "sala" original do imóvel, por sua vez, é um local disponibilizado para qualquer pessoa da comunidade entrar, e é nela que está a lojinha criada por eles chamada "É de Marca", que vende camisetas com logotipo do banco, e outros produtos culturais financiados pelo próprio banco, como pode ser observado na figura 15.

Cabe destacar também que o espaço da ONG contém um cômodo com aproximadamente sete computadores, e este espaço é voltado para o “desenvolvimento e criação” na UPM, além de abrigar atividades da Agência Solano Trindade (AST), formada por eles para financiar com crédito cultural os artistas do entorno. Por fim, a garagem aloca um bazar (ver figura 16) de roupas usadas com valores à partir de R\$0,50 (cinquenta centavos) e na entrada da casa existe uma "biblioteca" com livros doados para que qualquer um da comunidade possa fazer uso deles.

Figura 13. Fachada do Banco União Sampaio. Foto: Carolina G. de Paula, 08/01/2014.

Figura 14. "Ateliê de Costura" localizado no quintal da casa da UPM. Foto: Carolina G. de Paula, 08/01/2014.

Figura 15. Sala do Banco União Sampaio que além de ser um espaço de vivência para a comunidade também abriga a loja "É de Marca", no canto direito da foto. Foto: Carolina G. de Paula, 08/01/2014.

Figura 16. Bazar que se localiza na garagem do banco comunitário. Foto: Carolina G. de Paula, 08/01/2014.

Como descrevemos, o ambiente aonde se realizam as atividades do banco é também um lugar de circulação das pessoas da comunidade, e para a realização de atividades propostas pela UPM, como também é espaço de lazer, principalmente de crianças e idosos como observamos durante nossos trabalhos de campo. Compreendemos que este último ocorre pela falta de espaços de lazer na periferia, que já havia sido pontuada por Milton Santos como um resultado da planificação urbana capitalista combinada ao processo especulativo do mercado (SANTOS, [1987] 2012, p. 116) levando essas pessoas pobres a encontrarem outras soluções que não sejam parques, praças, museus, teatro, dentre outros.

Além de utilizar a estrutura física da UPM, o Banco tem como instrumentos de trabalho – de uso comum com a ONG – o telefone fixo e a internet. O União Sampaio também dispõe de um computador, uma impressora multifuncional e um armário onde os documentos são arquivados, como pode ser observado na figura abaixo. Como já citamos no item 3.1, o União Sampaio armazena seus recursos monetários – tanto em Real quanto em Sampaio (a moeda local) – em uma caixa de sapatos, pois não disponibiliza de um cofre, como os demais bancos comunitários em São Paulo.

Figura 17. Local de 6m² onde são realizadas as atividades do Banco União Sampaio. Ao lado direito da figura podemos observar alguns instrumentos de trabalho do banco, como o computador e a impressora multifuncional, no canto esquerdo encontra-se o armário onde são arquivados os cadastros dos clientes. Carolina Gabriel de Paula, 08/01/2014.

O Banco participa do Projeto da SENAES em vigência, contando com auxílio financeiro de um salário mínimo por mês para pagar três funcionários para as atividades do

Banco. Um dos grandes desafios que os bancos comunitários enfrentam se dá justamente quando não há este "auxílio financeiro" do governo, que já aconteceu no *interregno* das duas chamadas públicas da SENAES (Edital nº03/2010 e Edital nº001/2013), chamada pela Secretária de "gap". É neste momento que se espera que os bancos comunitários, a partir da autogestão e da criatividade que lhes são intrínsecas, encontrem outras atividades para se manterem abertos e funcionando. O Banco União Sampaio é um caso que "deu certo" neste aspecto, pois durante o "gap" das chamadas públicas se envolveu em outras atividades, das quais se destaca sua união com o Projeto Catarse, fruto de uma pesquisa acadêmica, quando arrecadaram R\$20.000,00 (vinte mil reais) e também por passarem a realizar cursos e palestras de onde conseguiram arrecadar recursos para seu autofinanciamento. Cabe destacar que o Banco se tornou também representante jurídico de coletivos artísticos através da Agência Solano Trindade¹⁰², onde a cada parceria recebem 10% dos lucros obtidos. Foram essas três atividades principais que possibilitaram ao União Sampaio encontrar outras formas de financiamento, não-oficiais, e que permitiram também aumentar sua carteira de crédito.

Sobre o *funding* existente hoje no banco ele foi derivado de diversos fatores. Além dos vinte mil reais provenientes do Projeto Catarse em 2012, contou com um valor de R\$8.000,00 do ITCP-USP - proveniente de um montante R\$50.000,00 do Banco Popular do Brasil para capacitação dos bancos comunitários em correspondentes bancários. Recentemente, o Banco também recebeu um empréstimo das Irmãs Caritas de Jesus no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), sem juros e sem prazo de pagamento definido ("a perder de vista") e também foram recebidas doações de pessoas físicas no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais). Somam-se em doações, empréstimos e arrecadações, um valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), nestes últimos dois anos¹⁰³.

De acordo com o mesmo Relatório – e também em função das informações levantadas em nosso trabalho de campo – os principais produtos oferecidos pelo Banco União Sampaio

¹⁰² Segundo Cléberson da Silva Pereira, a Agência Solano Trindade foi criada posteriormente ao Banco União Sampaio através de uma necessidade que eles encontraram em fornecer "crédito cultural" aos artistas. O Banco criou assim um Fundo Popular de Cultura e da Linha de Crédito Cultural. A Agência possui moeda paralela própria denominada "solano" e esta possui características diferentes de uma moeda local. A moeda solano chamada por eles de "moeda cultural" foi feita para facilitar a troca de serviços culturais entre grupos e produtores locais. A proposta é fortalecer a economia local, desenvolvendo um arranjo produtivo local da cultura.

¹⁰³ Contudo, no relatório do Banco União Sampaio entregue ao NESOL-USP, o Banco designa sua carteira de crédito em um valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Entramos em contato com o Banco União Sampaio para compreender esses números, porém não houve resposta por parte deles.

dividem-se em Crédito de Consumo, Crédito Produtivo, Crédito Cultural e Puxadinho. O quadro 2 traz uma dimensão mais detalhada da função de cada um desses produtos financeiros:

Quadro 2. Produtos Financeiros do Banco União Sampaio-SP (2014).

Linha crédito	Moeda	Funcionalidade	Limite de valor por Empréstimo	Nº Máximo de Parcelas	Taxa de Juros (%)	Valor da carteira da linha de crédito
Crédito de Consumo	Sampaio (S\$)	Utilizado nos comércios locais e pagamento de dívidas	300	3	1,50 até 2,5 %	5.000,00
Crédito Produtivo	Real (R\$)	Utilizado para criar novos negócios, para comprar insumos e equipamentos de negócios já existentes e reforma	1000	10	1,50 até 2,5 %	25.000,00
Crédito Cultural	Real (R\$) e Solano (S\$)	Produção de livros, CDS, Shows, dentre outros	1000	Á negociar	1,50 até 2,5 %	10.000,00
Puxadinho	Real (R\$)	Construção e reforma de casas	Á negociar	10	1,50 até 2,5 %	10.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório do Convênio MTE/SENAES nº748854/2010 e entrevista com o gestor do Banco União Sampaio Cléberson da Silva Pereira realizada em 08/01/2014.

Como pode ser observado no quadro, há incidência de juros sobre a moeda local Sampaio, diferentemente do que aponta a bibliografia estudada sobre outros bancos

comunitários, como no caso do Banco Bem-ES (CROCCO & MENEZES, 2009) e o Banco Palmas (SILVA JÚNIOR, 2007 e BRAZ, 2014)¹⁰⁴. Outro ponto que nos chama atenção é a porcentagem destinada da carteira de crédito para moeda local, que é apenas de 10%. Além disso o "Crédito Cultural" é uma especificidade do Banco União Sampaio e segundo o gestor Cléberson da Silva Pereira, o "*crédito cultural é uma prioridade pra nós. Incentivamos muito a arte pois ela fica para sempre. Então analisamos o caso, e se temos que escolher entre produzir um livro ou emprestar dinheiro para outra coisa, provavelmente o livro será feito*". Pontuamos aqui que uma das formas do Banco também fazer crescer sua carteira de crédito é através desses produtos culturais, como já exposto anteriormente.

Figura 18. Moeda Solano utilizada somente para o Crédito Cultural. Foto: Carolina G. de Paula, 08/01/2014.

Enquanto nos demais bancos a construção e reforma de casa se incluem no Crédito Produtivo, no União Sampaio eles criaram outra categoria chamada de "Puxadinho". Todavia o Crédito Produtivo é ainda o serviço financeiro que possui a maior carteira de crédito, equivalendo a metade dela.

De acordo com o gestor do banco, os mecanismos em que ele se baseia para fazer o empréstimo são a Análise de Crédito (AC), o Aval Solidário (AS) e o Conselho de Análise de Crédito (CAC). Esses mecanismos se utilizam-se principalmente da confiança entre o banco e o tomador do empréstimo. Primeiramente, registram-se os dados pessoais e socioeconômicos

¹⁰⁴ Nos anexos do trabalho é possível também observar um *flyer* de propaganda distribuído no bairro onde observa-se também a incidência de juros sobre a moeda local Sampaio.

do requerente em uma ficha cadastral¹⁰⁵, faz-se um resumo orçamental e pede-se para que pretendente ao empréstimo objetive e justifique para quê necessita daquele dinheiro (esta seria a Análise de Crédito, AC). Posteriormente o gestor parte em busca de referências do tomador na vizinhança e também no comércio local, neste sentido a própria comunidade torna-se avalista do empréstimo (configurando o Aval Solidário, AS). Por fim os gestores do banco analisam o levantamento feito e também levam em consideração se o tomador participa também das atividades do banco (Conselho de Análise de Crédito, ou CAC).

O perfil dos clientes que procuram o banco é composto principalmente por mulheres, e elas correspondem a 65,14% do total de empréstimos feitos pelo banco no período de 2011 a 2014 de acordo com o Relatório da NESOL. Este fato das mulheres serem as principais protagonistas na aquisição de crédito tem paralelo com o que ocorreu em outros países do mundo, em que as políticas de microcrédito sofreram influências tanto do Banco Mundial como também da Organização das Nações Unidas¹⁰⁶. Vale dizer também que 40% dos tomadores de empréstimos possuem empregos informais e 20% possuem carteira assinada, sendo que o gestor (em entrevista realizada por nós) coloca que o número de aposentados que procuram os serviços do banco também é alto, estima-se que seja em torno de 40% de seus clientes.

De acordo com o total do número de empréstimos feitos pelo Banco União Sampaio entre os anos de 2011 a 2014, que totalizam em números absolutos 175 empréstimos, constatou-se através da sistematização dos dados que 41,14% foram feitos em Crédito de Consumo (em Sampaio) e 39,42% em Crédito Produtivo. Interessante pontuar novamente que mesmo que a maior parte dos empréstimos tenham sido feitos ao crédito de consumo, em valores brutos este crédito é o que possui menor participação na carteira de crédito do Banco União Sampaio, representando apenas 13,05% (em valores brutos) em relação às demais formas de empréstimo que o Banco disponibiliza. Já o serviço financeiro "Puxadinho" e Crédito Cultural aparecem com menor procura em números absolutos de empréstimo, representando 10,28% e 9,14%, respectivamente, do total de empréstimos concedidos.

¹⁰⁵ Ver ficha cadastral no anexo do trabalho.

¹⁰⁶ Como já colocado durante o primeiro capítulo de nossa dissertação, o *Grameen Bank* de Muhammad Yunus foi um dos exemplos utilizados pelo Banco Mundial para acabar com a extrema pobreza no mundo, sendo que o *Grameen* baseia sua política de microcrédito no gênero feminino. De acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (1990, p. 71), o *Grameen Bank*: "serviu com êxito pessoas extremamente pobres 83% das quais eram mulheres e sua taxa de recuperação de empréstimos ultrapassou os 95%".

Importante sublinhar que mesmo que o Crédito Cultural seja aquele que possua a menor procura, o Banco infere que sua prioridade é este serviço financeiro.

Através dos trabalhos de campo e da análise do Relatório que tivemos acesso, é possível afirmar que o gestor do banco e os demais funcionários acreditam que a confiança da comunidade em relação a moeda e ao banco comunitário é boa, e explicam que isso se deve ao fato da União Popular das Mulheres (UPM) atuar há vinte sete anos no bairro. Mas no caso do Banco União Sampaio, que é o único dentre os bancos analisados que se pauta principalmente em mecanismos baseados na vizinhança e na confiança, as taxas de inadimplência são ainda maiores. As “carteiras castigadas”, isto é, aquelas que possuem mais de cento e oitenta dias de atraso, correspondem a 17,14% dos empréstimos feitos no período de 2011 e 2014. Ao fazermos um comparativo com os bancos convencionais - mesmo entendendo que não possamos fazer esta relação direta - que se utilizam de mecanismos estritamente burocráticos, os últimos relatórios do segundo trimestre de 2014 desses bancos apontam que as taxas de inadimplência para pessoas físicas são de 5,2% no Itaú-Unibanco, 4,8% no Bradesco e 5,6% no Santander¹⁰⁷.

Visto que o Crédito de Consumo - em moeda local - é o serviço mais procurado no Banco União Sampaio, quais estabelecimentos aceitam as moedas locais? Como já definido no item acima, esses comércios pertencem ao circuito inferior da economia urbana e atendem aos mais variados setores, em destaque no Jardim Maria Sampaio para os comércios de alimentos e vestuários¹⁰⁸, que são itens de primeira necessidade do ser humano.

Há doze estabelecimentos cadastrados no Banco União Sampaio que aceitam a moeda local como forma de pagamento para seus clientes. Desses, foram aplicados seis questionários no intuito de caracterizarmos esses comércios, assim como para entendermos se há ou não uso da moeda local¹⁰⁹.

¹⁰⁷ O Relatório do 2º trimestre do Banco do Brasil de 2014 trouxe apenas a informação do total da taxa de inadimplência, de 3,17% que está abaixo do Sistema Financeiro Nacional (4,48%), contudo não especificou as taxas de inadimplência entre pessoa física e jurídica.

¹⁰⁸ Para mais informações dos comércios que aceitam a moeda local no bairro Jardim Maria Sampaio, nos anexos do trabalho encontra-se um *flyer* utilizado pelo Banco para divulgação dos estabelecimentos que fazem uso da moeda. Ainda que a lista contenha mais estabelecimentos do circuito inferior do que os que estão realmente cadastrados no Banco, de 20 para 12, é possível percebermos uma "perda" do número de estabelecimentos.

¹⁰⁹ Foram realizados a aplicação de seis questionário que equivalem a metade dos estabelecimentos cadastrados no Banco. Não foi possível a aplicação dos demais questionários ou porque não encontramos o estabelecimento aberto devido as horas alternativas de funcionamento como também pelo fato de alguns deles serem vendedores

Dos estabelecimentos em que realizamos entrevistas, dois deles alegaram que não havia entrada de Sampaiais há mais de seis meses, os demais afirmaram que há uso por parte dos clientes totalizando um valor transacionado por mês de S\$3.300,00 (três mil e trezentos Sampaiais). Contudo, o valor que cada estabelecimento recebe significa aproximadamente 1,8% de sua renda bruta por mês, o que é pouco expressivo do ponto de vista financeiro. Destaca-se no recebimento do Sampaio o açougue do bairro, que recebe mais da metade do valor transacionado por mês de moeda local (S\$1.800,00), sendo que este estabelecimento representa um item de primeira necessidade, e de acordo com o gestor do banco, a alimentação é o que mais leva as pessoas a tomarem empréstimos em Sampaiais. Isso possibilita que os agentes do circuito inferior tenham acesso ao dinheiro líquido em forma de moeda local, permitindo algum dinamismo à sua atividade.

Dentre todos os estabelecimentos que visitamos, 50% deles utilizam-se da propaganda da moeda local em seus estabelecimentos, como pode ser observado nas figuras a seguir:

Figura 19. Açougue que recebe moedas sampaiois.
Foto: Carolina Gabriel de Paula, 07/ 03/2014.

Figura 20. Propaganda de formas de pagamento oferecidas aos clientes como cartão de crédito, débito, ticket alimentação e a moeda sampaio. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 07/ 03/2014.

Figura 21. Loja de material de construção que aceita sampaiois. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 07/ 03/2014.

Figura 22. Propaganda da loja de material de construção sobre a aceitação da moeda sampaio. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 07/ 03/2014.

Figura 23. Perfumaria local cadastrada no Banco União Sampaio. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 07/ 03/2014.

Figura 24. Propaganda da moeda sampaio juntamente com outras formas de pagamento oferecida aos clientes. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 07/ 03/2014.

As figuras mostram que, no caso do Banco União Sampaio, os estabelecimentos visitados colocam, juntamente com outras formas de pagamento, o recebimento em Sampaio, diferentemente dos estabelecimentos da Rede Paulista de Bancos Comunitários, como veremos no item a seguir. A propaganda do uso da moeda nos estabelecimentos parece ter duas consequências principais: a primeira é a de possibilitar mais uma forma de pagamento aos já usuários da moeda; e a segunda é a de dar maior visibilidade local à moeda, já que atinge – mesmo que visualmente –, aqueles que passam cotidianamente por esses estabelecimentos e não conhecem a moeda local. Também é possível notar nas figuras anteriores que além do Sampaio, existem outras formas de pagamento oferecidas aos clientes, dentre elas: o cartão de crédito e débito utilizado por 83,33% dos estabelecimentos, o cheque a vista e pré-datado é aceito na mesma proporção que o fiado (33,33%) e o dinheiro líquido em todos os comércios do circuito inferior.

Dentre os estabelecimentos visitados, apenas um deles alegou que faz o adiantamento do salário em Sampaio (e apenas quando há falta de dinheiro líquido para realizar o pagamento). Compreendemos que esta ação é uma forma de aumentar o uso da moeda local, e mesmo sendo pouco significativo dentre os estabelecimentos do Jardim Maria Sampaio, foi o único estabelecimento entrevistado durante todos nossos trabalhos de campo (incluindo os outros bancos comunitários) que disse fazer uso da moeda para o pagamento de salários de funcionários.

Figura 25. Moeda de dez sampaio (\$S10,00). Segundo o gestor do banco o nome e o desenho da moeda foram escolhidos pela própria comunidade. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 08/01/2014.

Como já explicitado durante este capítulo, há escassez de serviços financeiros nos lugares onde foram implementados os bancos comunitários. Contudo, dentre os donos dos estabelecimentos entrevistados, apenas 16,66% deles não têm conta em bancos convencionais. Sobre a utilização de empréstimos, constatamos que apenas 33,33% nunca contraíram nenhuma forma de dívida. Dentre os que já se endividaram, 25% alegaram utilizar serviços de empréstimos em instituições não-bancárias (financeiras) e em bancos privados, e 50% pontuam que realizaram empréstimos em bancos públicos e no Banco União Sampaio.

Acreditamos que o banco tem possibilidades de se fortalecer no bairro por conta do trabalho que a União Popular das Mulheres vem realizando no lugar há mais de duas décadas, visto que 33,33% dos donos dos estabelecimentos alegaram conhecer tanto o trabalho do banco como da moeda sampaio através da ONG. Os demais tomaram conhecimento do Sampaio através de um agente do banco (50% deles) e 16,66% pelo "boca-a-boca" entre os vizinhos.

Contudo, o gestor do banco entrevistado ainda alega encontrar dificuldades de circulação da moeda sampaio no bairro, e ressalta que isso se deve principalmente a quantidade de estabelecimentos comerciais que fazem parte de "redes de departamento" e/ou "redes de supermercado" que não aceitam a moeda sampaio como forma de pagamento. Esses estabelecimentos provavelmente pertencem tanto ao circuito superior quanto ao circuito superior marginal, conceitos já pontuado durante o Capítulo 1, que trabalham em função de uma lógica geográfica menos ancorada no lugar em que atuam.

Outro aspecto importante destacado por Cléber da Silva Pereira é que não há informação suficiente por parte da população sobre as ações do banco comunitário, o que prejudica a utilização da moeda sampaio. Isso se reflete nos estabelecimentos que aceitam a moeda, pois segundo os questionários aplicados, 80% dos que responderam esta questão colocam que não houve aumento das vendas, embora 60% deles acredite que aumentou o fluxo de clientes desde que o estabelecimento passou a utilizar a moeda sampaio como forma de pagamento.

Mesmo em meio às dificuldades, 60% dos donos dos estabelecimentos concordam com as iniciativas do Banco União Sampaio e acreditam que o uso da moeda local sampaio possibilitará o crescimento do bairro.

Posto isso, as características únicas do Banco União Sampaio em relação aos demais bancos paulistas – como veremos a seguir – são principalmente as seguintes: ele encontrou outros mecanismos além da SENAES para captação de recursos financeiros, porém o banco vê a solução efetiva para sua promoção através de políticas públicas do governo; há uma simbiose entre o banco comunitário e a UPM levando o banco a ser apenas mais "um braço" dentre todas as outras atividades realizadas, não sendo a mais relevante; a moeda local sampaio tem a maior taxa de juros em relação às demais moedas locais; os mecanismos de empréstimos baseiam-se primordialmente na confiança, levando sua carteira crédito ser a que apresente as maiores taxas de inadimplência, quando comparada aos outros bancos; e mesmo que ela não seja tão significativa em algum sentido, há maior atuação da moeda local no bairro e do banco comunitário no Jardim Maria Sampaio do que nos demais Bancos Comunitários, como veremos no item a seguir.

3.3 Dos movimentos sociais por habitação às moedas locais: a Rede Paulista de Bancos Comunitários

Conforme demonstrado no início deste capítulo, os bancos de comunitários que pertencem a Rede de Bancos Comunitários Paulistas foram implementados pelo "Projeto Moradia Solidária" no ano de 2009, e os três bancos que surgiram desta iniciativa – o Autogestão, o Apuanã e o Paulo Freire – estavam ligados inteiramente a movimentos populares por reivindicação de moradia (diferentemente do Banco União Sampaio). Faz-se importante, assim, descrevermos como se gestaram estes movimentos populares, pois em grande parte eles ajudam a explicar o fato de que os atores dos bancos comunitários não pertenciam aos bairros onde os bancos estão instalados, e esta característica pode criar maiores dificuldades para o estabelecimento de laços de confiança em relação ao banco e a moeda local.

Os gestores do banco Apuanã, em seu início, faziam parte da Associação dos Sem Terra da Zona Norte, e no período anterior a doação do terreno no distrito do Tremembé para construção de suas moradias, já haviam ocupado terrenos em Guarulhos. Após a doação do terreno por Luisa Erundina, prefeita de São Paulo no período de 1989 a 1993, a construção das moradias se deu no período de 1990 e 2003 (GARCIA, 2010). O Conjunto Apuanã localiza-se segregado a um portão ao lado do Jardim Filhos da Terra e da Favela Serra Pelada.

As atividades do Banco Apuanã se dão dentro de um galpão, em um espaço concedido de aproximadamente 16 m² pela Associação dos Sem Terra da Zona Norte, onde também se realizam outras atividades da Associação. Durante o trabalho de campo, pudemos observar cultos religiosos como também atendimento médico à população sendo concomitantemente realizados no mesmo estabelecimento. Hilda Pires, mutirante e moradora do Conjunto Apuanã, foi a primeira gerente do banco comunitário e protagonista do processo. Atualmente, Hilda deixou de participar das atividades do banco pois conseguiu um emprego há um ano aproximadamente, e deixou em seu lugar Elaine Natalina da Silva, atual gerente do banco e que nos concedeu a entrevista.

Já o Banco Paulo Freire localiza-se dentro de um dos prédios construídos por mutirão no extremo leste da capital paulista, no distrito de Cidade Tiradentes. O Conjunto Paulo Freire foi construído pelo Movimento Sem Terra Leste I, que teve conhecimento do terreno em 1998 e dois anos depois iniciaram as obras com a assessoria da organização não-governamental Usina (GARCIA, 2010). Djalma Gouveia da Silva era líder da Associação Comunitária de Construção Paulo Freire e juntamente com a mutirante Maria das Dôres Ferreira iniciaram as atividades do Banco Paulo Freire que se localiza em uma sala concedida de aproximadamente 6 m² dentro do Conjunto pela própria Associação e, portanto, é visível apenas para os moradores do prédio. Atualmente somente Maria das Dôres é gerente do banco e foi quem nos concedeu a entrevista.

Por fim, o Banco Autogestão é gerido por Nestor Quintos de Oliveira que era no momento da construção das moradias populares, presidente da Associação de Moradores da Favela Parque Otero. O mutirão se iniciou em 1996 e durou dezoito meses para sua construção e fazia parte do Programa de Verticalização de Favela (ou Cingapura) (GARCIA, 2010). Atualmente, o Banco Autogestão localiza-se na Casa de Cultura e Educação do Jardim São Luiz no distrito do M'Boi Mirim, em uma pequena sala concedida de 4m². Descendo a rua onde se localiza o banco encontramos as moradias construídas pelo mutirão como também alguns comércios pertencentes ao circuito inferior local. Hoje, Nestor conta com o trabalho voluntário de Liliane Aparecida Alexandre e Ilza Cláudia Sousa Landra para as atividades cotidianas do Banco Autogestão.

Partindo da localização desses bancos, dois deles – Apuanã e Paulo Freire – somente são acessíveis aos moradores dos conjuntos habitacionais, visto que se localizam dentro

desses conjuntos, dificultando assim o raio de atuação desses bancos nos bairros vizinhos a eles, bairros esses que se localizam os comércios que aceitam as moedas locais. Apenas o Banco Autogestão está em um lugar de passagem, não só para os moradores do conjunto habitacional como também para outros residentes do bairro. Além disso, o Banco Autogestão também é o único que digitaliza seus cadastros, os demais fazem o cadastro à mão.

Todos os bancos comunitários são correspondentes bancários da Caixa Econômica Federal, todavia Elaine - gestora do Banco Apuanã - coloca que mesmo "ativa" burocraticamente para a Caixa, não está fazendo operações vinculadas à instituição, como pode ser observado na figura a seguir, já que o banco recentemente sofreu um assalto. Por conta do ocorrido Elaine nos relata em entrevista que *"quando a gente era correspondente o banco era aberto pra todo mundo, mas tinha mais assalto. Eu mesmo acho que a gente não deve ser correspondente mais"* (sic) e completa que ser correspondente bancário, por outro lado, era vantajoso visto que conseguiam algum dinheiro líquido: *"o melhor era colocar crédito no celular, porque era o que a gente mais ganhava, quase um real por recarga!"*. No caso do Banco Apuanã, o dinheiro líquido que recebiam dessas transações era a forma que suas gestoras (antiga e atual) encontravam para pagar as contas do banco (água, luz, telefone, etc.).

Figura 26. A imagem mostra o espaço onde era operado o correspondente bancário do Banco Apuanã sendo utilizado como depósito de papéis. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 15/01/2014.

Os três bancos contam com os mesmos instrumentos de trabalho: telefone, internet, computador, impressora multifuncional e um cofre, este último cedido pelo ITCP-USP durante o ano de inauguração dos bancos. Os serviços oferecidos pelos 3 bancos da RPBC são: crédito produtivo (em reais) e crédito de consumo (em moeda local) como veremos a seguir. Em média, 36,05% de suas carteiras de crédito são destinadas à moeda local, uma porcentagem bem acima do Banco União Sampaio (como já descrito no item anterior).

Gráfico 8. Rede Paulista de Bancos Comunitários: Porcentagem de empréstimos concedidos de acordo com o serviço oferecido (2011-2014).

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios do Convênio MTE/SENAES n°748854/2010

De acordo com os empréstimos realizados nos bancos no período de 2011 e 2014 destaca-se o Banco Autogestão, visto que 70% de seus empréstimos são em crédito produtivo e apenas 30% em moeda local, moeda chamada de Moradias em Ação. Se compararmos isso ao número de estabelecimentos que aceitam a moeda Moradias em Ação (MA\$) que totalizam quatro, de antemão é possível inferir que há pouca circulação da moeda local. Nestor aponta que o número de estabelecimentos é baixo porque muitos deles fecharam e/ou trocaram de dono, e afirma ainda que é necessário "ir atrás" novamente dos comércios. Dos quatro estabelecimentos que se utilizam do Moradias em Ação, foi possível aplicar dois

questionários, e ambos alegaram não receber nenhuma nota da moeda local há mais de um ano.

Ainda há uma particularidade sobre este banco em relação aos demais, pois segundo o gestor Nestor em entrevista, durante o "*gap*" das chamadas públicas da SENAES, o banco utilizou sua carteira de crédito, que era de R\$10.000,00 (dez mil reais)¹¹⁰, sobrando R\$2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). O dinheiro foi gasto com um funcionário contratado temporariamente para trabalhar nas atividades do Correspondente Bancário e também com outros gastos do banco (água, luz, etc.). Segundo o Relatório do NESOL-USP, deste valor restante, destina-se ao lastro da moeda MA\$1.000,00 (mil Moradias em Ação) que corresponde a 38,46% de sua carteira de crédito.

Figura 27. Estabelecimento do circuito inferior que tem como forma de pagamento aos clientes a moeda Moradias em Ação. Segundo o proprietário não há recebimento da moeda local há anos. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 21/03/2014.

O Banco em que se observa um maior dinamismo no empréstimo em moeda local é o Banco Apuanã, já que 72% de seus empréstimos foram em crédito de consumo. De acordo com o Relatório do NESOL-USP, há quinze estabelecimentos que aceitam a moeda local;

¹¹⁰ O valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) foi repassado pelo ITCP-USP do montante de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) dividido entre os cinco bancos comunitários.

contudo, durante os trabalhos de campo, constatamos treze estabelecimentos cadastrados, sendo que desse número, dois estavam desativados e um encontrava-se pendente, ou seja, isto significa que ele apenas fez o cadastro no banco. Dos receptores da moeda Apuanã, do total dez estabelecimentos que se encontravam efetivamente em funcionamento, aplicamos cinco questionários totalizando 50% desta parte de nosso universo social de análise. A outra metade não tivemos acesso, pois caracterizam-se por serem ambulantes e/ou realizam as atividades comerciais em suas próprias residências (e não quiseram nos receber). Dos questionários aplicados no Banco Apuanã, todos os estabelecimentos alegaram não receber nenhum Apuanã há quase um ano.

O Banco Paulo Freire também destaca-se por realizar mais da metade de seus empréstimos em Crédito de Consumo (62,91%), sendo que existem quinze estabelecimentos do bairro que aceitam a moeda Paulo Freire (PF\$) como demonstrado no Relatório do NESOL-USP. Do total da carteira de crédito do banco – R\$7.000,00 (sete mil reais) realizados em Crédito Produtivo e PF\$4.000,00 (quatro mil paulos freires) em Crédito de Consumo – a gestora alega que colocou apenas PF\$1.000,00 (mil paulos freires) em circulação.

Durante os trabalhos de campo foram aplicados apenas três questionários, já que muito desses estabelecimentos que estão cadastrados no banco alegaram não mais aceitar a moeda e outros por nunca terem recebido nenhum Paulo Freire (e não quiseram responder os questionários). Todavia, dos três proprietários que aceitaram nos responder, inferimos que apenas um deles (o açougue) tem transacionado a moeda Paulo Freire, os outros dois alegaram que também não recebem a moeda há meses.

Figura 28. Açougue localizado na Cidade Tiradentes onde há movimentação de moedas Paulo Freire. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 07/01/2014.

Neste sentido, por mais que haja em média 62,91% de empréstimos realizados em Crédito de Consumo pela Rede Paulista de Bancos Comunitários, durante os trabalhos de campo, constatamos que os comércios que realmente transacionam a moeda são mais raros, não havendo portanto circulação efetiva das moedas locais nas imediações dos Bancos.

Acreditamos que como boa parte dos comerciantes alegou que não recebem a moeda em um período de um ano, os empréstimos possivelmente devem ter sido realizados antes, visto o período do Relatório da NESOL (de 2011 a 2014). Um dos fatores que levaram esses bancos comunitários a estacionarem suas ações em relação a moeda local se deve ao fato de durante os anos de Editais da SENAES não terem conseguido encontrar outras formas de obter dinheiro líquido para se autossustentarem, diferentemente do Banco União Sampaio (como já explicitado no item anterior).

Assim, os dados que levantamos em trabalho de campo sobre a circulação das moedas locais nos estabelecimentos da Rede Paulista de Bancos Comunitários são dados aproximados, e mostraram que os donos dos comércios recebiam as moedas com maior frequência há um ano atrás. Estima-se que havia ML\$5.218,00 (cinco mil duzentas e dezoito moedas locais) em circulação nos oito estabelecimentos que afirmaram receber moedas locais, sendo que dois deles disseram nunca ter recebido nenhum pagamento em moeda local (todavia aceitam-na como forma de pagamento).

Em média, cada estabelecimento receberia ML\$652,00 (seiscentos e cinquenta e duas moedas locais) por mês, mas este número não reflete completamente a movimentação de cada estabelecimento, visto que alguns deles recebiam um número maior de moedas locais por mês. Podem ser destacados como exemplos desta diferenciação o mercado e a padaria, do mesmo dono, que localizam-se no Jardim Filhos da Terra, área de atuação do Banco Apuanã; sozinhos, estimam que por mês recebiam A\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos apuanãs)¹¹¹. Entendemos que havia alta circulação da moeda nesses estabelecimentos supracitados por dois principais fatores: primeiro, pelo fato de que os produtos ali vendidos eram basicamente alimentícios (e portanto de primeira necessidade); e segundo porque, de acordo com o dono do estabelecimento, a padaria é um lugar de encontro dos habitantes do bairro, ou seja, há um grande fluxo de pessoas no lugar. Já nos outros estabelecimentos entrevistados, os valores não passavam de ML\$400,00 (quatrocentos moedas locais) por mês.

Ainda dentre os estabelecimentos que recebiam acima de ML\$200,00 (duzentas moeda locais) constatou-se com a sistematização dos dados, que esses alegaram ter ocorrido um aumento do fluxo de clientes como também um aumento das vendas (50% deles respectivamente) em período recente.

Observamos durante os trabalhos de campo que nenhum desses estabelecimentos continham propagandas mostrando que ali havia também como forma de pagamento aos clientes a moeda local (ver figura 29). Importante pontuar que 100% dos estabelecimentos aceitam o fiado como forma de pagamento aos seus clientes. A prática do "fiado", além de ser uma manifestação de confiança, requer também a proximidade, vizinhança e certa familiaridade entre esses estabelecimentos do circuito inferior e seus clientes. Ainda sobre as formas de pagamento oferecidas aos clientes, 70% também aceitam cartão de crédito e débito (observe figura 30) e nenhum deles aceitam cheques à vista e pré-datado. Outro ponto tão importante quanto ao "fiado" para delimitar que esses estabelecimentos possuem características típicas do circuito inferior é o fato de todos eles alegarem que utilizam o lucro para o sustento familiar.

¹¹¹ Elaine, gestora do Banco Apuanã, em entrevista nos contou que o dono da padaria e do mercado chegou a pedir que ela disponibilizasse mais apuanãs, todavia sua carteira de crédito não permite que ela o faça.

Figura 29. No fundo podemos observar as formas de pagamento oferecidas aos clientes do mercado que também aceita moeda apuanã, contudo não consta na placa que há também esta possibilidade de pagamento. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 10/01/2014.

Figura 30. Terminais de cartão de crédito e débito ligados a linha telefônica em estabelecimento de roupas do circuito inferior no bairro Jardim Filhos da Terra. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 10/01/2014.

Percorremos de forma não sistemática durante o trabalho de campo, outros estabelecimentos que não faziam uso da moeda local, e quando indagávamos o porquê de não aceitarem as notas dos bancos comunitários, a grande parte não sabia do que se tratava, contudo demonstravam interesse. Acreditamos que este "desconhecimento" dos comércios sobre o banco comunitário e a moeda local deriva em grande parte da localização "discreta" de suas sedes (como é o caso do Banco Paulo Freire e Apuanã que ficam dentro de um conjunto habitacional)¹¹², como também pela resistência dos comerciantes em receber os agentes de crédito destes Bancos, como veremos mais adiante.

¹¹² Observe as figuras 31, 32, 33 e 34.

Figura 31. Conjunto Paulo Freire no distrito de Cidade Tiradentes aonde se localiza o Banco Paulo Freire. Como pode ser observado na imagem o Conjunto possui portões, grades e uma cerca elétrica. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 07/01/2014.

Figura 32. Entrada do Banco Paulo Freire que se localiza dentro do Conjunto Paulo Freire. Não há nada na fachada do banco que indique suas atividades, apenas que há "Correspondente Bancário". Foto: Carolina Gabriel de Paula, 27/02/2014.

Figura 33. Entrada do Banco Apuanã que se localiza dentro do Conjunto Habitacional Apuanã. Há um *banner* na fachada do banco simbolizando que ali há um banco comunitário. Como pode ser observado o banco é protegido por grades. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 09/01/2014.

Figura 34. Banco Comunitário Autogestão que se localiza na Casa de Cultura e Educação do Jardim São Luiz no distrito do M'Boi Mirim. Foto: Cléberson da Silva Pereira, 16/01/2014.

Além disso, enquanto os estabelecimentos que aceitam a moeda local afirmaram haver pouca divulgação sobre a existência e a natureza daquele meio de pagamento, os coordenadores e trabalhadores dos bancos afirmaram haver resistência da população quanto ao uso da moeda social. Esse ponto, foi também bastante ressaltado por Menezes & Crocco (2009) em seu estudo sobre o Banco Bem, de Vitória (ES).

Um ponto que difere os três Bancos da RBCP do Banco União Sampaio é que todos os estabelecimentos alegaram ter tido conhecimento da moeda local e do banco comunitário através do agente de crédito do banco; no caso do Banco União Sampaio, também tiveram informação por participarem na União Popular das Mulheres, como já mencionado no item anterior.

No caso dos bancos comunitários da Rede Paulista os agentes de crédito são também os gestores dos bancos, caixa e atendentes do correspondente bancário, realizando tanto a tarefa de administrar o banco e atender os clientes como também de se aproximar dos receptores – empreendimentos do circuito inferior – da moeda local. Assim, com o *gap* dos Editais da SENAES, esses atores sobrecarregados pelo trabalho voluntário no banco – e que ainda exercem outras tarefas/trabalhos para sobreviver –, passaram a não ter tempo hábil de exercer todas as funções que lhes são incumbidas. Apenas recentemente "Seu" Nestor, gestor do Banco Autogestão, conta com o trabalho voluntário de duas mulheres.

Lembramos aqui que a função do agente de crédito foi proposta por Yunus no campo das microfinanças, sendo que este agente tem a função de orientar seus clientes sobre os “bons” usos dos recursos. No caso dos bancos comunitários, os agentes dão orientação não só aos tomadores de empréstimo, como também aos próprios estabelecimentos. Compreendemos portanto que o conceito de finanças solidárias tem como liame final o agente e/ou assessor de crédito, que para Abramovay são fundamentais para as finanças de proximidade, como mostra o trecho:

o traço fundamental das organizações contemporâneas de microfinanças é a utilização de redes sociais e vínculos personalizados como elementos decisivos de obtenção de informações e construção da confiança necessária ao seu funcionamento. (...) o assessor de crédito injeta conhecimento no interior da unidade produtiva que – embora de maneira simples, com conselhos elementares – contribui à viabilidade de atividades econômicas ao alcance das capacidades locais. Este vínculo pessoal será importante nas motivações socialmente construídas que levarão ao pagamento da dívida ou à inadimplência. O vínculo personalizado com o assessor de crédito inscreve o pagamento da dívida no interior das obrigações em torno das quais se faz a própria reprodução da vida local. É claro que a proximidade pode abrir caminho igualmente a empréstimos realizados de maneira inadequada e pouco criteriosa, por razões familiares ou de amizade. (ABRAMOVAY, 2008, p. 6 e 25)

Partindo deste pressuposto, ao analisarmos as taxas de inadimplência da Rede Paulista de Bancos Comunitários deparamos com taxas bem menores em relação aos bancos convencionais, em média de 2,31%. Neste caso, entendemos que pelo fato dos agentes de crédito não só cumprirem uma função no banco comunitário, como também serem atores importantes dos movimentos sociais que reivindicam habitação, faz com que haja um vínculo pessoal entre eles e os tomadores de empréstimo.

Estes fatos devem ser levados em conta, quando pensamos também nos mecanismos de avaliação para decidir se serão – ou não – realizados os empréstimos, que se pautam por sua vez em relações de vizinhança (Carta de recomendação do Vizinho e Pesquisa com a Vizinhança), no Aval Solidário (AS) e Comitê de Análise de Crédito (CAC). Neste sentido esta proximidade geográfica no meio local onde se realiza um trabalho solidário e conflitivo, onde a co-presença é uma causa ou um efeito da ação (SANTOS, [1996] 2008, p. 167 e 334) podem repercutir na diminuição das taxas de inadimplência nesses bancos comunitários. Não podemos deixar de pontuar, todavia, que além desta contiguidade existente – que é elemento central da consecução de *horizontalidades* no lugar – há também outros mecanismos de avaliação ao crédito que são utilizados em menor escala pela RPBC como os seguintes: comprovante de Renda (66,66%), consulta ao SPC/SERASA e software especializado, os dois últimos utilizados apenas pelo Banco Autogestão (onde não há nenhuma “carteira castigada” no período de 2011 e 2014).

Entendemos que se por um lado os agentes de crédito podem possibilitar um vínculo pessoal maior entre os moradores dos conjuntos habitacionais e o uso dos

Bancos/moedas locais, por outro eles – via de regra – possuem pouco elo com os moradores dos bairros aonde estão inseridos – já que "pertencem" ao lugar à pouco tempo – dificultando a proximidade de possíveis clientes do banco. Outro ponto já mencionado é o fato desses bancos também não estarem "visíveis" nos bairros, já que se localizam em áreas de usos residenciais, dentro de conjuntos habitacionais (Apuanã e Paulo Freire) ou dentro da Casa de Cultura e Educação, no caso do Autogestão, como já mencionado.

Posto isso, é possível compreender que por mais que os bancos pertencentes a Rede Paulista apresentem atualmente pouco dinamismo, é possível que com a capacidade que esses agentes de crédito têm de criar *horizontalidades* nos lugares onde atuam juntamente com a ajuda financeira proveniente do novo Edital da SENAES, eles encontrem formas de se autossustentarem.

3.4 ORPAS: de uma "instituição inovadora" à promoção de *horizontalidades* no lugar

A Organização Não Governamental Obras Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais (ORPAS) localiza-se na periferia da Zona Sul de São Paulo – no bairro Chácara Santana – próxima ao Banco Comunitário Autogestão. Tomamos conhecimento sobre uso de moeda local nesta ONG através do gestor do Banco União Sampaio Cléberson da Silva Pereira, que nos acompanhou a nossa primeira visita a ORPAS. Após a entrevista com Juliana Barbosa (presidente da ONG), foram realizados posteriormente outros trabalhos de campo sistematizados nos comércios locais, assim como entrevista com o fundador da ONG, Daniel Neves de Faria.

A primeira característica da ORPAS que nos chamou a atenção foi o fato de que ela não é propriamente um banco comunitário (do ponto de vista formal/burocrático), apesar de atuar como se fosse. A ORPAS tampouco faz parte da Rede de Bancos Comunitários. O intuito inicial dos nossos trabalhos de campo foi o de identificar quais os usos que se faziam da moeda local "Orpas", e quais os paralelos e contrastes da atuação desta organização em comparação com os demais bancos comunitários analisados. Dividiremos este item de nosso trabalho em duas partes: na primeira parte faremos uma análise da ONG através das entrevistas e de nossas impressões durante o

trabalho de campo, e na segunda parte analisaremos o uso da moeda local nos estabelecimentos que a aceitam como forma de pagamento.

A ORPAS foi fundada em 2005 através da iniciativa de um morador do bairro, o Sr. Daniel Neves de Faria, que iniciou as atividades da ONG na casa de sua mãe – local que ainda promove as atividades da ONG – com o objetivo de criar um espaço de desenvolvimento para a comunidade do bairro Chácara Santana. Atualmente a ONG realiza as atividades em quatro casas, três delas localizam-se na mesma rua e uma – fundada há poucos meses – abriga as atividades administrativas da ONG chamada de "Gestão e Inovação" em uma "centralidade" do Jardim Ângela (Pq. Jardim Eculano). Nesta mesma casa, são executados também empréstimos na moeda Orpas, que leva o nome da própria entidade.

As demais casas da ORPAS realizam atividades distintas (não-financeiras). Uma delas é chamada de "Espaço da Cultura", e se dedica à atenção de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, e é um lugar onde os jovens podem passar meio período do dia (depois das atividades escolares normais) com aulas e atividades voltadas para o desenvolvimento motor e cognitivo. A segunda casa, chamada "Casa Dona Edite", tem atividades voltadas para o desenvolvimento de cursos técnicos para as mães das crianças, como uma panificadora e uma sala com curso de manicure. Segundo Juliana Barbosa, essas atividades visam criar certo “empreendedorismo” local, já que as habilidades aprendidas podem ser realizadas em casa pelas mulheres, permitindo à elas a obtenção de uma renda própria “complementar”.

A terceira casa, a Sede, abriga uma biblioteca montada por doações de terceiros e livros que as próprias crianças escrevem e também uma sala de informática onde as crianças e adolescentes têm aulas de informática. Apenas o prédio que abriga a Sede foi cedido pela mãe do fundador, sendo que as demais casas são alugadas (no valor de R\$1.500,00/mês cada), excetuando a casa de "Gestão e Inovação" que possui um valor um pouco maior (um aluguel de R\$2.000,00/mês).

Figura 35. Fachada da "Casa Dona Edite", que leva na placa "Oficina de Empreendedorismo para Mulheres". Dentro da casa há uma panificadora e um salão de manicures para que as mulheres possam aprender este ofício. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 16/01/2014.

Na ORPAS existe uma divisão do trabalho relativamente organizada, onde cada agente ocupa um cargo, com certo grau de hierarquia: o cargo de fundador ocupado pelo Sr. Daniel, da presidente Juliana, Aline Souza sendo a vice-presidente e o Sr. Lucas é o conselheiro da entidade; este último é também responsável por trazer as ideias de Muhhamed Yunus de Bangladesh, onde Lucas passou alguns meses e teve contato com o *Grameen Bank*. Anteriormente a esta aproximação, a moeda Orpas existia apenas nas atividades internas da ORPAS. Com as novas ideias que vinham da Ásia através de Lucas, a moeda Orpas se expandiu para além das portas da ONG, passando a ser usada no bairro e aceita por alguns comerciantes em 2011. Atualmente 13 empreendimentos do bairro aceitam esta moeda como forma de pagamento.

Para o Sr. Daniel, a moeda Orpas nasceu de uma necessidade de realização das atividades da própria ONG, pois as mães que ali faziam cursos de panificação passaram a trocar os alimentos que ali produziam entre si. Então surgiu a necessidade de uma moeda de troca para primeiramente atender o comércio que existia entre as mulheres que aprendiam um ofício, já que os produtos que eram feitos eram diferentes (como bolo, torta, pão de mel entre outros), surgindo a necessidade de um mecanismo de troca. Como essas mulheres já se conheciam há algum tempo, por conta do curso e também por serem muitas vezes vizinhas, passaram a utilizar a moeda Orpas em suas trocas comerciais. Posteriormente, a moeda também passou a ser utilizada na cantina da ONG

como também nos pagamentos realizados pelos pais por mês para os filhos participarem das atividades por ela oferecidas¹¹³.

A Sra. Juliana conta ainda que quando o pagamento é feito em Orpas nas atividades “internas” da ONG (cantina, carrinho de sorvete, "feijoada de domingo", camisetas, etc.) ou na mensalidade dos alunos, a ONG oferece um desconto sobre os produtos. Para ela isso é uma forma de incentivar o uso da moeda, como também um mecanismo de ensinar as crianças e adolescentes a utilizar e saber o valor do dinheiro. Esta ação da ORPAS promove uma educação financeira não só entre as crianças e adolescentes como também nos próprios pais, permitindo o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos e levando esses agentes tomarem decisões fundadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais (SAVOIA *et al.*, 2007, p. 1122).

Figura 36. Entrada da Sede da ORPAS. Ao lado da recepção localiza-se a "cantina" e a lojinha com as camisetas que contém o logotipo da ONG, utilizadas também como uniforme. Mesmo em espaço de "passagem" as crianças desenvolvem atividades lúdicas. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 29/03/2014.

Outra forma utilizada pela ORPAS para ajudar na promoção da moeda local é pagar um terço de seus funcionários em Orpas: segundo Juliana, 33,33% de seus

¹¹³ De acordo com a presidente Juliana, é cobrado um valor de R\$20,00 (vinte reais) por mês para que as crianças possam participar das atividades de meio período da ORPAS.

funcionários recebem 10% de seu salário em moeda Orpas¹¹⁴. Isso equivale a O\$2.200,00 (dois mil e duzentas Orpas) por mês sendo regularmente transacionadas. Além disso, caso os demais funcionários queiram um adiantamento do salário, este é pago somente em Orpas.

O fundador da Organização nos conta ainda que outras atividades são promovidas sazonalmente na ONG, como um evento que é promovido no dia da Consciência Negra chamada de "Feijoada da Consciência Negra". Durante o evento, eles trocam o Real por Orpas, assim todos os produtos que são vendidos neste dia são trocados apenas por Orpas. Isso permite uma "propaganda" da moeda, pois assim a comunidade que vai participar do evento passa a tomar contato com a moeda local. Sr. Daniel relatou também que este evento "deu tão certo", que hoje eles fazem em determinados domingos do mês feijoada para vender; em suas palavras, esta ação da ONG faz com que as pessoas: *"permaneçam no bairro ao invés de gastar seu salário na Vila Madalena! Nós podemos promover também atividades interessantes na periferia"*. Ele ainda pontua que esta é também uma forma que a ORPAS encontrou de realizar uma atividade que promova lucro que é revertido para melhorar suas instalações e possibilitar outras ações da entidade. Compreendemos que a promulgação desses eventos permite três importantes ações distintas, que se dão concomitantemente: primeiro, a propaganda da moeda durante o evento; segundo, a possibilidade da manutenção do dinheiro líquido no próprio bairro; e terceiro, uma possibilidade de obtenção de recursos para a sustentação da própria ONG.

Posto isso, entendemos que a ORPAS promove ações que possibilitam primeiramente um fortalecimento da moeda "de dentro para fora", e isso se deve a um conjunto de ações com a moeda local, a saber:

I) os descontos oferecidos sobre os produtos da ONG, quando o pagamento é realizado em Orpas

II) o pagamento das atividades voltadas ao público infantil, que pode ser feito em moeda local

III) o adiantamento do salário dos funcionários (assim como o pagamento de uma parte do salário) ser feito em moeda local

¹¹⁴ Que correspondem a quatro funcionários, de acordo com a presidente há atualmente doze funcionários trabalhando nas quatro casas da ORPAS.

IV) eventos promovidos com frequência pela ONG, que permitem que haja uma forte circulação local da moeda Orpas.

Notemos que antes de se estabelecer uma confiança na Orpas pelos agentes, existem já relações de proximidade e de confiança entre os moradores do bairro, visto que há entre esses atores um cotidiano compartilhado que permite que eles se conheçam melhor, e também tenham confiança no uso da moeda Orpas.

Apesar desta importante difusão da moeda local no Bairro, vale ressaltar que a ORPAS pouco disponibiliza outros “serviços financeiros”, como é o caso dos demais bancos comunitários analisados. Como não há um “banco” propriamente dito na ONG, isto é, um espaço físico e um funcionário que realize atividades que se relacionam apenas a moeda Orpas, não há também um volume de dinheiro separado para essas atividades. Juliana coloca que há em “espécie” na administração da ORPAS um valor de O\$1.231,00 (mil duzentas e trinta e uma orpas), além de uma quantidade de notas que está em circulação, que ela não soube nos informar exatamente a quantia. De acordo com a presidente, as trocas em moeda Orpas são feitas de acordo com a demanda.

Juliana nos contou também que a ORPAS promoveu apenas três empréstimos em Real, dois deles em “Crédito Produtivo” (para a criação de dois comércios locais) e um deles designado pela presidente da ONG de “Crédito de Consumo”, utilizado para a reforma de um banheiro da casa de uma senhora (que com o dinheiro pode instalar um chuveiro elétrico em sua residência). Juliana ainda nos apontou que a forma como eles pretendem fazer os próximos empréstimos devem se pautar na formação de grupos, que devem ser compostos por pessoas com características sociais, econômicas e até mesmo comportamentais parecidas, pois a ORPAS entende que se o empréstimo for feito em grupo, eles podem se ajudar mutuamente para o pagamento da dívida (como também na definição conjunta de como aquele empréstimo será utilizado). Esta característica baseia-se no que Yunus (2011, p. 135) denominou “fundo do grupo”, que para ele é primordial no que condiz ao microcrédito.

A presidente da ONG não soube nos informar a porcentagem de juros que incidiu sobre esses empréstimos em Reais, somente ressaltou que nos empréstimos em Orpas não há incidência de juros, e que até o presente momento, não houve nenhum caso de falsificação da moeda local. Interessante ressaltar este último ponto, visto que a moeda Orpas é confeccionada em uma gráfica do bairro, em papel simples e não há

marca d'água (diferentemente das moedas locais dos bancos comunitários). Vale lembrar ainda que a moeda existe em notas nos valores de O\$1,00 (um orpas), O\$2,00 (dois orpas), O\$5,00 (cinco orpas) e O\$10,00 (dez orpas).

Podemos observar na figura 37 a seguir que não há nenhuma "sofisticação" na impressão da moeda, o que demonstra o baixo grau de técnica inserido no processo. Juliana nos relatou que a ideia sobre como a moeda seria partiu dos próprios gestores da ONG, e também do dono da gráfica. Em conjunto, decidiram estampar o nome dos administradores da ORPAS em cada uma das notas; nas palavras de Juliana: *"cada uma tem o rosto de alguém da ONG, mas como não existe nenhum grau de hierarquia, o fundador, por exemplo está na nota de O\$1,00 (um orpas) e não na de O\$10,00 (dez orpas) que é nossa nota de maior valor"*.

Quando um comerciante que recebe Orpas quer fazer a troca da moeda local em Real, essas são realizadas em cheques. Sra. Juliana pontua que este mecanismo traga maior segurança ao dono do estabelecimento, caso o comerciante sofra um assalto por exemplo, é possível "sustar" o cheque e assim ele não perde o dinheiro que recebeu. Sobre os estabelecimentos que recebem a Orpas como forma de pagamento, eles caracterizam-se por serem do circuito inferior da economia urbana, assim como os estabelecimentos que aceitam as moedas locais dos bancos comunitários, como veremos adiante.

Figura 37. Alguns exemplares da moeda Orpas, cada uma das moedas locais leva a foto de um integrante da Organização Não Governamental ORPAS. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 16/01/2014.

Mas de onde vem o dinheiro transacionado na ORPAS? Sr. Daniel nos conta que um banco, que ele não quis especificar qual, fez um empréstimo ao ORPAS ligado ao “microcrédito orientado” deste banco¹¹⁵. De acordo com o sítio do banco e do livro "Um Brasil de Oportunidades" publicado em dezembro de 2013 pelo Santander, deparamo-nos que a política de microcrédito orientado do banco vem sendo feita desde 2002, e durante o ano de 2010 - data esta que houve a realização de empréstimo ao ORPAS - a

¹¹⁵ Através da pesquisa documental realizada, foi possível diagnosticar que o banco convencional o qual realizou o empréstimo foi o Santander. Conforme dados do banco, dos empréstimos realizados voltados ao microcrédito orientado, a adimplência em 2011 foi de 97%. Ainda no mesmo ano, a Santander Microcrédito tem uma carteira ativa de aproximadamente 116 mil clientes, sendo que quase 70% são mulheres. Lembramos novamente que o microcrédito orientado tendo como foco principal as mulheres foi proposto por Yunus (2011, p. 116) e influenciou as políticas do Banco Mundial no "combate a pobreza". Informações obtidas do livro online "Um Brasil de Oportunidades, 10 anos de Microcrédito", publicado em dezembro de 2013. Mais informações acessar: [\[http://sustentabilidade.santander.com.br/pt/Produtos-e-Servicos/Documents/Microcredito_Livro_vfinal.pdf\]](http://sustentabilidade.santander.com.br/pt/Produtos-e-Servicos/Documents/Microcredito_Livro_vfinal.pdf)

carteira voltada ao microcrédito foi de cento e vinte e cinco milhões de reais com um total de 95.612 clientes.

Ainda de acordo com os dados disponíveis no sítio do banco, as taxas de juros variam de 2% a 4% e os valores de empréstimos variam de R\$500,00 a R\$15.000,00. A garantia do empréstimo se dá através de um "Grupo Solidário", onde há a união de três ou quatro microempreendedores que assumem a responsabilidade pelo pagamento do dinheiro. Novamente encontramos o "fundo do grupo" proposto por Yunus, contudo utilizado por um banco convencional.

Conforme já especificamos durante o Capítulo 1 desta dissertação, Kraychete (2005) revela que esses "grupos solidários" têm por finalidade agrupar indivíduos que não possuem garantias reais (e formais) para avalizar os empréstimos, e portanto não podem participar do sistema bancário convencional. Entendemos que a ORPAS é um exemplo do que Kraychete aponta ser uma "instituição inovadora" pois o banco comercial tradicional (Santander) vê uma oportunidade de incluir os pobres dentro do sistema financeiro e utiliza essas "instituições inovadoras" para aumentar a garantia em relação ao pagamento dos empréstimos.

Neste momento, partiremos para o segundo objetivo específico deste item, que é o de compreender se há ou não efetiva difusão da moeda local orpas nos estabelecimentos comerciais (e de serviços) do bairro. Com a sistematização dos dados obtidos em nosso trabalho de campo, elencamos algumas variáveis para analisarmos se estes estabelecimentos pertencem ao circuito inferior, a saber: 1. Utilização do lucro; 2. Nível organizacional; 3. Origem dos produtos utilizados no estabelecimento; 4. Características do Mercado Consumidor e 4. Mecanismos Financeiros Oferecido aos Clientes. Concomitantemente a esta última variável, analisaremos a difusão e os diferentes usos da moeda Orpas.

A primeira variável analisada nos mostra que 100% dos estabelecimentos entrevistados¹¹⁶ utilizam o lucro apenas para a sobrevivência da família e todos caracterizam-se por serem uma microempresa. Ainda foi diagnosticado que esses

¹¹⁶ Dos treze estabelecimentos que aceitam a moeda orpas no bairro, foi possível entrevistarmos quatro deles. Durante os trabalhos de campo, a ONG disponibilizou um funcionário - pai do fundador Daniel - que nos levou até os estabelecimentos. Como a entidade permitiu que o funcionário nos acompanhasse apenas aos sábados, muitos dos estabelecimentos estavam fechados durante os trabalhos de campo, e por isso não foi possível aplicarmos os questionários em um maior número de estabelecimentos.

agentes do circuito inferior utilizam objetos técnicos de períodos passados, como por exemplo a máquina de escrever (25% deles) e o telefone fixo (75%). Já os objetos técnicos provenientes do período atual não são amplamente utilizados nesses estabelecimentos, como podemos observar no gráfico a seguir:

**Gráfico 09. Estabelecimentos do Circuito Inferior que aceitam Orpas:
Equipamentos de trabalho utilizado (2014).**

Fonte: Elaboração própria a partir da aplicação dos questionários nos estabelecimentos que utilizam a moeda Orpas como forma de pagamento. Março de 2014.

Ainda sobre os equipamentos de trabalho, 75% alegaram que estes são de segundo e/ou terceiro uso, característica marcante das atividades do circuito inferior da economia urbana. Dois elementos que nos mostram o maior grau de “organicidade” desses estabelecimentos com seus respectivos lugares de funcionamento são a origem de seus produtos e a abrangência de seu mercado consumidor. Os questionários aplicados mostram que todos os estabelecimentos compram seus produtos na cidade de São Paulo, e 75% colocam que o próprio bairro é que compõe prioritariamente seu mercado consumidor, sendo que sua composição tem a maior parte (75%) baseada em consumidores de baixa renda.

Figura 38. A figura retrata um estabelecimento que aceita Orpas, no qual diversas atividades são realizadas no mesmo espaço. Além de papelaria o estabelecimento abriga também uma *lan house* e vende alimentos. Foto: Carolina Gabriel de Paula, 29/03/2014.

Sobre os mecanismos financeiros utilizados por esses agentes, 75% apontaram que a principal forma de pagamento a seus fornecedores é o dinheiro líquido, fundamental portanto, para a reposição de mercadoria desses pequenos comércios. Já as formas de pagamento oferecidas aos clientes destacam-se o fiado, aceito por todos os estabelecimentos, assim como os cartões de crédito e débito (100% deles). Apenas 25% alega aceitar cheque à vista e pré-datado como mecanismo de pagamento.

Dos estabelecimentos que recebem mais de O\$200,00 (duzentas orpas) ao mês, todos acreditam que houve um aumento significativo tanto do fluxo de clientes como das vendas de seus produtos, quando do início do uso da moeda local. De acordo com a sistematização dos dados colhidos no trabalho de campo, circulam nesses estabelecimentos O\$850,00 (oitocentos e cinquenta orpas) ao mês, e de acordo com os comerciantes, o valor em Orpas equivale em média a 12% da renda mensal bruta. Esses valores são bem mais expressivos, se os compararmos com aquilo que circula no entorno dos demais bancos comunitários paulistas.

Não há publicidade sobre a moeda local nos estabelecimentos, contudo isso não parece ser um entrave para a circulação da moeda no bairro, visto que há outros mecanismos mais “espontâneos” utilizados pela ORPAS para incentivar o uso da moeda local.

Os estabelecimentos também alegam que oferecem descontos para os clientes que fazem uso da moeda como forma de pagamento, já que para os comerciantes esta é uma forma de manter certa “fidelização” de seus clientes. Outra vantagem que os comerciantes veem no uso da moeda Orpas é a questão da segurança, pois se há algum assalto a moeda não é levada, visto que ela teria que ser trocada na ONG e logo descobririam o infrator.

Entretanto, 75% dos estabelecimentos entrevistados não acreditam no crescimento do bairro pelo uso da moeda. Por que isso acontece? Poderíamos apontar a falta de informação desses comerciantes, porém o Sr. Daniel nos conta em entrevista que são realizadas palestras com os estabelecimentos com informações, assim como é feito um acompanhamento cotidiano pela ORPAS nos estabelecimentos locais que aceitam a moeda da Organização.

Acreditamos que o fato da ORPAS não funcionar como um banco comunitário – e portanto não se basear em suas premissas – podem gerar pontos positivos e negativos na utilização da moeda. Um ponto negativo é que há falta de informação dos próprios executores do projeto da moeda local orpas, pois eles mesmos não compreendem a força que a moeda local pode possuir em relação à manutenção da renda gerada no próprio lugar (mesmo porque a moeda local surgiu simplesmente de uma necessidade que a ONG apresentou). Contudo, mesmo sem a informação mais “teórica” sobre as possíveis vantagens das moedas locais, os gestores e a população local vêm percebendo empiricamente que a ORPAS – e sua moeda - são elementos do espaço local que auxiliam no desenvolvimento econômico local, e criam laços de solidariedade entre os atores envolvidos em sua rede de atuação. A ORPAS, portanto, pode ser considerada um elemento do bairro que leva à promoção de *horizontalidades* no lugar.

A criação dessas *horizontalidades* só é possível porque há o desenvolvimento de uma *confiança entre pessoas* num primeiro momento, para posteriormente ocorrer uma *confiança em sistemas*, como nota Anthony Giddens em seu *A Constituição da Sociedade* (1991). Mesmo a ORPAS sendo uma "instituição inovadora", que assumidamente baseia suas ações no exemplo do *Grameen Bank* – como o "fundo do grupo" e o empreendedorismo voltado as mulheres – os agentes locais têm o intuito de formular, através do dinheiro que emprestam, fórmulas para um desenvolvimento local mais robusto.

Estas possibilidades de maior desenvolvimento local, por sua vez, podem ser identificadas em vários novos usos do espaço que se dão por intermédio da ação da ORPAS, como é o caso da criação de comércios através dos empréstimos que realizaram, e da interferência mais eficaz, em relação à renda bruta dos estabelecimentos que aceitam a moeda local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o primeiro banco comunitário tenha sido criado há apenas quinze anos no Brasil, eles vêm crescendo a cada ano, visto que atualmente são 103 bancos comunitários distribuídos por todo território nacional. Isso aponta para uma relevância nos estudos geográficos sobre o tema, já que esses bancos comunitários são novos fixos geográficos com importantes funções financeiras e sociais, e que estão sendo implementados em lugares que apresentam baixas de densidades de equipamentos públicos e privados.

Durante o desenvolvimento do trabalho, nosso objetivo central foi elucidar como vêm sendo produzidas estas novas materialidades e formas financeiras no período atual, por intermédio do estudo dos bancos comunitários e das moedas locais.

Primeiramente, entendemos que os bancos comunitários são implementados e geridos por círculos de cooperação compostos principalmente por agentes do Estado, seja através de órgãos e políticas públicas – como o SENAES/MTE e o Plano Brasil Sem Miséria – e entidades executoras de porte nacional e regional, autorizadas pelo Governo Federal. Estas entidades executoras podem ser consideradas como "organizações de solidariedade" (ANTAS JR., 2005), assim como o são os próprios bancos comunitários que atuam como entidades executoras. Estes círculos de cooperação são capazes de organizar as ordens, capitais e informações (fluxos imateriais) que permitem a articulação entre os órgãos do Estado, as entidades gestoras e os vários bancos comunitários dispersos geograficamente no território.

O Estado Federal, neste sentido, é o principal promotor dos *eventos* que estão relacionados com os Bancos Comunitários, *eventos* como os editais e as políticas públicas pautadas no combate a extrema pobreza e na “inclusão financeira” da população brasileira de baixa renda.. As entidades executoras, por seu turno, são também elementos essenciais desta divisão do trabalho, pois funcionam como organizações de operacionalização destes *eventos* oficiais, e que têm a função não só de eleger os lugares aonde serão instalados os bancos comunitários, como também de acompanhar e capacitar os atores locais envolvidos na sua constituição/funcionamento.

Cabe lembrar que até o presente momento não existe um quadro normativo definitivo sobre os bancos comunitários e as moedas locais, principalmente porque o Banco Central não considera estes bancos como instituições financeiras, e entendem que a moeda local não interfere negativamente no funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

Foi possível identificar também que as políticas públicas para os bancos comunitários têm como grande referência as experiências desenvolvidas no Banco Palmas (em Fortaleza, CE), o primeiro banco comunitário do Brasil. A partir da bibliografia consultada, entendemos que o Banco Palmas, por meio da associação de moradores que deu origem a ele, formulou uma proposta de desenvolvimento endógena no lugar em que está instalado, proposta baseada em princípios da economia solidária e que se configurou, em um primeiro instante, "de baixo-para-cima" (VIEIRA, 2005). Esta associação de moradores e o Banco que surgia foram se articulando a outras instâncias institucionais, tecendo em seguida relações mais institucionalizadas, num sentido de "cima-para-baixo" . A arquitetura de relações possibilitou que o Banco Palmas, por intermédio do Instituto Palmas (uma OSCIP de microcrédito), promovesse ações que fomentaram a difusão de experiências baseadas na economia solidária, através da criação de vários bancos comunitários na Região Nordeste do Brasil, contando com parcerias estaduais, e posteriormente atuando por todo território brasileiro, tornando-se uma entidade executora nacional.

O Banco Palmas pode ser considerado, neste sentido, como um ator capaz de fomentar a produção de *horizontalidades* nos lugares em que atua, tanto em seu próprios município de origem, assim como nos outros pontos do território em que auxiliou na instalação de outros bancos deste tipo. No Ceará, ao instituir no Conjunto Palmeiras outras formas de *racionalidade*, fundadas num uso alternativo das finanças, criou outras maneiras de fazer circular os excedentes locais, auxiliando as populações mais pobres a manter estes excedentes nos lugares, e melhorar parte de sua dura sobrevivência cotidiana.

Contudo, cabe lembrar que cada lugar recebe estes *eventos* produzidos pelo Estado e pelas entidades executoras de uma determinada maneira, e neste sentido procuramos ao longo da pesquisa entender como estes *eventos* foram recebidos em diferentes municípios que criaram seus bancos comunitários, delimitando nosso

recorte geográfico à Região Sudeste, num primeiro momento, e posteriormente nos bancos comunitários instalados no município de São Paulo.

Um importante fator analisado na pesquisa são as vantagens e as desvantagens ligadas à prestação de serviços de correspondentes bancários por parte dos bancos comunitários, nos lugares em que atuam. Ao mesmo tempo em que os correspondentes possibilitam o acesso a serviços financeiros para a população excluída do sistema bancário convencional, também levam a uma diminuição da importância dos bancos comunitários como forma alternativa de uso das finanças nos lugares. Assim, os "diferenciais" que os bancos comunitários apresentam em relação aos bancos comerciais convencionais ficam subutilizados, não permitindo que o banco comunitário desenvolva outras racionalidades, menos instrumentais, nos lugares em que se instalam. A baixa procura por moedas locais aonde existem bancos que as disponibilizam foi, ao nosso ver, um dos principais indicadores desta subutilização das potencialidades dos bancos comunitários.

Nossos resultados identificaram ainda que os bancos comunitários da Região Sudeste pautam-se, além de mecanismos fincados em relações de *confiança*, em instrumentos formais para a obtenção de crédito, divergindo em parte daquilo que preconiza a bibliografia que trabalha com esta temática; isto é, apesar da efetiva “desburocratização” envolvida na concessão de empréstimos por parte destes bancos comunitários, a maior parte deles ainda se utiliza de procedimentos bastante racionalizados, típicos de corporações financeiras convencionais. Além disso, a maior parte dos gestores desses bancos comunitários pontua que permanecem dificuldades latentes para que se instale uma maior relação de *confiança* entre os moradores, “empreendedores” e o uso das moedas locais.

No que diz respeito aos bancos comunitários de São Paulo, foi possível revelar por meio da análise de seu *nível de organização, técnica e capital* que eles pertencem ao circuito inferior da economia urbana, já que este circuito utiliza capital reduzido e pode dispensar uma organização mais burocrática. Além disso, apresentam pequena dimensão, se utilizam de instrumentos técnicos bastante simples (e/ou reutilizados) e desenvolvem formas criativas e adaptativas para funcionarem. Esses arranjos mais criativos é que possibilitam esses bancos comunitários a fomentarem alternativas para conseguirem dinheiro líquido, que não provenha apenas de programas do governo, como foi o caso do Banco União Sampaio, o único

dentre os bancos paulistas que desenvolveu uma forma adaptativa singular (materializada principalmente na Agência Solano Trindade).

Outro resultado que a pesquisa revelou – sobretudo em função de nossos trabalhos de campo – é a escassa circulação das moedas locais nos bairros dos bancos comunitários paulistas. Os fatores que nos parecem determinantes para estas dificuldades de difusão destas moedas são principalmente: a pequena porcentagem das carteiras de crédito que os bancos destinam aos empréstimos em Crédito de Consumo (em moeda local); o baixo grau de *confiança* dos moradores em relação ao uso das moedas; a pouca – ou nenhuma – publicidade nos estabelecimentos do circuito inferior que aceitam a moeda local; e a dificuldade que o agente de crédito encontrar para difundir o conceito e objetivos do banco comunitário e da moeda local à comunidade da qual fazem parte.

Como foi também notado, os bancos pertencentes a Rede Paulista de Bancos Comunitários vêm passando por dificuldades ainda mais expressivas em tempos recentes, pois dependem quase que exclusivamente de recursos advindos de políticas públicas para a obtenção de seu *funding*. Sem estes recursos oficiais, estes bancos tem severas dificuldades para o pagamento de suas contas e para que o agente de crédito disponha de uma renda fixa mensal, dando a ele a possibilidade de exercer apenas esta atividade. Parece-nos que no caso da Rede Paulista, o agente de crédito pode ser o elemento-chave para o aprimoramento do funcionamento desses bancos comunitários, sendo também centrais para a criação de formas adaptativas que visem a obtenção de dinheiro líquido para se autossustentarem. Como a pesquisa mostrou, estes agentes de crédito são os interlocutores ideais para o funcionamento desses bancos comunitários nos conjuntos habitacionais em que os bancos estão inseridos, dada sua capacidade de criar os elementos que estão na base das *horizontalidades* (confiança, solidariedade, maior comunicação local etc.). Todavia, em sua ação concreta, estes agentes parecem representar também um entrave, pois ainda não conseguem desenvolver e catalisar estas relações de proximidade com os moradores dos bairros, principalmente aqueles que se localizam no entorno dos conjuntos habitacionais aonde estão os bancos comunitários. Estas dificuldades, por seu turno, se devem também ao fato de que a maior parte destes agentes pertencem ao lugar há pouco tempo, como também por serem obrigados a realizar outros afazeres concomitantemente, que extrapolam as atividades do banco propriamente ditas.

Neste sentido, parece ser necessário que esses agentes atuem apenas nesta função específica, no entanto isso só poderá ocorrer se os bancos encontrarem formas adaptativas de crescimento, que possibilitem seu autofinanciamento, e sua autogestão.

Mesmo com todos os problemas enfrentados pelos quatro bancos analisados, podemos dizer que as moedas locais são um "novo nexo financeiro" do circuito inferior da economia urbana, já que através delas os agentes deste circuito podem ter acesso a dinheiro líquido – em forma de circulante local –, lembrando que eles têm mais dificuldades em adquirir empréstimos no sistema bancário tradicional. Vale ressaltar ainda que, caso haja uso da moeda local de forma verdadeiramente eficaz (como nos parece que é o que ocorre no caso do Banco Palmas), é possível que a riqueza produzida localmente seja reintroduzida nos estabelecimentos do circuito inferior locais, impedindo-a de ser drenada para os demais circuitos (superior e superior marginal), em outras localidades, já que as moedas locais somente são aceitas em comércios do próprio bairro, caracterizados em São Paulo por pertencerem ao circuito inferior da economia urbana. Neste sentido, este "novo nexo financeiro" pode vir a ser uma *contra-racionalidade*, já que um dos maiores desafios enfrentados pela população de baixa renda nas grandes cidades é justamente a falta de acesso ao dinheiro líquido em bancos convencionais. A difusão dos bancos comunitários, e de suas moedas sociais, poderia também impedir – ou ao menos mitigar – a drenagem maciça da poupança da população pobre que consegue empréstimos junto aos grandes bancos comerciais.

Outro ponto analisado em nossa pesquisa é o desenvolvimento de relações de *confiança* como elemento principal da obtenção de crédito por parte das populações mais pobres e/ou periféricas. O que a bibliografia sobre o tema nos mostra é que a *confiança* é um dos elementos-chave para que os pagamentos sejam feitos “em dia” nos bancos comunitários, denominada pelos economistas por *finanças de proximidade* (ABRAMOVAY, 2000 e 2008; ABRAMOVAY & JUNQUEIRA, 2005); este tipo de uso das finanças se baseia tanto na *confiança* como na *proximidade geográfica* dos agentes envolvidos. Todavia, mesmo havendo esta *confiança* pautada na *co-presença* (ou nos "compromissos com rosto", como mostra Anthony Giddens) não há efetivamente um uso consolidado das moedas locais nos

bancos comunitários paulistas, principalmente no que tange à Rede Paulista de Bancos Comunitários.

Em relação ao Banco União Sampaio, este apresenta, em primeiro lugar, uma localização geográfica mais propícia ao seu desenvolvimento, por estar mais próximo dos usuários de seus serviços, e por estar inserido em um local de passagem cotidiana de boa parte destes moradores. Este dado da localização relativa do Banco pode ser uma das explicações da maior *confiança* desenvolvida localmente em relação ao uso da moeda. Também deve ser lembrada a ação da UPM no bairro, há mais de duas décadas, mas que mesmo assim não permite grande circulação da moeda Sampaio localmente, e tampouco aumenta exponencialmente o conhecimento sobre o Banco União Sampaio por seus moradores. Acreditamos que isso se deve principalmente ao fato do banco comunitário não ser a principal atividade da ONG que é responsável por seu funcionamento, assim como pela pouca destinação da carteira de crédito à moeda Sampaio.

Já a moeda local Orpas vem sendo cada vez mais utilizada nos comércios do circuito inferior do bairro Chácara Santana, visto a capacidade que a ONG tem de criar mecanismos para que seja estimulada esta circulação da moeda local. Além disso, a ORPAS pauta sua atuação com mecanismos diretamente influenciados pelas propostas originais do *Grameen Bank*, e mesmo se utilizando de uma política de crédito orientada por critérios de bancos comerciais “convencionais”, é possível afirmar que ela vem criando *horizontalidades* no bairro em que está instalada, demonstrando potencial capacidade de criar *contra-racionalidades* no lugar.

Seria possível afirmar, portanto, que *vetores verticais* possam criar *horizontalidades* nos lugares em que se instalam? Acreditamos que esta pergunta pode ter uma resposta afirmativa, visto que as *horizontalidades* criadas surgiram em grande parte devido as políticas públicas e *normas* implementadas pelo Estado na escala federal (e na estadual também, em alguns casos). E pelo fato destas *verticalidades* terem em seu cerne o Estado como difusor, podemos identificá-las enquanto *verticalidades institucionais*, como nos lembra Almeida (2005). Todavia, para que esta “transformação” de verticalidades em horizontalidades ocorra, é necessária a análise de muitas variáveis, que são únicas em seus lugares de existência, e que convergem e divergem de lugar para lugar, como tentamos apresentar em nosso trabalho, ao analisar os usos do território promovidos pelos

Bancos Comunitários em São Paulo. Contudo, ainda acreditamos que a verdadeira potencialidade na criação de *horizontalidades* pode ter raiz na própria difusão de racionalidades instrumentais que o capital cria neste novo período nos espaços opacos das metrópoles. Esta difusão de racionalidades estranhas aos lugares, dialeticamente, pode ser a base do despertar dos “homens lentos” (SANTOS, 1994a) para seu entendimento do lugar em que vivem. Ainda é a partir do lugar, categoria analítica própria da Geografia, que pode se dar a compreensão do mundo, a possibilidade de mudanças e principalmente a tomada de consciência política por parte dos seres humanos portadores de utopia. Portanto, cada vez mais é também papel do geógrafo, ao nosso ver, encontrar as variáveis que determinam o funcionamento concreto, cotidiano dos lugares. Não vemos isso como uma fácil tarefa, todavia é uma obrigação para aqueles que veem na Geografia um instrumento político de entendimento e transformação do mundo.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. e JUNQUEIRA, R.G.P. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo. n. 1, p. 19- 34, jan./fev./mar. 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. Finanças de Proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In: COSSÍO, Maurício Blanco, org. *Estrutura Agrária, Mercado de Trabalho e Pobreza rural no Brasil*, 2003 — capítulo 12 – no prelo

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, nº 2, vol. IV, p.379-397, abril/junho, 2000.

_____. Alcance e Limites das Finanças de Proximidade no Combate à Inadimplência: O caso do Agroamigo. *Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)*, nº10, abril de 2008.

ABREU, Maurício de Andrade. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises e superações. In: *CIDADE: história e desafios*. Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002, p. 42-59.

ARROYO, Mónica. A Vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS,A.I.G, SILVEIRA, M.L. & ARROYO, M. (orgs) *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: Editora Clacso, 2006.

ALEXANDRINO, Marcelo. *Direito Administrativo*. Rio de Janeiro:Impetrus, 2004, 5ª edição.

AMADO, Adriana Moreira. Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990. In: *Moeda e Território*, Uma interpretação da dinâmica regional brasileira,org. CROCCO, M., JAYME JR. G. F. Belo Horizonte, Autêntica, 2006

ANTAS Jr., Ricardo Mendes. *Território e regulação – espaço geográfico: fonte material e não-formal do direito*. São Paulo: Humanitas, 2005.

_____. A norma e a técnica como elementos constitutivos da proposta teórica de Milton Santos. In: SOUZA, M. A. de (Org.), *TERRITÓRIO BRASILEIRO usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 77-92.

_____. Considerações sobre agentes relevantes nos círculos de cooperação do complexo industrial da saúde no território brasileiro In : ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013. Lima. *Reencuentros de Saberes Territoriales Latinoamericanos*. Peru, 2013.

ARMSTRONG, W. e MCGEE, T. G. Theatres of accumulation. Studies in Asia and Latin American Urbanization. Cambridge, University Press, 1985.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo*. Edições Cosmos, [1967] 1970.

BRAZ, Juliana de Oliveira Barros. *Os dilemas de se estar no fio da navalha: A experiência do Banco Palmas e suas práticas cotidianas*. São Paulo, 2014, 194f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

CAMINHA, U. e FIGUEIREDO, M. Atividade Financeira e Moeda: Análise da Experiência do Conjunto Palmeiras em Fortaleza-CE. *Revista de Direito GV*, São Paulo, p.99-130, jan.-jun. 2011.

CARVALHO, Carlos Eduardo; ABRAMOVAY, Ricardo. O Difícil e Custoso Acesso ao Sistema Financeiro. In: SANTOS, Carlos Alberto (Org.). *Sistema Financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnóstico e perspectivas*. Brasília, Sebrae, 2004.

CASTILLO, Ricardo. Transporte e Logística de graneis sólidos agrícolas: Componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro. *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, México*.n. 55, p. 79-96, mês. 2004.

CASTILLO, R. FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez. 2010

CONTEL, Fábio Betioli *Território e Finanças. Técnicas, Normas e Topologias Bancárias no Brasil*, São Paulo, 2006, 323f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Espaço Geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. Caderno CRH, Salvador, v.22, n°55, p. 119-154, jan/abr de 2009.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Salvador, Vozes, 2000, p. 133-141.

_____. *Economia Social y Solidária*. El trabajo antes que el capital. Fundación Rosa de Luxemburgo, Quito- Ecuador, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Concentração bancária e os centros de gestão do território*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 51: 17-32, abr/jun, 1989.

CROCCO, Marco; MENEZES, Melissa Silva. *Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES*. Publicado em: Economia e Sociedade, Campinas, v.18, n.2 (36), p. 371-398, ago. 2009.

_____. *Avaliação das Condições de Financiamento do Desenvolvimento Regional*. In : ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO, 11., 2005. Bahia, Brasil, 2005.

DICKEN, Peter. *Mudança Global*, mapeando as novas fronteiras da economia mundial. Editora Bookman, 5ª edição, 2010.

DURKHEIM, E. *Da Divisão do Trabalho Social*, Martins Fontes, São Paulo, [1893] 1995.

FERRARY, Michel. Confiance et accumulation de capital social dans la régulation des activités de crédit. *Revue Française de Sociologie*. vol. XL, n° 3: 559-586, 1999.

FOBE, Nicole Julie & VILELA Renato Moedas Sociais – Mecanismo de Desenvolvimento e Desafio Multidisciplinar. *Casoteca DireitoGV*, Acessado:[<http://direitogv.fgv.br/sites/default/files/Moedas%20Sociais%20%20Narrativa.pdf>] em [11/07/2012], 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho A economia popular e Solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L.; MEDEIROS, A.;MAGNEN, J.P. *A Ação pública e a economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; RIGO, Ariádne Sacalfoli. Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. *Revista Administração*, São Paulo, v.47, n°3, p. 500-515, jul.ago.set. 2012

FREIRE, Marusa. Moedas Locais: O que são, como funcionam e porque podem ser consideradas instrumentos de desenvolvimento local. Apresentação do VII Seminário Banco Central sobre Microfinanças. Porto Alegre, RS, jun. 2007. Acessado em: [http://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/arquivos/horario_arquivos/apres_116.pdf] [11/07/2012].

GAISER, L.I. Sentido e possibilidade da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Salvador: Editora Vozes, 2000, p. 191-198.

GARCIA, Daniel Bruno *Bancos Comunitários de Desenvolvimento: um estudo sobre a implementação dos bancos comunitários ligados ao movimento de moradia no município de São Paulo*, 2010. 125f. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

GOLDSMITH, R. *Brasil: 1850-1980. Desenvolvimento Financeiro Sob um Século de Inflação*. Editora Harper & Row do Brasil, 1986.

GUTTMAN, Robert. *Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças*. Novos Estudos, nov. 2008, p.11-33.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 4ª edição, 2009.

HULME, D.; MOSLEY, P. Metamorphosis from NGO to commercial bank: the case of bank Sol in Bolivia. In: *Finance Against Poverty*. New York: Routledge, 1996. v. 2, 452 p.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, [1936] 1964.

KRAYCHETTE, Elsa Souza. *As Organizações de Cooperação Internacional, a Redefinição de Desenvolvimento e Pobreza e as Microfinanças*. In: *Pesquisa e Debate*, São Paulo, vol. 16, número 2(28), 2005, p. 249-268.

_____. Desenvolvimento: razões e limites do discurso do Banco Mundial. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 19, n. 48, p. 415-430, Set./Dez., 2006.

LACOSTE, Yves. *Geografia do Subdesenvolvimento*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.

LIMA NETO, E. J. de A noção de capital social e seu lugar na pauta de agências de desenvolvimento. *Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 1, n°1, p. 44-59, jan-jun. 2008.

LINTON, M. *The LETSystem Design Manual*, 1995. Acessado: [<http://www.gmlets.unet.com/design/dm1%5E1.html>]; 13/02/2012.

MARTIN, Ron. Introduction, In: MARTIN, R. (ed) *Money and the Space Economy*. London, Wiley, 1999.

MENDONÇA, Haroldo. *Finanças Solidárias: Apoio a Bancos Comunitários no Brasil* Seminário do Banco Central de Microfinanças. Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Nacional de Economia Solidária. Acessado [http://www.bacen.gov.br/pre/microfinancas/arquivos/horario_arquivos/apres_117.pdf] em [11/07/2012]

MENEZES, Melissa Silva. *Moedas Locais: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES*, 2007, 121f. Dissertação (Mestrado em Economia), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

MINELLA, Ary. Reforçando a Hegemonia Financeira Privada: a Privatização dos Bancos Estaduais. In: ALVIM, A.C.F.W. *A Trama da Privatização: A reestruturação Neoliberal do Estado*. Florianópolis: Editora Insular, 2001.

MOTTA DE LIMA, Adelaide; CASTRO LIMA, Carmen Lucia; RODRIGUES MATTA, João P. *Finanças de Proximidade: um modelo de financiamento para arranjos produtivos locais*. Desenharia, abril de 2005. Disponível em: (www.neapl.sedetec.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid1=...3). Acesso em: 05/06/2014.

MONTENEGRO, Regitz Marina. *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém*, São Paulo, 2011, 291f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. *O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização*, 2006, 185f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MORAES, Vinícius. Antologia Poética, São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 311-317

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo Organizações Sociais de Colaboração (Descentralização Social e Administração Pública Não-Estatal. *Revista de Direito Administrativo*, v.210, out./dez, 1997.

PASTI, André. A comunicação, os usos do território e o método geográfico: em busca de uma leitura crítica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35, 2012. Fortaleza-CE, Brasil, 2012.

PAULA, Carolina Gabriel. *O circuito inferior da economia urbana em áreas centrais e na periferia de Tatuí (SP)*, 2010, 128f, Trabalho de Graduação Individual (TGI), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Reestruturação Inovativa e Reorganização das Instituições Financeiras do Setor Privado no Brasil. *Revista Geouerj*, nº2, Rio de Janeiro, pp. 65-79, 1997.

RAMADA, C. *Manual Bônus de Fomento*, uma ferramenta inovadora para ativar a economia local. Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral, Porto Alegre, 2003.

RIBEIRO, A.C.T. *Território Usado e Humanismo Concreto: O Mercado Socialmente Necessário*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, 2005.

ROCHEFORT, Michel *Métodos de Estudos das Redes Urbanas*: Interesse da análise e do setor terciário da população ativa. [1957] 1961. Boletim Geográfico, ano XIX, nº160, jan. fev, 1961, pp. 3-18.

RODRIGUES, André Figueiredo. Como elaborar citações e notas de rodapé. 5. ed. São Paulo: Humanitas, 2009.
_____. Como elaborar referência bibliográfica. 8. ed. São Paulo: Humanitas, 2012.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, [1996] 2008, 4ª edição.
_____. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, [1985] 2008. 5ª edição.
_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Edusp, [1988] 2008. 6ª edição.
_____. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2005, 1ª edição.
_____. *O Espaço Dividido*. São Paulo: Edusp, [1975] 2008, 2ª edição.
_____. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo, Hucitec, 1994a.
_____. *Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1994b.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, Rio de Janeiro, Editora Record, 2001, 6ª edição.

_____. Modo de produção técnico- científico e diferenciação espacial. *Revista Território*, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.

_____. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ações. IN: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, IV, Salvador, 1991, pp. 35-39.

_____. Por uma Geografia cidadã: Por uma epistemologia da existência. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 21:7-14, agosto de 1996.

_____. O lugar: encontrando o futuro. *RUA*, vol. 4, nº1, 1996.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taute e SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da Educação Financeira no Brasil. *RAP*. Rio de Janeiro, vol. 6, nº41, p. 1121-41, nov/dez de 2007.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. *Reestruturação nos Bancos no Brasil: Desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho*. *Educação & Sociedade*, ano XX, nº67, Agosto, 1999.

SEGUNDO, J.J.N.M. *Banco Palmas...um caminho*. *Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro*. Ano 3, nº29, abril de 2008.

_____. *Bancos Comunitários*. *Le monde Diplomatique*, 2009a.

_____. *Uma segunda moeda, já pode?* 2012. [<http://www.bancopalmas.org.br/>]; [Acessado em 10/07/2012].

SEGUNDO, J.J.N.M & MAGALHÃES *Bancos Comunitários*, *Boletim Mercado de Trabalho*, Ipea, v.41, novembro de 2009.

SERVET, Jean-Michel e VALLAT, David, orgs. *Exclusion et liens financiers* – Paris: Rapport du Centre Walras- Economica, 2001.

SILVA, Flávia Cristine O circuito inferior da economia urbana em Campinas/SP: análise sobre a mobilidade espacial e o acesso ao crédito, 2012, 159f. Dissertação

(Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SILVA JÚNIOR, J.T. *Gestão, Fato Associativo e Economia Solidária: A experiência da ASMOCOP/Banco Palmas*, Salvador, 2004, 93f. Dissertação (Mestrado em Administração), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.

SILVEIRA, Maria Laura Geografia e mundo contemporâneo: pensando as perguntas significativas, *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v.2, n.º2, p. 205-219, 2012.

_____. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n.55, p.65-76, Jan./Abr, 2008.

_____. Metrópolis brasileiras: um análisis de los circuitos de la economia urbana, *Revista Eure*, (Vol. XXXIII, n.100), pp. 149-164. Santiago do Chile, 2007.

_____. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. *Geosp*, v. 19, p. 81-91, 2006.

_____. Globalización y circuitos de la economia urbana em ciudades brasileiras. *Cuadernos del CENDES*, Caracas, v. 3, n. 57, pp. 1-21, 2004.

_____. Uma Situação Geográfica: Do Método à Metodologia. *Revista Território*, n. 6, p. 21-28, 1999.

SINGER, Paul. Entrevista com Paul Singer. 2006. - São Paulo, EDUSP/FAPESP. Publicado em setembro de 2007.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [2002] 2004.

SOARES M. M.; SOBRINHO A. S. M. Microfinanças: O papel do banco central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito. Brasília: *Revista Ampliada*, 2008, 2ª edição.

WALLERSTEIN, Immanuel Semi-peripheral countries and the contemporary world crisis. *Theory and Society*, Vol. 3, n° 4, 1976.

VIEIRA, Fábio Mourão. *em Mato Grosso do Sul*, São Paulo, 2005, 460f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

YUNUS, Muhammad e JOLIS, Alan. *O Banqueiro dos Pobres*. São Paulo, Editora Ática, 2000.

_____. *Um mundo sem pobreza*. São Paulo: Editora Ática, [2008] 2010.

Editais, Fóruns, Relatórios e Pesquisas de Instituições Governamentais

BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Evolução do IDH das Grandes Regiões e Unidades da Federação* Boletim Regional do Banco Central do Brasil, Jan. 2009., p. 91- 94. [<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2009/01/br200901b1p.pdf>] acesso em [24/07/2011]

EDITAL do SENAES/MTE nº001/2013 "*Apoio e Fomento as Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário*". Acessado em: [<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013F15CEE03F4146/Chamada%20P%C3%BAblica%20001-2013%20-%20Finan%C3%A7as%20Solid%C3%A1rias%2024%2005%2013.pdf>] 03/04/2014.

EDITAL SENAES/MTE nº03/2010 "*Ação de Fomento às Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários*" acessado em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BD96D6A012BE3955A726F3E/chp_SENAES_03_2010_complementar.pdf] 03/04/2014

FÓRUM BANCO CENTRAL INCLUSÃO FINANCEIRA, I, 2009, Brasília-DF. Anais do I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira. Brasília: Banco Central, 2009. 151p.

FÓRUM BANCO CENTRAL INCLUSÃO FINANCEIRA, II, 2010, Brasília-DF. Anais do II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira. Brasília: Banco Central, 2010. 151p.

FÓRUM BANCO CENTRAL INCLUSÃO FINANCEIRA, III, 2011, Brasília-DF. Anais do III Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira. Brasília: Banco Central, 2011. 81p.

FÓRUM BANCO CENTRAL INCLUSÃO FINANCEIRA, IV, Brasília-DF: Banco Central, 2012. 1 Folder.

FÓRUM BANCO CENTRAL INCLUSÃO FINANCEIRA, V, Brasília-DF: Banco Central, 2013. 1 Folder.

INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS, Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Bancos: Exclusão e Serviços. Secretaria de Assuntos estratégicos da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), janeiro de 2011. [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/110112_sips_bancos.pdf] Publicado em [13/01/2011]; Acessado em [15/02/2012]

INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS, “Banco Palmas: a serviço da comunidade”; [http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=12647] Publicado em [30/10/2009]; acessado em [11/07/2012].

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, “Mulheres chefiam 93% das famílias atendidas pelo Bolsa Família” [<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/marco/mulheres-chefiam-93-das-familias-atendidas-pelo-bolsa-familia>]; Publicado em: 11/03/2014; Acessado em 23/06/2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, *Moedas da Solidariedade*. Revista Trabalho, nº9. Jan/Fev/Mar/ 2011. Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Nacional de Economia Solidária. [<http://www.mte.gov.br/revista/edicao9/revista.pdf>] acessado em [11/07/2012].

Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial -1990. Rio de Janeiro: FGV, 1990

Relatório de Inclusão Financeira. N. 1 - . Brasília : BCB, 2010 - v. ; 29 cm.
[http://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/relatorio_inclusao_financeira.pdf]

Relatório de Inclusão Financeira. – N. 2-. –. Brasília : BCB, 2011 - n. ; 29,7 cm.
[<http://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2011.pdf>]

Relatório Anual de Avaliação (2009), Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego.
Acessado em:
[http://www.mte.gov.br/dados_estatisticos?Cad_Setorial_Avak_2008.pdf]; 15/02/2012].

Sítios mais visitados

<http://www.mds.gov.br/>

<http://www.bcb.gov.br>

<http://www.dieese.org.br/>

<http://www.febraban.org.br/>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>

<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/>

<http://www.santander.com.br/>

<https://www.italu.com.br>

<http://www.caixa.gov.br/>

<http://www.bradesco.com.br/html/classic/index.shtm>

<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>

http://www.cve.saude.sp.gov.br/htm/hans/pdf/Caderno_Brasil_Sem_Miseria.pdf

Artigos de Jornais ou Revistas

JORNAL LUZILÂNDIA: “*Janainna precisa vir a público esclarecer questão Banco Palmas e moeda Coca*”. Ano II, Comunicação com o Nordeste. Publicado em 25/07/2010; [<http://www.jornaldeluzilandia.com.br/txt.php?id=3659>] acessado em [11/07/2012].

JORNAL LUZILÂNDIA. “*Prefeitos do Piauí criam 'moeda' e podem cometer crime de 'lesa-pátria'*”. Ano II, Comunicação com o Nordeste. Publicado em 22/10/2010; [<http://www.jornaldeluzilandia.com.br/txt.php?id=3616>] acessado em [11/07/2012].

REVISTA ISTOÉ. *Aceita Palmas?* Caderno Economia e Negócios. Edição 1737 de 15 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://www.istoe.com.br/reportagens/15183_ACEITA+PALMAS+?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage] , acessado em [25/07/2011]

JORNAL DO CAMPUS *Incubadora da USP implementa bancos comunitários no cidade de São Paulo*. Edição 432 de julho de 2009. Disponível em: [<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/07/incubadora-da-usp-implementa-bancos-comunitarios-na-cidade-de-sao-paulo/>], acessado em [10/07/2014]

ANEXOS

BANCOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL (Julho/2014)

REGIÃO		UF	MUNICÍPIO	BANCO	FUNDAÇÃO
SE	1	SP	São Paulo	APUANÃ	2009
	2		São Paulo	AUTOGESTÃO	2009
	3		São Paulo	PAULO FREIRE	2009
	4		São Carlos	NASCENTE	2011
	5		São Paulo	UNIÃO SAMPAIO	2009
	6		Várzea Paulista	ORQUÍDEA	2011
	7		Carapicuíba	TONATO	2011
	8		São Bernardo do Campo	PADRE LEO COMISSARI	2011
	9	RJ	Rio de Janeiro	CDD	2011
	10		Rio de Janeiro	COMPLEXO DO ALEMÃO	em implementação
	11		Niterói	PREVENTÓRIO	2011
	12		Duque de Caxias	SARACURUNA	2011
	13		Maricá	MUMBUCA	2013
	14		Silva Jardim	CAPIVARI	2010
	15	ES	Vitória	BEM	2006
	16		Vitória	PUÃ	2011
	17		Cariacica	ESPERANÇA	2011
	18		Cariacica	SOL	2008
	19		Vila Velha	TERRA	2007
	20		Vila Velha	VERDE VIDA	2008
	21		Serra	ABRAÇO	2011
	22		Serra	VIVER	2013
	23	MG	Chapada Gaúcha	CHAPADENSE	2009
	24		Esmeraldas	ESMERALDA	2011
	25		Teófilo Otoni	BANCLISA	2011
CO	26	MS	Dourados	PIRE	2006
	27		Ponta Porã	ITA	2012
	28		Anastácio	PANTANAL	2013
	29	MT	Rondonópolis	CERRADO	2012
	30		Cuiaba	AROEIRA	2012
	31		Alta Floresta	RAIZ	2013
	32	GO	Iporá	PEQUI	2012
	33	DF	Cidade Estrutural	ESTRUTURAL	2012
	34		Itapoã	ITAPOÃ	2012
	35		Arapoanga	AROPOANGA	2013

BANCOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL (Julho/2014)

REGIÃO		UF	MUNICÍPIO	BANCO	FUNDAÇÃO
N	36	PA	Ananindeua	PAAR	2012
	37		Santa Izabel	RIO CARAPARÚ	2014
	38		Mosqueiro	TUPINAMBÁ	2009
	39		Caratateua	CARATATEUA	2013
	40		Marituba	MARI	2013
	41		Belém	CASTANHEIRA	2014
	42		Jacundá	PARAÍSO	2011
	43		Igarapé-Miri	Miri	2012
	44		Gurupá	ALDEINHA	2012
	45	AM	Manaus	LIBERDADE	2011
	46		Parintins	PARINTINS	2011
	47		Manaus	CONQUISTA	2011
	48	RO	Guajará -Mirim	PÉROLA DO MAMORÉ	2012
	49	AP	Macapá	FORTE	2012
	50		Laranjal do Jari	FAROL	2011
NE	51	AC	Rio Branco	VITÓRIA	2011
	52		Rio Branco	TRIANGULO NOVO	2013
	53	BA	Cachoeira	CIDADANIA QUILOMBOLA	2011
	54		Cairu	CASA DO SOL	2009
	55		Canavieiras	RESEX	2013
	56		Ouriçangas	FONTE DE ÁGUA FRESCA	2011
	57		Salvador	GUINE	2009
	58		Simões Filho	ECOLUZIA	2007
	59		Vera Cruz	ILHAMAR	2008
	60		Camaçari	LITORAL	2014
	61	SE	Barra do Coqueiros	DUNAS	2012
	62	PB	João Pessoa (Bairro São Rafael)	JARDIM BOTÂNICO	2013
	63		João Pessoa (Bairro São José)	BEIRA RIO	2008
	64	RN	São Miguel do Gostoso	SOLIDÁRIO DE GOSTOSO	2012
	65	PI	São João do Arraial	COCAIS	2007
	66		Pedro II	REDE OPALA	2012
	67	MA	Alcântara	QUILOMBOLA	2007

BANCOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL (Julho/2014)

REGIÃO		UF	MUNICÍPIO	BANCO	FUNDAÇÃO
NE	68	CE	Acarape	ACARAPE	2004
	69		Acarape	VALE ACARAPE	2011
	70		Aracau	DUNAS	2011
	71		Beberibe	BANDESB	2007
	72		Caridade	PADRE QUILIANO	2008
	73		Cascavel	BANDESC	2011
	74		Caucaia	POTIRA	2011
	75		Choró	SERTANEJO	2008
	76		Chorozinho	RIO CHORÓ	2011
	77		Fortaleza	PALMAS	1998
	78		Fortaleza	PIRAMBU	2008
	79		Fortaleza	DENDESOL	2010
	80		Fortaleza	RIOSOL	2008
	81		Fortaleza	PALMAS	2008
	82		Ibaretama	SERRA AZUL	2008
	83		Irauçuba	BANCART	2006
	84		Irauçuba	JUAZEIRO	2008
	85		Itaitinga	ITA SOCIAL	2011
	86		Itarema (Almofala)	TREMEMBÉ	2008
	87		Juazeiro do Norte	TIMBAUBAS	2011
	88		Madalena	BANSOL	2008
	89		Maracanaú	PAJU	2006
	90		Maracanú (Jereissati)	JAÇANA	2008
	91		Maranguape	EMPREENDEDORES	2006
	92		Maranguape (Itapebussu)	ITAPEBUSSU	2008
	93		Mauriti	BURITI	2011
	94		Monsenhor Tabosa	SERRA DAS MATAS	2008
	95		Ocara	OCARDS	2008
	96		Pacatuba	PACATUBANCO	2011
	97		Palhano	ARTPALHA	2008
	98		Palmácia	SERRANO	2005
	99		Paracuru	PAR	2004
	100		Paramoti	FREI DIOGO	2007
	101		Quixada	QUIXADÁ	2011
	102		Tamboril	FEITICEIRO	2008
	103		Taua	QUINAMUIU	2007

Tabela Sistematizada do Trabalho de Campo- Banco União Sampaio e Autogestão (jan.fev.març/2014)

ESTABELECIMENTOS CADASTRADOS NOS BCDP	ATIVIDADE	HISTÓRICO DO PROPRIETÁRIO	MEIO CONSTRUÍDO			LOCALIZAÇÃO	
	Atividade	Tempo que trabalha nesta atividade	Realizava outra atividade antes desta?	Imóvel alugado?	Valor do aluguel	Considera adequada a localização? Por que.	Tamanho (m²)
UNIÃO SAMPAIO	1. Material de Construção	Mais de 10 anos	Sim	Não	-	Ruim. Falta de demanda	280 m²
	2. Perfumaria	Mais de 10 anos	Sim	Não	-	Boa- Próximo ao mercado consumidor	mais de 50 m²
	3. Roupas íntimas	Menos de 10 anos	Sim	Sim	R\$ 2.400,00	Sim. Estar na divisa de dois municípios	10 a 30m²
	4. Açougue	Mais de 10 anos	Sim	Sim	R\$ 1.880,00	Boa- Outros	30 m² a 50 m²
	5. Ervas e temperos	Mais de 10 anos	Sim	Não	Não	Boa- Próximo ao mercado consumidor	até 10 m²
	6. Material escolar e outros	Mais de 10 anos	Sem resposta	Sim	R\$ 1.600,00	Boa- identidade com o lugar	30 m² a 50 m²
AUTOGESTÃO	7. Mercado	Mais de 10 anos	Sim	Emprestado por outro	Não	Boa- Fácil acesso a fornecedores; próximo ao mercado consumidor; disponibilidade de mão-de-obra	10 a 30m²
	8. Hortifruti	Vida inteira	Sim- feirante	Não	Não	Boa- disponibilidade de mão-deobra e local de pssagem	até 10 m²

Tabela Sistematizada do Trabalho de Campo- Banco Paulo Freire e Apuanã (jan.fev.març/2014)

ESTABELECIMENTOS CADASTRADOS NOS BCDP	ATIVIDADE	HISTÓRICO DO PROPRIETÁRIO	MEIO CONSTRUÍDO			LOCALIZAÇÃO	
	Atividade	Tempo que trabalha nesta atividade	Realizava outra atividade antes desta?	Imóvel alugado?	Valor do aluguel	Considera adequada a localização? Por que.	Tamanho (m²)
PAULO FREIRE	9. Açougue	Menos de 5 ano	Sem resposta	Não	Não	Boa- Próximo ao mercado consumidor	30 m² a 50 m²
	10. Padaria	Mais de 10 anos	Sim	Sim	Mais de R\$300,00	Boa- Próximo ao mercado consumidor	mais de 50 m²
	11. Bar	Menos de 10 anos	Sim	Não	Não	Boa- Fácil acesso a fornecedores; próximo ao mercado consumidor;	10 a 30m²
	12. Agropecuária	Menos de 10 anos	Sim	Sim	Mais de R\$300,00	Boa- outros local de passagem	10 a 30m²
APUANÃ	13. Mercado	Menos de 5 anos	Sim	Sim	R\$ 2.500,00	Boa- fácil acesso a fornecedores; próximo ao mercado consumidor; ponto de encontro	mais de 50 m²
	14. Padaria	Menos de 5 anos	Sim	Sim	R\$ 1.500,00	Boa- próximo ao mercado consum e ponto de encontro	mais de 50 m²
	15. Loja de Roupas	Mais de 10 anos	Não	Sim	Mais de R\$300,00	Ruim- falta de mercado consumidor	30 m² a 50 m²
	16. Armazém	Menos de 5 anos	Sim	Sim	Mais de R\$300,00	Boa- identidade com o lugar	10 a 30m²

Tabela Sistematizada do Trabalho de Campo- Banco União Sampaio e Autogestão (jan.fev.març/2014)

ESTABELECIMENTOS	EQUIPAMENTOS DE TRABALHO								FORMAS DE ORGANIZAÇÃO				MERCADO		
	máquina de escrever	tel. fixo	celular	computador	internet	impressora	equipamentos específicos	Algum de segundo uso?	Empresa	Empresafamiliar?	Origem	Forma de pagamento ao fornecedor	Perfil do Consmidor	Abrangência	Formas de pagamento oferecidas
UNIAO SAMPAIO	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Pequena	Sim	São Paulo(SP) ou de colegas vizinhos	D;CC; CHV; CHPD;BO; Fiado	PJ e PF alto e baixa renda	outros bairros	Todos
	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Micro	Sim	SP e RJ	Boleto	PF- baixa renda	outros bairros	D; CC;CD; ML
	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Pequena	Não	RJ, MG e SC	CHV e BO	PF- baixa renda	outros bairros e municípios	D;CC;CD; ML
	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Micro	Sim	Outra cidade/ estado	CHV;CHPD;BO	PJ;PF- alto, média e baixa renda	próprio bairro e outros bairros	D; CC;CD; CHV;CHPD; Fiado; ML
	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	camelô	Sim	Bairro vizinho	D	PJ;PF-baixa renda	próprio bairro; outros bairros; outros municípios	D; ML
	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Micro	Sim	Cidade de SP	BO;	PF- baixa renda	próprio bairro	D; CC;CD; ML
	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Micro	Sim	Cidade de SP	D; BO	PF- baixa renda	próprio bairro; outros bairros;	D; CC;CD;Fiado; ML; Caderneta
AUTOGESTÃO	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Micro	Não	Cidade de SP	D; Fiado	PF- baixa renda	próprio bairro; outros bairros;	D; Fiado; ML

Tabela Sistematizada do Trabalho de Campo- Banco Paulo Freire e Apuanã (jan.fev.març/2014)

ESTABELECIMENTOS	EQUIPAMENTOS DE TRABALHO								FORMAS DE ORGANIZAÇÃO				MERCADO		
	máquina de escrever	tel. fixo	celular	computador	internet	impressora	equipamentos específicos	Algum de segundo uso?	Empresa	Empresa familiar?	Origem	Forma de pagamento ao fornecedor	Perfil do Consumidor	Abrangência	Formas de pagamento oferecidas
PAULO FREIRE	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Micro	Sim	Estado de SP	D; CC; BO; Fiado	PF- baixa renda	próprio bairro	D; CC; CD; Fiado; Moeda local
	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Micro	Sim	Cidade de SP e estado de SP	D; BO	PJ; PF- alta, média e baixa renda	próprio bairro	D; CC; CD; Fiado; Moeda local; Caderneta
	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Micro	Sim	Cidade de SP	D	PF- baixa renda	próprio bairro	D; Caderneta; Fiado; Moeda local
APUANÃ	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Micro	Sim	Cidade de SP	D; CHV; CHPD; BO	PF- baixa renda	próprio bairro	D; CC; CD; Fiado; Moeda local
	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Micro	Sim	Cidade e Estado de SP;; outros estados	D; CHPD; BO	PF- baixa renda	próprio bairro	D; CC; CD; Moeda local; Fiado
	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Micro	Sim	Cidade de SP e Argentina	D; CHPD; BO	PF- baixa renda	próprio bairro	D; CC; CD; Fiado; Moeda local
	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Micro	Sim	Cidade e Estado de SP	CHPD	PF- baixa renda	próprio bairro	D; CC; CD; Fiado; Moeda local
	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Micro	Sim	Cidade de SP	D; CC; BO; Fiado	PF- baixa renda	próprio bairro	D; Fiado; moeda local
	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Micro	Sim	Cidade de SP	D; CC; BO; Fiado	PF- baixa renda	próprio bairro	D; Fiado; moeda local

Tabela Sistematizada do Trabalho de Campo- Banco União Sampaio e Autogestão (jan.fev.març/2014)

ESTABELECIMENTOS	MÃO-DE-OBRA						FINANÇAS E UTILIZAÇÃO DO LUCRO				
	Nº funcionários		Mão-de-obra familiar? Qtos?	Salário médio dos funcionários	Forma de pagamento	Residência dos funcionários	Consumo familiar-nº pessoas	Investir na empresa-o que?	Utiliza bancos? Qual?	Fez empréstimos? Onde?	
	Funcionário Com Carteira	Funcionário Sem Carteira									
UNIÃO SAMPAIO	4	0	0	R\$ 890,00	SF e Moeda Local	Mesmo bairro	4	Reforma	CEF; BB	Sim- financeira	
	5	3	3	R\$ 1.350,00	SF+comissão	Mesmo bairro	5	não	Bradesco; HSBC	Não	
	2	2	2	R\$ 1.000,00	SF	Mesmo bairro	Não	Expansão	BB; Itau	BP; BP; BC	
	0	0	0	0	Não há	Não há	4	Reforma	HSBC; Bradesco; CEF; Itaú	CEF; Itaú	
	0	2	1	não há pagamento	não há	Mesmo bairro	Sim-sem resposta	Não há	CEF	Sim- banco comunitário	
	0	4	1	Sem resposta	Outro- por dia	Mesmo bairro	Sim-sem resposta	Não	Não	Não	
AUTOGESTÃO	0	3	1	R\$ 800,00	SF	Mesmo bairro	5	Reforma	Santander; Itaú	Sim- Banco do Povo	
	0	5	1	Sem resposta	SF	Mesmo bairro	4	Sim-instrumentos de trabalho	Bradesco	Não	

Tabela Sistematizada do Trabalho de Campo- Banco Paulo Freire e Apuanã (jan.fev.març/2014)

ESTABELECIMENTOS	MÃO-DE-OBRA					FINANÇAS E UTILIZAÇÃO DO LUCRO				
	Nº funcionários		Mão-de-obra familiar? Qtos?	Salário médio dos funcionários	Forma de pagamento	Residência dos funcionários	Consumo familiar- nº pessoas	Investir na empresa- o que?	Utiliza bancos? Qual?	Fez empréstimos? Onde?
	Funcionário Com Carteira	Funcionário Sem Carteira								
PAULO FREIRE	2	1	1	R\$ 1.200,00	SF	Mesmo bairro	12	Instrumentos de trabalho	Sim- Privado	Sim- Itaú
	3	2	0	R\$ 900,00	SF	Mesmo bairro	3	Equipamento e reforma	Sim- Privado	Não
	0	2	1	não há pagamento	Não há	Mesmo bairro	6	Não	Sim- Itaú	Não
APUANÃ	0	1	0	Sem resposta	troca de favor	Mesmo bairro	3	Não	Sim- CEF	Não
	0	6	0	R\$ 934,00	SF	Mesmo bairro	2	Reforma	CEF; Itaú; Bradesco	Sim- Itaú; Bradesco
	12	0	0	R\$ 2.000,00	SF	Mesmo bairro	2	Não	CEF; Itaú; Bradesco	Sim- Itaú; Bradesco
	0	2	2	R\$ 500,00	Comissão sobre os produtos	Mesmo bairro	2	Não	Itaú	Não
	0	0	0	não há pagamento	não há	Não há	10	Reforma	Bradesco	Não

Tabela Sistematizada do Trabalho de Campo- Banco União Sampaio e Autogestão (jan.fev.març/2014)

ESTABELECIMENTOS	FINANÇAS E UTILIZAÇÃO DO LUCRO						
	MOEDA LOCAL						
	Unidade transacionada (mês)	Porcentagem(%) da moeda na renda bruta	Como conheceu a moeda?	Aumentou o fluxo de clientes?	Aumentou as vendas?	Concorda com a iniciativa do banco?	Acredita no crescimento do bairro pela moeda?
UNIÃO SAMPAIO	S\$150,00	2%	Tv e associação de moradores	Sim	Não	Sim	Sim
	S\$800,00	1%	Contato com a associação	Não	Não	Sim	Sim
	S\$550,00	2,75%	agente do banco	Sim	Não	Não	Não
	S\$1.800,00	1,50%	agente do banco	Sim	Sim	Sim	Sim
	S\$4,00	Sem resposta	boa-a-boca	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
	S\$20,00	Sem resposta	agente do banco	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
AUTOGESTÃO	M\$50,00	2,50%	agente do banco	Não	Não	Sim	Sim
	M\$8,00	Sem resposta	agente do banco	Não	Não	Não	Não

Tabela Sistematizada do Trabalho de Campo- Banco Paulo Freire e Apuanã (jan.fev.març/2014)

ESTABELECIMENTOS	FINANÇAS E UTILIZAÇÃO DO LUCRO						
	MOEDA LOCAL						
	Unidade transacionada (mês)	Porcentagem(%) da moeda na renda bruta	Como conheceu a moeda?	Aumentou o fluxo de clientes?	Aumentou as vendas?	Concorda com a iniciativa do banco?	Acredita no crescimento do bairro pela moeda?
PAULO FREIRE	P\$250,00	20%	agente do banco	Sim	Sim	Sim	Sim
	P\$200,00	2%	agente do banco	Sim	Sim	Sim	Sim
	P\$400,00	4%	agente do banco	Sim	Sim	Sim	Sim
APUANÃ	A\$10,00	2%	agente do banco; panfletos	Não	Não	Sim	Sim
	A\$3.500,00	2%	agente do banco; panfletos	Sim	Sim	Sim	Sim
	A\$1.000,00	1%	agente do banco; panfletos	Sim	Sim	Sim	Sim
	Não há	0%	agente do banco e boca-a-boca	Não	Não	Não	Não
	Não há	0%	agente do banco	Não	Não	Sim	Sim

Tabela Sistematizada do Trabalho de Campo- ORPAS (ian.fev.marc/2014)

ESTABELECIMENTOS - ACEITAM ORPAS	Atividade	HISTÓRI CO DO PROPRIE TÁRIO	MEIO CONSTRUÍDO			LOCALIZAÇÃO		EQUIPAMENTOS DE TRABALHO							
		Tempo que trabalha nesta atividade	Realiza va outra atividad e antes desta?	Imóve l aluga do?	Valor do aluguel	Considera adequada?	Tamanho (m²)	máqui na de escrev er	tel. fixo	celul ar	computad or	internet	impressora	equipa mentos específi cos	Algum de segundo uso?
ORPAS	1. Loja de acessórios	No máximo 1 ano	Sim	Não	Não	Ruim- longe do mercado consumido r	até 10m²	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
	2. Material Escolar e Lan house	Mais de 10 anos	Sim	Sim	R\$ 1.500,00	Boa- próximo ao mercado consumido r; local de passagem	30 m² a 50 m²	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	3. Material Escolar e outros	A vida inteira	Não	Sim	Mais de R\$300,00	Boa- próximo ao mercado consumido r	30 m² a 50 m²	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	4. Restaurante	A vida inteira	Não	Não	Não	Boa- outros diferencial no bairro	mais de 50 m²	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim

Tabela Sistematizada do Trabalho de Campo- ORPAS (jan.fev.març/2014)

ESTABELECIMENTOS - ACEITAM ORPAS	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO				MERCADO			MÃO-DE-OBRA					
	Empresa	Empresa familiar?	Origem	Forma de pagamento ao fornecedor	Perfil do Consumidor	Abrangência	Formas de pagamento oferecidas	Nº funcionários		Mão-de-obra familiar? Qtos?	Salário médio dos funcionários	Forma de pagamento	Residência dos funcionários
								Com Carteira	Sem Carteira				
ORPAS	Micro	Sim	Cidade de SP	D; BO	PF- baixa renda	próprio bairro	D; CC; CD; Fiado; Moeda local	0	0	0	não há pagamento	não há	não há
	Micro	Sim	Cidade de SP	CC	PF- baixa renda	próprio bairro	D; CC; CD; Moeda local; Fiado	0	0	0	não há pagamento	não há	Não há
	Micro	Sim	Cidade de SP	D; CC; CHPD	PF- baixa renda	próprio bairro	D; CC; CD; Fiado; Moeda local	0	1	1	R\$ 790,00	SF	Mesmo bairro
	Micro	Sim	Cidade de SP	D; CHPD; BO	PF- classe média	outros bairros	D; CC; CD; CHV; CHPD; Fiado; moeda local	1	7	0	R\$ 1.000,00	SF	Mesmo bairro

Tabela Sistematizada do Trabalho de Campo- ORPAS (jan.fev.març/2014)

ESTABELECIMENTOS - ACEITAM ORPAS	FINANÇAS E UTILIZAÇÃO DO LUCRO										
	Consumo familiar-nº pessoas	Investir na empresa - o que?	Utiliza bancos? Qual?	Fez empréstimo? Onde?	MOEDA LOCAL						
					Unidade transacionada (mês)	Porcentagem (%) da moeda na renda bruta	Como conheceu a moeda?	Aumentou o fluxo de clientes?	Aumentou as vendas?	Concorda com a iniciativa do banco?	Acredita no crescimento do bairro pela moeda?
ORPAS	4	Não	Bradesco	Não	O\$200,00	10%	agente do banco	Sim	Sim	Sim	Não
	2	Não	Itaú	Sim- Itaú	O\$75,00	25%	agente do banco; pangleto	Não	Não	Não	Não
	5	Não	Bancos Privados	Sim-bancos privados	O\$75,00	10%	agente do banco; pangleto	Não	Não	Sim	Sim
	3	Sim-reforma	Bradesco; HSBC	Sim-banco privado	O\$500,00	1,25%	agente do banco; pangleto	Sim	Sim	Sim	Não

Nº Questionário: _____

Data ____/____/____

***Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, Departamento de Pós-graduação em Geografia Humana***

Receptores da Moeda Local

Nome do estabelecimento: _____

Bairro: _____

Endereço: _____

Há quanto tempo trabalha nesta atividade?

☐ () A vida inteira. ☐ () Mais de 10 anos. ☐ () Menos de 10 anos.

☐ () Menos de 5 anos. ☐ () No máximo 1 ano. ☐ () Menos de um ano.

Que atividade realizava antes desta? Resposta: _____

Sobre o estabelecimento

O local é:

☐ () De sua propriedade. ☐ () Alugado. ☐ () Emprestado por outrem.

Caso seja alugado, qual o valor pago?

☐ () Até 100 reais. ☐ () De 100 a 300 reais. ☐ () Mais de 300 reais.

Qual o tamanho aproximado do imóvel? (m²)

☐ () até 10 m² ☐ () de 10 a 30 m² ☐ () de 30 a 50 m² ☐ () mais de 50 m²

O Sr.(a) acha a localização do imóvel:

☐ () Boa ☐ () Ruim ☐ () Péssima.

Por quê?

☐ () Fácil acesso a fornecedores e meios de distribuição

☐ () Próxima ao mercado consumidor

☐ () Disponibilidade de mão-de-obra

☐ () Outros _____

O Sr. utiliza em suas atividades quais equipamentos de trabalho?

☐ () nenhum

☐ () telefone fixo

☐ () celular

☐ () computador

☐ () máquina de escrever

☐ () impressora

☐ () internet

☐ () equipamentos específicos

☐ () outros _____

Se houver, esses equipamentos são:

- ☐ () Novos. ☐ () São de segundo ou terceiro uso. ☐ () Não sei.

Qual o tipo de organização de sua empresa?

- ☐ () micro
☐ () pequena
☐ () média
☐ () grande
☐ () não sei.

É uma empresa familiar?

- ☐ () sim ☐ () não

Sobre os produtos e os consumidores

Da onde vêm os produtos?

- ☐ () da sua própria cidade
☐ () na região administrativa da sua cidade (Sorocaba)
☐ () da cidade de São Paulo
☐ () de outra cidade/Estado(qual?) _____
☐ () de outro país

Qual a forma de pagamento a seu fornecedor?

- ☐ () dinheiro
☐ () cartão de crédito
☐ () Cheque à vista
☐ () Cheque pré-datado, em quantas vezes? _____
☐ () Fiado
☐ () Outros

Quem são seus consumidores?

- ☐ () empresas
☐ () pessoas ☐ () alto poder aquisitivo ☐ () classe média ☐ () baixa renda

De onde vêm seus consumidores?

- ☐ () do próprio bairro ☐ () de outros bairros ☐ () de outros municípios

Mão-de-obra

Quantos funcionários possuem em sua empresa? _____

Quantos possuem carteira assinada? _____

Desses, quantos são da sua família? _____

Qual a média salarial de seus funcionários? _____

Qual tipo de pagamento é feito á eles?

- ☐ () salário fixo
☐ () comissão sobre os produtos vendidos
☐ () salário fixo+ comissão sobre os produtos vendidos
☐ () moeda local

() outro

Quais bairros moram seus trabalhadores?

() No mesmo bairro do estabelecimento.

() Outro _____

() Não sei.

Finanças e utilização do lucro

Qual o destino do lucro gerado pela sua empresa?

() para o consumo familiar

() para investir na sua própria empresa

Se for para o consumo familiar, quantas pessoas dependem apenas desta renda? _____

Se investir em sua empresa, qual tipo de investimento é feito? _____

Sr. (a) trabalha com bancos?

() Sim

() Não

() Públicos () Privados

Sr. (a) fez algum empréstimo? Em caso de resposta afirmativa, onde?

() bancos públicos () bancos privados () financeiras () banco comunitário

() agiotas

Qual a forma de pagamento o Sr. oferece a seus clientes?

() dinheiro

() cheque à vista

() cheque pré-datado

() cartão de crédito

() cartão de débito

() boleto feito da própria loja

() fiado

() moeda local

() todos acima

Quantas unidades de moeda local o Sr. transaciona diariamente? (valores na moeda local) _____

Qual é a porcentagem do uso de moeda local nos valores totais da receita mensal do Sr?

() 100% () 75% () 50% () 25% () 0%

Como o Sr. teve conhecimento da moeda local?

() agente do banco comunitário () boca-a-boca () panfletos () outros;
quais: _____

O que levou o Sr. a adotar o uso da moeda local (quais as vantagens que trouxe para o estabelecimento)?

() aumentou o fluxo de clientes () aumentou as vendas () concorda com a iniciativa do Banco comunitário () quer ver o crescimento da comunidade

() outros; quais: _____

Qual a importância do Banco Comunitário e da Moeda Local para a sua atividade e para sua vida no Bairro?

Entrevista Gestores Bancos Comunitários de São Paulo

Data: ____/____/____ Início: ____h ____min - Término: ____h ____min

Banco: _____

Ano de Fundação: _____

Endereço (preencher antes): _____

Responsável: _____

1. Meio ambiente Construído

1.1 Qual o tamanho aproximado do estabelecimento (m²)? _____

1.2 O espaço físico do banco é:

() próprio () alugado () concedido () Outros: _____

1.3. Se for alugado, qual o valor mensal? R\$ _____

1.4 Quantas salas existem no banco? Cada uma tem uma função específica? Se sim, quais?

2. Objetos técnicos

2.1 Quais os instrumentos de trabalho no banco?

() telefone fixo () telefone móvel () computador () fax () internet

() Outros: _____

2.2 Os cadastros e documentos são digitalizados? Como?

2.3. O banco possui um cofre? Como são custodiados os valores transacionados?

3. Elementos organizacionais e institucionais

3.1 Juridicamente, o banco comunitário é:

() OSCIP de Microcrédito () Correspondente Bancário () Cooperativa de Crédito

() Outro:

3.2. No caso de ser um correspondente bancário, a qual banco é ligado?

() CEF () Banco do Brasil () Bradesco () Itaú () Santander

() Outro:_____

3.3 Quais os órgãos que fiscalizam ou regulam as atividades do banco?

() Banco Central () Caixa Econômica Federal () Banco do Brasil () Prefeitura

() Outros:_____

3.4 Qual o número de funcionários?_____

3.5. Quais as funções exercidas por cada funcionário?

3.5.1 Ele(s) é (são) registrado(s)? () Sim () Não

3.5.2 Qual aproximadamente é a faixa salarial? _____

3.5.3 Há trabalho voluntário? () Sim () Não

3.6 Qual o número de clientes ativos? Quanto isso representa (%) na população do bairro?

3.7 Qual o volume em reais (R\$) de carteira ativa bruta de crédito? _____

3.8. Qual o número de clientes inadimplentes em 2013? E em porcentagem? Esse número diminuiu ou aumentou recentemente:

4. Caracterização da ação dos bancos (*Elementos financeiros*)

4.1 Qual a origem do dinheiro do banco comunitário em sua fundação?

() Banco Central () Banco do Brasil () ONGS; qual: _____

(...) Associações internacionais; qual: _____ () Outros: _____

4.2. Qual(is) foi(ram) a(s) dotação(ões) inicial(is) (*funding*) para o início do funcionamento do banco?

Entidade _____: R\$: _____

Entidade _____: R\$: _____

Outros: _____

4.3 Quais são os principais usos dos empréstimos que o banco comunitário realiza?

4.3.1. Produtivo: () abertura de negócios () investimento (melhoria) no negócio existente () Compra de insumos para a atividade realizada

() Outros: _____

4.3.2. Consumptivo: () Pagamento de dívidas () Alimentos () Vestuário () reforma da casa () funeral () Outros: _____

4.4 Quais são os **serviços** financeiros oferecidos pelo banco comunitário?

() microcrédito () pagamento de títulos () abertura de contas () seguro (família, saúde, carro, etc) () crédito para celular ()

4.5. Quais são os principais **produtos** financeiros que o banco possui:

(...) crédito consignado (...) crédito pessoal () microcrédito ()

Outros: _____

4.6 Quais as diferenças entre os critérios de concessão que um banco comunitário utiliza em relação aos bancos comerciais?

4.7 Perfil dos clientes

4.5.1 Qual as principais atividades econômicas que seus clientes realizam? (pedir para falar “em ordem” de importância):

1º. _____; 2º. _____; 3º. _____; 4º. _____; 5º. _____; 6º. _____; 7º. _____; 8º. _____

4.5.2. Do ponto de vista da organização da atividade, estes clientes são principalmente (tentar estabelecer números brutos ou porcentagens):

1. () autônomo: _____

2. () microempresário: _____

3. () empregado formal (com carteira assinada): _____

4. () empregado informal (sem carteira assinada): _____

4.5.3 Os clientes do banco comunitário residem em que lugar? (%)

() próprio bairro

() bairros vizinhos: _____

() outros bairros: _____

4.5.4 O senhor(a) saberia informar qual a porcentagem aproximada dos clientes que recebem bolsa família? _____

4.6 O senhor(a) saberia informar qual o valor em reais (R\$) em crédito que o banco já concedeu? _____

5. Formas e uso da moeda local

5.1 Como se chegou ao nome da moeda? Explique como se deu este processo.

5.2 Como se definiu a imagem (símbolo) e cores a serem utilizadas?

5.3 Quais os valores existentes da moeda?

5.4 Quem imprime as moedas locais?

5.5 Saberá informar se já houve casos de falsificação da moeda local?

5.6 Há incidência de juros sobre a moeda? Se sim, quanto é (%)?

5.7 Do volume de dinheiro (R\$) que o banco trabalha, qual a porcentagem em moeda local? Deste valor, quanto está em circulação e quanto está depositado?

5.8 Qual o número de clientes ativos do banco que fazem uso da moeda local? Qual a porcentagem (%) destes em relação ao total de clientes?

5.9 Quais os principais atores que fazem uso da moeda local? Seriam os comerciantes (donos de estabelecimentos) ou pessoas físicas (clientes destes estabelecimentos)?

5.9.1 Quantos são os estabelecimentos cadastrados e/ou que fazem uso da moeda local?

5.10 O banco utiliza alguma estratégia para difundir o uso da moeda local? Se sim, quais seriam?

() Não

() Sim

() panfletos () reuniões () carro de som () boca a boca () Outros: _____

5.11 Quais as vantagens dos comerciantes do bairro no uso da moeda local?

5.12 Quais as vantagens do uso da moeda local pelos seus usuários (pessoas físicas)?

6. Sobre a produção de "horizontalidades"

6.1 Características Econômicas

6.1.1 Qual o n° de negócios criados no bairro a partir da relação com o banco comunitário?

6.1.2 O (a) senhor(a) saberia me informar se houve aumento do número de postos de trabalho criados nos estabelecimentos que possuem relação direta com a moeda local?

6.1.3 O banco comunitário faz algum tipo de acompanhamento/estímulo nos estabelecimentos que fazem uso da moeda local?

6.1.4 Existe ações do banco comunitário voltadas ao empreendedorismo dos clientes do banco?

() Não

() Sim

() cursos () panfletos () palestras () Outros: _____

6.2 Características Políticas e Sociais

6.2.1 Quais os atores que estavam envolvidos na criação do banco comunitário?

() líderes da comunidade () Associação de bairro () Universidades

() Partidos Políticos () Prefeitura () Outros: _____

6.2.1.1 Como se deu a criação do banco comunitário no bairro? De quem efetivamente partiu a iniciativa? Quem efetivamente “mantém” o banco hoje?

6.2.2 Além dos financiamentos, quais as atividades/projetos que o banco ajuda a propor ou realizar na comunidade?

6.2.3. A ação do banco ajudou na construção de equipamentos públicos, ou na melhoria das infra-estruturas no bairro?

6.2.3 Quais outras instituições estão envolvidas em projetos propostos pelo banco comunitário?

() Bancos Públicos; qual: _____ () Bancos Privados; qual: _____

() ONGS e OSCIPS; quais: _____ () Universidades; qual: _____

() Prefeitura () Empresas Privadas; quais: _____

6.2.4 Como se dá a participação dos moradores do bairro nas atividades realizadas pelo banco comunitário? Ela é freqüente? O Banco é um centro de referência e de encontro para a comunidade?

6.2.5 Qual é a opinião “geral” dos moradores em relação ao banco, e quais as estratégias que se utiliza para ser conhecido na comunidade?

6.3. Na opinião do Sr(a)., o banco tende a aumentar ou diminuir de importância nos próximos anos? Por quê?

***Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Departamento de Pós-graduação em Geografia Humana***

Entrevistado: *Diogo Jamra Tsukumo* - Chefe de Gabinete/Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)

Local: Brasília

Data: 06/05/2014

Início: 14h30 Término: 16h07

1. Um dos objetivos do “Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012-2015)” é fortalecer a *integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento*. Neste sentido, como a SENAES pensa o “território” (e suas diversidades) no âmbito da política de economia solidária? E dentro desta dinâmica qual o papel dos bancos comunitários nesse processo?

R. Nossa! Adorei, uma pergunta de uma geógrafa! O território é doido! Aqui dentro é um debate... dentro do governo a discussão do território é um debate que surgiu se eu não me engano puxado pelo pessoal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que criou a política territorial. É, ela tem como princípio pensar que a partir dos lugares você consegue adaptar o desenho da política federal pra eles terem mais eficácia, mais eficiência aos lugares. Então a política territorial acaba virando uma abordagem, uma metodologia de ação certo. Sempre você...então..é um jeito de você implementar a política federal nos lugares, então é um pouco neste sentido que a gente trabalha com a política territorial na economia solidária. A gente sempre pensa também que são nas localidades, nos territórios que você tem o acúmulo de conhecimento, o acúmulo de saberes, o acúmulo popular, do conhecimento popular que são elementos, que são subsídios muito importantes pra você conseguir implementar qualquer política pública. Não adianta a gente aqui em Brasília conceber uma estratégia, um desenho, toda uma ação e ignorar que naquele lugar, naquele território tem toda uma identidade tem todo um conjunto de elementos sociais culturais ambientais que vão dialogar com esta política. Então pra gente pensar o desenvolvimento territorial é a partir deste prisma que a gente tá pensando. Á partir do que que o lugar, o território tem produzido que é necessário pra gente dialogar pra implementação da política. E aí sempre tem a questão

do fluxo econômico né que a gente sempre incorpora no desenvolvimento territorial. Esse fluxo econômico a gente diz que ele tem que ser sempre positivo pro território né, então pensar num território existe a atuação de diversos atores nesse território, seja os moradores desse território sejam atores que tenham uma dinâmica mais vertical de atuação num território.

Seriam os líderes dos movimentos sociais?

R. Não, não, esses são locais..por exemplo a influência de uma grande empresa que teja nesse território, essa grande empresa ela não funciona a partir da dinâmica do território, ela funciona a partir de uma dinâmica internacional até que eu tô chamando de vertical, então a gente tem que levar essa dinâmica dos atores no território, fazer essa análise da conjuntura do território pra conseguir pensar o desenvolvimento desse território e o fluxo econômico. Então se esse fluxo econômico é positivo ou não.

O que você está chamando por fluxo econômico?

R. Seria a entrada e saída do território. Por exemplo, levando pra questão do banco comunitário, uma das metodologias que a gente faz de implementação e incentivo que os territórios façam que as comunidades façam é o mapeamento da produção e consumo do bairro. Com esse mapeamento da produção e consumo do bairro a gente consegue medir o quanto que o território consome e também no mapeamento a gente consegue estimar qual é a renda, o PIB, o PIB não seria o melhor termo mas a renda que este território tem. Tem lá, dez mil pessoas que moram naquele bairro, a média de salário daquelas pessoas é de recebimento é cinco é mil reais por pessoas, então daí você vai mil (nanana) cem mil reais de renda tal. Se eles tão consumindo "x" e se esse consumo é feito principalmente em empresas, que são de outro...que não são do território que são dos moradores daquele bairro, você tem um fluxo negativo, esse dinheiro tá indo pra fora do território. Então a gente tem que imaginar que é um fluxo econômico que... o território tenha mais renda...que nem balanço econômico, que nem uma balança comercial do Brasil, pensar macroeconomicamente o Brasil ele tem uma balança econômica que todo mês saem os números, esse mês a gente teve mais entrada do que saída de dólar no país, é pensar isso no território.

Nos lugares?

R. Nos lugares, nos bairros, no território como um todo porque a política territorial ela pode ser aí é uma confusão que tem aqui dentro da economia solidária. O território e lugar o pessoal usa como sinônimos...

É eu já havia reparado nisso...

R. Eles usam como sinônimo aqui dentro. Por isso que eu trago essa reflexão dos atores, o ator que atua no território ele não precisa ser do território né, ele não precisa ser do lugar. A dinâmica do território pode tá influenciada por atores

De outras escalas?

R. Outras escalas! Então o território ele tem uma...o lugar ele tem uma ação para além...

Para além do espaço que ele tá?

R. Exatamente, que é a ação de outros elementos de outros atores dentro daquele lugar. Mas isso não é um consenso aqui dentro e tudo mais, acho que seria legal na entrevista com o Roberto você fazer esta pergunta de novo porque ele vai trazer uma visão do território muito mais amarradinha porque eu não estava na SENAES quando foi elaborado este PPA. Esse conceito utilizado do território eu não estava aqui na sua elaboração.

Então os bancos comunitários eles fazem esse fluxo né, tentam avaliar, tentam fazer um planejamento, se propõe a ter um planejamento da economia do bairro do território para que esse fluxo seja positivo, tenha mais entrada do que saída.

2. Qual é o peso – ou influência – das instituições multilaterais internacionais como o Banco Mundial, ou ONGs, na definição das políticas de microcrédito no Brasil? A SENAES tem um “mapeamento” dos projetos que são realizados junto destas instituições?

R. Olha a SENAES internacionalmente a gente dialoga com a ONU, certo, mas é num primas mais político, conceitual e estratégico da pauta da economia solidária enquanto modelo de desenvolvimento. A influência do Banco Mundial nas ações da SENAES é nula, a gente não tem nenhum diálogo.

E com alguma Ong?

R. Internacional não. O que a gente tem é associação com diversas entidades e sociedades civil que são parceiras na execução da política pública. Certo, então a gente

faz chamadas públicas de seleção de entidades da sociedade civil pra execução da política pública. Uma das nossas ações é o programa de Finanças Solidárias que a gente tem, acho que são treze se não me engano depois eu te passo isso com certeza, são treze ou doze entidades que atuam com finanças solidárias no Brasil e são todas Ongs, Organizações Não Governamentais, que trabalham com a implementação daquilo que a gente chama de iniciativa de finanças solidárias que são: os bancos comunitários, os fundos rotativos e as cooperativas de crédito. São essas três frentes. O que a gente tem é o que, no mundo a política do microcrédito ela ganhou um destaque pós a experiência de Bangladesh, ganhou um destaque muito grande quanto uma política de combate a extrema pobreza, miséria, e uma política não assistencialista, certo? Que procurava pensar o desenvolvimento econômico das pessoas e não só dar dinheiro, dar infraestrutura, subsídio para as pessoas sobreviverem. Acho que a experiência dos bancos comunitários e das finanças solidárias no Brasil elas se aproveitam desse clima, desse contexto que teve no mundo dessas experiências de microcrédito, do crescimento, da explosão do microcrédito no mundo, elas se aproveitam disso pra fazer uma coisa que é diferente. As finanças solidárias elas tem uma prática muito diferenciada das experiências de microcrédito. A gente até diferencia dentro da economia solidária do microcrédito tradicional das finanças solidárias, por isso que chama de finanças solidárias e não de microcrédito, conceitual diferente pra isso. Então o microcrédito, qual que é a principal diferença? Nas finanças solidárias os trabalhadores são os protagonistas né do processo da iniciativa. Então num banco comunitário é a comunidade, se pretende que a comunidade seja gestora do banco. Num fundo rotativo são os membros do fundo que fazem toda a gestão e partilhamento tudo mais. Numa cooperativa de crédito são os cooperados que detêm a iniciativa e tudo mais. Já as experiências de microcrédito você trabalha com clientes, você trabalha com outro conceitual, você tem uma OSCIP de microcrédito no Brasil, uma ONG que opera microcrédito pra baixa renda e aí aquelas pessoas tem uma carteira de crédito que elas vão lá acessar uma experiência de microcrédito que é uma metodologia de análise e concessão. É uma relação muito mais distante, a gente tenta estabelecer uma relação de parceria com os tomadores de crédito das iniciativas de finanças do que uma relação de cliente.

Uma relação de proximidade, você colocaria?

R. É uma relação de proximidade mas é uma relação de propriedade também, eles são donos da iniciativa, pertence a eles.

Mas a SENAES neste âmbito ela teria uma relação mais próxima? Não como um cliente?

R. Não, a SENAES ela incentiva isso que eu tô te falando, ela desenvolve uma política pública pra fortalecer e fomentar essas iniciativas no Brasil, porque a gente acredita e tem um mesmo princípio. A política da SENAES é totalmente voltada pra economia solidária, um dos pilares da economia solidária é a autogestão. Então, iniciativas de finanças solidárias tem que ser autogeridas. Todas as iniciativas que a SENAES acaba fomentando precisam seguir os princípios da economia solidária e a autogestão tá ali dentro. Então pra gente fomentar uma iniciativa de microfinanças, de microcrédito onde tenha uma OSCIP que tenha um tratamento com seus clientes aí o BNDES faz! Ele tem uma linha de crédito, ele já faz isso, já tá estruturado, não precisaria da SENAES pra fazer. Então a SENAES vai fomentar iniciativas de microfinanças de microcrédito que sejam autogeridas, essas daí a gente vai chamar de finanças solidárias que são os bancos comunitários. A figura jurídica de um banco comunitário é igual a uma OSCIP de microcrédito, a mesma de um CrediAmigo, de qualquer iniciativa de microcrédito. Então só retomando essa coisa do contexto internacional, o Banco Mundial incentiva o microcrédito, as Ongs Internacionais trabalham com microcrédito, se isso a SENAES tem relação ou não com isso? Tem, a gente se encontra em espaços de discussão, mas eles não pautam nosso trabalho, é mais a gente que tenta pautar o deles na verdade.

3. Dentro da Secretaria, existe um departamento especializado para os bancos comunitários?

R. A gente tem uma coordenadoria, a gente tem um departamento de fomento a economia solidária. Dentro desse departamento de fomento a gente tem uma coordenadoria de comércio justo e finanças solidárias, eu acho que é assim que chama, vou até olhar o nome exatamente pra não falar besteira...e o Haroldo que é o coordenador, só que ele não está aqui, ele que deveria estar te dando esta entrevista.

Seria de Comércio Justo e Crédito.

R. É isso, é isso. Quando se criou a SENAES e tal não tinha formulado esse conceito de finanças solidárias ele veio acho que a posteriori mas aí o Roberto tem muito mais liberdade pra falar desta história institucional da SENAES do que eu.

4. Qual a avaliação que a SENAES faz dos bancos comunitários já existentes? Quais os instrumentos que a SENAES utiliza para chegar nestes resultados?

R. A gente tem os relatórios de acompanhamento dos convênios né e esses seriam os principais instrumentos, nossos técnicos a cada seis meses no mínimo monitoram todos os convênios que a gente tem. Os bancos comunitários na nossa ação de finanças solidárias a gente pretende atingir todos os bancos comunitários que existem no Brasil que hoje são 104, se eu não me engano. Então o programa de finanças solidárias foi feito e pensado para que todos os 104 bancos comunitários sendo assessorados pelo programa...

E hoje não são todos?

R. São todos. Não sei porque o programa foi lançado e a gente não tem o último relatório então eu tô é o número que a gente conveniou, certo, a gente acordou com as entidades que iam executar o programa que elas iam dar conta dos 104 bancos comunitários que existem no Brasil, como a gente ainda não fez o monitoramento eu não sei se todos estão sendo atingidos ou não. A gente vai saber em junho. Junho julho a gente vai ter este dado um pouco mais sistematizado, mas como a relação é muito próxima né de muita parceria com essas entidades eles são parceiros nossos o compromisso deles é atender todo mundo! Inclusive foram eles que criaram os próprios bancos então eles têm uma relação direta com essas comunidades...é...qual que era a pergunta?

É esta...qual a avaliação que vocês fazem dos bancos comunitários no Brasil?

R. A gente tá dentro numa fase do programa de finanças solidárias no eixo específicos do bancos comunitários, a gente tá numa fase de fortalecimento institucional desses bancos. A gente vem num cenário de que o primeiro banco comunitário que existiu no Brasil é o Banco Palmas né que surgiu há um pouco mais de 15 anos atrás, o segundo banco comunitário deve ter vindo dois três anos depois disso, aí depois de uns 5 anos a gente tinha dez quinze bancos comunitários no Brasil certo, então eu tô falando que nos últimos oito anos os bancos comunitários saíram de vinte e foram pra cem, isso é um crescimento muito rápido. Então a maioria desses cem bancos comunitários hoje deve ter uma situação muito frágil, então a gente imagina que o programa foi pra isso, pra fortalecimento institucional desses bancos. Melhorar a capacidade de assessoria técnica, pra esses bancos conseguirem andar mais facilmente com suas próprias pernas,

melhorarem suas carteiras de crédito, sua captação de recurso para que ao final do programa que dura, se eu não me engano, 36 meses a gente tenha sei lá cinquenta bancos comunitários fortes no Brasil, né a gente quer num processo de crescimento que é cada vez mais exponencial mas não de crescimento devagar. A gente saiu num cenário que 2008 é existiam quatro bancos comunitários consolidados no Brasil fortes e estruturados, chegamos em 2012 com oito bancos comunitários e queremos que em 2016 a gente tenha cinquenta.

Estruturados né?

R. É que nem o porte de um Banco Palmas de um Banco Bem que são os maiores bancos da rede, Banco Tupinampá, o União Sampaio que está gerando bastante dinâmica territorial apesar de ele tá indo para um outro caminho e não muito forte com a questão do crédito mas agregando outras dinâmicas.

5. A criação do Instituto Palmas (2003) está ligada à alguma ação de fomento SENAES? O senhor poderia me contar como se firmou a parceria entre o Instituto Palmas e a SENAES em 2005?

Não tenho certeza dessa informação, mas o Banco Palmas foi o primeiro banco comunitário. O que que a SENAES faz? A economia solidária não é uma invenção acadêmica e não é uma invenção de governo. A política pública da economia solidária não é uma invenção de nós aqui que somos na gestão da secretaria. Toda política pública da economia solidária é construída em diálogo com as pessoas que praticam né, a sociedade que está praticando a economia solidária aí no Brasil afora. O Banco Palmas era uma dessas iniciativas, e a SENAES avaliou que teria uma possibilidade de replicação da metodologia que o Banco Palmas desenvolveu é que seria muito importante, muito interessante para uma política pública de economia solidária. Então iniciou-se uma série de diálogos com o Banco Palmas pra se fazer esta construção de como pensar a multiplicação da experiência Brasil afora. E é um pouco isso que vem sendo feito. Como eles eram o primeiro não tinha outro para ser escolhido. Só existiam ele para trabalhar.

6. Por que o Instituto Palmas foi o escolhido para promover os bancos comunitários e não outra OSCIP?

R. Pelos princípios que eles trabalhavam, pela dinâmica comunitária que eles criam né então eles são diferentes das outras Oscips de microcrédito com quem a gente teve

contato. Não quer dizer que não existam outras que trabalham nesse princípio, mas que a gente teve conhecimento que tavam vinculados e atrelados ao movimento de economia solidária no Brasil é era a Oscip que mais se aproximava dos princípios talvez a única, não sei se a mais ou a única que trabalhava com microcrédito dentro dos princípios da economia solidária. Tinha outra em São Paulo, mas estava vinculada ao poder público, então era o poder público que implementava a iniciativa, Abcred? Associação Brasileira de Microcrédito, eu não lembro o nome mas se você procurar na internet... é no ABC, ABC solidário? Porque tem uma confusão do solidário, que a metodologia que o Yunus desenvolveu tem o aval solidário, e aí o pessoal acaba confundindo isso com economia solidária, então isso dá uma confusãozinha de conceito. Então quase todas as Oscips de microcrédito usam o aval solidário e isso não quer dizer que elas são da economia solidária nem de perto.

Não significa que sejam autogestionárias e que tenham toda dinâmica da economia solidária?

R. Uhum. Isso, o Banco Palmas ele tem o Fórum de Desenvolvimento Econômico Local que é um espaço de controle social, certo, ele tem toda uma participação engajamento do bairro, dos gestores do banco.... se não me engano, 95% ou 100% das pessoas que trabalham no banco comunitário são nascidas e criadas no Conjunto Palmeiras, não tem técnicos de fora que trabalham lá, todos que trabalham lá é criado pelo banco da comunidade, conhece o banco. Tem uma legitimidade no território, do bairro muito grande! Então é uma experiência...se você puder ir pra lá, vá!

R. É difícil, ah vai pra lá e cai de paraquedas fala pra Juliana ela conhece todo mundo lá.

7. Como o senhor analisa o papel do Instituto Palmas atualmente em relação a promoção dos bancos comunitários no Brasil? Após a sua consultoria inicial, o Instituto permanece tendo alguma responsabilidade em relação aos bancos que ele ajudou na sua promoção inicial?

R. É uma coisa que eu sempre falei pro Joaquim! "Joaquim você vai ser sempre o primeiro!" O Banco Palmas sempre vai ser o primeiro banco, então o papel dele é o que todas as outras comunidades conhecem vão visitar se espelham! Então é o horizonte né, é um modelo, se é que a gente pode chamar alguma coisa de modelo é um modelo que o pessoal tenta seguir...tenta seguir mas cada comunidade traça seu caminho, a partir do

momento que eles vão se apropriando da metodologia, vão de apropriando do conceitual das coisas que tão sendo colocadas elas também vão levando a ideia do banco comunitários pra outros caminhos né, cada banco comunitário vai gerando sua identidade o seu significado. Tem alguns princípios que a Rede Brasileira de Bancos Comunitários estabeleceu como fundamentais, ele precisa ser autogerido e ele precisa trabalhar com moeda social e o crédito de produção e o crédito de consumo que dá essa lógica do desenvolvimento territorial. Então incentiva a produção local e incentiva o consumo local que é aquela coisa que eu tava te falando do fluxo econômico, é aquela metodologia do fluxo positivo por território. É a lógica que o Joaquim faz a dinâmica do balde furado, os territórios são baldes furados...as pessoas ganham seu salário, e seu dinheiro vai embora. Então se a gente produzir e montar um moeda social que amarra o consumo no território e incentivar a produção dos produtos naquele território você promove um desenvolvimento diferenciado.

Eu prefiro mais o termo moeda local, pois é no local que se dão as relações, para a Geografia...acredito que "local" tem mais significado que social...

R. É uma visão bem de geógrafo, porque tem muita gente que vai falar o contrário, eu gosto mais de moeda local...eu prefiro mais moeda territorial, ainda extrapola mais a dinâmica do território.

Então, o Banco Palmas ele é o papel simbólico, eles ocupam um papel simbólico da construção da política muito importante por mais que a gente tenha outras referências no Brasil, o Banco Bem, Tupinambá interessante no norte, e a ideia que a gente possa multiplicar isso, que tenha vários outros, cada um do seu jeito....o União Sampaio eu imagino que daqui um ou dois anos ele vai tá sendo uma referência totalmente diferente do Banco Palmas, ele é tocado por jovens, as lideranças são todas jovens. Eles não gostam da questão do crédito, das finanças, da carteira de crédito, do correspondente, eles acham isso um problema pra eles, eles querem a dinâmica econômica, eles gostaram da história do fluxo econômico do bairro, do produzir pra ele mesmos. Então a marca da loja deles chama "É de marca" que é um trocadilho, eles são super criativos, estão antenados eles já extrapolaram a ideia do bairro, então pra eles território já é uma dinâmica outra, eles já tem a rede deles na zona sul aceita outra moeda que eles mesmos criaram, solano, então eles se apropriaram das coisas, eles vão resignificando que eu imagino que daqui alguns anos eles vão tá levando a ideia de banco comunitário pra outro canto. Eu sempre falo que pra mim a ideia de um banco comunitário, qual a

diferença entre banco comunitário pra uma agência de desenvolvimento local que tem "n" que foi uma política pública que foi incentivada, que criou várias agências de desenvolvimento local? A diferença dos bancos comunitários é que ela coloca na centralidade as finanças, quando você chama de banco você chama de banco você tá falando, meus amigos isso aqui é pra discutir dinheiro! É pra discutir financeiro...finanças do nosso território...diferente das agências locais que pensava, que pensa muito o social, as questões filantrópicas, assistência, as questões da dinâmica da violência, a própria geração de trabalho e renda também entra nas agências de desenvolvimento local, mas as finanças do território em si, não entra e o banco comunitário fala é isso! Esse é o centro! Banco comunitário é o pulo do gato, um grande capitalizador de social, é sempre uma coisa que eu falava pro Joaquim, "Joaquim é impressionante quando eu trabalhava muito com desenvolvimento local. Então eu sempre escrevia na plaquinha da igreja né, pra fazer mobilização quem aqui que quer montar uma cooperativa? Venha discutir cooperativismo e economia solidária na reunião...aparecia três gatos pingados, cinco pessoas apareciam. Na hora que eu escrevi: "Quem aqui quer dinheiro?" A sala encheu!" Então foi muito mobilizador, quando você chama as pessoas pra discutir finanças, dinheiro, e você faz a relação "gente aumentou a taxa de juros" puta isso tá dificultando nossa operação aqui, não tô conseguindo dar mais crédito porque baixou a taxa de juros e os bancos convencionais estão com linhas de crédito super acessíveis, e agora o que a gente faz? Não a gente não pode baixar porque tem a questão da sustentabilidade do banco...então as pessoas começam a entender pautas que tão na mídia que isso afeta, que isso tem uma relação direta com a vida delas. Então é um instrumento mobilização, de educação financeira, não dá pra não dizer que hoje o centro do mundo é a economia! São as finanças! Então você tem que fazer essa formação política, então o banco comunitário é um instrumento que tem uma capacidade de acabar com a alienação das pessoas muito grande e eu acho que é isso que os meninos do União Sampaio perceberam na pauta. Eu lembro que minhas primeiras conversas com o Rafael e com o Tiago eles ficavam doidos com as informações que a gente trazia, com a informação entre as coisas eles ficavam muito, a discussão do papel da moeda, essas metodologias iniciais de formação do banco são muito esclarecedoras para aqueles que querem se emancipar.

Eles acabam tendo uma responsabilidade mais moral do que contratual né? Porque eles nunca se propõe a, eles fazem né a relação contratual que eles têm eles entregam. Então

a prefeitura contrata eles pra montar um banco eles vão lá e montam um banco. Obviamente isso gera um compromisso moral deles com o banco, mas eles não tem recursos pra manter acessoria, manter todo acompanhamento necessário e algumas vezes esse banco acaba ficando sozinho no mundo, distante da dinâmica porque eles não conseguem manter o acompanhamento a eles. Então o Instituto Palmas acaba mantendo um acompanhamento mais moral né, de ser responsável por aqueles que eles cativam né, do que um compromisso contratual e essa é uma coisa que a gente tem brigado muito com os poderes públicos locais, a maioria dos poderes públicos locais querem montar um banco comunitário porque isso dá uma visibilidade grande pro município, criar uma moeda local no seu município.

Ainda mais saindo na mídia ultimamente?

R. Sai na mídia pra caramba, o prefeito vai lá, vai o Professor Singer então eles adoram fazer isso. Então eles estão mais preocupados em criar o banco comunitário do que pensar a transformação econômica do território de fato. E a gente fala muito isso, e o próprio governo tem esse problema como um todo né. A gente sabe que uma experiência de um banco comunitário como o Palmas não surgiu em um ano, o Palmas não surgiu em cinco anos, foi uma história. Levou dez, quinze anos para se criar uma vivência naquela comunidade, toda uma forma de organização para que eles pudessem criar um banco. Muitas vezes a gente chega em uma comunidade que não existe nem uma associação de bairro, e a gente fala "vamo criar um banco comunitário aqui?" vai levar o que? Dez anos! Então uma política de longo prazo, uma briga que a gente tem com alguns municípios e com esses gestores é isso. Vocês precisam pensar em uma política com o maior prazo que vocês conseguirem, a gente aqui no governo federal conseguiu pensar em...acho que são 36 meses. Depois eu confirmo esta informação.

E aí os lugares que são escolhidos para ter um banco comunitário eles já possuem associação de moradores? Uma organização prévia dos moradores pelo menos? Ou isso é indiferente?

R. Quem seleciona as comunidades que vão ter um banco comunitário não somos nós da SENAES. A SENAES faz um acordo, uma parceria, um convênio com algumas entidades executoras certo. A gente está no segundo programa de finanças solidárias. O primeiro programa eram cinco executoras mais uma entidade de porte nacional. Então era o Instituto Palmas como suporte nacional, o Capital Social como entidade de referência no Norte do país, a Fapex que é uma Fundação da UFBA (Universidade

Federal da Bahia) que tem uma incubadora tecnológica de empreendimentos solidários da Bahia que o Professor Genauto é o coordenador era do Nordeste, o Nesol da USP que tem a FUSP né, como parceiro que faz o convênio com a gente era do Sudeste e o Ateliê de Ideias que é no Espírito Santo que o gestor do Banco Bem era a entidade do Centro-Oeste. No sul não tem tinha, porque não tinha experiência e iniciativa de banco comunitário. Então a SENAES fez uma parceria com cada uma dessas entidades e o Palmas de suporte nacional, que tinha que fazer a integração, toda a transferência metodológica porque o Palmas naquela época era a entidade com maior acúmulo. Ensinava a metodologia e assessorava todo mundo, fizemos um acordo que cada uma dessas iria ter que implementar, acompanhar e fortalecer os bancos comunitários que existiam na sua região. Então no Centro-Oeste por exemplo só existia um banco comunitário....

Que era qual?

R. Esqueci o nome do banco. Só tinha um. O acordo que foi feito com o Centro-Oeste é que iam implementar mais nove. Então viraram dez ao final de três anos de um foi pra dez. O Sudeste se eu não me engano existiam onze bancos comunitários.

Quando foi este programa que você se refere?

R. Eu acho que é de 2010. Deixe eu verificar (...) é 2010.

Na verdade em São Paulo os bancos comunitários surgiram em 2009.

R. Foi um outro projeto. Então é isso no Sudeste já existiam 11 bancos comunitários, cinco na cidade de São Paulo, 4 no ES e dois no RJ, acho que era isso. O compromisso, o acordo feito era levar esses bancos se eu não me engano para vinte e quatro. Então foram criados mais 13 bancos comunitários. No Nordeste era o lugar onde tinha a maior quantidade de bancos comunitários, eu não me lembro dos números, mas também criou-se menos porque tinha que acompanhar muito mais, criou-se menos. Eu acho que só seis bancos comunitários foram criados no Nordeste. E no Norte tinha zero eu acho, ou tinha um...Tupinambá...então criaram-se mais 15 ou 14, acho que chegou a 15. Esses números a gente pode pegar direitinho. Quem selecionou as comunidades pra implementar cada um desses bancos comunitários foram essas entidades executoras. Cada uma delas desenvolveu um conjunto de critérios, uma metodologia diferente pra fazer isso a partir da assessoria que o Palmas dava. Como eu tava no Nesol na época eu lembro dos critérios nossos, era: ter relação com o movimento de economia solidária,

ter uma associação de bairro organizada, ter um histórico (não sei o que lá...), ter ...tinham vários critérios que a gente selecionou, a gente fez um processo de prospecção, abrimos é..consulta né ao movimento de economia solidária, as pessoas que queriam montar um banco comunitário e fomos visitar, tem um ambiente não tem um ambiente, e muitas dessas o banco comunitário sofreu muito para ser implementado, deve muita dificuldade para ele ser implementado eu nem sei se ele vai continuar existindo. Pode até ser que o banco comunitário feche, até hoje a gente não tem registro, nunca recebemos...é uma coisa que o Joaquim fala "banco comunitário ele pode não estar funcionando que nem um Banco Palmas, que nem tá todo dia com a portinha aberta. Mas todas as comunidades existe um embrião de uma iniciativa. Se você for lá procurar a comunidade você vai encontrar alguém que sabe o que é o banco comunitário. Isso tá lá. A semente, a ideia do banco foi plantada. Se aquilo está funcionando cotidianamente ou não é uma questão que depende de recurso, de implementação, então agora a gente imagina que com este novo programa a gente imagina que essas iniciativas que estão mais murchas vão voltar a existir. O Joaquim sempre fala: "Eu nunca recebi uma carta, ou um aviso que a comunidade não quer mais o banco, fechamos e não existe mais" então por isso que ele fala "Nunca fechou um banco comunitário no Brasil" nenhuma comunidade virou e falou "Ó esse banco aqui fechou, não deu certo, não queremos mais" Sempre que você vai de novo procurar aquela comunidade eles falam "Não volta! Era interessante! Queremos continuar, queremos desenvolver" Se o banco desenvolve ou não desenvolve é uma questão de apoio para o desenvolvimento deles.

8. O senhor saberia me informar se o Instituto Palmas recebe ajuda financeira diretamente do SENAES para a promoção inicial dos bancos comunitários? Se sim, saberia me informar o valor que o Instituto recebe a cada banco que ele faz o auxílio inicial?

R. Eles têm um convênio hoje com a SENAES, eles passaram em uma chamada pública que a gente fez pra trabalhar na região Nordeste, se eu não engano eles estão muito focados no Ceará e tem lá um acordo, um plano de trabalho. Então eles têm hoje uma parceria com a gente. Sempre através de chamada pública e seleção.

Dentro desse projeto que aconteceu em 2010 que ele era responsável nacional. Ele recebia um valor específico para implementação de cada banco?

Quem implementava o banco era uma entidade regional. O Nesol por exemplo, ele fez um projeto dele, uma contabilidade, então pra implementar um banco eu vou precisar de

"x" horas de assessoria técnica, "x" horas de reuniões, tanto de dinheiro para fazer a moeda local, tanto de dinheiro pra fazer a adequação do banco comunitária, fazer a logomarca, banner, tanto de dinheiro pra capacitar as pessoas que vão trabalhar no banco, tanto de dinheiro para usar com a comunidade. Fez um orçamento. Então custa 50 mil reais montar um banco comunitário, vou ter que montar tantos. Depois que eu montei eu vou ter que manter esse banco por um tempo, vai me custar mais um tanto manter esse banco por um tempo. Aí eles fazem um orçamento e apresentam este projeto pra gente. A SENAES avalia o projeto, meche ajusta e convenia. Então quem montava e implementava os bancos eram as entidades regionais, o Instituto Palmas nesse programa ele também foi selecionado, existia uma modalidade dentro do programa que era a gente queria selecionar cinco entidades, uma pra cada região do país e uma nacional o programa já previa isso. A nacional era para dar suporte metodológico para as regionais, a função do Palmas nessa época era fazer encontro entre todas as coordenação dessas equipes aqui pra fazer a capacitação, sistematizar a metodologia que tava sendo utilizada. Por exemplo esses critérios para seleção de comunidades, foi discutido na execução do programa e a SENAES participa desses momentos pra acompanhar. Certo? Aí nesse novo programa que a gente lançou o ano passado o Instituto Palmas não é a entidade nacional, aí já é um programa que ampliou, então era um programa para as finanças solidárias porque esse era para bancos comunitários. Então um programa para as finanças solidárias, então a gente têm os três segmentos aí dentro e uma entidade de suporte de novo que é o Nesol hoje, hoje o Nesol virou a entidade de suporte das finanças solidárias.

É a entidade nacional?

R. É a entidade nacional. Existem, vou te falar exatamente agora quantas...uau só isso? Doze entidades do programa para trabalhar esses três segmentos.

O Nesol faz articulação dessas doze entidades, e essas estão ligadas aos três segmentos de finanças solidárias. Dentre os bancos comunitários, quais são as entidades que estão ligadas a eles especificamente?

R. Dentre os bancos comunitários nós temos o Instituto Palmas...são onze tá porque doze conta com o Nesol. O Instituto Palmas, o Capital Social e Ateliê de Ideias.

E este programa é o mesmo que o Ateliê de Ideias ficou responsável pelos bancos sudeste brasileiro?

R. Ele está responsável agora pela sudeste e centro-oeste, trabalhando com as duas regiões. Como o Nesol apresentou a proposta pra nacional, os bancos do sudeste ficaram pela responsabilidade do Ateliê de Ideias, de dar apoio e suporte. Fazer um trabalho com uns 30 e tantos bancos. Pra banco hoje é isso.

O Capital Social está vinculado a qual região brasileira?

R. Norte. O Palmas é o nordeste.

10. O senhor saberia informar quais programas e normas estão ligadas diretamente aos bancos comunitários que são propostas pelo SENAES além do Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012-2015)?

R. Só este.

11. Quanto representa (em valores brutos) o total dos recursos para o microcrédito da SENAES para os bancos comunitários?

R. Para os bancos era o que o edital previa ali né. Então aqui temos hoje conveniado, dois três....é que tem uma entidade que a gente ainda não conseguiu conveniar então serão as três....mas eu acho que são onze milhões e meio de reais. É o que tá escrito no edital.

Quanto isso representa (em porcentagem) dos valores brutos disponíveis para a SENAES por ano?

R. 10% mais ou menos.

12. De qual maneira são distribuídos os recursos da SENAES? Quais são as principais iniciativas da SENAES nos mesmos moldes que o fomento aos bancos comunitários (ligadas às “microfinanças”)? Existe alguma distinção conforme as regiões brasileiras?

R. Bom, primeiro vamos falar da distribuição. Hoje a SENAES ela foi incumbida pelo governo federal para trabalhar no Programa Brasil Sem Miséria, no campo da inclusão produtiva urbana, então esse é nosso público alvo né. Os programas que a gente cria devem prioritariamente atender a esse perfil da população. Se você olhar aonde essa população se encontra ela majoritariamente tá nos grandes centros urbanos e com os piores indicadores no norte e nordeste do país. Com o tempo a gente foi percebendo que uma simples seleção meritocrática de propostas a gente acabava sempre privilegiando propostas do sul e sudeste do país, porque os gestores tem mais informação, estão mais familiarizados com a linguagem então acabava a maioria dos recursos sendo voltados no sul e no sudeste. Então a gente começou a colocar critérios de pontuação distintos para propostas do norte e nordeste. Então eles ganham mais pontos só por serem do norte e nordeste. Eu avalio que isso ainda não é suficiente pra gente conseguir ter uma melhor distribuição dos recursos orçamentários da secretaria. Eu acho que a gente vai ter que começar a abrir chamadas nos próximos anos específicas para o norte e nordeste, onde a gente vai destinar parte do orçamento da secretaria para aquela ação específica, para aquela região específica. Como que a SENAES faz a distribuição de seus recursos? É isso, 10% é do nosso orçamento anual hoje, nosso orçamento anual é de 127 milhões de reais mais as emendas parlamentares. Então todo ano a gente envia ao congresso um projeto, uma estimativa de como a gente quer gastar este recurso. Como a gente não tinha, o último programa de finanças que tinha sido feito ele foi no ano tal, 2010, então a gente vinha pagando parcelas subsequentes desse programa. Então esse ano...a gente faz um planejamento. Olha a gente tem tantas iniciativas de finanças que a gente precisa dar apoio. A política de economia solidária se desenvolveu em quatro grandes eixos: acesso ao conhecimento que cabe a formação e assessoria técnica, é um eixo. Produção, comercialização e consumo é um outro eixo, finanças solidárias é um eixo e marco jurídico e fortalecimento institucional é um outro eixo. Esse último normalmente a gente não tem programa específico para isso. Isso é projeto de lei, é ação da própria secretaria. Esses outros três é a partir da demanda que existe no movimento. Existe tantas iniciativas de finanças que precisam ser fomentadas de tal forma é um planejamento, não existe....é a construção do próprio movimento, a gente tem a demanda tem o SIES que é o Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária que é um mapeamento, ele foi muito importante para a gente estruturar os primeiros parâmetros da construção da política, foi ali que a gente identificou que a comercialização tinha que ter um programa específico para isso, que oitenta sei lá

sessenta setenta por cento dos empreendimentos o grande desafio de viabilidades deles é venda, então a gente precisava pensar em um programa específico de comercialização daí surgiu o Sistema Nacional de Comércio Justo que tá pra ser implementado e aí isso virou um programa. O crédito é um grande, acesso a recursos, investimentos é uma outra demanda que aparece no SIES aí vem o programa de finanças solidária aí a gente pensa as iniciativas de finanças solidárias. Então essas demandas que o SIES aponta foram programas sendo estruturados a partir desses diagnósticos que foi feito inicialmente.

Então foi um instrumento importante pra fazer esta análise.

R. É, o SIES deu a base né, hoje como a gente já tem essa base consolidada as coisas vão funcionando mais a partir da experiência.

13. Haveria dados disponíveis que mostram quanto cada banco comunitário move (em R\$) por ano?

R. Cada banco move? Não, tem que perguntar isso mais para a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Mas eu acho que não tenho a menor ideia. Sei lá, Banco Palmas move de um milhão, um milhão e meio, dois milhões três milhões por ano até banco comunitário que deve movimentar dois mil reais por ano. Então a diversidade é bem ampla.

14. De acordo com os editais que a SENAES/MTE lançou nos últimos anos, o Edital nº03/2010 - *Ação de fomento às finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários*- tinha como objetivo auxiliar na implementação de 100 bancos comunitários no território brasileiro, conforme o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Neste momento (2010) haviam no Brasil 51 bancos comunitários, segundo dados do próprio SENAES. Atualmente contamos com 103 bancos comunitários. O senhor saberia pontuar os fatores que a SENAES encontra dificuldades para a implementação dos bancos comunitários?

R. Acho que é mais uma questão orçamentária e pouco recurso do que dificuldade mesmo. Se a gente tivesse mais recurso e mais dinheiro poderia estruturar equipes maiores, selecionar mais entidades e poderia ampliar a implementação dos bancos comunitários, não é uma questão de limite da proposta é uma questão de recurso. Agora precisa confirmar se esta estimativa do BNDES é correta.

Não mas estava também no edital da SENAES.

R. É, a do edital é a válida, é a meta que a gente tinha estipulado. O edital era a meta real da SENAES.

Era a implementação de cem ou acompanhamento?

R. A era jogo de palavras que a pessoa fez. Mas eu acho que é isso, por falta orçamentária. Quando a gente cria um programa muitas vezes a gente cria lá um valor que a gente estima né, aqui a gente faz o edital então eu estimo que pra montar um banco comunitário eu preciso de vinte mil reais, na hora de montar você vê que custa cinquenta. Então eu tinha uma meta de com aquele projeto, com aquele dinheiro que eu tinha que montar tantos bancos na hora que eu fui fazer eu tive que reduzir esta meta aí os órgãos de controle vem pra cima da gente "ah você falou que ia fazer e não fez" "meu amigo a justificativa é essa, a realidade é essa, a vida é dura não é assim que funciona, eu errei...errei na conta (risos)"

15. A difusão dos bancos comunitários nos moldes em que ocorre hoje está dentro das expectativas da SENAES? A “ambição” da Secretaria era maior ou menor em relação à isso? Existem possibilidades de aceleração dos incentivos, ou o contrário, de abandono destas políticas ligadas aos Bancos Comunitários?

R. A difusão conceitual tá, enquanto ideia, repercussão que isso tem gerado, é acho que isso sim agora difusão prática mesmo tá aquém, eu acho que a gente esperava que os

bancos comunitários hoje tivessem num outro né a gente sempre no governo tem uma ansiedade muito maior do que a realidade consegue atender. Então a gente espera que tivessem mil bancos comunitários formados no país hoje, que a gente tivesse um conjunto de atores reivindicando por um sistema financeiro e com capacidade de gerir suas próprias economias locais, com capacidade de fazer...essa é a expectativa (risos) mas isso não se materializou então...

Mas existe uma ambição?

R. Existe, de criar, de fortalecer. Sim a gente tem o programa para consolidar os bancos que foram criados. Acho que a grande meta aí desse novo programa é a consolidação né...vamos para de criar tantos bancos e mais consolidar. Acho que esse é o nosso objetivo maior hoje, né...talvez lá no programa, no edital teja, tenha metas, o Haroldo que precisava tá aqui porque ele que criou toda essa ação. E como eu cheguei aqui e isso já tava criado eu não estou muito apropriado.

16. Houve algum tipo de dificuldade especial com as autoridades monetárias ou bancos comerciais (públicos ou privados) na formatação e na implementação das políticas ligadas aos bancos comunitários? Essas dificuldades podem surgir caso os bancos comunitários tomem uma dimensão maior?

R. No início teve, no comecinho que o Banco Palmas surgiu tudo tiveram algumas denúncias né que o Banco Palmas estava emitindo moeda aí o Banco Central fez algumas intervenções, mas muito mais por desconhecimento do que que era a iniciativa e a metodologia do que como uma afronta ao sistema financeiro nacional como alguma coisa que fosse comprometer o sistema financeiro nacional. Tanto é que hoje tem um grupo de trabalho né uma parceria, um termo de cooperação entre a SENAES e o Banco Central pra estudar as moedas soxiais e os bancos comunitários tentando normatizar isso e tudo mais. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica também foram parceiros são parceiros, na implementação da política né, eles não enxergam os bancos comunitários como concorrentes, mas sim como complementares que é a ideia que o Joaquim sempre traz, os bancos complementares dentro do sistema financeiro vigente.

Você acha que se os bancos comunitários tomassem uma dimensão maior algum problema para os bancos?

R. Eu acho que para os bancos privados eles iriam se sentir mais incomodados, acho que a grande questão que tá em jogo aí é quem tem o direito de fazer poupança no país, de captar recursos da população e guardar. Acho que aí tá o grande nó do sistema financeiro, o grande poder que os bancos tem né, e a capacidade e aí deriva a capacidade de gerar dinheiro deles. Então se eles têm uma carteira, uma poupança de tanto eles conseguem emitir tanto, o Banco Central autoriza eles emitiram tanto de crédito e jogarem tanto né, e investir onde tá. Acho que aí onde tá o centro da brincadeira que os bancos comunitários vem tentando disputar. Hoje aqui a gente tem uma expectativa, eu aqui na SENAES a gente tem uma expectativa diferente. Invés de normatizar os bancos comunitários que vai trazer pra eles um.....uma cultura burocrática de gestão que pode muitas vezes matar uma iniciativa comunitária de gestão local tudo, que você precisa de um aparato técnico muito grande pra você gerir um banco se ele for mesmo normatizado pelo Banco Central a minha, né, o que a gente imagina enquanto política é aproximar os bancos comunitários das cooperativas de crédito. As cooperativas de crédito hoje elas têm um volume significativo já do sistema financeiro brasileiro, elas são autorizadas pelo Banco Central, elas são instituições financeiras no Brasil. Elas são regulamentadas pelo Banco Central, controladas pela mesma lógica que um banco convencional é e as cooperativas de crédito elas podem captar poupança. Então a ideia é um pouco aproximar os bancos comunitários das iniciativas de finanças solidárias elas são também complementares entre si, como o banco comunitário tem essa vocação comunitária que muitas vezes as cooperativas de crédito tem se perdido, na minha avaliação por causa desse, dessa normatização que o Banco Central exige eles acabam virando bancos, né...dentro da lógica. Lucro, superávit, venda de produtos né, carteira saudável e por aí vai...o banco comunitário resgata alguns princípios originais das cooperativas de crédito, existem cooperativas de crédito e cooperativas de crédito solidárias que estão organizadas numa federação que é a Ecosol, tem uma cooperação de crédito solidária e não é toda cooperativa de crédito que a gente também trabalha com eles.

15. Que tipo de fiscalização é feita, para conferir como estão sendo usados os recursos ganhos no edital? Existe alguma prestação de contas?

R. Sim, sim. Dos bancos não das entidades conveniadas. As entidades parceiras da execução da política ela passa por um processo de avaliação, acompanhamento, prestação de contas, a gente tem um sistema de lançamentos de convênio federal que é o SINCOV, a gente vê hoje em dia online cada gasto que eles fazem, a gente acompanha nota fiscal, processo de conta, se eles fizeram a cotação direitinho, se eles gastaram de acordo com o que tava escrito no plano de trabalho, se o valor tá adequado praticado pelo mercado, isso é o que a gente faz todo dia, é acompanhar e fiscalizar a execução dos convênios, é diário. Meu trabalho todo dia é isso.

16. Conforme os trabalhos de campo que realizei nos bancos comunitários em São Paulo, uma das constatações que levantei foi a dificuldade de seus gestores em manter os bancos comunitários ativos. Existe alguma preocupação por parte da SENAES com os bancos já implementados no período em que esses bancos estão sem nenhuma ajuda do governo? Se sim, poderia nos dizer quais?

R. É o investimento público que foi feito pra desenvolver essas iniciativas, a preocupação é total certo. Então o governo criou uma política de incentivo a iniciativas de finanças solidárias no Brasil, bancos comunitários especificamente aqui no caso. É, avaliou-se inicialmente que essas iniciativas num primeiro momento do programa ela poderia chegar até tal ponto, percebeu-se que elas não chegaram, muitas delas não chegaram nesse ponto. E o ponto é a sustentabilidade econômica deles poderem andar com suas próprias pernas. Então o que foi feito? Um investimento nisso, esse investimento...se a iniciativa se como eu falei anteriormente, se a iniciativa não prosperar ao molde de um Banco Palmas não é que a gente perdeu esse recurso, não! O processo de educação financeira foi feito a capacitação foi realizada, o crédito foi concedido pra os empreendimentos do bairro, empreendimentos foram desenvolvidos, oportunidades de trabalho e renda foram gerados, nosso monitoramento de resultados atingem nossos resultados enquanto uma política pública. Mas toda potencialidade que aquilo podia ter atingido foi atingida? Não. Então tem investimento aí que a gente tá deixando de ganhar, vamos assim dizer. É então é com essa preocupação que a gente

vai...cria um novo programa pra manter fortalecer isso pra ampliar essa capacidade dessas iniciativas pra elas se manterem.

Mas entre um programa e outro há um "gap" que existe?

R. Há um "gap" e a gente precisa ver como esse modelo...

Por que eles não conseguem se autogerir sem a política pública. Mesmo com as pessoas que eu tive contato que eu conversei, eles trabalham e eles precisam sustentar a família deles. Na maioria das vezes eles fazem um trabalho voluntário porque acreditam no projeto mas chegam em um determinado ponto que eles não conseguem levar isso adiante. Foi o caso de um dos bancos que eu visitei que foi o Vista Linda, ele fechou.

R. É esse é um dos que a gente sabe que fechou mas eles nunca falaram "fechamos"

Tentei falar com o gestor desse banco e falei com o Tomás que é o suporte da Rede de Bancos Comunitários Paulista, eu já cheguei a ir nas reuniões dele e ele não vai mais.

R. O Seu João se eu não engano. Tem a Dona Maria que é a mulher dele que tocava o banco.

O banco fechou porque eles não conseguiram se manter nesse "gap"...

R. É mais complexo o motivo que isso dele ter fechado, fechado não, de eles terem parado as atividades cotidianas de lá. O problema do "gap" da política pública é um problema maior certo, é um problema que atinge todos os programas federais que tem parcerias com as organizações de sociedade civil. Hoje o marco legal que estabelece a relação sociedade civil e Estado é um marco legal que não é adequado. Então você vai

ter política de construção de cisternas com a asa, sofre o mesmo tipo de impacto. Políticas de saúde mental com as casas de tratamento acolhida para usuários de sistema de saúde mental, tudo bem que sofrem "gaps" porque é necessário hospitais, igreja e tudo mais também sofrem "gaps". O marco legal que regulamenta isso estabelece todo um sistema de prestação de contas, de prazo, que a gente não consegue ter uma...eu não posso abrir duas chamadas públicas com o mesmo objeto. Porque senão eu tô com uma chamada pública, eu sei que ela tá terminando eu abro outra antes de acabar e eu não posso! Minha consultoria jurídica não permite, você já tem uma chamada pública em vigor. Encerra essa, avalie e aí comece outra. É essa a orientação! Nesse meio tempo que eu tô fazendo esse processo a gente tem muitas perdas. Então a discussão que está acontecendo no Congresso, tem um projeto de lei, um marco legal novo tramitando e a gente tá tentando ver se muda esse marco legal porque isso não é só com o banco comunitário que acontece, é generalizado em quase todas as políticas públicas que dependem da relação da sociedade civil. Mesmo com por exemplo, sistema de emprego aqui o Sime, que é para os governos estaduais que vai fornecer o posto de atendimento ao trabalhador na prefeituras e nos governos estaduais brasileiros afora, onde a pessoa vai tirar a carteira de trabalho, tem orientação pra seguro desemprego, fazer uma organização para sindicato, isso é feito por convênio. E os convênios acabam! E muitas vezes os governos estaduais tem que fechar o posto de atendimento ao trabalhador enquanto não consegue fazer uma nova parceria com o Ministério do Trabalho e fica meses sem! A prefeitura não tem um lugar onde os imigrantes podem chegar pra perguntar onde eu posso ter uma carteira de trabalho. Então isso é um problema generalizado na política pública federal, um convênio que é um instrumento de repasse de transferência de recurso entre a União e qualquer outro órgão ele precisa ser retransformado, e tudo mais.

Você sabe se é corriqueiro os bancos comunitários fecharem como aconteceu com o Vista Linda por exemplo?

R. Não acredito que seja corriqueiro, no caso do Vista Linda eu acho um caso bem específico, bem específico mesmo. Tem uma relação bem complicada de...acreditava-se que um dos critérios para montar os quatro bancos comunitários, os cinco que surgiram em São Paulo, é sempre quatro mais um, são quatro vinculados aos movimentos de

moradia mais o União Sampaio. Um dos critérios né, o projeto foi para fazer uma parceria com o movimento de moradia. Acreditava-se que o movimento de moradia principalmente esses grupos que trabalharam nessas comunidades, grupos que trabalharam dentro do movimento de moradia com o sistema de construção e mutirão por autogestão. Então achava-se, o pressuposto do projeto era que pela dinâmica que eles tiveram da autogestão no processo de construção das habitações você teria uma ambiência, um espaço de construção de um banco comunitário muito favorável, o que não se demonstrou na prática. Tanto é que os bancos comunitários que foram implementados nessa parceria que mais deu certo é o banco comunitário União Sampaio que não era vinculado ao movimento de moradia. A tese que eu tenho dessa dificuldade foi que o movimento de moradia ele tem um discurso da autogestão esse segmento, ele tem um discurso da autogestão mas eles tem uma dinâmica muito segmentada, a pauta deles é a moradia. Toda lógica deles é moradia não é comunitária, tanto é que você vai nos lugares ele têm o conjunto habitacional deles, eles não se...não é endógeno, o relacionamento deles não é com a comunidade do entorno, não tem uma relação muito próxima. Totalmente diferente do União Sampaio que é dentro da comunidade, é uma casinha ali que eles conhecem a vizinha que atende a uma dinâmica comunitária diferente. Então a pauta do banco comunitário dentro do movimento de moradia ela foi uma tese que não vingou, sinceramente não vingou porque a dinâmica do movimento de moradia é essa, eles querem discutir moradia nacional, a pauta deles é habitação e tudo mais, enquanto que nossa pauta é um modelo de desenvolvimento.

Mas pelo que eu conversei com eles, eles acreditam no banco comunitário.

R. Você conversou com a Hilda, com o Djalma...

Não eu conversei com os sucessores. São outras pessoas, mudou muita gente.

R. Tá a Dora agora no Paulo Freire? A Dora é uma figura!

Então eu sinto que eles acreditam no banco em si, mas eles não conseguem se autogerir. Por exemplo, o Seu Nestor, pra ele conseguir deixar o banco aberto ele acabou gastando a carteira de crédito dele quase que inteira! Porque ele não conseguia trabalhar e teve que pagar outra pessoa pra deixar aberto.

R. A Liliane?

Não era um terceiro que eu não cheguei a conhecer.

R. Lá era diferente porque o Seu Nestor ele tem uma associação de bairro, ele já tem uma dinâmica comunitária. Ali do Seu Nestor é picuinha política. Politiquinha entre eles, porque ele brigou com o Rafael do União Sampaio.

Me parece que eles não se falam muito...

R. Não não se falam. Dinâmica de implementação de projeto.

Eu não vejo o Nesol sendo participativo nesses bancos. Eu vejo muito o Nesol no União Sampaio, porque várias vezes de ir ao banco e encontrar o pessoal do Nesol lá.

R. O União Sampaio contratou o Nesol pra assessoria, hoje inverteu né. O União Sampaio tem um projeto com o SENAES, eles tem uma ação direta com o SENAES que é a estruturação de uma rede de empreendimentos de cultura, de juventude, de jovens...não lembro muito, mas é uma rede de empreendimentos de jovens todos os empreendimentos de juventudes e culturais na Zona Sul de São Paulo, é um outro programa que a gente tem de apoiar a redes e cadeias da economia solidária. Eles apresentaram um projeto e foram selecionados. Só que eles não sabiam lidar com a gestão de convênios, então eles foram lá e contrataram o pessoal do Nesol pra gestão de Siconv e não sei o que. Então eles estão lá pra isso, pra dar assessoria. Os outros não

tem esse projeto e o Nesol hoje não é mais a entidade de suporte desses bancos, é o Ateliê de Ideias.

18. Segundo o mesmo Edital nº03/2010 - *Ação de fomento às finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários* os pontos de abrangência que devem se dar a instalação de bancos comunitários são nos "territórios da paz" que estão definidos no mapeamento do Ministério da Justiça. Dentre os bancos comunitários que foram instalados a partir deste Edital, o senhor saberia me dizer quantos e em quais "territórios da paz" eles estão?

R. O problema é que o PRONASCI, a ideia era essa, o recurso veio do Ministério da Justiça para trabalhar, eu acho que a palavra que está escrita no edital é "prioritariamente nos territórios da paz". O PRONASCI acabou! A gente tá tendo um problema grande com essas parcerias que a gente tem...

Acabou?

R. O PRONASCI acabou faz muito tempo já. Nesse governo eu acho que nunca existiu.

Eu procurei bastante sobre os "territórios da paz", mas não encontrei nada.

R. Não existe mais. É que a política do território foi muito forte no final do governo Lula, governo Dilma não deu tanta força pra essa política territorial que pra mim é a grande perda que a gente teve enquanto política. Enquanto o que a gente tinha de política no MDA, política territorial, o instituto surgiu era pra mima coisa mais inovadora que a gente tinha enquanto política pública federal no país. Criava colegiados, de gestão, territórios da identidade, todo conceitual o conceito de território era Milton Santos, os caras fizeram um puta estudo, a Tânia Bacellar era a consultora que dava todo subsídio, era uma política muito bem estruturada, muito legal. O governo Dilma não deu sequencia a isso ela trabalhou com pacto federativo, então ela usou a

distribuição político-administrativa mesmo, entre município, federal, o estado...trabalhou com outra forma de política. E aí os territórios acabaram mingando, alguns estados incorporaram a política territorial pra dentro de si, a Bahia é um estado totalmente territorializado nessa dinâmica dos territórios da cidadania, o Ceará também tem uma dinâmica bem territorializada, um ou outro estado incorporou esta política. Mas o governo federal em si acabou não priorizando mais isso, e o PRONASCI depois a gente não teve mais esse monitoramento. Inicialmente os projetos tinham que apresentar essa história. É aonde você encontrava, quando isso aqui foi criado existia um site um site, com quinze territórios da paz. Mas a gente não teve, inclusive eu fui em alguns territórios da paz Jardim Macedônia em São Paulo, eu nunca vi uma periferia tão violenta na minha vida, eu fiquei com medo, poucas vezes na minha vida eu fiquei com medo, eu já andei em Morro do Alemão todos do Rio eu já conheci de cabo a rabo, Cidade de Deus, São Paulo Jardim Ângela, Capão Redondo, esse Jardim Macedônia que é no território da paz eu falei eu não trabalho aqui, e eu não volto ali não porque o negócio é sinistro. É uma avenida, não existe calçada, a calçada deve ter....só que os barracos construídos na avenida eles têm quatro, cindo andares de altura. Então, a avenida não bate sol e as vielas que chegam na avenida são de um braço e elas são infinitas. Então você entra ali dentro você não sabe pra onde você vai sair, não tem luz do dia. Eu fiquei...isso aqui é o lugar da perdição, só deve ter bandidagem escondida aqui dentro! E era um dos maiores índices de violência. Eu passei só na avenida reto e falei, vou embora, não quero nem parar. Então o PRONASCI se perdeu, toda política do território se perdeu, é uma tristeza...

19. Sobre este conceito "território da paz", o senhor saberia definir quem propôs este conceito? Quais os atores que idealizaram a promoção de bancos comunitários nesses territórios da paz? Por que?

Questão não foi feita.

20. Quem define os lugares onde se dará a implantação dos bancos comunitários? Caso seja o SENAES, quais os critérios utilizados? Essa implantação só acontece em lugares que “espontaneamente” já promoviam algum tipo de ação solitária?

R. A gente tem os critérios, o que é um banco comunitário, tem o termo de referência do edital que é bem importante analisar também porque lá vai falar o que é um banco, uma metodologia a grosso modo de como se montar um banco, então é isso as entidades tem que seguir quilo, elas não podem fugir muito daquilo. Elas tem o detalhamento daquilo, então como que se seleciona lá no termo de referência provavelmente tem alguns requisitos básicos, mas mesmo como vai fazer lá na ponta é pra isso que a gente contrata a sociedade civil, porque se a gente soubesse fazer, contrata não, convenia e faz a parceria eu criava um programa de capacitação de gestores públicos e botava o pessoal lá da superintendência pra montar essas histórias. O poder público sabe fazer um monte de coisa, tem coisa que não sabe, prefiro que a sociedade civil faça em parceria com o poder público a partir dos objetivos e do programa que eu tenho.

21. O senhor poderia me disponibilizar a base de dados – ou documento semelhante – que mostre onde os bancos comunitários estão localizados no território brasileiro?

R. Eu não tenho isso. O Haroldo tem.

É que eu quero fazer um mapa georeferenciado.

R. Ai que lindo, você me dá?

Sim, mas eu preciso da base de dados (risos).

R. Eu não tenho a base de dados, deve ter com o Haroldo, e a base de dados dele deve ser uma tabela de word pra você ter uma ideia. O pessoal aqui não tá informatizado, o governo. Tem alguns setores de informática que o pessoal sabe fazer geoprocessamento, eu fico doido. Porque é uma informação séria. Olha mas fala com o Joaquim, quem tem essas informações organizadas é a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, uma grande

ajuda que seu trabalho poderia fazer é criar uma base de dados dos bancos comunitários do Brasil, porque você diz que vai criar um mapa georeferenciado e dizer que vai deixar disponível e público. Aí talvez ele te ofereça.

Ele tem a base de dados?

R. Ele deve ter do jeito mais caótico, se você for ver a gestão do Banco Palmas você diz: "não é possível que esse troço fique de pé". Eles são assim, trezentos por cento intuitivos, autogestão, comunitários. Então eles têm, agora se isso você vai conseguir transformar isso num mapa é outra coisa. Como está esta base de dados, qual o grau de organização? No Nesol deve ter esta informação também, ainda mais agora que eles são o suporte nacional.

Eu tentei pegar com eles e não consegui.

R. Manda um email pra mim com cópia para o Nesol que eu tento fazer esta ponte, porque eu tenho total interesse nesta base de dados.

22. De todos os bancos comunitários, o senhor saberia informar quais também são correspondentes bancários?

R. Não sei. O Joaquim sabe, ele sabe essas informações.

23. O SENAES possui um controle, por banco comunitário, das taxas de inadimplência? Se sim, é possível disponibilizar estes dados?

R. Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

24. Existe uma perspectiva de criação de mais bancos comunitários até o final deste ano? Se sim, já foi diagnosticado onde esses bancos vão se localizar? Se sim, o senhor poderia me disponibilizar quais seriam e onde serão construídos? Por que nesses lugares?

R. Sim, mas eu não tenho essa informação, o Haroldo deve ter esta informação.

25. Em 2009, houve um Acordo de Cooperação Técnica entre a SENAES e o Banco Central para regular as moedas sociais no território brasileiro. O senhor saberia me informar como anda este processo?

R. Deu uma esfriada, a gente chegou até o esboço de uma minuta do que que a gente teria que alterar numa lei de regulamento de subsídios de microcrédito.

Banco Comunitário

Desenvolvimento Local
e
Economia Solidária

Venha conhecer o projeto que
esta acontecendo no
Jardim Apuanã

Converse com a gente Banco Comunitário Apuanã

Rua Um, 220
Telefone: 2206-2052

e-mail: banco.apuana@hotmail.com

Rede Paulista de Bancos Comunitários
<http://bancoscomunitariosp.blogspot.com>

Banco Comunitário Banco Comunitário

São serviços financeiros solidários geridos pela própria comunidade e colaboram com o desenvolvimento local sustentável promove crédito em duas linhas: uma em Real (crédito produtivo) e outra em Apuanã - Moeda Social (crédito de consumo). Além de apoiar as iniciativas de Economia Solidária como empreendimentos Sócio-Produtivos, de prestação de serviços e de apoio a comercialização local (mercadinhos, loja, feiras solidárias, etc.)

Moeda Social Moeda Social

Você sabia que a nossa comunidade tem sua própria moeda?
Chama-se Apuanã.

Ela tem como objetivo fazer com que o dinheiro, ou melhor, a renda produzida pelas pessoas do Jd. Apuanã fique na própria comunidade. Com isso, Aumenta o poder de compra dos moradores e fortalece a comercialização local, de forma que, a riqueza circulante na comunidade e crie mais trabalho e renda.

Qualquer produtor ou comerciante cadastrado no Banco Comunitário pode aceitar como pagamento as moedas sociais, nossos Apuanãs. E assim, eles podem trocar por reais a caso necessitem reposição de suas mercadorias ou estoque e comprar ou pagar fora do Jardim Apuanã.

Apoio:

Realização: SENAES e TEM

Comércios que Aceitam \$AMPAIO

Açougue Silvestre
Bazar Hiro
BR-Brasil Multiprodutos
Cabeleireira Lana Mara
Cabeleireira Loira
Kell Cosméticos
Lingerie Camila
Lingerie e sex shop - Dileusa
Marcela Modas
MarieKeel Tempeiros
Material de Const. Vaí-la
Material Esportivo T. Silva
Mercadinho do Cicero
Ótica Evolution
Padaria Nova Daniel
RM Modas
Roupas - Joselito e Andreia
Sacolão Adélia
Salgados Maria Sampaio
Sorveteria Artefrio

EMPREENHIMENTO CULTURAIS

Agência Solano Trindade
Bar Comunidade
Vila Fundão
Bar do Binho - Sarau
Bar do Mutcho
Bloco das Cores
Design Possível
Teatro Clario
Teatro Encena
Projeto Arrastão
Tattoo Cong Studio
1 da Sul

Realização: União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacência
CASA DA MULHER E DA CRIANÇA
Rua Zacarias Mazel, 128 - Jd. Maria Sampaio

5841-4392

Conheça os Serviços
Bancários e Financeiros
que o nosso banco
oferece para você

CRÉDITO CONSUMO

Realizado \$ampaio; valor máximo \$300,00
Prazo de até 4 meses, taxa de juros de 0%
Taxa adm. 1% e multa por atraso de R\$ 0,25 ao dia

CRÉDITO PRODUTIVO

CRÉDITO PUXADINHO

CRÉDITO CULTURAL

Realizados em Reais ou \$ampaio,
Prazo de até 6 meses e Taxa de juros evolutivo
100 a 299 - 1,5% - 300 a 699 = 2,0% - 700 a 1000 = 2,5%
Para acessar os créditos é preciso fazer uma solicitação de crédito
no banco e depois receber em sua casa a visita do banco para
preencher um questionário socioeconômico para análise de crédito

CARTEIRA FIDELIDADE

INVESTA \$AMPAIO

Valor mínimo 10,00 com rendimento de
0,50 \$ampaio por mês

TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO

Disponíveis nos Valores
50,00 - 200,00 - 500,00 e 1.000,00 Reais

ACOMPANHAMENTO A EMPREENDEDORES E GERENCIAMENTO DE FUNDOS POPULARES

Plano de Negócio, Gestão, Comercialização, Estruturação

TROCA DE SERVIÇOS E HORAS

Compre no
seu bairro,
use o \$ampaio

Sustentabilidade

Para a UPM a Sustentabilidade esta relacionada a valores e a construção de um trabalho sério e contínuo, tendo que ser alimentada, renovada e ampliada dia a dia. Sendo assim, para nos sustentabilidade esta vinculada as ações como:

- Apropriação e Participação Comunitária;
- Trabalho em Rede com Movimentos;
- Posicionamento e Luta Política;
- Acesso ao Conhecimento;
- Recursos Financeiros

Visite nossa - Loja SocioCultural

Esta loja composta de produtos e serviços desenvolvidos por grupos produtivos locais

Plano de Construção do Conhecimento (PCC)

O trabalho da UPM esta fundamentado na construção de novos valores para uma nova sociedade, mais justa e solidaria, sendo assim acreditamos que nossos espaços tem como objetivo proporcionar a Construção de novos Conhecimentos. Assim acreditamos que esses espaços seja fundamentado dentro de valores como:

- Ouvir; Crítica e Auto-Critica;
- Cooperação; Compartilhar;
- Solidariedade; Afetividade;
- Liberdade; Acreditar;
- Transparência; Diversão;
- Respeito às diversidades culturais;
- Conhecimento do processo histórico.

A União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacência é uma associação sem fins lucrativos, sem vínculos partidários, empresariais ou religiosos, comprometida com a integração sócio-cultural e educacional da sociedade paulistana. Inscrita no CNPJ sob o nº, 57.395.741/0001-36.

Fórum de Desenvolvimento Comunitário

É um espaço democrático de articulação da comunidade com o objetivo de Fortalecer a Organização Popular e o Empoderamento da comunidade na luta por qualidade de vida, a partir da organização local de moradores, lideranças comunitárias, setores produtivos, através de processos de mobilizações e dialogo com poderes constituídos e lutas populares.

Objetivos

- Releir, reivindicar e propor alternativas para melhorar o desenvolvimento comunitário;
- Monitorar as políticas públicas locais;
- Acompanhar e realizar controladoria social da UPM e do Banco Comunitario União Sampaio

União Popular de
mulheres
de campo limpo e
adjacências

mobilizar, unir e fomentar a
organização popular

www.uniaoopmulheres.org.br
Fone / Fax: 11 5841-4392

Nossa Missão

A União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências tem como missão principal à luta pela completa emancipação da mulher e pela igualdade nas relações sociais e ainda, mobilizar, unir e fomentar a organização popular para a luta e consequente conquista a plenitude de seus direitos sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais.

Objetivos e Valores

Construção de uma **Sociedade Igualitária e Comunitária** através da consolidação de um espírito permanente de cidadania solidária, e da construção de novos valores nas relações entre as pessoas;

Construção de uma **Cultura Democrática** através do resgate das manifestações artística popular e descoberta de espaços de atuação coletiva;

Construção de uma **Economia Solidária e Auto-sustentável** através de alternativas econômicas e a capacitação e qualificação de recursos humanos;

Construção de uma **Governo Participativo** através de articulações junto ao poder público na reivindicação de soluções definitivas para a melhoria de vida da cidade.

Nossos espaços

"Casa da Mulher e da Criança" - Sede
Rua Zacarias Mazel n.º 128-Jd. M^o Sampaio, Campo Limpo, SP
"Espaço Maria Bonita"
Rua Miguel Lopes, 208 - Jd. Lúcia Capão Redondo, SP.
"Espaço Vitória"
Rua Lourenço Saporito, 244-Jd. Rebouças, Campo Limpo, SP

Atuação

Social

- Combate a Violência;
- Grupo de Mulheres;
- Grupo de Idosos - NCI;
- Feira Sôcio Cultural;
- Cidadania e Atendimento;
- Jurídico Inclusão Digital;
- Jovens e Crianças;
- Acolhimento LA e PSC.

Pedagógica

- Alfabetização de jovens e Adultos - MOVA
- Acompanhamento Escolar
- Formação e Estudos sobre de Educação Popular

Saúde

- Consultório Popular
- Atendimento Psicológico
- Oficinas de ervas naturais e
- Reaproveitamento alimentar

Cultural

- Ponto de Cultura
- Agência Popular Solano Trindade: www.agenciadolanoitrindade.blogspot.com
- Musicalização
- Biblioteca
- Brinquetoteca

Feira Sôcio Cultural

- Cidadania e prestação de serviço a comunidade;
- Feira de Arte e Artesanato (economia popular e solidária)
- Apresentações e oficinas Culturais.

Econômica

- Banco Comunitário União Sampaio www.bancocomunitariosampaio.blogspot.com
- Oficinas de Geração de Renda
- Fomento ao Empreendedorismo
- Loja Social - Comercialização
- Clube de troca e Feiras de artes

Luta Política

- Luta pela Liberdade;
- Ocupação e Democratização dos Espaços Públicos;
- Incentivo as Lutas Comunitárias e Populares;
- Participação nos fóruns do Idoso e de entidades sociais;
- Participação nos conselhos de saúde, educação e assistência social;
- Participação no Comitê de mortalidade infantil e materna.

Construção de Redes

- Grupos de Terceira Idade, Casa Bloco das Cores,
- Instituto Mani, Sarau do Binho, Brachoteca,
- Sarau Via Fundão, Luta Popular.

MOVA

Alfabetização de jovens e Adultos

Segunda { Manhã – 8h as 10h30
Tarde – 16h30 as 19h
à Quinta Noite – 19h30 as 22h

COMÉRCIOS QUE ACEITAM \$AMPAIO

Açougue Silvestre
Bazar Hiro
BR-Brasil Multiprodutos
Cabeleireira Lyra
Cabeleireira Lana Mara
Cabeleireira Loira
Floricultura Erika Flores
Kell Cosméticos Perfumaria
Lingerie e sex shop - Dileusa
Lingerie Camila
Marcela Modas
Marlekeel Tempelros
Material de Const. Vaí-lá
Material Esp. T. Silva
Mercadinho do Cícero
Ótica Evolution
Padaria Nova Daniel
RM Modas
Roupas
Joselito e Andreia
Sacolão Adélia
Salgados Maria Sampaio
Sorveteria Artefrio

EMPREENDIMENTOS CULTURAIS

Agência Popular
Solano Trindade
Bar Comunidade
Vila Fundão
Bar do Binho - Sarau
Bar do Mutcho
Design Possível
Teatro Cláudio
Teatro Encena
Projeto Arrastão
Tattoo Cong Studio

Visite Nossa Loja Social
Com produtos produzidos por grupos locais

UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO LIMPO

A União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacência é uma associação sem fins lucrativos, sem vínculos partidários, empresariais ou religiosos, comprometida com a integração sócio-cultural e educacional da sociedade paulistana. Inscrita no CNPJ sob o nº, 57.395.741/0001-36.

FORUM DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

É um espaço democrático de articulação da comunidade com o objetivo de Fortalecer a Organização Popular e o Empoderamento da comunidade na luta por qualidade de vida, a partir da Organização local de moradores, lideranças comunitárias, setores produtivos, através de processos de mobilizações e diálogo com poderes constituidos e lutas populares.

Objetivos:

- Refletir, reivindicar e propor alternativas para melhorar o desenvolvimento comunitário;
- Monitorar as políticas públicas locais;
- Acompanhar e realizar controladoria social da UPM e do Banco Comunitário União Sampaio.

Participe do Fórum
Toda Primeira Terça Feira de cada mês
Das 19h às 21h

União + Sampaio
foco: Bairro

bancocomunitariosampaio.blogspot.com

bancouniaosampaio@hotmail.com

Casa da Mulher e da Criança
5841-4392

Rua Zacarias Mazel n.º 128 - Jd. Ma Sampaio

Banco Comunitário União Sampaio

O QUE É UM BANCO COMUNITÁRIO?

Tem como proposta fomentar a ECONOMIA SOLIDÁRIA e popularizando serviços bancários e financeiros em um sistema integrado de crédito, produção, comércio e consumo, que promove o desenvolvimento local, e busca melhoria da qualidade de vida.

Quais os nossos diferenciais?

O principal diferencial do Banco é buscar o desenvolvimento de nossa comunidade e não gerar lucros para o enriquecimento individual, por isso nos focamos em:

- AUTOGESTÃO
- ECONOMIA DA CULTURA
- FOCO NAS MULHERES ARRIMO DE FAMÍLIA
- EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Sendo assim nossos OBJETIVOS são: Promover o Desenvolvimento Sustentável; Organizar e potencializar a produção e o consumo local; Garantir o acesso a serviços bancários e financeiros; Ser um espaço educativo; Geração de trabalho e renda; Fortalecimento da comunidade e das lutas sociais.

CONHEÇA OS SERVIÇOS QUE O BANCO OFERECE

CRÉDITO CONSUMO

Realizado Sampaio; valor máximo \$300,00
Prazo de até 4 meses; taxa de juros de 0%
Taxa adm. 1% e multa por atraso de R\$ 0,25 ao dia.

CRÉDITO PRODUTIVO

CRÉDITO PUXADINHO

CRÉDITO CULTURAL

Realizado em Reais ou Sampaio,
Prazo de até 6 meses e Taxa de juros evolutivo
100 a 299=1,5%/300 a 699=2,0%/700 a 1000=2,5%

Para acessar os créditos é preciso fazer uma solicitação de crédito no banco e depois receber em sua casa a visita do banco para preencher um questionário sócioeconômico para análise de crédito.

CARTEIRA FIDELIDADE

INVISTA SAMPAIO

Valor mínimo 10,00 com rendimento de 0,50 Sampaio por mês

TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO

Disponíveis nos Valores
50,00 - 200,00 - 500,00 e 1.000,00 Reais

ACOMPANHAMENTO A

EMPREENDEDORES

E GERENCIAMENTO DE FUNDOS POPULARES

Plano de Negócio, Gestão, Comercialização, Estruturação

TROCA DE SERVIÇOS E HORAS

O QUE É MOEDA SOCIAL?

Moeda Social é uma moeda complementar ao Real, criada e controlada pelo Banco Comunitário. Tem como objetivo fazer com que o "dinheiro" circule na própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza circulante na comunidade, gerando trabalho e renda.

As moedas são produzidas com componentes de segurança e tem circulação livre no comércio local. O Sampaio é lastreado pelo Real, ou seja cada 1 Sampaio que sai, o banco tem 1 Real, o que garante que os comerciantes cadastrados possam trocar os Sampaio por Reais.

Quais as vantagens do Sampaio?

Além de ser mais uma forma de recebimentos, sem taxa para o comerciante e ampliar as vendas, o comerciante vai vincular seu empreendimento a uma ação social, podendo até se enquadrar nas leis de incentivo fiscal, colaborando assim com o desenvolvimento comunitário, incentivando o produção e o consumo local, gerando trabalho e renda para assim diminuir a violência e construir uma comunidade mais solidária.

O comerciante também pode, com o Sampaio que recebeu, comprar nos comércios que aceitam Sampaio, dar Sampaio de troca, fazendo assim com que a riqueza gire.

Aqui no bairro já temos
comerciantes que aceitam

a moeda social

Moradia em Ação.

Se você é comerciante,
queremos que seu comércio
faça parte dessa iniciativa!
Você morador apoie essa
ideia e utilize a moeda!!

**Uma nova economia
acontece no seu
bairro.**

Banco Comunitário Autogestão
Informações, dúvidas e sugestões
Rua José Manuel Camisa Nova nº 30
Conjunto São Luis - Cep: 05822-015
E-mail: bcautogestao@hotmail.com
Fone: 5851-1796

Apoio

Rede de banco

**A moeda que veio
para ajudar!
Leia e saiba como**

Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Banco Comunitário

Banco Comunitário são serviços financeiros solidários, voltados para a geração de trabalho e renda na comunidade.

Os bancos comunitários já existem no Brasil há mais de 10 anos, cerca de 50 já funcionam em diversos estados e cidades, o mais conhecido é Banco Palmas no Ceará.

Seu objetivo é promover o desenvolvimento da comunidade através da circulação da moeda social, ajudando e estimulando as famílias a consumirem no bairro, e a seus comerciantes e prestadores de serviço a melhorarem sua produção, o que ajuda no movimento do comércio. O Banco Comunitário atua como agente de microcrédito (com taxas de juros mais baixas que os bancos convencionais, como correspondente bancário e com a moeda social).

Você sabia que nosso bairro já tem um banco comunitário?

É o **Banco Comunitário Autogestão**, uma parceria da Casa de Cultura e Educação São Luís com UMMIZ (União dos Movimentos de Moradia independentes da Zona Sul), e da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Moeda Social

É uma moeda complementar ao real, que circula em uma determinada região tendo o mesmo valor que o real. É a moeda do bairro! A intenção é estimular o consumo no próprio bairro para valorizar o comércio e a produção local.

Como assim?

Você já reparou que a maior parte da comunidade trabalha e compra produtos nas regiões centrais? Quando a gente consome no bairro, ele cresce por que em geral os comércios e serviços que tem aqui são de pessoas que moram na comunidade. Quando o comércio cresce, gera mais emprego, empregando os moradores e aumentando a possibilidade das pessoas trabalharem próximas a sua casa. Com a moeda social circulando no bairro valorizamos suas riquezas através do consumo.

As cédulas têm um selo de segurança com número de série e marca d'água e o fato da aceitação da moeda social ser limitada no bairro desestimula possíveis falsificações.

Aqui no bairro temos a nossa moeda social chama-se

Moradia em Ação

Como adquirir

- Fazendo empréstimo da moeda social no banco comunitário (o empréstimo da moeda social não tem juros);
- Trocando o seu real pela moeda social, no banco comunitário;
- Pedindo o seu troco nos comércios que já aderiram a moeda social.

Para obter a moeda basta ser morador/a do bairro. E para que ela funcione, é importante que elas sejam usadas sempre que possível, seja no próprio da padaria ou pedindo o troco no mercado.

O comerciante cadastrado no Banco Comunitário pode trocar moeda social por real, sempre que necessitar fazer uma compra ou pagamento fora da região.